

SABRINA STIELER TEIXEIRA

**A COMUNICAÇÃO EM  
COLETIVOS DE MULHERES:**  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E  
FORMAÇÃO FEMINISTA

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Reinhardt Piedras

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SABRINA STIELER TEIXEIRA**

**A COMUNICAÇÃO EM COLETIVOS DE MULHERES:  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO FEMINISTA**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

SABRINA STIELER TEIXEIRA

**A COMUNICAÇÃO EM COLETIVOS DE MULHERES:  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO FEMINISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa Culturas, Política e Significação, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Elisa Reinhardt Piedras

**PORTO ALEGRE**

**2022**

CIP - Catalogação na Publicação

Teixeira, Sabrina Stieler  
A COMUNICAÇÃO EM COLETIVOS DE MULHERES:  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO FEMINISTA /  
Sabrina Stieler Teixeira. -- 2022.  
219 f.  
Orientadora: Elisa Reinhardt Piedras.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. comunicação organizacional. 2. comunicação  
comunitária. 3. movimento feminista. 4. coletivos de  
mulheres. 5. organização da sociedade civil. I.  
Piedras, Elisa Reinhardt, orient. II. Título.

SABRINA STIELER TEIXEIRA

**A COMUNICAÇÃO EM COLETIVOS DE MULHERES:  
ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO FEMINISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa Culturas, Política e Significação, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 17 de março de 2022:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elisa Reinhardt Piedras – UFRGS

Orientadora

---

Prof. Dr. Rudimar Baldissera – UFRGS

Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Milena Carvalho Bezerra Freire De Oliveira Cruz – UFSM

Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Olivia Cristina Perez– UFPI

Examinadora

Abafaram nossa voz  
Mas se esqueceram de que não estamos sós  
Abafaram nossa voz  
Mas se esqueceram de que não estamos sós

Essa vai  
Pra todas as mulheres  
Marianas, índias, brancas  
Negras, pardas, indianas

Essa vai pra você que sentiu aí no peito  
O quanto é essencial ter no mínimo respeito  
Essa dor é secular e em algum momento a de curar  
Diga sim para o fim de uma era irracional, patriarcal

Abafaram nossa voz  
Mas se esqueceram de que não estamos sós  
Abafaram nossa voz  
Mas se esqueceram de que não estamos sós

Então eu canto pra que em todo canto  
Encanto de ser livre, de falar  
Possa chegar, não mais calar

(Pra todas as mulheres – Mariana Nolasco)



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à prof<sup>a</sup>. Elisa, que acreditou em uma ideia e a transformou em pesquisa. Grata professora por ter mostrado o caminho e ensinado os passos.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa de Comunicação e Práticas Culturais que me receberam tão bem no meio de tantas dúvidas e incertezas, agravadas por uma pandemia: grata Rômulo por ter sido sempre presente, apesar da distância, e, mesmo sem querer, ter feito eu encarar alguns traumas; grata à Ana Clara pela parceria e à Judy e à Rafaela por terem sido tão afetuosas quando precisei.

Agradeço aos amigos e as amigas que o mestrado me deu: grata Brenda por ser minha “dupla” em todos os momentos, por ter compartilhado tantos risos, mas também não deixado de acolher as lágrimas, te admiro muito e espero te encontrar pelas estradas desse mundão; grata Enéias por ter me ajudado a seguir e ter sido “âncora” em muitos momentos; grata Gaba pelo teu humor e elogios sempre bem-vindos e grata Serginho por tantas trocas e os Axés enviados.

Agradeço a todos os professores e professoras que contribuíram nessa caminhada, em especial aqueles e aquelas do PPGCOM da UFRGS.

Agradeço ao CNPq pela oportunidade de realizar a pesquisa com bolsa, em um momento de tantos ataques à educação e à ciência no Brasil, ter tido esse apoio foi fundamental.

Agradeço às mulheres que compartilharam suas vivências do fazer coletivo para a realização da pesquisa: Júlia, Andressa, Silvia, Lilian, Camila, Cristine, Gabrielas e Pâmelas.

Agradeço à minha alcateia: grata lobas por me ensinarem sobre a força que temos! Este trabalho tem um pouco (ou muito) do nosso encontro.

Agradeço à minha mãe: grata dona Beatriz por ter me ensinado a continuar de maneira leve e sensível, afinal “galinha que não cisca, não come”.

Agradeço ao meu companheiro de tantas partilhas: grata Inácio por ter sido o meu chão, pelo incentivo, paciência e pelos longos abraços onde sempre encontro a paz.

Sou povoada por muitos e muitas, agradeço a todas e todos que me compõem e me acompanham, mesmo os nomes não registrados em palavras escritas.

## RESUMO

Essa pesquisa tem como tema as dinâmicas comunicacionais em coletivos de mulheres situados em Porto Alegre (RS) e especificamente ligados às questões de violência, raça e natureza. A problemática envolve a relevância da comunicação na formação e funcionamento desses coletivos, atravessados por questões de gênero. O objetivo geral da pesquisa é identificar as regularidades e distinções da comunicação em coletivos, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres. Para compreender os temas abordados, a discussão teórica apresenta reflexões sobre movimentos sociais e organizações da sociedade civil e coletivos; percorre teorias sobre comunicação, perpassando enfoques acerca da comunicação organizacional e da comunicação comunitária; por fim, traz perspectivas acerca de gênero, dos feminismos e de especificidades na relação entre as mulheres violência, raça e natureza. A pesquisa desenha-se como qualitativa e serve-se de recursos documentais, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, em pesquisas antecedentes, e análise documental em notícias e produtos midiáticos veiculados pelos três coletivos estudados. Emprega também recursos observacionais, utilizando-se da observação participante de três coletivos (Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal, o Coletivo Nimba e o Coletivo Ecofeminista Pandora) e de entrevistas semiabertas presenciais e/ou *online* realizadas com nove mulheres que atuam na comunicação desses coletivos. Os resultados apontam para um número expressivo de iniciativas protagonizadas por mulheres em Porto Alegre, identificando os fluxos comunicacionais que partem dos e nos coletivos, em seus sentidos e possibilidades. Podemos concluir, a partir dos processos comunicacionais, que a comunicação nos coletivos se consolida em processos de: a) divulgação das ações e frentes de atuação; b) mobilização em prol de suas causas; c) promoção da formação feminista, tendo como fundo a criação de vínculos. Nos coletivos de mulheres, a comunicação contribui para a garantia da cidadania e, também, para uma reconfiguração da nossa História e para a construção de outros futuros possíveis.

**Palavras-chave:** comunicação organizacional; comunicação comunitária; movimento feminista; coletivos de mulheres; organização da sociedade civil



## ABSTRACT

The subject of this research is the communication dynamics in women's collectives, located in Porto Alegre (RS) and specifically related to issues of violence, race and nature. The central problem under study involves the relevance of communication in the formation and functioning of these collectives, which are crossed by gender issues. The general objective of the research is to identify on the regularities and variety of the communication process in these collectives, as well as on the specificities resulting from the fact that they are women's initiatives. To understand the topics addressed, a theoretical reflection on social movements and civil and collective organizations is presented. Furthermore, this reflection goes through theories about communication, putting emphasis on the approaches in relation to organizational communication and community communication. Finally, it brings perspectives on gender, feminisms and specificities regarding the relationship between violence against women, race and nature. The research is designed as qualitative and explore documentary resources, using bibliographic research and documentary analysis in previous research. It also employs observational resources, using participant observation and semi-open face-to-face and/or online interviews, conducted with nine members of the three collectives studied: the Mirabal Women's Reference House, the Nimba Collective and the Pandora Ecofeminist Collective. The results point to an expressive number of initiatives led by women in Porto Alegre, identifying the communication flows that start from and in the collectives, in their senses and possibilities. We can conclude from the analysis that communication in collectives is consolidated in processes of: a) dissemination of activities and fronts of action; b) mobilization for their causes; c) promotion of feminist education, having at the background the creation of social ties. In women's collectives, communication contributes to the guarantee of citizenship and also to a reconfiguration of our history, and to the construction of other possible futures.

**Palavras-chave:** organizational communication; community communication; feminist movement; women's collectives; civil society organization

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Focos de atuação dos coletivos e exemplos de iniciativas correlatas.....	41
Figura 2 - Página da <i>Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal</i> no <i>Facebook</i> ...	117
Figura 3 - Perfil no <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> .....	118
Figura 4 - Links de divulgação a partir do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> .....	118
Figura 5 - Parte um da publicação do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> .....	121
Figura 6 - Parte dois da publicação do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> .....	121
Figura 7 - Publicação do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> 2021 .....	123
Figura 8 - Publicação do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> 2021 .....	124
Figura 9 - Publicação do <i>Instagram</i> da <i>Casa Mulheres Mirabal</i> 2021 .....	124
Figura 11 - Página do Coletivo <i>Nimba</i> no <i>Facebook</i> .....	141
Figura 12 - Perfil no <i>Instagram</i> da <i>Coletivo Nimba</i> .....	142
Figura 13 - Publicação em vídeo do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Nimba</i> .....	143
Figura 15 - Página do <i>Coletivo Pandora</i> no <i>Facebook</i> .....	157
Figura 16 - Perfil do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> no <i>Instagram</i> .....	158
Figura 17 - Links de divulgação a partir do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Pandora</i> .....	159
Figura 18 - Parte um da publicação do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> ..	160
Figura 19 - Parte seis da publicação do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> .	161
Figura 20 - Conteúdo em vídeo do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> .....	163
Figura 21 - Conteúdo do <i>Instagram</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> .....	163
Figura 22 - Canal do <i>Youtube</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> .....	164
Figura 23 - Vídeo com mais visualizações no canal do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i>	164
Figura 24 - Página inicial no <i>Medium</i> do <i>Coletivo Pandora</i> .....	165
Figura 25 - Última publicação no <i>Medium</i> do <i>Coletivo Pandora</i> .....	165
Figura 26 - Página inicial do site do <i>Coletivo Pandora</i> .....	166
Fotografia 1- Pintura na parede da organização .....	104
Fotografia 2 – Frente do prédio ocupado pela organização .....	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do método da pesquisa.....	23
Quadro 2 - Instrumento de coleta do estado da arte .....	25
Quadro 3 - Instrumento de coleta sobre coletivos .....	26
Quadro 4 -Instrumento de levantamento de notícias .....	27
Quadro 5: Instrumento de coleta de notícias sobre os coletivos.....	28
Quadro 6- Instrumento de coleta sobre coletivos de Porto Alegre selecionados .....	28
Quadro 7 – Instrumento de coleta de publicação no <i>Instagram</i> .....	29
Quadro 8 - Instrumento de coleta de publicação no <i>Facebook</i> .....	29
Quadro 9 - Instrumento de coleta de comentários de publicação.....	29
Quadro 10 - Instrumento de entrevista semiaberta.....	32
Quadro 11 - Levantamento de coletivos de mulheres em Porto Alegre .....	98
Quadro 12 - Informações sobre os coletivos selecionados de Porto Alegre .....	102
Quadro 13 - Eixos de ação da Casa de Referência Mulheres Mirabal .....	107
Quadro 14 - Notícias sobre a Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal .....	113
Quadro 15 - Notícias sobre a Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal 2021 .....	115
Quadro 16 - Descrição de publicação <i>Instagram</i> Casa Mulheres Mirabal.....	120
Quadro 17 - Descrição de publicação do <i>Facebook</i> Casa Mulheres Mirabal .....	120
Quadro 18 - Descrição de publicação <i>Instagram</i> da Casa Mulheres Mirabal 2021 .....	123
Quadro 19 - Comentários da publicação 3 do <i>Instagram</i> Casa Mulheres Mirabal .....	125
Quadro 20 - Notícias sobre o Coletivo Nimba .....	140
Quadro 21 - Descrição de publicação <i>Instagram</i> Coletivo Nimba .....	142
Quadro 22 - Descrição de publicação do <i>Facebook</i> do Coletivo Nimba .....	142
Quadro 23 - Comentários da publicação 1 do <i>Instagram</i> Coletivo Nimba .....	144
Quadro 24 - Quadro de notícia sobre o Coletivo Pandora.....	156
Quadro 25 - Descrição de publicação <i>Instagram</i> do Coletivo Ecofeminista Pandora .....	159
Quadro 26 - Descrição de publicação do <i>Facebook</i> do <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i> .....	159
Quadro 27 - Comentários da publicação 1 do <i>Instagram</i> Coletivo Ecofeminista Pandora.....	162
Quadro 28 - Descrição de publicação <i>Instagram</i> do Coletivo Ecofeminista Pandora 2021 ..	162

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Estado da arte e discussão teórica.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 Estudo empírico.....</b>	<b>25</b>
<b>3 DISCUSSÃO TEÓRICA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.1. Movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos.....</b>	<b>33</b>
<b>3.2 Comunicação e coletivos .....</b>	<b>46</b>
<b>3.3 Gênero, feminismos e organização das mulheres .....</b>	<b>62</b>
<i>3.3.2 Mulheres e violência.....</i>	<i>79</i>
<i>3.3.3 Mulheres e raça .....</i>	<i>84</i>
<i>3.3.4 Mulheres e natureza .....</i>	<i>87</i>
<b>4. COLETIVOS DE MULHERES .....</b>	<b>91</b>
<b>4.1 Sociedade mobilizada, organização das mulheres e sua presença na mídia .....</b>	<b>91</b>
<b>4.2 Coletivos de mulheres em Porto Alegre.....</b>	<b>98</b>
<b>4.3 Comunicação em coletivos de mulheres .....</b>	<b>103</b>
<i>4.3.1 Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal.....</i>	<i>104</i>
<i>4.3.2 Comunicação e Casa Mulheres Mirabal.....</i>	<i>112</i>
<i>4.3.3 Dimensões da Comunicação Organizacional da Casa Mirabal .....</i>	<i>127</i>
<i>4.3.4 Coletivo Nimba .....</i>	<i>132</i>
<i>4.3.5 Comunicação e Coletivo Nimba .....</i>	<i>138</i>
<i>4.3.6 Dimensões da Comunicação Organizacional no Coletivo Nimba .....</i>	<i>146</i>
<i>4.3.7 Coletivo Ecofeminista Pandora.....</i>	<i>148</i>
<i>4.3.8 Comunicação e Coletivo Ecofeminista Pandora.....</i>	<i>154</i>
<i>4.3.9 Dimensões da Comunicação Organizacional no Coletivo Ecofeminista Pandora .....</i>	<i>168</i>
<b>5 REGULARIDADES E DIFERENÇAS EM COLETIVOS DE MULHERES.....</b>	<b>171</b>
<b>5.1 Histórico dos coletivos e articulação com movimentos sociais .....</b>	<b>171</b>
<b>5.2 Organização .....</b>	<b>174</b>
<b>5.3 Dinâmicas comunicacionais .....</b>	<b>177</b>
<b>5.3 Articulação feminista .....</b>	<b>187</b>

<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>200</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>215</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>216</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>218</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Joelma andava à frente, guiando outras cinco mulheres por um pedaço de Mata Atlântica<sup>1</sup>. Falava sobre a fauna e a flora dali. Ela então parou, abaixou-se, pegou um “esqueleto” de folha na mão, olhou para aquelas que a acompanhava e disse: “nós somos isso, somos essa rede, tudo está conectado!” Então seguiram, juntas.

As linhas que costuram essa pesquisa também carregam Joelma, uma das poucas guias mulheres lá em Iporanga, no sul do Estado de São Paulo. Entre tantas dificuldades, Joelma também enfrenta o machismo para continuar guiando e mostrando os significados possíveis, encontrados no meio do caminho. Esse trabalho também busca significados para um caminho que fala sobre as mulheres, fala sobre suas formas de organização, fala sobre comunicação, mas também fala sobre violência, racismo e natureza. Esta pesquisa tem como tema as dinâmicas comunicacionais em coletivos de mulheres<sup>2</sup> situados no contexto de mudanças e mobilizações sociais que marcam a última década.

As linhas também conectam à Heloisa Buarque de Hollanda, que levou um “susto, um susto alegre” (HOLLANDA, 2019, p. 64), ao se deparar com as vozes, marchas e protestos que ocuparam as redes virtuais da *internet* e as ruas, na chamada *Primavera das Mulheres* em 2015, no Brasil. A sequência de protestos protagonizados por mulheres daquele ano, e nos anos seguintes, é um dos exemplos de articulação que caracteriza um período de intensas mobilizações sociais no país e no mundo. Nesse contexto, também se intensifica uma nova “onda” do movimento feminista, tendo em sua formação relevantes processos comunicacionais.

Como tudo está conectado, lembrando o que disse Joelma, esse tipo de mobilização faz parte de um ciclo de protestos que ocorreram de maneira mais intensa na última década. Nesse período, importantes levantes e ações coletivas sacudiram as redes sociais da *internet* e as ruas, em diversos lugares do mundo, como a *Primavera Árabe*, no Oriente Médio, o *Occupy Wall Street*, nos EUA, os *Indignados* ou *15M*, na Espanha, e as *Jornadas de Junho*, no Brasil. Essas e outras mobilizações colocaram em evidência a insatisfação, por parte da população, com seus representantes governamentais, demonstrando crises em sistemas democráticos, críticas às instituições tradicionais e um intenso uso das tecnologias digitais (CASTELLS, 2013; MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; SOUZA, 2017; VALIENGO; OLIVEIRA M., 2020).

---

<sup>1</sup> História vivenciada pela autora da dissertação, em 2019, durante visita ao Parque Estadual Turístico do Alto Ribeiro (PETAR), no Estado de São Paulo.

<sup>2</sup> Neste trabalho, o termo *mulheres* inclui a diversidade existente, incluindo mulheres cis e transgênero.

Outras mobilizações mais recentes entram nesse leque de movimentações político-cidadãs, como o movimento *Black Lives Matter*<sup>3</sup>, iniciado nos EUA, mas que tomou as ruas de vários países, inclusive o Brasil, em 2020. O movimento ambientalista também ganha fôlego frente ao descaso com o planeta e o combate à mudança climática, ganhando espaço na agenda mundial, em 2019; a greve geral pelo clima<sup>4</sup> levou milhares de pessoas às ruas em cerca de 150 países.

Além das questões sociais e das bandeiras, tais mobilizações deram visibilidade a novas experiências organizativas da sociedade civil. Entre as organizações emergentes nesse contexto, estão os coletivos que carregam uma proposta de caráter associativo, não hierárquico e propositivo. Essa ebulição é notada com uma breve busca no termo “coletivo” em redes sociais da *internet*, mediante a qual é possível ter noção da quantidade e diversidade existentes quanto a esse tipo de organização, por vezes híbridas em seu formato de gestão e atuação, com frequência interseccionando temáticas. São organizações que dão espaço a discussões plurais como gênero, sexualidade, raça e diversos outros marcadores sociais, tanto em espaços acadêmicos como na *internet* (PEREZ; FILHO, 2017). Esse tipo de organização, que surge juntamente com as mobilizações, provoca, além de mudanças sociais, uma agenda de pesquisa no campo social que busca entender o cenário político-organizacional e captar as reflexões teórico-analíticas que surgem a partir dessas estruturas (GOHN; PENTEADO; MARQUES, 2020; PEREZ; SOUZA, 2017; PEREZ; FILHO, 2017).

A comunicação se estabelece como importante elemento para articulação destas mobilizações contemporâneas e de igual forma para a organização dos coletivos. Historicamente, a comunicação se designou como importante aliada dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, seja no passado por meio de panfletos e periódicos alternativos, por exemplo, seja atualmente pela apropriação das tecnologias advindas da *internet*. Os coletivos contemporâneos utilizam esses espaços digitais para estabelecer processos comunicacionais possibilitando práticas e táticas que potencializam dinâmicas mais

---

<sup>3</sup> O movimento começou em 2013 com o uso da hashtag #BlackLivesMatter em mídias sociais, impulsionado pela absolvição do assassino de adolescente negro nos EUA. Em 2014, o movimento tomou as ruas depois da morte de mais dois homens negros. Em 2016, se espalhou para outros países, incluindo o Brasil, questionando principalmente a violência policial contra a população negra. Em maio de 2020, o assassinato de George Floyd, sufocado sob o joelho de um policial branco, não somente comoveu os EUA, mas mobilizou diversos protestos pelo mundo; países como Brasil, Bélgica, Inglaterra e Austrália registraram manifestações, mesmo em plena restrição imposta pela pandemia do Coronavírus (ARRUDA, 2020).

<sup>4</sup> A greve pelo clima tem origem no "*Fridays For Future*", iniciado pela adolescente sueca de 16 anos Greta Thunberg. Desde 2018, Greta falta às aulas nas sextas-feiras para protestar pelo clima. A iniciativa rendeu a indicação ao Prêmio Nobel da Paz e fez com que diversas outras greves se espalhassem pelo mundo. (GREVE GLOBAL... 2019).

democráticos e ações coletivas (ALBUQUERQUE, 2016). Mas compreendendo os coletivos como organizações que se consolidam também por meio de relações, a comunicação se estabelece como ponto vital para suas consolidações. É nos processos comunicacionais que ocorrem a troca de informação, a busca pela visibilidade de suas causas e a disputa da opinião pública.

É a partir desse cenário, em que também se costura o (re)encontro e a (re)organização das mulheres, que buscamos compreender os coletivos protagonizados por elas. Exemplos dessa forma de organização são mostrados pelo *Mapa de Coletivos de Mulheres*<sup>5</sup> (MAMU), que registrou, de forma colaborativa, 290 iniciativas de grupos, coletivos, organizações e movimentos de mulheres no Brasil. Ainda mais recente, cabe citar a iniciativa *UNA*<sup>6</sup> que, por meio de um mapa interativo, visibiliza iniciativas que trabalham em prol da equidade de gênero e do empoderamento das mulheres no país. Em junho de 2018, o primeiro mapa da plataforma registrou 338 organizações e iniciativas protagonizadas por mulheres.

Dentro desta realidade (e vivência), traçamos nossa pesquisa, com foco nos coletivos de mulheres e na comunicação. Lançamos, então, o seguinte **problema**: qual a relevância da comunicação na formação e manutenção de coletivos de mulheres?

Assim sendo, o **objetivo geral** do estudo é identificar as regularidades e distinções da comunicação em coletivos, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres. Nossos **objetivos específicos** são três:

a) reunir subsídios teóricos e metodológicos de pesquisas antecedentes para investigar, no contexto dos movimentos sociais, as organizações em coletivos, especificamente de mulheres, bem como suas práticas de comunicação;

b) fazer um levantamento de coletivos de mulheres atuantes em Porto Alegre em 2020-2021, identificando tipos de iniciativa e frentes de atuação;

c) eleger três coletivos de mulheres para aprofundar análise contemplando histórico, associação com movimentos sociais, frentes de atuação e dimensões da comunicação

---

<sup>5</sup> Desenvolvido em 2014, o mapa surgiu a partir da ONG feminista *Casa de Lua*, que encerrou suas atividades em 2016. Atualmente, a plataforma está desativada, mas é possível encontrar trabalhos a respeito deste mapeamento, na internet.

<sup>6</sup> Plataforma desenvolvida pela *Womanity Foundation* e *ONU Mulheres*, em parceria com o *Instituto C&A*.



organizacional, a partir de produtos midiáticos e narrativas de participantes sobre os processos de comunicação.

As justificativas da pesquisa concatenam-se à realidade social, ao campo da Comunicação e à motivação pessoal. Sabemos que vivemos em uma sociedade patriarcal em que a desigualdade de gênero ainda é um desafio nas esferas pública e privada. Apesar dos avanços, a diferença salarial e de oportunidade de trabalho persiste, enquanto as várias formas de violência ainda fazem parte das vidas das mulheres. Além disso, quando interseccionamos classe, raça e gênero, a realidade é ainda mais desfavorável e agressiva. Torna-se importante entender e dar visibilidade a iniciativas organizadas por mulheres.

Segundo o *Fórum Econômico Mundial*, a desigualdade no campo do trabalho pode levar 257 anos para atingir a paridade de gênero no mundo. Apesar disso, o trabalho de cuidado – de crianças, idosos e familiares - não remunerado, realizado por mulheres e meninas, representa 12,5 bilhões de horas todos os dias; tal contribuição representaria US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global (OXFAM, 2019). São dados que denunciam a diferença de oportunidade sofrida pelas mulheres, mas também revelam as limitações e privações a que as mulheres foram submetidas ao longo da História. No Brasil, a desigualdade econômica está de braços dados com as questões de raça, uma vez que 705 mil homens brancos, dentre os 1% mais ricos, possuem mais riqueza acumulada do que todas as mulheres negras do país, que representam a maior parte da população - cerca de 26% (ESTUDO..., 2021).

Além dessas diferenças socioeconômicas, as mulheres continuam sofrendo com as violações de seus corpos. A 14ª edição do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* revelou que, a cada oito minutos, o crime de estupro foi registrado em 2019, sendo mulheres cerca de 85,7% das vítimas. Os registros de lesão corporal em decorrência de violência doméstica aumentaram 5,2%: foi registrada uma agressão física a cada dois minutos em 2019. Cabe ressaltar ainda que não há como calcular os números das violências não visíveis, que afetam as mulheres em nível psicológico e moral.

Tal cenário se agravou com a pandemia do novo Coronavírus<sup>7</sup>, iniciada em 2020. A desigualdade no campo do trabalho de cuidado impactou ainda mais as mulheres. As medidas de prevenção à contaminação do novo vírus, como o isolamento social, forçaram adaptações

---

<sup>7</sup> Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declara pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). No momento em que essa dissertação é finalizada, em fevereiro de 2022, o Brasil totaliza mais de 645.534 óbitos causados pela doença.

das atividades laborais levando-as para dentro das casas, o que gerou intensa sobrecarga às mulheres que ainda são, na maioria das vezes, responsáveis pelos cuidados dos filhos e filhas. Além disso, a maioria dos profissionais da saúde na linha de frente do enfrentamento à crise sanitária é de mulheres. O isolamento social, também agravou a realidade de muitas mulheres no que se refere à violência doméstica e à perda, em muitos casos, de seus trabalhos e renda, o que causa uma feminização da pobreza. No Brasil, apesar dos registros de violência sofrida pelas mulheres terem caído durante a pandemia, pela subnotificação causada pela dificuldade de denúncia, o feminicídio aumentou 22% somente nos meses de março e abril de 2020 (FÓRUM BRASILEIRO..., 2020). No Rio Grande do Sul, os casos de feminicídio aumentaram 225% em um ano, com 72 assassinatos de mulheres em razão do gênero entre agosto de 2020 e agosto de 2021. Já que vivemos em um sistema que se alicerça na economia, não somente vidas seriam poupadas, pois o fim da violência contra mulheres pouparia, em 10 anos, mais de R\$ 214 bilhões do PIB brasileiro, segundo pesquisa da Gerência de Economia e Finanças Empresariais (2021).

A pandemia também impactou as atividades e modos de interação dos coletivos de mulheres, assim como tantas outras organizações, forçando adaptações a uma nova realidade. O preconizado isolamento social acabou criando obstáculos para os encontros e atividades presenciais que eram realizados antes do período de pandemia. Tal fato provocou a necessidade do desenvolvimento de atividades remotas que foram mediadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação<sup>8</sup> (TICs), o que se materializou especialmente no uso das redes sociais digitais. Como veremos depois, tal realidade impactou substancialmente a nossa participação junto ao objeto empírico e a própria natureza da comunicação dos coletivos, que foi pesquisada nesse cenário atípico. Por tanto, tais impactos atravessam toda nossa pesquisa, desde a falta de acesso às bibliografias, por conta das bibliotecas fechadas, até o contato com o campo empírico, realizado majoritariamente de forma virtual. Assim, podemos presumir que em tempos não pandêmicos, outra pesquisa seria possível.

Os exemplos das desigualdades de gênero, trazidos anteriormente, são algumas referências da cultura machista estrutural que continua afetando a vida de meninas e mulheres em todo o mundo. Aliados à busca por uma sociedade mais igualitária e justa, entendemos que estão o fomento às iniciativas que combatam tais desequilíbrios e as propostas que promovam a autonomia e o fortalecimento dos vínculos entre as mulheres, tais como, em particular, os

---

<sup>8</sup> A partir daqui utilizaremos a abreviação TICs.

coletivos protagonizados por elas. Nesse sentido, é necessário avançarmos nas discussões e no entendimento da complexidade que tais organizações possuem, e, de igual forma, compreender a comunicação que surge delas, seus processos e relevância.

Os coletivos enquanto novas formas de mobilização da sociedade civil também aparecem como nova proposta de estudo no campo da Comunicação. Tal questão pode ser vista a partir do levantamento de pesquisas brasileiras antecedentes em Comunicação<sup>9</sup> sobre as temáticas que orbitam nosso trabalho, como movimentos sociais, feminismo, comunicação organizacional e coletivos, em que, do total de 15 textos selecionados, seis tratam diretamente sobre essas organizações. Destes, quatro trabalhos direcionam para questões que circundam a relação e o uso das TICs pelos coletivos (ALBUQUERQUE, 2016; JUSTUS; ROMANCINI e CASTILHO, 2019; MÉNDEZ, 2016; SILVA F. e OLIVEIRA B., 2017) e somente dois diversificam os estudos acerca dessas iniciativas aprofundando sobre outras temáticas comunicacionais (VISONÁ, 2020; JESUS, 2019).

Dessa forma, mostrando que a abordagem de coletivos nos estudos de Comunicação ainda é incipiente, aparecendo comumente direcionada ao uso tecnologias digitais. Nesse sentido, pulsam trabalhos que articulam os movimentos sociais e organizações da sociedade civil com a apropriação das TICs (ALBUQUERQUE, 2016; MÉNDEZ, 2016; SOARES, 2016). Tais trabalhos apontam para uma compreensão do uso das redes sociais na *internet* por sujeitos e sujeitas integrantes de organizações ou movimentos sociais, principalmente dos últimos anos. Isso, porque as redes digitais tornaram-se um espaço importante para a organização social, a articulação de ativistas, o fortalecimento de redes sociais e a divulgação de suas causas. De outra forma, alguns trabalhos que relacionam os recentes movimentos sociais à apropriação das TICs, ao mesmo tempo que concluem pela relevância dessas articulações virtuais, apontam que somente isso não é capaz de gerar transformações sociais (ANTOLINI, 2016; SOARES, 2016). Vindo ao encontro dessa lógica, de forma complementar, há também uma valorização da conversação cotidiana, da aproximação comum como possibilidades de fortalecimento de questões e causas políticas, ao lado da formação da opinião pública (MARQUES; MARTINO, 2017) e de tendências socioculturais (VISONÁ, 2020). Em uma perspectiva organizacional,

---

<sup>9</sup> O estado da arte da pesquisa, como é detalhado no capítulo 2 sobre os procedimentos metodológicos, revelou diferentes abordagens dos temas a que este trabalho se propõe. Ao todo, foram lidos mais de 9.300 títulos de trabalhos, entre títulos de teses e dissertações, em 44 Programas de Pós-graduação em Comunicação; de 17 periódicos científicos de Comunicação (*Qualis* A1 a B2); e dos trabalhos apresentados nos eventos *Intercom* e *Compós*, entre 2015 e 2019. Também foram lidos os títulos de trabalhos apresentados no evento internacional *Fazendo Gênero*, de 2017. Os trabalhos selecionados a partir dos títulos passaram por triagens de leitura dos resumos e, posteriormente, por leitura completa. Sendo assim, chegamos a um *corpus* de 15 trabalhos.

aparece a proposta de discutir sobre perspectivas comunicacionais em ambientes organizacionais contemporâneos, levando em conta sentidos e processos na comunicação (SCROFERNEKER; AMORIM e OLIVEIRA R., 2016). Entre os trabalhos que abordam o campo feminista, sobre questões de gênero e a comunicação foi possível perceber que, apesar dos estudos de gênero no campo ocorrerem de maneira tardia (TOMAZETTI, 2019), as temáticas de mulheres e do feminismo são recorrentes, principalmente quando articuladas à representação midiática, às formas de comunicação em rede digitais e aos movimentos feministas dos últimos anos (JESUS, 2019; JUSTUS; ROMANCINI; CASTILHO, 2019; LEAL, 2019).

A relação entre a cidadania comunicativa e a construção de vínculos identitários, assunto que perpassa alguns trabalhos, nos mostram uma aproximação possível entre as ações vinculantes promovidas pelos encontros virtuais/presenciais e a auto-organização das mulheres, os processos comunicacionais sendo peça-chave. Apesar disso, não encontramos pesquisas que se propusessem a estudar a relação entre esse tipo de organização e a comunicação de maneira mais aprofundada, a partir das relações internas, por exemplo, o que evidencia uma lacuna no campo e, conseqüentemente, uma oportunidade de investigação. Portanto, nossa proposta apresenta-se como uma contribuição à área da Comunicação, principalmente porque busca a compreensão das dinâmicas comunicacionais na organização das mulheres a partir de um tipo específico de instituição pouco estudada pela área: os coletivos.

Além disso, estamos tratando aqui de um trabalho escrito por uma mulher, cisgênero e branca, que busca em seu lugar privilegiado contribuir para as discussões acadêmicas da Comunicação, mas também dar visibilidade à potência da organização e ao (re)encontro das mulheres a partir dos coletivos. Peço licença à primeira pessoa do plural, para registrar que minha motivação também provém das experiências vividas por mim, ao participar de várias manifestações recentes e testemunhar organizações de mulheres em diversos espaços e eventos. Além do mais, tenho interesse em conhecer e entender as iniciativas autogestionárias com base na cooperação e em estruturas não hierárquicas, movida pela minha aproximação à Economia Solidária durante meu trajeto na iniciação científica<sup>10</sup> na graduação, quando tive a oportunidade de conhecer inúmeras iniciativas que tangenciam os temas desse trabalho.

---

<sup>10</sup> Fui bolsista de iniciação científica no Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa do PPG de Ciências Sociais da Unisinos; entre outras atividades, participei de uma pesquisa nacional sobre o perfil dos integrantes, homens e mulheres, dos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Esta investigação também se compromete com pelo menos dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>11</sup> – Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas. A saber, o Objetivo 5 “sobre igualdade de gênero”, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e o Objetivo 10 “sobre a redução das desigualdades”, que pretende reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

Tendo os propósitos e as ponderações feitas até aqui, o trabalho tece uma estrutura que primeiramente apresenta os recursos metodológicos, no capítulo dois. Nele encontraremos os passos percorridos nesta pesquisa, que se desenha como qualitativa e utiliza-se de recursos documentais, tendo como técnica a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005) e a análise documental (MOREIRA, 2005); emprega também recursos observacionais, tendo como técnica a observação participante (PERUZZO, 2005) e entrevistas semiestruturadas (DUARTE, 2005).

Para compreender os temas abordados em nosso trabalho, o capítulo três é destinado às discussões teóricas e apresentação de pesquisas antecedentes identificadas no estado da arte. Ele se inicia com reflexões sobre movimentos sociais (MÉNDEZ, 2016; GOHN, 2005, 2011, 2013) e organizações da sociedade civil e coletivos (CAPRA, 2005; GAIGER, 2020; MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; 2017, 2019); percorre teorias sobre comunicação, perpassando enfoques acerca da comunicação organizacional (URIBE, 2007; KUNSCH, 2017; LIMA, 2008; BALDISSERA, 2009a, 2009b, 2009c), aprofundando-os a partir das dimensões organizacionais propostas por Baldissera (2009a, 2009b, 2009c), ainda, reflete acerca da comunicação comunitária (PERUZZO, 2007, 2010, 2012; PAIVA, 2017); por fim, traz perspectivas acerca de gênero (TOMAZETTI, 2019; LOURO, 1997; PINTO, 2003; ), da organização das mulheres (BONETTI, 2011; GOHN, 2005, 2011, 2013, LOURO, 1997; MATOS, 2008, 2014 ; PINTO, 2003), dos feminismos e de especificidades na relação entre as mulheres e violência (SAFFIOTI, 2001; BANDEIRA, 2019), raça (CARNEIRO, 2019, COLLINS, 2017 HOOKS, 2018, AKOTIRENE, 2019) e natureza (BELTRÁN, 2019; HERRERO, 2013).

O capítulo quatro é dedicado ao contexto, cenário midiático e o objeto empírico de nossa pesquisa; nele encontraremos um levantamento de 20 coletivos de mulheres em Porto Alegre e o detalhamento e aprofundamento do estudo de três deles: a *Casa de Referência da Mulher*

---

<sup>11</sup> Em 2015 a ONU definiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criando um pacto global de ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Ao todo, são 17 Objetivos que pretendem ser alcançados até 2030.

*Mulheres Mirabal, o Coletivo Nimba e o Coletivo Ecofeminista Pandora.* A sequência do texto, no capítulo 5, se dá a partir da apresentação das regularidades e diferenças, com análises e interpretações frente ao histórico, às características de organização e aos processos comunicacionais e às questões da articulação feminista dos coletivos estudados. Por fim, tecemos nossas considerações finais.

Boa leitura.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo é dedicado aos passos metodológicos da investigação. Nossa pesquisa é qualitativa, uma vez que usamos dados, como textos e falas, e a análise se dá por interpretação (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002). Ao mesmo tempo, compreendemos que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p. 68).

Apresentamos os procedimentos metodológicos em duas etapas, orientadas pelos objetivos da pesquisa, com isso explorando recursos tanto documentais quanto observacionais. A etapa 1 da pesquisa envolve o estado da arte e a discussão teórica. A etapa 2 envolve o estudo empírico sobre a comunicação nos/dos coletivos de mulheres. As etapas, e seus respectivos objetivos, assim como as técnicas e fontes utilizadas em cada uma delas, estão sistematizadas no quadro Síntese do método da pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 - Síntese do método da pesquisa

Objetivo geral	é identificar as regularidades e distinções da comunicação em coletivos, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres.	
Objetivos específicos	Técnicas de coleta, descrição e análise de dados	Fontes
<b>Etapa 1 da pesquisa: estado da arte e discussão teórica</b>		
- reunir subsídios teóricos e metodológicos de pesquisas antecedentes para investigar, no contexto dos movimentos sociais, as organizações em coletivos, especificamente de mulheres, bem como suas práticas de comunicação;	Pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005) Análise documental (MOREIRA, 2005)	Livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos, artigos publicados em anais de eventos, preferencialmente do campo da comunicação.
<b>Etapa 2 da pesquisa: estudo empírico</b>		
- fazer um levantamento de coletivos de mulheres atuantes em Porto Alegre em 2020-2021, identificando tipos de iniciativa e frentes de atuação;	Análise documental (MOREIRA, 2005)	Pesquisa na internet através das plataformas Google; redes sociais digitais como <i>Instagram</i> e <i>Facebook</i> , e consulta informal à rede de contatos da pesquisadora.
- eleger três coletivos de mulheres para aprofundar a análise, contemplando: histórico, associação com movimentos sociais, frentes de atuação e dimensões da comunicação organizacional (BALDISSERA, 2009a, 2009b) a partir de produtos midiáticos e narrativas de participantes sobre os processos de comunicação.	Análise documental (MOREIRA, 2005)	Sites dos coletivos na internet. Perfis dos coletivos nas redes sociais digitais <i>Instagram</i> , <i>Facebook</i> e <i>Youtube</i> . Produtos de comunicação fornecidos pelos coletivos. Outros documentos fornecidos pelos coletivos.
	Observação participante (PERUZZO, 2005) Entrevista semiaberta presencial (DUARTE, 2005) e <i>online</i> (FLICK, 2009)	Espaço físico dos coletivos. Eventos <i>online</i> promovidos pelos coletivos. Mulheres participantes dos coletivos. Mulheres responsáveis pela produção da comunicação dos coletivos.
<b>Análise e interpretação</b>		

Fonte: elaborado pela autora

A seguir, detalhamos os procedimentos de cada etapa.



## 2.1 Estado da arte e discussão teórica

Para atingir o objetivo de reunir subsídios teóricos e metodológicos de pesquisas anteriores sobre o tema, para fins de apreensão do desenvolvimento do estado da arte e da discussão teórica, adotamos duas técnicas de pesquisa: a pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005) e a análise documental (MOREIRA, 2005).

Antes de detalharmos os procedimentos dessa etapa, vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica, como aponta Stumpf (2005, p. 51), “é o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa”, que forma “um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação”. Em algumas pesquisas, ela pode ser o único método utilizado; entretanto, em nossa investigação ela é a “primeira etapa” (STUMPF, 2005), pois também utilizamos dados empíricos e, nesse sentido, outros métodos e técnicas se mostram necessários. A análise documental, sendo método e técnica ao mesmo tempo, designa “a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (MOREIRA, 2005, p. 271). As fontes da análise documental “frequentemente são de origem secundária”, podendo ser mídia impressa (jornais, revistas, boletins entre outras) e eletrônica (gravações magnéticas de som e vídeo, gravação digital de áudio e imagem entre outras), ao lado de relatórios técnicos. Ainda é possível encontrar fontes primárias como escritos e documentos internos, entre outras fontes (MOREIRA, 2005, p. 272).

Tendo em mente que, para avançarmos em uma pesquisa, é necessário “conhecer o que já existe, revisando a literatura existente sobre o assunto” (STUMPF, 2005, p. 52), realizamos o estado da arte sobre o tema da pesquisa. As fontes consultadas nessa etapa foram produções científicas brasileiras em Comunicação, referentes aos anos de 2015 a 2020, como periódicos científicos eletrônicos, anais eletrônicos de eventos da área e bancos de teses e dissertações de Programas de Pós-graduação em Comunicação. A coleta foi realizada a partir da busca de palavras-chave, como “coletivos”, “mulheres”, “movimentos sociais”, “feminismo” e “organização social”. Os trabalhos selecionados a partir dos títulos passaram por triagens de leitura dos resumos e, posteriormente, por leitura completa. Sendo assim, concluímos o instrumento de coleta (Quadro 2) com a descrição e a análise pormenorizada de 15 pesquisas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> A descrição e análise completa desta etapa foi contemplada no projeto de pesquisa apresentado à banca de qualificação; posteriormente, os trabalhos foram agregados à discussão teórica.

Quadro 2 - Instrumento de coleta do estado da arte

Nº	Fonte	Título	Autores(as)	Ano

Fonte: elaborado pela autora

Para a discussão teórica, as fontes consultadas foram livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos e artigos publicados em anais de eventos, preferencialmente do campo da Comunicação. A coleta de dados foi realizada por meio de leitura, enquanto a descrição foi realizada por meio de fichamentos buscando relações entre os temas abordados nessa pesquisa. Foi possível definir conceitos<sup>13</sup> relacionados a movimentos sociais e organizações da sociedade civil (MÉNDEZ, 2016; GOHN, 2005, 2011, 2013), coletivos (GAIGER, 2020; MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; 2017, 2019), motivações e conceitos que envolvem a auto-organização, como a autogestão, associativismo, solidariedade e sororidade (CHANIAL; LAVILLE, 2009; MOTHÉ, 2009; LEAL, 2019); a organizações e comunicação organizacional (URIBE, 2007; KUNSCH, 2017; LIMA, 2008; BALDISSERA, 2009a, 2009b, 2009c) e a comunicação comunitária (PERUZZO, 2007, 2010, 2012). Ainda traçamos discussões sobre gênero, feminismo e organização das mulheres (BONETTI, 2011; LOURO, 1997; PINTO, 2003; MATOS, 2008, 2014; TOMAZETTI, 2019). A partir das considerações da banca de qualificação e das necessidades do campo, outros e outras autores e autoras foram agregados a nossa discussão. Os resultados dessa parte estão no capítulo 3.

A seguir, relatamos os procedimentos metodológicos do estudo empírico.

## 2.2 Estudo empírico

Como vimos na *Síntese do método da pesquisa* (Quadro 1), o estudo empírico tem três momentos que contemplam os objetivos específicos através de diferentes técnicas e fontes. Para realizar um levantamento de coletivos de mulheres atuantes em Porto Alegre- RS/Brasil, em 2020-2021, adotamos a técnica de pesquisa da análise documental (MOREIRA, 2005). Para tanto, as fontes consultadas, por meio de pesquisa na *internet*, foram a plataforma *Google* e redes sociais digitais, como *Instagram* e *Facebook*. Houve também consulta informal à rede de

<sup>13</sup> No capítulo destinado à discussão teórica, outros autores e autoras são contemplados/as.

contatos da pesquisadora<sup>14</sup> (entre out. de 2020<sup>15</sup> e nov. de 2021). A coleta foi realizada por meio de buscas da palavra “coletivo<sup>16</sup>” nas fontes mencionadas e os dados descritos com base no instrumento de coleta do Quadro 3. O levantamento resultou na descrição de um *corpus* de 20 iniciativas (Quadro 11). A descrição de dados foi inspirada no trabalho de Paulo Justus, Richard Romancini e Fernanda Castilho<sup>17</sup> (2019) sobre a plataforma do *Mapa de Coletivos de Mulheres* (MAMU), em que foi realizada uma análise de enquadramento das iniciativas registradas na plataforma *online* e uma análise descritiva que mostrou as categorias das iniciativas, seguindo a apresentação da própria plataforma.

Quadro 3 - Instrumento de coleta sobre coletivos

Levantamento de coletivos de mulheres em Porto Alegre					
Logo	Nome do coletivo	Local	Tipo/forma de organização	Frente de atuação	Canais de comunicação

Fonte: elaborado pela autora

Durante a coleta e descrição destes dados, tivemos dificuldades de identificar a forma de atuação e o local de atuação das iniciativas, pois nosso trabalho possui um recorte territorial-geográfico; em muitos casos, tivemos que procurar nos conteúdos já publicados para conferir o lugar em que a organização atua. Nesse sentido, não fica evidente se a organização possui um espaço físico, por exemplo. Das instituições selecionadas, apenas duas apareceram registrada como ONGs, mesmo tendo “coletivo” no nome. Nos casos em que não constava nenhuma definição em seus perfis, mantivemos o “coletivo” como designação. A análise desses dados foi realizada a partir da leitura das descrições das frentes de atuação de cada coletivo e posterior busca por aproximações temáticas. Os resultados desta etapa estão no subcapítulo 4.2.

Além disso, para compreender de que forma nosso objeto é visibilizado pela mídia no Brasil, realizamos uma contextualização midiática a partir da busca pela *internet*. Fizemos a

<sup>14</sup> Tal formato de busca justifica-se pela aproximação da autora com iniciativas protagonizadas por mulheres. Ainda durante o estudo exploratório também foi realizado o envio de pedido de lista de instituições parceiras ao Ministério Público e, ainda, para à Defensoria Pública do Rio Grande do Sul. Contudo, nenhum deles respondeu à solicitação.

<sup>15</sup> Período em que demos início ao estudo exploratório do Projeto de Dissertação apresentado à banca de qualificação.

<sup>16</sup> Durante a banca examinadora de defesa da dissertação foi mencionado o termo “coletiva”, que é como algumas iniciativas se denominam. Trago esse ponto para sugerir aos leitores estudiosos desse tema para que incluam tal termo em suas buscas.

<sup>17</sup> Optamos por mencionar os nomes completos dos autores e autoras que utilizamos de forma direta na primeira vez que aparecem no texto, como forma de valorizar os sujeitos e sujeitas; nas repetições que ocorrem no trabalho, são mantidos apenas os sobrenomes.

coleta de dados sobre notícias em três fontes *online*, levando em conta o período de 2015 a outubro de 2020. Foram elas: jornal *Folha de S. Paulo*, revista *Carta Capital* e o portal de notícias *GI*. A escolha dessas fontes considerou critérios de diversidade de formato - uma vez que representam um jornal diário, uma revista semanal e um portal de notícias - bem como a relevância de cada um, abrangência nacional e diversidade editorial de cada veículo. A coleta foi realizada nos mecanismos de buscas dos sites com as palavras-chave “coletivo” e “coletivo de mulheres”. A coleta dos conteúdos foi realizada levando em consideração o assunto vinculado à palavra “coletivo” e analisado o grau de relevância para nossa pesquisa; ou seja, nem sempre a palavra coletivo apareceu no título ou era tema central do material. Os dados coletados foram descritos no instrumento de levantamento de notícias (Quadro 4).

Quadro 4 -Instrumento de levantamento de notícias

<b>Veículo</b>	<b>Título da notícia</b>	<b>Ano</b>

Fonte: elaborado pela autora

Ao todo, foram selecionadas 69 notícias (Apêndice B). A análise foi realizada por meio de leituras sucessivas buscando identificar como os coletivos são apresentados nas notícias e os temas a que eles se vinculam. Os resultados deste levantamento estão no subcapítulo 4.1, no qual também se encontra o contexto social e político do Brasil nos últimos anos, relacionado às temáticas da pesquisa e detalhes do objeto empírico.

Acerca do objetivo específico de eleger coletivos de mulheres para aprofundar a análise, contemplando: histórico, associação com movimentos sociais, frentes de atuação e dimensões da comunicação organizacional a partir de produtos midiáticos e narrativas de participantes sobre os processos de comunicação, foram selecionadas três<sup>18</sup> iniciativas. Dado a limitação do tempo de mestrado, mas levando em consideração a necessidade de contemplar a diversidade que surgiu do campo, optou-se por selecionar três coletivos.

Para tanto, visto a pluralidade de temas observada no levantamento dos coletivos de mulheres em Porto Alegre, optamos por selecionar iniciativas com diferentes frentes de atuação. São organizações que apontam para importantes insurgências das questões das mulheres e, também, da sociedade, vistos a partir do contexto midiático e de temáticas que se repetiram nas mobilizações dos últimos anos, assim nos permitindo aprofundar o estudo com vistas a temas

<sup>18</sup> Ainda na fase do projeto de pesquisa, realizamos um estudo empírico exploratório com um dos coletivos, a *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*. O estudo empírico exploratório ocorreu de novembro a janeiro de 2020, seus resultados foram apresentados à banca de qualificação.

como violência doméstica, raça<sup>19</sup> e meio ambiente. Assim, os coletivos selecionados foram: *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*, o *Coletivo Nimba* e o *Coletivo Ecofeminista Pandora*. Em relação a esses três coletivos, realizamos procedimentos documentais e observacionais. Esses procedimentos ocorreram em três passos, simultâneos e/ou sucessivos. A seguir, detalhamos cada um deles.

O primeiro passo em relação aos três coletivos escolhidos foi a coleta de dados nas fontes da *internet*, primeiramente, no site de busca *Google* para observar o que emerge dos coletivos nesse espaço, em especial sobre as notícias. A seguir, realizamos a coleta via *internet* identificando especificamente os canais de comunicação no meio digital dos coletivos e os conteúdos publicados nesses lugares; dessa forma, coletando as informações disponíveis sobre eles. Esses dados foram descritos conforme os instrumentos de coleta apresentados no Quadro 5, Quadro 6, Quadro 7, Quadro 8 e Quadro 9, indicados a seguir. Realizamos tais buscas em dois momentos durante a pesquisa; dada a necessidade de atualização desses materiais, novas coletas foram realizadas em novembro de 2021. Assim, foi utilizado novamente o instrumento de coleta de notícias, enquanto as coletas dos conteúdos nas redes sociais digitais foram realizadas somente no perfil do *Instagram* dos coletivos, por ser a rede social mais utilizada por todos os selecionados, e, por consequência, a mais atualizada.

Também foi realizada a coleta de produtos de comunicação e documentos fornecidos pelos coletivos. Nessa etapa, tivemos acesso apenas a documentos de um dos coletivos, a *Casa de Mulheres Mirabal*, que viabilizou o acesso a um projeto da instituição que contemplava seu estatuto. Todos os dados resultantes desses procedimentos foram analisados a partir da análise documental (MOREIRA, 2005). Os resultados encontram-se do subcapítulo 4.2 ao subcapítulo 4.3.9.

Quadro 5: Instrumento de coleta de notícias sobre os coletivos

	<b>Título da notícia</b>	<b>Veículo</b>
Nº		

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 6- Instrumento de coleta sobre coletivos de Porto Alegre selecionados

<b>Coletivos de Porto Alegre selecionados para estudo</b>
---

<sup>19</sup> Para a contemplar um coletivo que abordasse as questões raciais recebemos três negativas de instituições para participar da pesquisa.

<b>Coletivo</b>	<b>Causa</b>	<b>Canais na internet e nº de seguidores</b>	<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>	<b>Endereço</b>

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 7 – Instrumento de coleta de publicação no *Instagram*

<b>Descrição conteúdo publicado no <i>Instagram</i></b>				
<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de postagem</b>	<b>Curtida</b>	<b>Comentários</b>

Fonte: elaborada pela autora

Quadro 8 - Instrumento de coleta de publicação no *Facebook*

<b>Descrição conteúdo publicado na página do <i>Facebook</i></b>					
<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de postagem</b>	<b>Curtida</b>	<b>Compartilhamento</b>	<b>Comentários</b>

Fonte: elaborada pela autora

Quadro 9 - Instrumento de coleta de comentários de publicação

<b>Comentários de publicação no <i>Instagram</i></b>	
<b>Nº</b>	<b>Comentário</b>

Fonte: elaborado pela autora

O segundo passo foi realizado a partir da técnica de observação participante (PERUZZO, 2005), entendendo que nessa estratégia metodológica ocorre “a inserção do pesquisador no ambiente pesquisado e seu compartilhamento da situação vivida pelo grupo ou pela comunidade, como propósito de investigação” (PERUZZO, 2005, p. 133). Apesar da observação participante ocorrer a partir da imersão no campo e a participação nas atividades do objeto pesquisado, é importante compreender que tais ações ocorrem com “maior ou menor intensidade” (PERUZZO, 2005). Nesse sentido, também nos posicionamos e entendemos que a observação participante se dá também a partir das repercussões causadas pela presença da pesquisadora e pelas interações decorrentes, compreendendo assim que ocorre um certo grau de interferência, tanto presencialmente como em ambiente *online*.

Nesse ponto, as fontes foram os espaços físicos dos coletivos e os eventos/reuniões *online* promovidos por eles. Devido à pandemia da Covid-19 e às condições e orientações sanitárias, as atividades dos coletivos concentraram-se no ambiente virtual. O único coletivo que permaneceu com atividades presenciais foi a *Casa Mulheres Mirabal*, a qual tivemos acesso ao seu espaço físico, o que também possibilitou o registro por meio fotográfico. Também foi possível a participação de uma reunião virtual de organização do evento de aniversário do coletivo, o *Festival Mirabal*. Tal participação da pesquisadora ocorreu de maneira voluntária e as observações foram feitas de maneira que as participantes não tinham conhecimento da pesquisa em si, dessa forma possibilitando uma maior autenticidade nas dinâmicas do encontro. Foi possível acompanhar a realização de uma edição virtual do sarau “A Única Negra” organizado pelo coletivo *Nimba*, a observação feita nesse evento também foi sem o conhecimento do coletivo, a pesquisadora, nesse momento, se coloca como “público”, mas não foi possível acompanhar nenhuma reunião ou encontro virtual do coletivo. Não foi realizado nenhum evento pelo coletivo *Pandora*, nem permitido a participação em reuniões fechadas, sendo, então, a observação concentrada em registros de conteúdos em seus canais na *internet* e nas próprias entrevistas realizadas de maneira virtual. Os dados foram coletados por meio de diário de campo (TRAVANCAS, 2005) onde foram registradas percepções a partir dos fluxos observados nos perfis das redes sociais digitais, uma vez que a pesquisadora começou a acompanhar estes perfis. Nesse ponto, a pesquisadora também se posicionou como público, interagindo conforme os conteúdos publicados (curtindo ou até mesmo compartilhando-os), também foram registradas impressões durante as entrevistas tanto presenciais quanto *online*. Evidentemente, é possível notar diferenças de detalhes sobre os coletivos diante do acesso ou não aos seus recursos documentais e observacionais. A coleta dessa etapa foi realizada entre dezembro de 2020 e outubro de 2021. Os resultados encontram-se do subcapítulo 4.3.1 ao 4.3.9.

O terceiro passo foi realizado a partir das técnicas de entrevista semiaberta presencial (DUARTE, 2005) e/ou de entrevistas *online* (FLICK, 2009). Entendendo que a entrevista é uma técnica que “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação” (GASKELL, 2002, p. 65), ela se coloca como uma profícua técnica nessa pesquisa. Nesse sentido, a entrevista semiaberta parte de questionamentos básicos constantes em um “roteiro de questões-guias que dão cobertura ao interesse de pesquisa”, tendo em vista que essa “lista de questões-chaves pode ser adaptada e alterada no decorrer das entrevistas” (DUARTE, 2005, p. 66). Por sua vez, a entrevista *online* (FLICK, 2009) pode ser realizada a partir de mecanismos via *internet*. Nesse sentido, a

entrevista *online* se coloca como uma técnica segura e prática, já que pode ser realizada de forma síncrona, uma vez que o pesquisador pode entrar em contato com seus participantes “em uma sala de bate-papo”, como exemplifica Uwe Flick (2009). Esse tipo de entrevista, segundo o autor, “fica muito próximo da troca verbal em uma entrevista cara a cara” (2009, p. 240). Para as entrevistas realizadas de forma virtual, utilizamos o programa de videoconferência *Google Meet* e o aplicativo de mensagem *WhatsApp*.

Nesse passo, as fontes foram mulheres participantes dos coletivos e/ou vinculadas à área de comunicação das suas organizações. Para tanto, primeiramente, foi realizado contato com as organizações por meio de seus perfis nas redes sociais. Após, todos os coletivos consultados tiveram que aprovar internamente a participação ou não na pesquisa. A partir do aceite, foram indicadas interlocutoras para a realização das entrevistas, preferencialmente vinculadas à área de Comunicação. Foram realizadas, ao todo, nove entrevistas, sendo três interlocutoras de cada coletivo. Ressaltamos que todas as interlocutoras que participaram desta pesquisa concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>20</sup> (Apêndice A). Por conta da pandemia, as entrevistas de forma presencial transcorreram somente com duas interlocutoras da *Casa Mulheres Mirabal*, as demais entrevistas e observações foram realizadas de forma virtual, nesse caso foi utilizada a plataforma de reuniões virtuais *Google Meet*, que permite uma conversação em tempo real, o aplicativo de conversação *WhatsApp* também foi utilizado para esclarecimentos posteriores.

Para essa etapa, desenvolvemos um roteiro de perguntas (Quadro 10), dividido em duas partes: a primeira, tratando de informações pessoais das participantes e sobre a estrutura do coletivo (perfil da participante e do coletivo); a segunda, versando sobre as práticas de comunicação do e no coletivo.

---

<sup>20</sup> A investigação foi desenvolvida respeitando as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, propostas pela Resolução-CNS-466/2012. Há, portanto, o compartilhamento dos achados da pesquisa; a assistência ao participante da pesquisa; e o assentimento livre e esclarecido, através do TCLE. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido oportuniza a anuência do participante da pesquisa, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades.



Quadro 10 - Instrumento de entrevista semiaberta

<b>Roteiro para entrevista semiaberta</b>	
Perfil da participante e do coletivo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nome / idade / cidade onde mora / profissão</li> <li>2. Há quanto tempo você faz parte do coletivo e há quanto tempo ele existe?</li> <li>3. Qual a principal atuação do coletivo?</li> <li>4. Quantas mulheres fazem parte? Quais as atribuições das participantes?</li> <li>5. Me conte sobre como você entrou no coletivo, qual foi sua motivação?</li> <li>6. Como ele é organizado (existe direção, assembleias, forma jurídica etc.)?</li> <li>7. Qual a sua função / responsabilidade no coletivo? É remunerada?</li> <li>8. Qual / quais as maiores dificuldades que você enxerga no coletivo?</li> <li>9. Você considera o coletivo feminista?</li> <li>10. Como a questão de gênero e da mulher impacta nos ideais e nas ações do coletivo?</li> </ol>
Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> <li>11. Na sua opinião, qual a importância da comunicação no coletivo?</li> <li>12. Você considera que o coletivo possui uma boa comunicação com as participantes? E com o público externo?</li> <li>13. Como é organizada a comunicação do coletivo?</li> <li>14. Como as participantes se comunicam entre si?</li> <li>15. Quais são os principais canais de comunicação do coletivo com as pessoas externas?</li> <li>16. Já ocorreu algum tipo de crise no coletivo por causa da comunicação?</li> <li>17. Na sua opinião, como seria o processo de comunicação ideal no coletivo?</li> <li>18. Como as pessoas ficam sabendo do coletivo?</li> <li>19. Você considera que há diferenças, por ser um coletivo só de mulheres? Quais?</li> </ol>

Fonte: elaborado pela autora

A coleta desses dados foi realizada por meio de gravação eletrônica, tanto para entrevistas presenciais quanto para entrevista *online*, posteriormente, foi realizada a descrição por meio de transcrição. Para análise do material realizamos leituras sistemáticas buscando a organização por temas e suas confluências com os dados encontrados nas etapas anteriores. Os resultados são encontrados do subcapítulo 4.3.1 ao 4.3.9.

Por fim, no último movimento de análise, com vistas ao objetivo geral de identificar as regularidades e distinções da comunicação em coletivos, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres, por meio de leituras sistemáticas buscamos categorizações por repetições ou diferenças encontradas nas informações da etapa do estudo empírico e buscamos relações com as informações da etapa da discussão teórica. Os resultados encontram-se no capítulo 5.

Chegamos até aqui com a compreensão das escolhas e passos metodológicos da pesquisa, sendo ela identificada como qualitativa, utilizando-se de dados documentais e observacionais. Foram definidas estratégias de coleta, descrição e análise de dados que contemplaram as duas etapas principais de nossa pesquisa, sendo uma voltada ao levantamento bibliográfica, contemplando o estado da arte e a discussão teórica e outra envolvendo o estudo empírico sobre coletivos de mulheres e a comunicação.

No capítulo a seguir, a partir de pesquisas antecedentes trataremos da fundamentação e discussão teórica da pesquisa.

### **3 DISCUSSÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, nos debruçamos no debate sobre os conceitos-chave da investigação: movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos; comunicação e coletivos; gênero, feminismos e relações entre mulheres e violência, raça e natureza. Buscando adotar uma abordagem holística, também trazemos reflexões complementares aos temas.

#### **3.1. Movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos**

Nossa exposição, nesse item, parte de uma visão dos movimentos sociais e de suas atuações contemporâneas, numa perspectiva brasileira; segue para os conceitos que nos ajudarão a entender, em um primeiro momento, a estrutura que diferencia esse tipo de organização e, em um segundo momento, as motivações das relações vinculantes que se configuram na auto-organização cidadã, consolidada em organizações como os coletivos.

Antes de abordarmos diretamente a organização que pulsa da sociedade e as formas de constituição de movimentos, vamos fazer algumas reflexões sobre a própria organização da vida. Inicialmente, pode soar descabido falarmos nessas linhas sobre um tema tão profundo como a vida e o que a determina e constitui, mas chegaremos em um lugar que se aproximará das questões expostas nesse trabalho.

Partimos aqui das reflexões elaboradas pelo autor Fritjof Capra<sup>21</sup>, que apresenta dimensões biológicas, cognitivas e sociais da vida, em uma narrativa que busca traçar um olhar sistêmico sobre as questões que atingem a humanidade. O autor marca uma mudança de paradigma quando se soma àqueles que propõem uma visão holística de mundo, em que é levado em conta a integralidade, o todo. Tal posição também pode se colocar como uma visão ecológica, tendo aqui seu significado profundo e amplo (CAPRA, 1997).

---

<sup>21</sup> Os pensamentos deste autor aqui expostos são oriundos da obra *As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável* e algumas reflexões de *A teia da Vida - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos* do mesmo autor.

Essa visão sistêmica, não-linear, do que é a própria vida, mostra-se como uma linguagem eficiente para elaborar e descrever os sistemas complexos que se organizam na natureza e na sociedade (CAPRA, 2002). A visão do autor é, em síntese, uma proposta que parte das ciências naturais em direção às ciências sociais, uma visão que vê no mundo material elementos para compreender o social, compreender o nós, pois é “sensato que a compreensão dos fenômenos sociais seja baseada numa concepção unificada da evolução da vida e da consciência” (CAPRA, 2002, p. 21).

O que define a constituição da vida biológica é a sua constituição a partir de células; dessa maneira, revelar as características das células é entender também características que definem a própria vida. Quando se debruça sobre a rede metabólica de uma célula, em que se tem dinâmicas específicas de reações químicas, e assim se tem a função de cada um desses componentes da rede, o autor explica que tal função “é a de transformar ou substituir outros componentes, de maneira que a rede como um todo regenere-se continuamente” (CAPRA, 2002, p. 27). Ou seja, “as redes vivas criam e recriam a si mesmas continuamente, mediante transformação ou substituição dos seus componentes”. Assim, “sofrem mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo que preservam seus padrões de organização, que sempre se assemelham a teias” (CAPRA, 2002, p. 27). Dessa forma, chegamos ao que os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela chamam de *autopoiese*, um padrão encontrado nestas redes autogeradoras, revelando que “a definição do sistema vivo como uma rede autopoietica significa que o fenômeno da vida tem de ser compreendido como uma propriedade do sistema como um todo” (CAPRA, 2002, p. 27)<sup>22</sup>.

Entendendo tal estrutura, podemos partir para uma observação sobre as mudanças que ocorrem em tal sistema e ir nos aproximando das questões sociais.

O sistema autopoietico é definido pelo fato de sofrer mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo que conserva o seu padrão de organização em teia. Os componentes da rede continuamente produzem e transformam uns aos outros, e o fazem de duas maneiras distintas. A primeira espécie de mudança estrutural é a de autorrenovar-se.

---

<sup>22</sup> Capra relaciona tais conceituações a duas teorias sociológicas: uma apresentada por Anthony Giddens, a teoria da estruturação; e a outra, por Jürgen Habermas, qual seja na perspectiva da teoria da ação comunicativa. A teoria de Giddens abrange um olhar sistêmico das estruturas sociais e das interações realizadas pelos agentes; ou seja, a atividade humana. Para Giddens, segundo Capra, “as estruturas sociais são a um só tempo a pré-condição e o resultado inadvertido da atividade dos indivíduos” (CAPRA, 2002, p. 90). Há, nesse caso, uma retroalimentação entre as estruturas sociais e as interações humanas. Para Habermas, o “sistema social está ligado ao modo pelo qual as estruturas sociais constroem as ações dos indivíduos” (CAPRA, 2002, p. 91). Nesse ponto, para o autor, tal sistema está diretamente conectado às questões de poder. As visões de Giddens e Habermas integram o que Capra vai definir como o mundo social, composto pelas relações humanas, e o mundo interior, que representa os valores e significados. Trata-se de olhar mais uma vez para o todo que nos compõe como indivíduos e sociedade.

Todo organismo vivo se renova constantemente, na medida em que suas células se dividem e constroem estruturas, na medida em que seus tecidos e órgãos substituem suas células num ciclo contínuo. Apesar dessa mudança permanente, o organismo conserva a sua identidade global, seu padrão de organização. O segundo tipo de mudança estrutural num sistema vivo é aquele que cria novas estruturas - novas conexões da rede autopoietica. Essas mudanças, que não são cíclicas, mas seguem uma linha de desenvolvimento, também ocorrem continuamente, quer em decorrência das influências ambientais, quer como resultado da dinâmica interna do sistema. (CAPRA, 2002, p. 50).

Em síntese - se é que isso é possível, tamanha a profundidade da obra em questão - temos uma comparação, uma aproximação dos elementos e características das redes biológicas que nos constituem com a organização dos sistemas sociais dos quais fazemos parte. Tais reflexões se colocam como uma forma de compreender a partir das redes vivas que nos constituem, das redes sociais-culturais em que estamos inseridos e inseridas. Tendo em vista essas relações autogeradoras, existentes também no sistema social, a partir desse olhar sistêmico abarcamos conceituações a respeito dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil.

Avançando nesse terreno, nos deparamos com diferentes abordagens e prismas de entendimento dos movimentos sociais. Em um primeiro momento, talvez sejamos direcionados e direcionadas a pensar que eles são expressões da população frente àquilo que a desagrada ou àquilo que lhe falta. Mas, como ressalta a pesquisa sobre informação e coletivos culturais mediáticos, de Héctor René Mena Méndez (2016), os movimentos sociais possuem um

[...] papel fundamental ao possibilitar espaços diferenciados em termos de concepções sobre o que significa viver em sociedade, ao mesmo tempo em que problematizam a própria identidade enquanto componentes e integrantes do agir coletivo (MÉNDEZ, 2016, p. 117).

Neste trabalho, focalizamos a abordagem nos novos movimentos sociais<sup>23</sup> centrados em questões identitárias, nas quais surgem temáticas de gênero e raciais, por exemplo, o que amplia e, até certo ponto rompe, com as definições marxistas do século XIX, centradas no trabalhador/trabalhadora como agente político/política, no ator proletário ou proletária e nas classes sociais como estruturas que explicariam as relações sociais (GOSS; PRUDENCIO, 2004). Segundo Méndez (2016), estudioso das sociedades contemporâneas sob o prisma das dinâmicas infocomunicacionais, os novos movimentos sociais:

[...] se caracterizam por sua capacidade de autorreflexão, em negação de sonhos revolucionários, mas na procura de uma reforma social, cujo destinatário não responde

---

<sup>23</sup> Méndez (2016, p. 20-21), a partir de Morfin (2011), enumera oito diferentes enfoques acerca das teorias sociológicas sobre ações coletivas e dos movimentos sociais. Aquela que remete aos novos movimentos sociais é associada aos pensamentos de uma segunda fase de Touraine e Mellucci, e ainda de Luhmann. Os novos movimentos sociais são identificados por seus teóricos como novas formas de representação de autonomia local.

exclusivamente ao Estado, e sim ao sentido para a defesa da democratização social (MÉNDEZ, 2016, p. 23).

Para a socióloga brasileira Maria Glória M. Gohn<sup>24</sup> (2013), os movimentos sociais são ações sociais coletivas que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas; mobilizam ideias, valores e geram saberes e aprendizado coletivo; enquanto isso, na semântica da mesma autora, a maioria das chamadas ações cívicas são organizadas de cima para baixo, permanecendo autocentradas e autorreferenciadas, limitando-se ao desempenho de uma estratégia de sobrevivência ou de uma ação cultural. Aqui no Brasil, a socióloga realiza um mapeamento dos movimentos sociais, das redes de mobilizações e de associações civis na realidade contemporânea, indicando tematicamente os movimentos e suas características. Nesse ponto, ela afirma que têm surgido outras formas de organização civil que se diferenciam daquelas em certa medida protagonistas dos anos 80, formas novas que se colocam como iniciativas organizativas ativas e propositivas (GOHN, 2013).

Nesse aspecto, para compreendermos a importância desse tipo de organização cidadã e a interferência no desenvolvimento da sociedade civil brasileira, traçaremos um breve histórico das articulações da sociedade civil no Brasil. Para entendermos o conceito de sociedade civil organizada, primeiramente deveremos visualizar o que é a sociedade civil.

O termo sociedade civil evoca diferentes definições, desde aquelas alinhadas ao liberalismo, associando-a às questões de privatização e ao âmbito do privado, até, por outro lado, aquelas alinhadas aos propósitos democráticos e de fortalecimento do espaço público (GOHN, 2005). É importante termos em mente que a separação entre sociedade civil e Estado ocorreu na Idade Moderna. Para autores como Thomas Hobbes, segundo Gohn (2005), a sociedade civil se opõe à sociedade primitiva, selvagem, e seria a combinação da sociedade política e da sociedade civilizada, entendendo-se que nem a família e nem o Estado, por si mesmos, conseguiriam dar conta da complexidade da vida dos indivíduos. Contudo, entre tantas outras possibilidades de entender a sociedade civil, ficaremos com a posição de Antonio Gramsci, pois, segundo Gohn, é o “primeiro autor a compreender o espaço da sociedade civil como espaço de organização da cultura” (GOHN, 2005, p. 65) e, nessa perspectiva, a sociedade civil é visto por ele como um espaço de disputa pela hegemonia. Em consonância, Margarida M. K. Kunsch (2007, p. 60) sustenta que o papel da sociedade civil é “influenciar a mudança

---

<sup>24</sup> A partir desse momento a obra *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo* (GOHN, 2013) e *O protagonismo da sociedade civil* (2005) serão bastante contempladas na discussão, pois são de leituras relevante para os conceitos apresentados.

do *status quo*, do poder do Estado e do mercado, para atender às demandas e necessidades emergentes, locais, nacionais, regionais e globais”. Em uma perspectiva mais clássica, pondera, a sociedade civil pode ser definida como “a luta pela conquista dos direitos à cidadania, da justiça e dos valores sociais”.

Outra perspectiva, também interessante, é a de Alexis de Tocqueville. Conforme Gohn, ele considera a sociedade civil como “uma associação cívica” (GOHN, 2005). Tocqueville estudou as iniciativas cívicas nos EUA que se expressavam por meio de associações, legiões assistencialistas, organizações de cunho religioso e outras formas, tidas como fundamentais para a democracia estadunidense. Além disso, a partir desse enfoque outros autores surgiram e defenderam a coesão social da “comunidade geográfica”, visando à mudança social a partir dos laços criados localmente.

De maneira geral, seguindo Capra, a sociedade civil tradicionalmente é vista como:

[...] um conjunto de organizações e instituições - igrejas, partidos políticos, sindicatos, cooperativas e diversas associações de voluntários - que constituem uma espécie de intermediário entre o Estado e seus cidadãos. As instituições da sociedade civil representam os interesses do povo e constituem os canais políticos pelos quais este se liga ao Estado. (CAPRA, 2002, p. 228).

No Brasil e na América Latina, o conceito de sociedade civil articula-se com as movimentações sociais e políticas. Para Gohn, o termo surge no continente latino-americano no período das transições democráticas (2005, p. 70). Para a autora, o termo começou a carregar sinônimos, como a participação e a organização civil contra a ditadura militar que assolava diversos países da região, nos anos 70 e 80. Tais organizações se mobilizavam para modificar o *status quo* estruturado no espaço estatal e dominado por um regime não democrático que valorizava o grande capital, a classe média/alta e a emergência de multinacionais (GOHN, 2005). O cenário não democrático fez com que surgissem iniciativas coletivas no interior da sociedade civil para garantir justamente aquilo que era negado pelos regimes autoritários. Nesse ponto, “participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante” (GOHN, 2005, p. 72).

Ainda sobre esse cenário dos anos 70 e 80, novos atores sociais surgiram, organizados em movimentos populares urbanos e rurais que lutavam por moradia, entre outros, e aqueles que reivindicavam direitos sociais e culturais modernos, levantando temas como raça, gênero, meio ambiente, direitos humanos e outros marcadores dos novos movimentos sociais. As lutas se pulverizaram e saíram da centralidade assumida até então pelos sindicatos e partidos políticos;

emergiram com força organizações autônomas, ampliando a criação de associações, instituições e ONGs (GOHN, 2005). Esse tipo de participação social no Brasil marca uma ruptura com a exclusividade do trabalhador e da trabalhadora como atores de mudança social, e assinala iniciativas de outros setores independentes do mundo do trabalho, ou cuja identidade, interesses e ação não se limitam ao mesmo. Além disso, tais movimentos “ajudaram a construir novos significados para a política, localizando-a no cotidiano, retirando sua exclusividade no campo da representação institucional e do poder, como instância centralizada no Estado” (GOHN, 2005, p. 74).

No Brasil, por um lado, a autonomia marcou os movimentos até a década de 80, enquanto a cidadania marcou aqueles que se organizaram nos anos 90 e os aproximou da ideia de participação civil, quando então a “sociedade civil se amplia para se entrelaçar com a sociedade política, colaborando para o caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter” (GOHN, 2005, p. 77). Nesse cenário, desenvolveu-se o espaço “público não-estatal”, no qual Gohn (2005) situa os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e os representantes do poder público que buscam articular as demandas sociais.

Nessa conjuntura, há o fortalecimento das ONGs, cuja atuação se dava diretamente junto aos movimentos sociais, buscando fortalecê-los; muitas vezes, também, sendo parte da militância engajado nos movimentos. Mais tarde, com o crescimento do Terceiro Setor e dos financiamentos ligados às instituições estrangeiras, ao lado do desenvolvimento da filantropia, as ONGs começaram a se especializar, suas atuações passaram a ser focalizadas tematicamente, por vezes desconsiderando conflitos existentes no campo social. Com o tempo, essas estruturas vincularam-se cada vez mais às demandas e obrigações do Estado. Outras formas vieram a ser articuladas, à medida que se mostravam “tendo um modelo de gestão ‘privado de interesse público’, atreladas financeiramente ou via convênios firmados com governos locais ou com empresas que patrocinavam diretamente suas atividades” (CAMARGO, 2017, p. 5).

Com esse panorama, o Brasil cria legislações próprias, institucionalizando as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Entre suas definições legais, está a função de serem entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam em projetos de interesse público e de cunho social. Nesse mesmo sentido, surgem ainda a Organização Social (OS) e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A questão central do trabalho não é esmiuçar as formas legais nas quais as pessoas podem encaixar as iniciativas organizadas por elas, mas entender que atores sociais historicamente se organizam em diversos formatos e ações coletivas, atuando

muitas vezes como agentes entre o interesse da sociedade e o poder público/Estado; em outros casos, agindo como articuladores de iniciativas autônomas.

É notável que tais articulações ganham forma quando pensadas a partir de redes, as quais consolidam o olhar holístico que propusemos no início do capítulo. A articulação em rede também marca a organização e o fortalecimento da sociedade civil. Desse modo, como visto, a estrutura em rede nos indica a composição de sistemas sociais e suas estruturas articuladas e integradas. Para Capra (2002), essa estrutura pode ser vista de duas perspectivas: por um lado, a rede humana, entrelaçada pelas relações existentes; por outro, a rede desenvolvida a partir das novas tecnologias globais de comunicação. A *internet*, em específico, tornou-se para o autor o mais importante instrumento político de organizações civis: “criando esse elo inédito entre as redes humanas e as redes eletrônicas, a sociedade civil global mudou a paisagem da realidade política” (CAPRA, 2002, p. 229). Essa articulação tem sido impulsionada e facilitada pelas TICs, pois elas conferem à sociedade um poder político de utilizar símbolos, códigos culturais e narrativas para a constituição de seu discurso político e a sua promoção (CASTELLS, 2016), como veremos mais à frente.

Nessa perspectiva, é notável que o modelo de associativismo e sua articulação própria se têm consolidado nas últimas décadas. Na América Latina, nota-se uma “tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes” (GOHN, 2013, p. 9). Para Gohn (2013), os movimentos sociais constituem um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil, porque eles foram, e ainda são, as bases de muitas ações coletivas no país. Por outra perspectiva, a partir do que Boaventura de Souza Santos, Thais Costa Cardoso Soares (2016, p.21) discorre sobre as características dos povos latino-americanos, indicando que eles se “habituarão com a instabilidade causada pelas brutais desigualdades sociais e pela arbitrariedade de poderes colonialistas”. Dessa forma, os povos se encontram em certo paradoxo ao desenvolverem “um otimismo visceral e trágico que se baseia na potencialidade coletiva” (SOARES, 2016, p. 21). É também importante não perder de vista que essas estruturas se colocam em um cenário de rupturas sociais em que

os conflitos, contradições e desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, aprofundados com o capitalismo neoliberal, devem ser considerados fatores decisivos para o desencadeamento da organização de ações coletivas. (VALIENGO; OLIVEIRA, M., 2020, p. 84).



Dessa forma, vimos até aqui a articulação e a potência dos movimentos sociais como referência na organização da sociedade civil: essas organizações podem resultar em formas de atuação em espaços como ONGs, fóruns, conselhos e coletivos.

Para avançarmos no foco dos nossos estudos - os coletivos - é necessário entendermos os conceitos subjacentes a esse tipo de organização, que foge estruturalmente às relações convencionais de uma instituição pautada em relações comerciais que visam ao lucro, de trabalho ou empregatícias. Estamos falando aqui de estruturas que se estabelecem a partir de motivações vinculantes. Elas partem de necessidades específicas e do fortalecimento de causas, mas, também, de uma reorganização e de um compartilhamento da vida comum. Além disso, como apontam Marcelo de Souza Marques e Vanessa Marx (2020), com base no que a literatura revela sobre coletivos, a dimensão organizacional dessas iniciativas “indica se tratar de grupos menos estruturados em termos burocráticos e institucionais” (MARQUES; MARX, 2020, p. 13). Isto é, eles diferem em certa medida daquelas estruturas tradicionais encontradas em sindicatos, ONGs ou partidos políticos, em que há divisões por setores, diretorias e divisão do trabalho. Por outro lado, Olivia Cristina Perez e Alberto Silva Filho revelam que a institucionalização dessas iniciativas pode estar, ou não, presente nessas iniciativas. Esse seria um aspecto que varia “conforme a situação na qual se encontra a forma de mobilização da sociedade civil que se queira analisar” (PEREZ; FILHO, 2017, p. 268).

Vale ressaltar que esse modelo de organização, horizontal, associativo e participativo, assim como sua nomenclatura, não é novo no campo político-organizacional. Entretanto, como afirmam Marques e Marx, há uma “retomada do termo e de ressignificações de repertórios em um contexto estratégico-relacional situado” (2020, p. 10), nesse sentido havendo uma relação desse fenômeno com “os demais fenômenos no mundo”, como os levantes e protestos que ocorreram mais intensamente na última década. Tal retomada fez surgir uma nova agenda de investigação no Brasil, principalmente nos últimos anos, motivada pelos inúmeros protestos e iniciativas que o país presenciou, revelando um aumento desse tipo de grupos organizados (PEREZ; FILHO, 2017; PEREZ; RICOLDI, 2019; PEREZ; SOUZA, 2017). Essa nova agenda de pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca compreender a diversidade dos coletivos e avançar nas abordagens metodológicas (GOHN; PENTEADO; MARQUES; 2020).

Tal ebulição revela a diversidade existente neste tipo de organização, híbrida por vezes, em seu formato de gestão e atuação, interseccionando temáticas, como revela a figura elaborada por Luiz Inácio Gaiger (2020 - Figura 1). Para esse autor, a reciprocidade estaria por trás dessas

iniciativas e ultrapassaria, ou contrariaria, valores que são definidos como centrais na estrutura econômica em que vivemos:

[...] considerar a reciprocidade no âmbito dos coletivos de auto-organização da vida comum aporta elementos demonstrativos das suas possibilidades de orientar e sustentar formas alternativas que escapam - até certo ponto, se contrapõem - ao domínio da sociedade de mercado e à falácia de nossos tempos que aparta a economia da vida comum (GAIGER, 2020, p. 5).

Figura 1 - Focos de atuação dos coletivos e exemplos de iniciativas correlatas



Fonte: Gaiger, 2020

Nessa perspectiva, um coletivo de mulheres pode ser organizado, por exemplo, a partir de trabalhos artesanais ecológicos que deem autonomia financeira; ele pode estar alinhado a questões de ecologia, de economia colaborativa e ao movimento feminista. Tal característica também é apontada por outros autores e autoras, os quais revelam a existência de uma agenda múltipla e coexistente nos coletivos (MARQUES; MARX, 2020; GAIGER, 2020; PEREZ; SOUZA, 2017). Além disso, em muitos casos os coletivos não demonstram ter uma base social, como ocorre em outros espaços de ativismos, a exemplo dos sindicatos, o que demonstra uma certa fluidez dos participantes que podem estar “mais ou menos próximos em determinados contextos de mobilização e ação dos coletivos” (MARQUES; MARX, 2020, p. 14).

As características e as possibilidades analíticas dos coletivos são diversas. Marques e Marx (2020) fazem um esforço para compilar as recentes discussões sobre tais definições e apontam para um consenso entre analistas e ativistas sobre os coletivos que “representam novas formas

de mobilização, organização e ação da sociedade civil contemporânea, apresentando, portanto, certas ‘características próprias’ quando comparados a outros agentes societários” (2020, p. 12).

Nesse aspecto, ambos mostram pontos de análises diferentes na literatura recente sobre os coletivos. Há trabalhos que “percebem os coletivos como organizações inerentes à juventude contemporânea” - nesse sentido, apontam para autores como Maia (2013), Borelli e Aboboreira (2011) e Gohn (2014, 2019); outros estudos os veem como “uma interface entre movimentos juvenis e as crises representativas no interior do movimento estudantil”, como aponta Mesquita (2008). Outros autores, ainda, compreendem os coletivos “como um fenômeno relacionado ao surgimento de uma nova configuração militante, cuja origem está diretamente relacionada ao ciclo de protestos inaugurados a partir de 2013” (MARQUES; MARX, 2020, p. 12); nessa direção, situam-se Lima e Schmitz (2017), Andrade (2017) e Lima (2018).

Para além dessas possibilidades analíticas que levam em consideração os fenômenos sócio-históricos, de maneira geral as características definidoras dos coletivos contemporâneos estariam baseadas

nas ideias de coletividade, no trabalho colaborativo, no compartilhamento horizontalizado de informação de poder (decisão política no interior do grupo) e na criação de espaços e formas especiais de relações sociais entre os sujeitos (sem hierarquias, sem lideranças etc.). (MARQUES; MARX, 2020, p. 17).

Entre as pesquisas contemporâneas em Comunicação que abordam tais características, está a de Paula Cristina Visoná (2020), versando sobre coletivos criativos de Porto Alegre. A autora identifica nessas organizações fatores como colaboração, horizontalidade e coletivização de espaços, ideias e projetos.

Outras especificidades dos levantes sociais contemporâneos - nesse caso, também dos coletivos – têm a ver com a desconfiança, ou descrença, nas instituições políticas tradicionais, com a falta de representatividade nas instâncias governamentais, com a crítica à hierarquização institucional e, por outro lado, com a organização em rede facilitada pela utilização das TICs (CASTELLS, 2013; GOHN, 2013; MARQUES; MARX, 2020;).<sup>25</sup> Também é possível identificar outras temáticas que aparecem a respeito dessas organizações contemporâneas, vistas mais intensamente nos últimos anos.

Entre outras críticas e reivindicações trazidas à tona nesses contextos, tais como o combate à corrupção, a crítica ao desenvolvimento econômico sem garantias de proteção ambiental, a luta contra regimes autoritários, a busca por justiça social e

---

<sup>25</sup> Detalhes de como essas características se colocam na realidade serão vistas no próximo subcapítulo.

racial, a luta pelo direito à cidade, dentre outras demandas e bandeiras, uma característica presente em todas elas seria a busca por novos repertórios organizacionais e de ação, a partir de um discurso crítico às estruturas e organizações políticas percebidas como “tradicionalistas”. (MARQUES; MARX, 2020, p. 9).

São fatores que levam ao que Manuel Castells pontuou sobre a tentativa, e de certo modo a necessidade, da sociedade “tomar as coisas em suas próprias mãos” (CASTELLS, 2013, p. 175). Nesse sentido, também podemos assimilar as características que Gaiger (2020) aponta a partir dos estudos dessas iniciativas, como a autogestão e a interferência dessas iniciativas no desenvolvimento local, comunitário.

Nessa perspectiva, lançamos mão de conceitos que julgamos oportunos ao entendimento das motivações que estruturam a auto-organização da vida comum materializada nos coletivos, como o associativismo, a autogestão, a solidariedade e a sororidade; essa última, porque trataremos especificamente de coletivos de mulheres. Nesse sentido, utilizaremos verbetes retirados do *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009), pois se trata de uma obra de referência para a área e nos ajudará em algumas definições.<sup>26</sup>

O associativismo requer o entendimento da associação que, segundo Philippe Chanial e Jean-Louis Laville, “é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertencas herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática” (2009, p. 21). Podemos compreender a associação como resultado de uma ação coletiva, pois “a criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva” (2009, p. 21).

Outra característica, ou proposta, vinculada a estruturas dos coletivos, é a autogestão, que pode ser entendida como “um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta” (MOTHÉ, 2009, p. 26). Isso quer dizer que, de forma voluntária, a população debate assuntos importante para a comunidade através de assembleias, por exemplo; é uma forma de organização participante. O termo autogestão está diretamente ligado aos preceitos de democracia, sendo a participativa uma forma atenuante da autogestão e, a radical, uma forma

---

<sup>26</sup> Nesse ponto, convém lembrar que a autora desta pesquisa tem proximidade com a Economia Solidária, em parte formada por princípios afins aos temas mencionados e, também, em contraposição às formas e fórmulas utilitaristas vigentes no sistema capitalista.

ampliada, envolvendo de maneira mais intensa ou menos intensa a contribuição das pessoas (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Como nomenclatura e conceito político, a autogestão tem suas raízes históricas em sistemas socialistas<sup>27</sup>. A autogestão “abre o caminho para uma ideia de progresso diferente daquele da produção ilimitada das riquezas: o progresso ilimitado de uma democracia criadora” (MOTHÉ, 2009, p. 28). Daniel Mothé, ao fazer um breve histórico do surgimento da autogestão como preceito e ideário aplicável a fábricas operárias e diversas organizações, conclui que a “autogestão foi pensada no âmbito de um elã revolucionário cujos atores são movidos pelo desejo de mudança” (2009, p. 29).

Um sentimento, ou uma postura, que cruza tais termos é a solidariedade. Seu sentido pode parecer não problemático, mas a esse respeito é preciso distinguir pelo menos dois entendimentos distintos. Como Laville (2009) nos mostra:

o conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos, sendo, portanto, impossível apresentar uma acepção unificada. A solidariedade filantrópica corresponde ao primeiro deles, remetendo à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente. A segunda forma é a versão da solidariedade como princípio de democratização societária, resultado de ações coletivas (LAVILLE, 2009, p. 310).

É nesse último aspecto que iremos nos concentrar, pois relaciona-se com a participação e a ajuda mútua, visíveis na auto-organização, nos movimentos sociais (LAVILLE, 2009) e nos coletivos. Para além da solidariedade, introduzimos o termo *sororidade*, muito mencionado nos últimos anos pelos movimentos feministas e, também, pela mídia, como mostrou a pesquisa antecedente na área de Comunicação sobre o tema, de Tatiane Leal (2019). Leal faz um resgate epistemológico e histórico de palavras como simpatia, empatia e sororidade. Sua investigação aponta a mídia como um “espaço central para o exercício da política feminista e para a produção discursiva sobre a sororidade” (2019, p. 233). Para a autora, a sororidade descreve as relações femininas embasadas em uma perspectiva feminista que funda uma ética contemporânea entre as mulheres, além de representar uma “chave de leitura” dos produtos midiáticos, os quais podem se adequar ou não ao discurso feminista.

---

<sup>27</sup> Segundo Mothé, “o termo autogestão foi introduzido como conceito, na década de 1950, pelo partido iugoslavo, que esperava modernizar o sistema econômico do país, atraindo a participação dos cidadãos depositários dos conhecimentos técnicos e profissionais na empresa e nas municipalidades em que o aparelho do partido detinha o poder” (2009, p. 26).

Leal nos mostra que a sororidade, proveniente do latim (*soror* = irmã), “significa uma espécie de solidariedade ou empatia entre mulheres” (2019, p. 16). Não à toa, percebemos a expressão “mana” ou “manas” serem utilizadas em grupos de redes sociais, como o *Facebook*, ou em *blogs*, nos espaços digitais ou em falas cotidianas. O termo popularizou-se nos últimos anos com o auxílio da mídia, pois, atenta às movimentações feministas e de mulheres, pautou o termo em diversas oportunidades. Ademais, a publicidade utilizou o termo em campanhas (LEAL, 2019). Para a autora, contudo, termos como empatia e solidariedade não dão conta dos significados simbólicos da sororidade.

As formas de manifestação da sororidade podem ser visíveis em sites de redes sociais a partir de campanhas que circulam nesses espaços e fora deles. Um exemplo, que Leal (2019) revela em seu trabalho, foi a campanha *Mães no ENEM*, na qual mulheres se ofereciam nas redes sociais para cuidarem de filhos e filhas de mães que fariam a prova do Exame Nacional do Ensino Médio, em 2016. Nesse sentido, tal ação não apenas colocou em prática a sororidade, mas escancarou problemas estruturais da sociedade, como a falta de políticas públicas de apoio às mulheres que são mães (LEAL, 2019). Movimentos também percebidos nas mobilizações, vistos com mais detalhes no capítulo 4, mostram que “essas ações individuais motivadas pela sororidade se articulam com as que impulsionam protestos e mobilizações políticas ao reconhecer estruturas patriarcais e a necessidade de modificá-las” (LEAL, 2019, p. 155). A sororidade estrutura, de certa forma, uma esfera de confiança entre as mulheres, na qual questões cotidianas podem ser divididas com pessoas estranhas, ou não íntimas, seja virtual ou presencialmente.

Entretanto, os diversos discursos veiculados pelos meios de comunicação trazem certa contradição quando alguns desses discursos inflam a feminilidade e as características e imposições que o movimento feminista tanto questiona. Todavia, é um elemento importante para entendermos as relações entre mulheres que decidem se auto-organizar, podendo ter consciência dos “inimigos” comuns, mas sobretudo das forças e realidades que as unem. A sororidade pode então ser entendida como

uma decisão ética a ser tomada – e, também, sentida - como resposta política do mundo. O sentimento, em sua relação com a moralidade, leva as mulheres a agir coletivamente. Essas atitudes são múltiplas e revelam uma série de entendimentos da relação entre política, sociedade e mídia (LEAL, 2019, p. 234).

São essas relações que nos levam a enxergar os coletivos também como resposta política ao mundo, sem nos desprendermos das relações morais desenvolvidas entre as mulheres que se organizam.

Na próxima seção, veremos como essas temáticas e iniciativas sociais se entrelaçam com a comunicação e os processos comunicativos.

### 3.2 Comunicação e coletivos

Chegamos aqui com uma linha que uniu elementos sobre movimentos sociais, organizações da sociedade civil e conceitos que nos dão possibilidades de entendimento sobre o que move tais ações e a dinâmica de auto-organização. Agora, trataremos de conceitos atinentes à comunicação e aos coletivos, o que se colocará principalmente em duas perspectivas: a comunicação comunitária e a comunicação organizacional. Inicialmente, traçamos uma breve reflexão acerca da própria comunicação humana e, em seguida, nos posicionamos com respeito às práticas culturais, especificamente sobre a prática de produção.

A evolução da linguagem humana, segundo a teoria de Roger Fouts, anda junto com a evolução tecnológica. As “formas arcaicas” do *homo sapiens* desenvolveram processos de gesticulação com as mãos para se comunicar<sup>28</sup>. A partir dessa gesticulação, em uma linguagem de sinais, os seres humanos tiveram a capacidade de desenvolver a fala, obviamente que em uma evolução ao longo de centenas de milhares de anos (CAPRA, 2002). A evolução da capacidade da comunicação falada permitiu à nossa espécie uma outra forma de se relacionar.

A comunicação proporciona expressar o que se vê, se sente, o que se cria - dá-nos a possibilidade da ficção, de criar e de criar coletivamente. Nesse ponto, a comunicação se coloca como primordial para a materialização da cooperação em nossa espécie, seja avisando sobre algum perigo eminente ou sobre questões práticas à vida humana. E foi nossa capacidade de cooperar que fez com que chegássemos até aqui, como nos fala Yuval Noah Harari (2017, p. 33): “os *sapiens* podem cooperar de maneiras extremamente flexíveis com um número incontável de estranhos. É por isso que os *sapiens* governam o mundo.”

A partir da comunicação, não somente informações são transmitidas, mas as interações e estruturas dos organismos vivos, indivíduos ou organizações mudam. Para o sociólogo Niklas

---

<sup>28</sup> Tais habilidades estariam vinculadas ao desenvolvimento das primeiras tecnologias e de suas respectivas ferramentas, por exigirem fina destreza e habilidades manuais. Como aponta Capra, “provavelmente, os primeiros seres humanos que produziram esses utensílios já possuíam os mecanismos neurais necessários para a produção de palavras” (CAPRA, 2002, p. 73).

Luhmann, que se utiliza do conceito de *autopoiese*, visto anteriormente, os processos sociais da rede autopoietica ocorrem por meio da comunicação, ou seja, os sistemas sociais utilizam a comunicação como forma de produção e reprodução. Temos nesse sentido uma complexa formação de rede estruturada e alimentada pela comunicação.

Nossa capacidade de formar imagens mentais e associá-las ao futuro não só nos permite identificar metas e objetivos, desenvolver estratégias e planos, como também nos habilita a escolher entre diversas alternativas e, assim, formular valores e regras sociais de comportamento. Todos esses fenômenos sociais são gerados por redes de comunicações em virtude da natureza dual da comunicação humana. Por um lado, a rede continuamente gera imagens mentais, pensamentos e significados; por outro, coordena continuamente o comportamento dos seus membros, da dinâmica e da complexa interdependência desses processos que nasce (emerge) o sistema integrado de valores, crenças e regras de conduta que associamos ao fenômeno da cultura. (CAPRA, 2002, p. 97).

Nesse aspecto, vale pontuarmos que a cultura nasce justamente de uma “rede de comunicações entre indivíduos; e, à medida que nasce, impõe limites às ações desses mesmos indivíduos” (CAPRA, 2002, p. 98). Ou seja, as estruturas sociais são produzidas e reforçadas pela rede de comunicação. Nesse sentido, a comunicação também se coloca como um espaço de apropriação cultural, de ativação de competências dos sujeitos e sujeitas, de criatividade, de reconhecimento das diferenças; é por onde se desenvolve o tecido social. Dessa forma, entendendo as práticas culturais como essas ações e interações humanas, nossa pesquisa se alinha às discussões da comunicação dentro dessa dimensão, uma vez que estuda as dinâmicas comunicacionais em coletivos de mulheres. Considerando essas organizações protagonizadas por mulheres como pertencentes aos grupos subalternos, faz sentido dimensionar a sua contribuição na ação (prática) da reconfiguração dos “poderes instituídos” (JACKS; TOALDO; OIKAWA, 2016, p. 7) e, por conseguinte, das estruturas sociais. Nessa perspectiva, apontamos a produção como nosso foco de estudo do *processo* de comunicação. Segundo Elisa R. Piedras, as práticas de produção “são efetivamente o ponto de partida do processo comunicativo no mundo concreto, sendo as estratégias de quem tem o poder de dizer” (2005, p. 75). A partir da produção comunicacional dos coletivos, importa compreender o que, afinal, essas sujeitas comunicantes têm a dizer/comunicar e quais os sentidos de suas produções a partir de uma comunicação de quem tem a dizer, mas nem sempre possui o poder.

Tais práticas se entrelaçam com as transformações sociais. Como aponta Márcio Simeone Henriques (2005), as diversas formas de comunicação que as comunidades humanas foram desenvolvendo, seja por um sino de uma igreja que toca para chamar os locais, ou aquilo que



se comunica por meio de um rádio, agem como fatores de mobilização social. Tais mudanças na forma de comunicação e dos

[...] meios de produção e circulação das formas simbólicas é fator preponderante de transformação das próprias relações sociais, ou seja, a comunicação e a informação interferem nas relações sociais e na organização do tempo e do espaço. (HENRIQUES, 2005, p. 3).

Seja por meio da oralidade ou por meios tecnológicos que permitem a comunicação, e com isso a relação entre pessoas, há uma dedicação na composição daquilo que se quer comunicar; em certo nível, trata-se da composição da mensagem, mesmo sabendo que ela também é viva e pode conter diversos significados. Os meios que surgiram na História da humanidade desempenharam e desempenham um papel importante também para a mobilização coletiva, no sentido de uma “reunião de sujeitos que pretendem resolver problemas e transformar uma dada realidade, em relação a uma causa que possa ser considerada de interesse público” (HENRIQUES, 2005, p. 9). Neste ponto, a mobilização social acontece por processos comunicativos e faz parte do desenvolvimento democrático dos espaços, do exercício cidadão e da potência cívica.

A comunicação historicamente se fez presente como importante processo na mobilização de movimentos sociais e na organização da sociedade civil. Segundo Marques e Marx (2020, p. 17), “há algumas centenas de anos, os movimentos operários e sindicais, por exemplo, já produziam seus próprios meios de comunicação para informar e mobilizar seus membros e apoiadores”. O próprio surgimento da imprensa, entre o século XV e XVI, possibilitou o compartilhamento de ideias, símbolos e crenças, fortalecendo pautas e causas entre indivíduos e, conseqüentemente, de movimentos.

Desde o advento da imprensa e especialmente na mídia eletrônica, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada. A luta por se fazer ouvir e ver (e impedir que os outros o façam) não é um aspecto periférico das turbulências sociopolíticas do mundo moderno; pelo contrário, está no centro dele. O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e os movimentos dos direitos civis, fornece amplo testemunho de que reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade na mídia. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público e, por isso, podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial (THOMPSON, 2009, p. 215).

A comunicação então possibilita a ação coletiva e, em certo nível, faculta às organizações civis um “recurso instrumental”, como aponta Sivaldo Pereira da Silva (2018), que indica dois enfoques principais no uso da comunicação:

1) como instrumento para arregimentar novos militantes, capazes de multiplicar e operacionalizar as ações coletivas (algo materializado na produção de boletins, panfletos, jornais e demais produtos próprios de mídia); e 2) como instrumento para alcançar a visibilidade pública (uma importante chave para obtenção do apoio da opinião pública). Não por acaso, paralelamente às negociações e ao lobby no plano mais fechado da ação política, recursos de forte apelo midiático como manifestações, passeatas, campanhas se tornam fundamentais e estratégicos para demonstração de força dessas organizações na condução de ações coletivas. (SILVA, S., 2018, p. 27).

A comunicação realizada por movimentos sociais e populares pode ser vista pelos preceitos da comunicação comunitária. No Brasil, a comunicação comunitária está diretamente ligada aos segmentos organizados da população, submetidos a condições de subalternidade, colocando o cidadão e a cidadã como protagonistas dos processos comunicativos (PERUZZO, 2007).

A partir dos aspectos da comunicação comunitária, buscamos expandir nosso olhar em um cenário que se desenvolve a partir de organizações sociais que se atrelam e fortificam a cidadania. Cicilia M. K. Peruzzo deixa isso evidente, quando anuncia as características desse processo comunicacional comunitário, às quais estaria vinculada uma

opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdo a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. (PERUZZO, 2007, p. 3)

A comunicação comunitária, que já teve outras nomenclaturas, para Peruzzo “pertence à comunidade; não tem fins lucrativos; é participativa, pois segmentos da comunidade são os protagonistas principais; é orgânica à realidade local; comprometida com os interesses dos segmentos subalternos e os ajuda na sua agenda de mobilização” (2012, p. 12); busca, por fim, uma “finalidade coletiva”. Vale, entretanto, indicarmos o que tratamos como comunitário, uma vez que é frequentemente associado a algo alternativo ou de contraposição a estruturas hegemônicas, mas comunitário, como aponta Henriques, a partir de Zygmunt Bauman (2003), pode ser “um lugar de pertencimento, o lugar da segurança e do aconchego, onde as pessoas podem estar próximas de semelhantes, com os quais possuem um laço de identidade”

(HENRIQUES, 2005, p. 7). Nessa lógica, é possível estabelecer, mesmo a certa distância, laços de identidade.

De maneira geral, a comunicação comunitária se desenvolveu pela apropriação e uso dos meios de comunicação pelas comunidades e movimentos populares. Considera-se que “os meios comunitários se baseiam em demandas muito específicas, de acordo com a realidade de cada lugar ou movimento social a que estejam ligados – um exemplo amplamente discutido e anunciado está nas rádios comunitárias” (PERUZZO, 2007, p. 4). Entretanto, também é possível anunciar características que a comunicação comunitária apresenta no contexto da organização social, ao ser “produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns”. Nesse aspecto ela

se alicerça nos princípios de comunidade, quais sejam: implica a participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; a propriedade coletiva; o sentido de pertença que desenvolve entre os membros; a corresponsabilidade pelos conteúdos emitidos; a gestão partilhada; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2007, p. 6).

Em consonância e ampliando sua importância, Raquel Paiva defende que a comunicação comunitária é parte de um processo que vai além do comunicacional. A autora sustenta que essa forma de comunicação

tem o compromisso com a educação e com a democracia, como instância da participação efetiva de sujeitos e sujeitas críticos/as capazes de julgar e decidir sobre suas vidas, sua cidade, seu país. Portanto, o propósito da comunicação comunitária é a educação crítica de todos. (PAIVA, 2017, p. 227).

A partir desses pressupostos, a comunicação, especificamente a comunitária, não é apenas um meio ou um canal, mas se coloca em processos amplos “que se imbricam com o exercício da cidadania, nas dimensões civil, política e social, mas também cultural e comunicacional” (PERUZZO, 2012, p. 13). Nesse sentido, a comunicação comunitária se coloca como processo e expressão da cidadania e comporta um caráter formativo.

Tratando-se da forma de mobilização social que acontece pelos processos comunicativos, Henriques (2005) vai apontar para a noção de “ganho epistêmico”, que se refere ao papel dos movimentos sociais e, no caso de organizações sociais como os coletivos, para além do ativismo. Cabe considerá-los como “redes de aprendizagem”, uma vez que, ao assimilarem novos conhecimentos, novos saberes, adaptam-se em um processo contínuo às transformações e às “dinâmicas das lutas sociais”. Nesse processo de mobilização, ocorre uma circulação de

“informação qualificada”: o conhecimento produzido e acumulado circula pelos sujeitos e sujeitas do movimento ou organização; dessa forma, tal informação orienta as práticas, permitindo uma conduta dos envolvidos e envolvidas (HENRIQUES, 2005).

Para esse autor, a comunicação é um elemento-chave para a compreensão dos processos mobilizadores da sociedade. Ele aponta para duas direções que a comunicação assume: uma, é o conjunto de interações entre os sujeitos que se mobilizam; a outra, são as estratégias de visibilidade que buscam tanto posicionar o grupo mobilizado e a questão que ele defende, quanto conquistar o envolvimento de outros públicos em seu favor (HENRIQUES, 2012). A partir dessas posições podemos perceber que

a comunicação aqui é responsável pela manutenção de estruturas mobilizadoras horizontais, isto é, pela criação das condições de ação em rede e de coesão entre os atores mobilizados. Já quanto à segunda, entra em jogo a visibilidade da causa, do movimento e de seu posicionamento perante todo um conjunto de públicos. (HENRIQUES, 2012, p. 6).

Para acrescentar à discussão, haja vista a complexidade desses processos comunicacionais, acreditamos a comunicação cotidiana construída pelos cidadãos e cidadãs joga um papel central. Nesse sentido, voltando a autores já mencionados, Ângela Cristina Salgueiro Marques e Luís Mauro Sá Martino (2017, p. 2) revelam que “a conversação é fundamental para a constituição de quadros compartilhados de referência para o entendimento das principais questões” que afetam os cidadãos e cidadãs. Dessa forma, percebemos que é nas trocas do dia a dia que os sujeitos e sujeitas desenvolvem “capacidades políticas para pensar além de seus interesses particulares, aprimorando alternativas de participação política” (2017, p. 2).

Além disso, são as cenas de interpelação e enunciação criadas no cotidiano que favorecem o questionamento e a redefinição de enquadramentos e de valores que configuram percepções, julgamentos e avaliações do mundo, dos outros e das mais diversas formas de poder e opressão. (MARQUES; MARTINO, 2017, p. 2)

A partir de conversações cívicas, é possível elaborar questionamentos e reflexões suscetíveis de indicar injustiças, desigualdades e opressões e, assim, auxiliarem o desenvolvimento de novas interpretações e narrativas que se oponham a uma realidade opressora (MARQUES; MARTINO, 2017). Compreender os processos comunicacionais das conversas cotidianas, da comunicação realizada pelos cidadãos e cidadãs, é perceber a complexidade de uma teia que se faz a partir de relações em que

a conversação cívica, construída em contextos informais de convivência, apresenta uma importância social ligada ao estabelecimento de vínculos associativos, de

solidariedade, de compartilhamento e de pertencimento. Ela é responsável pela criação de redes de sociabilidade que permitem aos sujeitos e grupos expressarem seus dilemas, anseios e necessidades, oferecendo-lhes oportunidades de trabalhar e expor seus enunciados em cenas expressivas, nas quais é possível desenvolver capacidades comunicativas, políticas e relacionais (MARQUES; MARTINO, 2017, p. 5).

Seguindo Henriques (2005), devemos considerar a conexão entre a força da trivialidade e a potência da mobilização social, assim como a retroalimentação entre ambas. Se, de um lado, a comunicação cotidiana se articula formando criticidades e reeditando assuntos da vida comum, de outro temos as mobilizações, os movimentos, as organizações sociais que se formam e se fortalecem nos processos de comunicação, em um movimento que se articula na vida comum. Dessa forma, essa “trivialização dá uma amplitude para a ação coletiva capaz de abarcar diversos níveis de formação e de organização que não se restringem aos movimentos em massa” (HENRIQUES, 2012, p. 5), mas também incorporam as organizações cidadãs.

A partir dessas considerações, podemos perceber linhas de proximidade e confluência entre os elementos teórico-conceituais que perpassam as temáticas até aqui abordadas, incluindo a comunicação comunitária. Termos como associativismo, vínculos e solidariedade se repetem em diferentes abordagens e colocam os cidadãos e as cidadãs no centro da ação e dos processos comunicacionais.

Desse modo, nos aproximamos, retomando, do efervescente uso das TICs, que facilitaram e potencializaram a comunicação e a organização cidadã a partir de suas apropriações e da criação de um novo espaço de “convivência”. O surgimento da *internet* e o avanço das inovações tecnológicas dão novas possibilidades à comunicação e à articulação social, como dito anteriormente. A popularização das TICs, principalmente das redes sociais na internet, ultrapassou uma função instrumental e as converteu em elementos de articulação da sociedade (SILVA, S., 2018). Esses elementos apontam para uma reestruturação das organizações sociais a partir das mudanças trazidas pela comunicação digital em rede e para um campo que vem sendo explorado também em estudos científicos.

Se no passado os movimentos sociais e outras articulações sociais se utilizavam de jornais, panfletos ou, mais recentemente, de rádios, o surgimento de novas mídias possibilitou um empoderamento jamais visto. Para Castells (2013), as tecnologias de comunicação digital exercem um papel fundamental no desenvolvimento dos movimentos sociais atuais. Em confluência, observando trabalhos no campo da Comunicação no Brasil, é possível perceber tal tendência, como é o caso da pesquisa de Marina Zoppas de Albuquerque (2016), que trata de “compreender os usos e as apropriações do Facebook realizados por sujeitos e sujeitas

comunicantes dos movimentos sociocomunicacionais Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas” – movimentos organizados de Porto Alegre. Para Albuquerque,

[...] os processos midiáticos digitais possibilitam pontos de fuga de dentro de um poder estabelecido, na direção de um empoderamento que, antes desses processos, não existia. Assim, os sujeitos coletivos, compreendidos aqui como constituintes de movimentos sociocomunicacionais, apropriam-se do espaço digital para produzir um espaço político, cultural, econômico, na tentativa de compartilhar bens simbólicos, dar voz a aspectos da realidade social, semeando resistência, visibilidade, leituras de mundo. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 96).

Outro trabalho examinado em nossa revisão teórica, de Marialina Côgo Antolini (2016), tece um breve apanhado histórico dos principais conceitos referentes à cidadania e aos movimentos sociais; aponta para uma ocupação majoritária da sociedade civil pelos movimentos sociais que se inserem nas esferas públicas de discussão, trazendo à tona temas ignorados pelo Estado. Para isso, os movimentos se apropriam de formas diversas de comunicação e utilizam as tecnologias de comunicação para o fortalecimento de redes; desse modo, também influenciando outros cidadãos, cidadãs e movimentos. Outra pesquisa antecedente, de S. Silva (2018), aponta para uma reestruturação das organizações sociais a partir das mudanças trazidas pela comunicação digital em rede e para um campo ainda a ser explorado:

essa é uma realidade bastante recente e está em franca expansão e desenvolvimento, o que exige maiores esforços de pesquisa para compreender, a médio e longo prazo, a evolução dessas repercussões e o papel das organizações civis na formação da opinião pública e na dinâmica das ações coletivas (SILVA, S., 2018, p. 34).

Como aponta Castells (2013), há um poder intrínseco na sociedade em rede que surge justamente ao fazer uso de símbolos e códigos culturais para a constituição de discursos políticos. O surgimento das tecnologias da informação potencializa tal uso. Além disso, a rede social possibilita a produção de conhecimentos comuns: “embora a forma de organização social em rede tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a sua expansão penetrante em toda a estrutura social” (CASTELLS, 2016, p. 553).

Essas relações são visíveis no ciclo de protestos que ocorreram a partir de 2010 e se disseminaram ou ficaram conhecidos globalmente. Mobilizações como a *Primavera Árabe*, no Oriente Médio, os levantes que surgiram na crise econômica da Europa, como os *Indignados* ou *15M*, ambos nascidos na Espanha, além do *Occupy Wall Street*, iniciado nos EUA e

difundido por diversas localidades, são alguns exemplos do processo de apropriação desses meios. As redes digitais não transformaram apenas a forma de se comunicar, mas também de mobilizar e organizar a sociedade (ALBUQUERQUE, 2016; CASTELLS, 2013; VALIENGO; OLIVEIRA, M., 2020; SILVA, S., 2018). No Brasil, o marco que compõe fortemente esse ciclo são as Jornadas de Junho de 2013, que veremos com mais detalhes no capítulo 4.

Todos esses exemplos pontuam questões já trazidas a partir das reflexões acerca das características dos movimentos sociais contemporâneos e suas formas de organização. O que vale ressaltar aqui é o uso das TICs, que se coloca como elemento importante e constante também nas pesquisas em Comunicação. É o que se pode notar, a partir dos recentes trabalhos no campo da Comunicação que relacionam os processos de comunicação digital, os novos movimentos sociais e as organizações civis, como os coletivos<sup>29</sup> (ALBUQUERQUE, 2016; SOARES, 2016; SILVA, S., 2018; MÉNDEZ, 2016; SILVA, F.; OLIVEIRA, B.; 2017).

O uso das TICs por coletivos pode representar uma forma “diferente de fazer política”, segundo Albuquerque (2016). Para a autora, a partir de dois coletivos representantes de movimentos sociocomunicacionais, o uso das redes digitais busca compartilhar e comunicar informações vinculadas a demandas e objetivos das lutas coletivas. Além disso, também se formam e se mantêm relações entre redes com diversos movimentos, com o propósito de fortalecer as pautas e permitir um tipo de reconhecimento cultural entre grupos (ALBUQUERQUE, 2016). Tais características também são anunciadas por Franciele Jacqueline Gazola da Silva e Bárbara Nascimento de Oliveira (2017), em seu trabalho sobre um coletivo feminista em Aracajú (CE). Nele, apontam para o uso das tecnologias da informação como importante ferramenta de divulgação, de renovação e de diálogo. As autoras constataam essas articulações a partir da organização de meninas por meio de um evento no *Facebook* que se “materializa” em atos públicos; nessas ações é identificada a possibilidade de novas relações e intervenções políticas. Além disso, “a pulverização de ideias, bandeiras e ações feministas nas redes sociais contribui para o crescimento de um perfil cada vez mais jovem de mulheres engajadas” (SILVA F.; OLIVEIRA, B.; 2017, p. 11).

O uso das tecnologias digitais também favorece e fortalece a “construção de vínculos entre sujeitos comunicantes e o exercício da cidadania”, como observado em outra pesquisa revisada

---

<sup>29</sup> Tal relação também é percebida no dossiê temático sobre coletivos no Brasil da revista *Simbiótica*, lançado em 2020, em que quatro trabalhos, no total de onze, mencionam diretamente a relação entre redes sociais e esse tipo de organização civil.

por nós, Soares (2016), que se debruça sobre as interações de ativistas da causa do combate ao câncer de mama. Para a autora, a partir das interações entre mulheres portadoras de câncer de mama e do compartilhamento de suas experiências em plataformas digitais, ocorre o fortalecimento de vínculos identitários que formam uma comunidade de ideias e sentidos, superando a noção de partilha limitada a um território.

Segundo Peruzzo (2012), esses ciberespaços devem possibilitar a construção coletiva do conhecimento a serviço do interesse público:

O universo do ciberespaço revoluciona as relações sociais e culturais e, portanto, há que se entender os meandros tecnológicos e se habilitar para domá-los, mas acima de tudo para favorecer a construção coletiva do conhecimento e servir ao interesse público (PERUZZO, 2012, p. 13).

Para a autora, esses pressupostos fariam parte de uma cibercultura cujo ponto de partida é o processo coletivo de auto-organização, incluindo as culturas “da informação, da comunicação e do conhecimento, com vistas a criar condições para a transformação social” (PERUZZO, 2012, p. 13). Nesse sentido, os pressupostos da cibercultura se aproximam “daqueles da comunicação comunitária e do desenvolvimento participativo; todos estão implicados e comprometidos em processos de mobilização social capazes de provocar a auto-organização comunitária autônoma com vistas à transformação social” (PERUZZO, 2012, p. 15).

Entretanto, esses processos sociocomunicacionais do ciberespaço não são, por si mesmos, suficientes para garantir mudanças sociais (ALBUQUERQUE, 2016; SOARES, 2016; MÉNDEZ, 2016). Da mesma forma, não se pode ignorar as desigualdades sociais existentes que provocam a falta de acesso a essas tecnologias digitais por parte da população<sup>30</sup>.

Nesse sentido, avançamos em uma perspectiva que engloba a complexidade dos coletivos e suas relações comunicacionais e organizativas, para além do ciberespaço. Entendendo que ainda há processos que fogem aos estudos comunicacionais referentes a essas organizações, é adequado adentrá-las; para tanto, buscando suporte teórico na comunicação organizacional.

---

<sup>30</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros sem acesso à rede (TOKARNIA, 2020). A pandemia da COVID-19 expôs ainda mais essa diferença: uma a cada cinco pessoas não tem internet própria e compartilha rede do vizinho (RAQUEL, 2020).



No entanto, antes de adentrar os conceitos propostos pelo campo da comunicação organizacional, convém que retomemos as definições da própria organização, principalmente no que tange ao entendimento da área comunicacional.

Então, sendo os coletivos um tipo de organização da sociedade civil que se constitui nas relações vinculantes com caráter horizontal e cooperativo, como vimos anteriormente, também é possível observá-los a partir do que Pablo A. M. Uribe (2007) escreve sobre organização. Para Uribe, a organização não pode ser vista como sinônimo de empresa, mas sim a partir da ideia de que a organização se insere em uma tipologia mais ampla, que abarca outros tipos de organizações que não visam somente ao lucro; elas podem ser fundações e agremiações não governamentais (ONGs), cooperativas, sindicatos e organizações temporárias, como projetos (URIBE, 2007). É interessante também ter em vista o que Uribe menciona acerca das definições epistemológicas da organização como objeto de estudo da Administração. O autor afirma, a partir de definições de Friedrich Hayek e do conceito de “ordem social”, que haveria dois tipos de agrupamentos humanos: um, denominado *Kosmos*, que corresponde à “ordem social espontânea, informal ou endógeno, própria das comunidades” (tradução nossa); outra, que surge de ordem social criada, chamada *Taxis*, que pode ser criada com um propósito específico e explícito, estando sujeita à gestão (URIBE, 2007); nesse caso, os coletivos podem ser considerados de tipo *Taxis*, ainda que suas origens possam remontar a dinâmicas do *Kosmos*.

Vindo ao seu encontro, e complementar à visão de Uribe, a pesquisadora Margarida Kunsch define que as organizações podem ser vistas como “seres vivos e entidades dinâmicas, que integram o grande sistema global e estão sujeitas a acontecimentos e a interferências das variáveis ou forças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, ecológicas etc.” (2017, p. 42). Assim, as organizações são sistemas complexos, com relações dialógicas que levam em conta as estruturas normativas, funcionais, racionais, mas também as dimensões subjetivas, humanas, simbólicas e relacionais (SCROFERNEKER; AMORIM; OLIVEIRA, R., 2016). As atividades humanas são aquilo que dá vida às organizações. Tais percepções coadunam-se com a visão sistêmica de Capra, quando nos mostra que o padrão da organização de um sistema vivo, ou de um sistema social, é um padrão em rede “no qual cada componente contribui para a formação dos outros componentes” (CAPRA, 2002, p. 102). Dessa forma, as organizações são vistas como sistemas vivos em que se dá sua própria criação e recriação contínua, bem como transformação ou substituição de seus componentes (CAPRA, 2002). Sendo assim, quando aplicada essa ideia ao domínio social, estamos também tratando de redes vivas, identificadas como redes de comunicação:

Cada comunicação gera pensamentos e um significado, os quais dão origem a novas comunicações. Dessa maneira, a rede inteira gera a si mesma, produzindo um contexto comum de significados, um corpo comum de conhecimentos, regras de conduta, um limite e uma identidade coletiva para os seus membros. (CAPRA, 2002, p. 119).

Com esse olhar ampliado sobre as organizações, a comunicação torna-se elemento estruturante a elas e às relações e dinâmicas dos agentes envolvidos. Portanto, é necessário observar a comunicação que acontece na organização e a partir dela - a comunicação organizacional.

Entretanto, diferentemente dos estudos mecanicistas das organizações, que percebem as organizações como máquinas, centrados em entender os instrumentos e as dinâmicas formais, as ideias aqui se colocam sob um olhar ampliado. Ou seja, levamos em consideração que a comunicação organizacional “envolve todos os processos comunicativos e todos os seus elementos constitutivos” (KUNSCH, 2017, p. 43).

Nesse sentido, a partir de Kunsch reafirmamos a necessidade de perceber a

comunicação inserida nos processos simbólicos e com foco nos significados dos agentes envolvidos, dos relacionamentos interpessoais e grupais, valorizando as práticas comunicativas cotidianas e as interações nas suas mais diversas formas de manifestação e construção social. (KUNSCH, 2017, p. 43).

Essas relações se colocam em uma dinâmica complexa, com foco nos sujeitos e sujeitas que ganham perspectivas teóricas e de análises visando compreendê-las. Nessa concepção, é possível identificar propostas que tentam identificar a abrangência da comunicação nas organizações, com suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, Kunsch (2017) procura enquadrar a comunicação organizacional sob quatro dimensões: *humana*, *instrumental*, *cultural* e *estratégica*.

A autora ressalta a importância de reconhecer que a “comunicação ocorre primeiro no nível interpessoal e subjetivo” (2017, p. 44), considerando-se que o indivíduo que recebe mensagens irá recebê-las e interpretá-las a partir de seu universo cognitivo e do seu contexto. Sendo assim, a *dimensão humana* se coloca como essencial à “qualidade de vida dos trabalhadores”, daqueles que fazem parte da organização, uma vez que “a humanização das organizações nunca foi tão necessária como no mundo globalizado e desigual de hoje” (2017, p. 44).

Quanto às demais dimensões, a *instrumental*, como o nome sugere, é aquela voltada ao instrumento, à técnica e à transmissão de informações. Nela estão os canais de comunicação lineares e aquilo que é prático, que por vezes ignora o contexto e a subjetividade. A dimensão

*cultural* “contempla os níveis micro e macro” (KUNSCH, 2017, p. 45), sendo o micro aquele que corresponde a especificidades culturais dos indivíduos que se adaptam à cultura da organização, enquanto o macro diz respeito à cultura na qual a organização está inserida e da qual sofre influência, do seu país, por exemplo. Por último, a dimensão *estratégica* recebe dois enfoques: de um lado, aquele concentrado em resultados; de outro, aquele que busca alternativas e assume as incertezas (KUNSCH, 2017).

Como veremos, outras perspectivas consideram ainda outras dimensões, com vistas a entender mais amplamente a complexidade que envolve as relações comunicacionais constituintes das organizações. Assumindo que, a partir dessa visão mais ampla, é possível teorizar e assimilar as mudanças que ocorrem na sociedade e as interações com as organizações, a comunicação se posiciona como algo central e estruturador. O conceito de comunicação organizacional se apresenta então como um elo da área comunicacional com o nosso objeto empírico:

mais do que vislumbrar um conjunto de técnicas e prescrições, a Comunicação Organizacional implica compreender as interações, as trocas simbólicas que se desenvolvem a partir de pensamentos e palavras, atos e sentimentos, em espaços e projetos coletivos, portanto em espaços sociais (SCROFERNEKER; AMORIM; OLIVEIRA, R., 2016, p. 7).

Novos olhares acerca da comunicação organizacional têm ganhado espaço, seja na academia, seja nas diversas formas de organização existentes. São olhares que quebram visões funcionalistas, já muito valorizadas. Diante dessas posições, nossa lupa percebe as organizações como espaços sociais realizados “por/em comunicação” (BALDISSERA, 2014, p. 113).

Aproximamo-nos do entendimento de que a comunicação organizacional acontece nos processos comunicativos, como também nos fluxos das relações, ultrapassando as fronteiras daquilo que é planejado, formalizado e materializado por meio de campanhas estratégicas e canais oficiais, entre outros. Partindo desse olhar mais amplo, Fabia Lima (2008), com base em Vera França, traz considerações sobre os processos das organizações a partir do Paradigma Relacional, o que indica que as interações se dão na relação comunicacional.

Para a autora, essas interações seriam “reciprocamente referenciadas” e se baseariam em “gestos significantes”; ou seja, na criação de sentido daquele que promove o significado, mas também pelo outro que recebe. Criam-se assim dinâmicas de estímulos e respostas; portanto, mais interação. A comunicação depende e se faz com e a partir do outro, uma vez que “estar em comunicação é, portanto, instituir-se na presença do outro, num movimento de mútua

afetação pela ação, reação e projeção da ação e de si e do outro; e comunicação é, pois, a ação reciprocamente referenciada pela ação do outro” (LIMA, 2008, p. 120).

A partir dessas premissas, sob o Paradigma Relacional três dimensões fazem parte da comunicação: a *interacional*, a *simbólica* e a *contextual* (LIMA, 2008). Em uma perspectiva de comunicação organizacional, a dimensão *interacional* corresponde à relação dos interlocutores que se “instituem na relação com o outro, com a linguagem e o simbólico, de forma que a presença de um afeta a do outro” (LIMA, 2008, p. 121.). A dimensão *simbólica* refere-se às práticas discursivas e à produção de sentidos materializados nos “discursos dos interlocutores”. Por último, a dimensão *contextual*, mais ampla, situa/localiza os interlocutores, sujeitos e sujeitas comunicacionais. Em outras palavras, ela “corresponde ao complexo conjunto de circunstância nas quais as interações se dão, a algo que é permanentemente criado e recriado pelos sujeitos e sujeitas” (LIMA, 2008, p. 114). Percebe-se, a partir de tais dimensões e do viés relacional, que “as organizações são consideradas sujeitos sociais enunciadore ou leitores de discurso cuja ação no mundo instituiu um contexto específico de interações que enquadra, ainda, enunciações e leituras de outros sujeitos sociais” (LIMA, 2008, p. 114).

Rudimar Baldissera, sob o Paradigma da Complexidade<sup>31</sup>, sustenta que a “Comunicação Organizacional é o processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2009b, p. 119). Para esse autor, a comunicação organizacional atravessa e se atualiza em todos os espaços e relações que tangenciam a organização. A partir desse olhar amplificado e não linear, nos aproximamos da proposta de Baldissera (2009b, 2014), que também aponta três dimensões para observarmos e entendermos as estruturas e relações organizacionais: a *organização comunicada*, a *organização comunicante* e a *organização falada*.

A *organização comunicada* refere-se àquilo que parte da organização e que ela autoriza a ser falado, comunicado, a partir da sua identidade, reforçando aspectos positivos ou favoráveis de sua imagem:

---

<sup>31</sup> Segundo Baldissera, “assumir esse paradigma implica reconhecer que a Comunicação Organizacional não se restringe ao âmbito do organizado, à fala autorizada, aos processos formais, à comunicação da e/ou na organização. Exige olhar para além das manifestações organizadas, aparentemente coerentes, de modo a atentar para, entre outras coisas: a dinamicidade organizacional; os processos que mantêm a organização distante do equilíbrio; o estado de incerteza e de permanente desorganização/(re)organização (tensões, disputas, perturbações); a necessária interdependência ecossistêmica (outros sistemas e subsistemas); e os processos recursivos” (2009b, p. 117).

processos formais e, até disciplinadores, da fala autorizada; [refere-se] àquilo que a organização seleciona de sua identidade e, por meio de processos comunicacionais (estratégicos ou não), dá visibilidade objetivando retornos de imagem-conceito, legitimidade, capital simbólico (e reconhecimento, vendas, lucros, votos etc.). (BALDISSERA, 2009b, p. 118).

Em suma, “a ideia de organização comunicada compreende os processos de comunicação autorizada, muitos deles orientados para o autoelogio” (BALDISSERA, 2009b, p. 118). Exemplos de observação e análise dessa dimensão encontram-se na pesquisa *Comunicação Organizacional de Museus de Porto Alegre/ RS, Brasil* (2019), de Nicole Sberse Morás, que busca “compreender as concepções de comunicação organizacional materializadas nos museus de Porto Alegre” (2019, p. 22). O trabalho examina as práticas comunicacionais que se materializam no âmbito da *organização comunicada*, principalmente, tendo os museus como objeto empírico. A pesquisa aponta, por exemplo, que as exposições são a principal referência sobre o que essas organizações comunicam. A investigação identifica ainda subcategorias dos processos comunicacionais: a) Comunicação como Difusão; b) Comunicação como Transmissão; c) Comunicação como Publicização; d) Comunicação vinculativa; e) Comunicação como Mediação; f) Comunicação como Diálogo (MORÁS, 2019).

No entanto, tendo em vista que, para além dos processos de organização comunicada, “há muitos outros, não-oficiais, que se materializam com diferentes propósitos, nem sempre conscientes” (BALDISSERA, 2009c, p. 7), é possível apontar outras dimensões que tensionam as formas oficiais da organização. A segunda dimensão apontada por Baldissera (2009b), a “organização comunicante”, abarca, mas ultrapassa, aquilo que se refere à “organização comunicada”, a fala autorizada/formal, e se coloca nos processos de comunicação gerados pela relação de sujeitos e sujeitas ou públicos com a organização. Trata-se da *organização comunicante*, na qual

atenta-se para todo processo comunicacional que se atualiza quando, de alguma forma e em algum nível, qualquer sujeito (pessoa, público) estabelecer relação com a organização. Além dos processos planejados, também assumem relevo os processos que se realizam na informalidade; inclusive aqueles que irrompem sem que a organização tenha conhecimento. (BALDISSERA, 2009b, p. 118).

A organização comunicante pode perturbar ou desorganizar “a ordem posta (organização, cultura organizacional, organização comunicada), tendendo a forçá-la a movimentos de (re)organização” (BALDISSERA, 2009b, p. 119). Essa dimensão pode ser percebida por meio do trabalho de dissertação de Letícia de Castilhos (2016), intitulado *Dimensões da Comunicação Organizacional: emoção, afeto afetividade nos vídeos institucionais da Panvel e do Zaffari*. A autora analisa vídeos institucionais das duas empresas e lança mão das dimensões

propostas por Baldissera, organizando reflexões a partir dos elementos que esses instrumentos de comunicação carregam. Nesse aspecto, o trabalho menciona as possibilidades interpretativas que podem surgir quando os vídeos são “veiculados, apreciados e julgados pelos indivíduos” podendo causar “eventuais desconfortos para a organização” (CASTILHOS, 2016, p. 28). Isso daria forma, segundo Baldissera (2009b), aos processos dialógicos-recursivos. Então, nesse caso, é justo dizer que os comentários/reações sobre os vídeos compõem a dimensão comunicante também em relação à dimensão comunicada, pois são reações a partir do que é “autorizado” pela organização.

A terceira e última dimensão refere-se à *organização falada*, aquela comunicação que ocorre nos processos externos à organização, mas que a tem como objeto, como assunto. São as conversas, as falas que ocorrem sobre uma determinada organização em outros ambientes que não o dela, como em um encontro informal de colegas em um jogo de futebol. Podem ocorrer também em ambiente digital. Para Baldissera (2009b, p. 119), “esses processos, que podem parecer distantes e sem relevância, também são Comunicação Organizacional, ainda que se reconheça a impotência da organização em estabelecer qualquer controle direto sobre eles”. Nesse caso, não significa que a organização não possa, de certa forma, monitorar o que é falado dela e, se necessário, reagir nos casos de boatos ou interferência negativa (BALDISSERA, 2009b).

Exemplo de constatação e análise da dimensão organização falada encontra-se na pesquisa de Jean Felipe Rossato (2015), *Comunicação organizacional: a dimensão da ‘organização falada’ e as implicações na gestão hoteleira*. Com foco no ambiente digital, o trabalho teve como objetivo compreender como os sentidos encontrados nesta dimensão interferem nos processos da gestão hoteleira, considerando, então, as falas e interações dos hóspedes entre si, quando as organizações hoteleiras constituem assunto de suas conversações. O autor traz como exemplo os comentários e relatos que hóspedes deixam em sites de redes sociais expressando suas opiniões sobre determinado serviço ou organização. Rossato (2015, p. 63) destaca que “os sentidos ofertados nesses processos de comunicação, possivelmente, interferem na construção dos significados dos integrantes que, em alguma medida, visualizam as publicações sobre esses hotéis”.

Diante desses elementos, podemos afirmar que a comunicação organizacional não se limita àquilo que é comunicado na e pela organização. Além disso, são visíveis a diversidade e as possibilidades de análise e observações na comunicação no âmbito das organizações. Nesse

caso, lembramos de Uribe (2007), quando menciona que as organizações são um meio para resolver necessidades sociais.

Até aqui, procuramos articular conceitos e reflexões da Comunicação que auxiliam o entendimento dos processos que ocorrem na articulação dos coletivos contemporâneos e dos processos comunicacionais que surgem neles e a partir deles. Dessa forma, temos os princípios da comunicação comunitária como orientadores de suas articulações e a comunicação organizacional como estruturante para o entendimento dos processos comunicacionais que ocorrem nos coletivos.

A seguir, adentrando enfoques e obras em campos pertinentes à nossa discussão teórica, buscaremos articular conceitos que aproximam os temas vistos até aqui à questão de gênero, aos feminismos e à organização das mulheres.

### **3.3 Gênero, feminismos e organização das mulheres**

Até o momento, delineamos o seguinte fio condutor: movimentos sociais, entendimento sobre organizações e coletivos, motivações vinculantes de auto-organização da sociedade civil, comunicação comunitária, articulações entre dimensões da comunicação e, por fim, comunicação organizacional. A partir de agora, introduziremos conceitos em perspectivas atinentes a gênero e a feminismos, no plural, para marcarmos a diversidade do movimento e da organização das mulheres. Teceremos reflexões sobre movimentos e correntes teóricas feministas e nos debruçaremos sobre suas linhas de contrato com a comunicação, buscando elementos para a compreensão e contextualização do nosso objeto empírico. Assim, também veremos a articulação do campo teórico às questões como mulheres e violência, no subcapítulo 3.3.1, mulheres e raça, no 3.3.2, e mulheres e natureza, no 3.3.3.

Convém ressaltar que não temos pretensão de dar conta de todas as referências das lutas, dos ativismos e das teorias acerca das discussões de gênero, dos diversos feminismos e da pluralidade dos movimentos das mulheres. Buscaremos, justamente, pontuar a complexidade das questões e enfoques, não ignorando suas diferenças e seus distanciamentos. Então, sabendo que as discussões e teorias de gênero são amplas, pontuamos que trataremos aqui das questões das mulheres.

A questão sobre gênero é complexa e gera discussão dentro e fora da academia, em que pese a sua origem teórica-filosófica ao movimento feminista, como veremos. Abordada por

diversas áreas, as reflexões sobre gênero interagem dentro de uma proposta interdisciplinar, articulando-se com questões da natureza, cultura e sociedade.

O gênero é uma dimensão que ocupa um espaço central em nossas relações com o mundo. É, sobretudo, uma arena de tensões sobre questões basilares da vida humana: diz respeito à identidade, à justiça, ao simples fato de existir e, até mesmo, sobreviver nessa existência. (TOMAZETTI, 2019, p. 13).

O conceito de gênero surge na década de 1970 e é atribuído à crítica das feministas anglo-saxãs que desconstruem as atribuições universais feitas aos sexos biológicos masculino e feminino, atribuindo as designações de homem e mulher à construção social (LOURO, 1997; TOMAZETTI, 2019). Ou seja, rompem com as percepções comuns sobre que é sexo e o que é gênero; diferenciam o que diz respeito ao campo da biologia do que se desenvolve a partir de definições sociais e culturais. Assim, as mudanças nas conceituações acerca do gênero estão conectadas ao movimento feminista e sua história, uma vez que são as feministas que incluem tal discussão no âmbito acadêmico e teórico. Nesse sentido, o “gênero” passa a ser “como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 1997, p. 21). Contudo, não se trata de ignorar as diferenças biológicas existentes, mas sim “enfaticamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22).

Para historiadora Joan Scott (2019), o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. O gênero também implica uma concepção de poder, uma vez que se encontra nessas estruturas sociais. Scott afirma que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (2019, p. 69). Portanto,

o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida que em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção da construção do poder em si. (SCOTT, 2019, p. 70).

As questões de gênero trazidas pelas feministas afetaram as estruturas e categorizações até então utilizadas pela academia ou em outros espaços de estudo. Vale ressaltar, de antemão, que os movimentos feministas, acadêmicos ou não, não se desenvolvem ao mesmo tempo em todos os lugares, como veremos na disposição sobre as ondas feministas ao longo do texto. Há diferenças de desenvolvimento nas teorias e práticas, fazendo com que o próprio termo gênero, como forma analítica, chegue ao Brasil somente no final dos anos 80 (LOURO, 1997).



Tal inclusão na pauta da ciência rompe com uma lógica hegemônica do olhar científico masculino, da ciência feita pelo homem, que dominaram o Ocidente em uma visão andro e etnocentrada. Na História, “as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, depois delas as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão” (MATOS, 2008, p. 335). Essa inserção no mundo científico inaugura mudanças a partir do século XX, as quais modificam o modo de perceber e fazer o conhecimento dentro dos espaços científicos, provocando a emergência de grupos nos recintos acadêmicos com vieses críticos, dando origem aos estudos feministas (MATOS, 2008). Desse modo “a epistemologia feminista parece ter sido uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental” (MATOS, 2008, p. 346). Novos saberes e conhecimentos, na área científica, partiram da visão crítica feminista e das relações sobre o gênero. Os estudos de gênero trouxeram, principalmente ao campo da Ciências Sociais, questões importantes, por vezes negligenciadas ou que estiveram à margem da cultura dominante. Nesse sentido, “as mulheres feministas no campo acadêmico visaram ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões para adotar uma nova proposta teórico-conceitual: os estudos de gênero” (MATOS, 2008, p. 336).

Avançando nas perspectivas analíticas de gênero, a pesquisadora Alinne Bonetti (2011) faz uma reflexão situada em um posicionamento em que os saberes se colocam em “uma objetividade corporificada e feminista para a produção de conhecimento”, examinando as perspectivas de estudos que surgiram a partir do olhar sobre o gênero. Segundo a autora, há em alguns casos confusão na categorização de gênero, pois ela pode ser descritiva, analítica ou teórico-epistemológica.

Na visão de gênero como categoria descritiva, ele é considerado como elemento relativo ao sexo; ou seja, quando utilizado o gênero como uma categoria descritiva, ele se coloca como sinônimo contemporâneo de sexo e com relação à diferença sexual percebida empiricamente (BONETTI, 2011). Segundo Scott (2019), quando usado dessa forma, e mesmo ao usar gênero para afirmar que as relações entre os sexos são sociais, não se questiona necessariamente as razões dessas relações e diferenças. Nesse ponto, limita-se gênero a uma descrição, desprovida de uma análise dos atravessamentos decorrentes das divisões sexuais.

Por outro lado, quando tratado como categoria analítica, o gênero assume uma dimensão relacional diante da sociedade, da cultura, da identidade etc. Ou seja, o gênero se “remete à

produção simbólica, no plano dos valores, das convenções de feminilidades e de masculinidades de determinadas configurações sócio-históricas” (BONETTI, 2011, documento eletrônico). Assim sendo, o “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais, com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p. 22 apud BONETTI, 2011, documento eletrônico). Essas relações podem ser entendidas como conjuntos de valores e de ideias que são compreendidas como “convenções de gênero” e são “relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas” (BONETTI, 2011, documento eletrônico). Ou seja, posicionar gênero como categoria analítica diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social.

Complementarmente, ou indo além, Bonetti apresenta o gênero como categoria teórico-epistemológica. Nesse caso, trata-se de compreender o gênero “como um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder” (BONETTI, 2011, documento eletrônico). Nessa visão o poder está diretamente ligado à tradição foucaultiana, em que o poder circula, se produz e é produzido nas relações. Para a autora, quando se utiliza gênero como categoria teórico-epistemológica, entende-se que não se restringe à relação “corpo biológico-sexo-gênero”. Gênero “traduz-se, portanto, num princípio básico e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder, o que significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder” (BONETTI, 2011, documento eletrônico). Com efeito, parte da História da humanidade transcorreu em termos de dominação e de controle exercido sobre as mulheres, dando lugar às diferenças sexuais, aos atravessamentos externos e à constituição do que entendemos hoje sobre gênero.

Scott (2019) também vai debruçar sobre a inserção do gênero enquanto categoria de análise, e não mais somente descritiva. A autora aponta para três posições teóricas possíveis, a partir de historiadoras e historiadores feministas: a primeira direciona os esforços feministas para a explicação das origens do patriarcado – tendo a sexualidade e a reprodução como pontos-chaves de análise; a segunda tem origem na tradição marxista, constituindo abordagens mais históricas e a relação dos sistemas patriarcal e capitalista; e a terceira dividia em uma visão do pós-estruturalismo francês e teorias anglo-americanas das relações de objeto, ambas inspiradas em escolas da psicanálise e a relação da identidade de gênero. Todas essas categorias possuem complexidades e detalhes que não pretendemos abordar em profundidade, mas que nos interessa

para visualizar as várias dimensões de análise a partir da categoria de gênero. Além disso, Scott possui larga interferência ao apontar para a necessidade de desconstruir a lógica binária masculino-feminino e a relação da “lógica invariável dominação-submissão” (LOURO, 1997, p. 31). Em outra perspectiva, Judith Butler indica que o gênero também é atribuído às pessoas como uma marca de diferença “biológica, linguística e/ou cultural”, nesse sentido o gênero pode ser entendido como “um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto” (1997, p. 28).

Também vale pontuar que a complexidade inerente à discussão de gênero fora do determinismo biológico também provoca dualidades no campo feminista. Pois ao mesmo tempo que o feminismo contemporâneo endossa e defende um tratamento das mulheres igual ao dos homens, no sentido de direitos e espaços na sociedade, também pontua as diferenças existentes e, nesse sentido, corre-se o risco de estar alimentando os determinismos biológicos sexuais (HARDING, 2019). Nesse sentido, há pesquisadoras, como Monique Wittig, que defendem que o movimento feminista deveria lutar por uma sociedade sem gênero, entendendo que foi a opressão quem concebeu os termos homem/mulher, tratando-se assim de categorias políticas e não de dados naturais.

Entretanto, como aponta Teresa de Lauretis (2019), a categoria mulher se coloca como algo importante, uma vez que forma “laços de solidariedade” e, inadvertidamente, cria um discurso de aparente experiência cultural universal. Contra essa impressão, faz-se necessário frisar as diferenças existentes entre as mulheres.

Em uma cultura em que a falsa ideia de homem universal é normalmente entendida como sinônimo de humanidade, teorias feministas têm buscado com sucesso dar visibilidade às especificidades femininas e reescrever a história da cultura de maneira que a presença, a influência e a opressão das mulheres sejam reconhecidas. Entretanto, ao mesmo tempo que existe esse esforço para combater a invisibilidade da mulher, o feminismo corre o risco de tornar visível uma categoria que pode não ser, de fato, representativa da vida concreta de todas as mulheres. (LAURETIS, 2019, p. 219).

Sabendo dos distanciamentos e aproximações possíveis entre as reflexões acerca do gênero, é certo que o avanço, tanto nas discussões como nas práticas trazidas pelo movimento feminista, é visível e são esses processos, sem definições absolutas, que faz prosseguirmos. Em outras palavras, em alguns momentos é necessário

[...] fazer avançar demandas e reivindicações de igualdade (lógicas de ação e intervenção universalizantes sobre a família, por exemplo); em outros momentos, o que pode ser estratégico e factível são demandas e reivindicações pela afirmação das

diferenças (lógicas de intervenção mais focalizadas sobre as mulheres, dentro das famílias). (MATOS, 2008, p. 351).

Nesse sentido, para Scott as mudanças só serão atingidas, de modo geral, por meio de “convulsões políticas de massa que joguem as antigas ordens no caos e façam surgir novos regimes, que podem revisar os termos – e portanto, a organização – do gênero na sua procura por novas formas de legitimação” (2019, p. 74) e novas formas de organização da vida.

Dessa forma, o movimento feminista se posiciona como elemento de resistência e de combate às ordens/normas sociais patriarcais. Mas antes de falarmos desse movimento, é importante salientar que em nossa História há sinais de organização das mulheres anterior ao que conhecemos como feminismo. A historiadora Joan Kelly encontra registros de organização das mulheres anterior ao capitalismo, indicando que tal organização não é algo recente na História. A historiadora Silvia Federici, ao descrever as relações coletivas de trabalho na sociedade medieval europeia, em que as mulheres servas realizavam suas tarefas em cooperação umas com as outras, afirma que essa era a base de “uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina” (2017, p. 53). Também podemos citar, em perspectiva filosófica, a obra de Mary Wollstonecraft, autora de *Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher*, de 1792. O escrito<sup>32</sup> é considerado o primeiro com narrativa sobre os direitos das mulheres, afirmando já naquela época a não inferioridade da figura feminina.

A partir desses exemplos de outras constatações que vimos anteriormente, pode-se dizer que o movimento feminista se fez não somente nas mobilizações, mas também na interferência, estratégica e intelectual, nas universidades e na produção científica, que veio denunciando a invisibilidade e a inexistência das mulheres em diversos lugares, uma vez que o privado (a casa) foi historicamente destinado como o lugar delas.

O movimento feminista reivindica, então, as mulheres como sujeitas. Como a jornalista Marie Shear escreveu, em 1986, em uma resenha de *A Feminist Dictionary*, “feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente” - frase muito conhecida, que sintetiza a busca desse movimento teórico-político. Também de maneira direta, bell hooks<sup>33</sup> nos ajuda a compreender

---

<sup>32</sup> “O livro torna-se um marco epistemológico da produção feminista. Aqui no Brasil, a obra chegou em 1832, traduzida e bancada pela educadora feminista Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das referências do movimento feminista brasileiro. Foi jornalista, escritora, poeta e pedagoga, tendo fundado e dirigido colégios femininos que buscavam em sua prática as ideias de emancipação”. (ALVES, 2019, p. 54).

<sup>33</sup> Pseudônimo de Gloria Jean Watkins, bell hooks foi uma homenagem à bisavó materna da autora chamada Bell Blair Hooks. A autora utiliza a grafia do nome em letras minúsculas para dar ênfase a sua obra e escrita, e não à sua pessoa.

que “o feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (2018, p.18).

Os marcos históricos das práticas políticas e ações coletivas do feminismo são largamente conhecidos como “ondas”. Vale ressaltar que essa denominação se dá de fora do próprio movimento, sendo uma percepção da sociedade, um olhar externo. Mesmo reconhecendo a importância didática desses marcos, entendemos que o movimento feminista esteve e está constantemente acontecendo de forma diferente em diversas partes do mundo. Também seria equivocado imaginar que as reivindicações e demandas que ocorrem durante uma “onda” sejam “superadas” nelas mesmas. Além do mais, como vimos, outras organizações de mulheres já existiam antes das ondas feministas. Tendo essas considerações em vista, podemos lançar mão de algumas especificidades das ondas feministas, para melhor contextualização e entendimento das articulações das mulheres.

A primeira onda feminista data do século XIX e teve como principal foco a luta pelo sufrágio universal. É identificada por movimentos protagonizados por mulheres em vários países, mas foi em um encontro em 1848, nos EUA, que essa luta começou. Além do direito ao voto, nesta primeira fase, se destaca a reivindicação por educação das mulheres e igualdade no casamento, principalmente sobre o direito à propriedade pelas mulheres casadas. Entretanto, esse primeiro momento é protagonizado por uma elite composta de mulheres brancas de classe privilegiadas. Tais mulheres buscavam a ampliação de seus direitos, mas, em certa medida, sem incluir outras mulheres trabalhadoras e escravizadas. Sobre isso, hooks (2018) aponta para as divisões e entendimentos sobre o próprio feminismo e diz que “desde o início o movimento feminista foi polarizado”. Há que se considerar que as desigualdades existentes entre as realidades das mulheres sempre foram permeadas por diferentes fatores, de classe, raça, territorialidade, religião e diversos outros.

Ao mesmo tempo, o movimento abolicionista também crescia nos EUA e algumas mulheres se juntaram a ele. Feministas daquela época, como a sufragista Elizabeth Cady Stanton, tiveram importante atuação na luta pela abolição da escravatura do país. Isso vai ao encontro do que aponta a cientista política brasileira Branca Moreira Alves (2019, p. 50): “a libertação do negro passou a ser ligada à libertação das mulheres e as associações feministas abolicionistas se tornaram verdadeiros ensaios para a futura organização do movimento pelos direitos das mulheres”. Diante dessa conjuntura, também se sobressai a divisão apontada por hooks (2018): de um lado, pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero;

de outro, “pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos” e, sim, transformar o sistema e acabar com o patriarcado.

No Brasil<sup>34</sup>, o movimento sufragista vai adotar o modelo elaborado nos EUA. A luta pelo sufrágio brasileiro iniciou por pedidos individuais por meio de uma “brecha” na Constituição de 1891, que não proibia especificamente o voto das mulheres, em parte porque nem considerava as mulheres nesse enredo democrático, como aponta Celi Regina Jardim Pinto, ao afirmar que “a não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos” (PINTO, 2003, p. 16). Esse momento de busca pelo sufrágio no Brasil se particulariza também por ser liderado pela classe dominante, uma vez que os nomes que se destacaram faziam parte de uma burguesia e elite intelectual, colocando-se como um “feminismo bem-comportado”, já que não tensionava outras diferenças, tampouco as bases da “organização das relações patriarcais” (PINTO, 2003, p. 26). É um movimento que luta pela inclusão das mulheres aos diretos/espços dos homens, mas sem questionar que a própria exclusão da mulher ocorre em relação da supremacia masculina.

Entretanto, diante das dificuldades de alcançar o direito ao voto individualmente, é fundado o Partido Republicado Feminino, em 1910. Estratégia encontrada pelas mulheres envolvidas na luta pelo sufrágio para marcar a busca pelos direitos políticos. Como forma de dar visibilidade a causa, as fundadoras do partido incluem o tema do voto feminino na imprensa local da época, estratégia adotada em diversos momentos do movimento feminista. O Partido acaba perdendo forças no final dos anos de 1910, dando espaço para a luta e organização de Bertha Lutz<sup>35</sup>, bióloga e feminista que organizou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Importante ressaltar a busca pela disseminação das ideias do movimento e o apoio da opinião pública. Nesse sentido destaca-se não só as publicações em jornais já existentes, mas a própria criação de uma imprensa voltada para as mulheres e feminista. Sublinhamos que a forma escrita, mesmo com o alto índice de analfabetismo na população da época, era o meio de comunicação de massa mais importante. Assim, o papel da comunicação para articulação ou

---

34 No Brasil, somente em 1932 o voto feminino foi aprovado, ficando assegurado de forma definitiva em 1934, ainda com limitações e um recorte de classe. Vale ressaltar que o direito ao voto é conquistado em momentos distintos nos países, sendo, por exemplo, tardiamente concedido na Arábia Saudita somente em 2011.

35 Bertha Lutz, filha de mãe inglesa e pai brasileiro, estudou um longo tempo em Paris, o que interferiu e influenciou a sua trajetória de militância feminista. Por ser de uma família privilegiada possuía “trânsito na elite política da época” conseguindo avançar com pautas importantes às mulheres. Lutz é um importante nome pelos direitos das mulheres no Brasil.

o fortalecimento das pautas feministas é antigo, como atesta a utilização da imprensa. Historicamente, o movimento de mulheres e feministas utilizaram publicações para o fortalecimento de suas reivindicações e modo de ver o mundo. Exemplos desses meios são *O Jornal das Senhoras* (1852), no Rio de Janeiro, *O belo sexo* (1862) e *O sexo feminino* (1873), em Minas Gerais (GOHN, 2013). Evidentemente que nem todas as publicações tratavam de pautas direcionada aos direitos das mulheres, mas muitas tornaram-se importante ferramenta para a divulgação de ideias e defesa de posições políticas.

Juntamente a esses acontecimentos, também se expandia o feminismo anarquista, vindo principalmente das ideias trazidas pelos imigrantes italianos, no início do século 20. Mas o avanço das ideias anarquistas também revela posicionamentos contraditórios, que mais tarde vai se repetir dentro da esquerda revolucionária: de um lado a incorporação das mulheres como companheiras de luta, e, de outro, a não compreensão da própria dominação dos homens sendo distinta da dominação de classe (PINTO, 2003). Um nome importante nessa corrente é o de Maria Lacerda de Moura, professora e ativista anarquista. Moura escreveu diversos livros que incluía temas como a sexualidade, o amor livre e, também, contestava a existência de Deus e do amor à pátria (PINTO, 2003).

A segunda onda feminista carrega e aprofunda a busca pelo direito à vida pública. Os movimentos que marcam essa onda também acontecem em momentos diferentes, tendo eventos marcantes nas décadas de 1950 a 1970 em diferentes lugares, em um cenário de mudanças culturais e tensionamentos das tradições.

É nesse período que diferentes correntes feministas surgem e começam a tomar corpo, manifestando entendimentos distintos sobre as questões de raça, de reprodução e de direitos sexuais, entre outros temas.

A segunda onda do feminismo passou a valorizar significativamente mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças (identitárias substantivamente, mas não apenas elas) do que propriamente a igualdade e o igualitarismo. Nessa segunda onda, o que estava em jogo era a diversidade ou as “diferenças dentro da diferença”. (MATOS, 2008, p. 338).

Um marco que vai interferir nessa onda é o lançamento, em 1949, do livro *Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, por colocar em xeque as características biológicas atribuídas ao feminino e ao masculino, assim como os papéis de gênero atribuídos aos homens e mulheres. Tal obra consolida e impulsiona uma das frases que servirá de bandeira para boa parte das feministas: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 11). A obra

assume um papel importante ao difundir, ao longo dos anos, reflexões que vão provocar questionamentos sobre o patriarcado.

A partir dos anos de 1960, nos EUA, se consolida o adágio “o pessoal é político”, indicando o reconhecimento das opressões comuns às mulheres que acontecem em seus lares e em suas vidas privadas. A expressão nasce no período em que as mulheres estadunidenses começam a se reunir em grupos de conscientização feministas, que tinham como objetivo discutir acerca do feminismo, do sexismo e da dominação masculina, vinculados ao *Women’s Liberation Movement*. Era uma estratégia para fomentar uma educação que desenvolvesse e articulasse um movimento de massa organizado pelas mulheres (HOOKS, 2018). Entretanto, esses espaços também se consolidaram como encontros para que as mulheres conversassem sobre questões de suas vidas privadas, como maternidade, trabalho relações familiares, questões íntimas de suas vidas. Tal socialização “permitiu às mulheres constatarem que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas” (SARDENBERG, 2018, p.16).

Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como ‘radicais’, para discutir questões pertinentes ao “ser mulher” na sociedade americana. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão “Falar da Dor” (*Speak Bitterness*) e assim superá-la, as participantes trocavam suas vivências e experiências, constatando que suas relações afetivas e familiares também se caracterizavam como relações de poder nas quais as mulheres se viam em situação de desvantagem (HANISH, 1970; SARACHILD, 1973). (SARDENBERG, 2018, p.16).

Para hooks tais espaços serviam para buscar esclarecimento de uma compreensão coletiva da “natureza da dominação masculina” e que somente com discussões e desacordos seria possível “começar a encontrar um ponto de vista realista sobre exploração e opressão de gênero” (HOOKS, 2018, p. 26). Nesse aspecto, se sobressai a “comunicação e diálogo” como pontos centrais nesses espaços de conscientização (HOOKS, 2018). Tais grupos de conscientização se consolidaram “a partir da troca de experiências e vivências de mulheres e sua reflexão e ação coletivas” (SARDENBERG, 2018, p.16). Nesse sentido, se colocaram como importante ferramenta política e foram difundidos internacionalmente, inspirando o movimento feminista brasileiro também, como veremos.

Assim, “o pessoal é, então, implicitamente político tanto quanto é condicionado por estruturas sociais compartilhadas, mas, ao mesmo tempo o pessoal também foi imunizado



contra a ação política endossada pelas instituições entre público/privado” (LAURETIS, 2019, p. 218). O “pessoal é político”

emerge do reconhecimento de que minha dor, meu silêncio, a minha raiva ou a minha percepção não são mais apenas meus, e que isso me coloca em uma situação cultural compartilhada que acaba por me capacitar e empoderar de maneiras que eu não tinha previsto. (LAURETIS, 2019, p. 218).

É durante tal efervescência de discussões que articulações feministas surgem dentro da área acadêmica como estratégia de ocupar lugares no campo científico, para tentar mudar “o jogo”, nasce os Estudos das Mulheres ou Estudos Feministas. Como vimos anteriormente, as feministas vão incluir uma nova visão sobre as questões de gênero na academia, e a partir daí desenvolver teorias feministas.

A entrada das feministas nesse espaço sofreu resistência. Exemplo disso é apontado pela pesquisadora Ana Carolina Escosteguy (2016), ao tratar dos Estudos Culturais afetados pelas perspectivas de gênero trazidas pelas feministas. A autora revela que, para o teórico e sociólogo Stuart Hall, um dos principais nomes dos Estudos Culturais, o feminismo foi visto como uma “interrupção” que alterou uma prática acumulada em estudos culturais no início dos anos 1970, causando um “ruído teórico” (2016, p. 63)<sup>36</sup>.

Essa turbulência nos Estudos Culturais ocorre quando o movimento de mulheres interfere e insere a pauta dos estudos feministas no *Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham, principal responsável pelas articulações e pensamentos sobre os Estudos Culturais, dirigido por Hall. Assim, ao passo que os Estudos Culturais se voltam para a comunicação e intensificam as pesquisas sobre os processos midiáticos, como a recepção, os estudos feministas ocupam um importante espaço, abrindo caminhos para colocar em pauta as formas repressoras das estruturas sociais sobre a figura feminina.

Tais avanços nos Estudos das Mulheres e as ações coletivas realizadas ao longo dos anos fizeram com que diversas conquistas fossem atingidas e múltiplos feminismos surgissem, evidenciando “que o esquema polarizado linear não dá conta da complexidade social” (LOURO, 1997, p. 37).

Assim, a articulação em diferentes espaços e o compartilhamento do pensamento feminista, tanto na academia como em grupos locais, se consolidam como importantes estratégias ao

---

<sup>36</sup> Ao se referir ao tensionamento do feminismo em relação aos Estudos Culturais, Hall se utilizou de uma metáfora: “chegou como um ladrão à noite, invadiu, interrompeu, fez barulho inconveniente, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais” (HALL, 2003b; p. 209 apud ESCOSTEGUY, 2016, p. 63).

movimento. Entretendo, como pontua hooks, deve-se ter atenção para aquilo que é local, buscando a promoção e a partilha do pensamento feminista em grupos, bairros e comunidades, integrando a análise crítica com discussões da experiência pessoal, pois seriam importantes para o desenvolvimento de uma arena da educação para a consciência crítica, que subverteria, por exemplo, a lógica elitista da academia e atingiria homens e mulheres fora desse espaço (HOOKS, 2018). Dessa forma, promovendo uma autotransformação e o compromisso com os princípios e práticas feministas.

Todos os esforços de autotransformação desafiam-nos a envolvermos um autoexame e reflexão contínuos e críticos sobre a prática feminista, sobre como vivemos no mundo. Este compromisso individual, quando associado ao envolvimento na discussão coletiva, fornece um espaço para comentários críticos que fortalecem os nossos esforços para mudar e renovar-nos. É neste compromisso para com os princípios feministas, nas nossas palavras e ações, que está a esperança da revolução feminista. (HOOKS, 2018, p. 175).

A segunda onda feminista se coloca de forma diferente no Brasil, pois os movimentos feministas na América Latina foram diretamente influenciados pela luta e enfrentamento às ditaduras civis-militares que ocorreram, principalmente, entre os anos 1970 e 1980.

Falando diretamente do Brasil, de maneira geral, o movimento feminista ganhou grande importância durante a ditadura. Segundo estudiosos e estudiosas da nossa História, o movimento feminista no país

nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003, p. 45).

Sendo assim, no Brasil o movimento feminista esteve marcado pelo político e pela luta por autonomia. De um lado, as militantes que buscavam colocar luz e lutar pelas questões das mulheres, em uma articulação feminista, eram criticadas por não apoiarem a “luta geral” reivindicada pela esquerda revolucionária, que reivindicava que deveria ser o foco das atenções; de outro, as mulheres que atuavam em partidos ou se organizavam em apoio à “luta geral” não eram reconhecidas como feministas. Mesmo nesse contexto, como forma de garantir a autonomia, em 1972, começaram a surgir grupos autônomos feministas de reflexão e informação, ao que parece inspirados nos grupos de conscientização que nasceram nos EUA, vistos anteriormente. No Brasil, nestes espaços, “as mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas - a entrada nesses grupos acontecia por meio de convites. Mesmo

com estas características, em alguns casos chegaram a promover atividades públicas importantes” (PINTO, 2003, p. 49).

Para Sônia Alvarez (2014), que propõe o movimento feminista como “campos discursivos de ação<sup>37</sup>”, esse período entre os anos 70 e 80, no Brasil e na América Latina, é um “primeiro momento<sup>38</sup>” que busca a “configuração do feminismo no singular”, seria, portanto, a busca por um “centramento” do feminismo. Para a autora esse “primeiro momento” seria de disputa interpretativa para demarcar um espaço político próprio feminista. Nesse sentido, “os setores autônomos procuraram definir e delimitar o feminismo em relação ao que poderíamos chamar seu exterior constitutivo” em que se disputava interpretativamente a “luta geral-militância política” versus “luta específica-militância autônoma” (ALVAREZ, 2014, p. 22), como vimos anteriormente. Entretanto, o movimento feminista não pode ser visto em uma única “história oficial”, pois por mais que houvesse tais disputas para definir o feminismo, de uma “hegemonia discursiva” em busca de uma singularidade, segundo Alvarez (2014, p. 23), “o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo.”

No contexto histórico brasileiro neste período, de maneira geral, há relação de movimentos de mulheres dissociada do movimento feminista, mas que colocam em xeque algumas questões que tomam vulto mais adiante, como a opressão da mulher “a partir da própria condição de dona de casa, esposa e mãe” (PINTO, 2003, p.43), como nos movimentos contra a carestia, organização em clubes de mães, entre outros. E é no surgimento desses movimentos, de diferentes mulheres, mesmo sem o entendimento do feminismo como carro-chefe para puxá-los, que se caracterizam, principalmente, as questões interseccionais, criando fronteiras cada vez mais difusas. Sobre essas articulações, Gohn apresenta uma dupla nomenclatura, na qual o movimento feminista é protagonista de lutas históricas de igualdade, equidade de direitos e oportunidades e “multiplicam os espaços de atuação das mulheres”. Ao lado disso, observam-se outras atuações com protagonismos de mulheres. Neste caso, o movimento de mulheres atua

---

<sup>37</sup> “Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. E em contextos históricos distintos, diversos atores, como por exemplo, setores da Igreja, as ONGs, ou até espaços dentro do próprio Estado, podem servir como nós articuladores desses campos” (ALVAREZ, 2014, p.18).

<sup>38</sup> Para Sônia Alvarez o movimento feminista no Brasil e na América Latina é compreendido por três momentos: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos e o “*mainstreaming*” (fluxos verticais) do gênero; e 3) o momento atual de “*sidestreaming*” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos feministas. (ALVAREZ, 2014).

em demandas que atingem toda a população, fato exemplificado pela luta por vagas em creches, na área da saúde etc. São reedificações que nem sempre se colocam, ou são entendidas, como feministas, mas “nos movimentos organizados segundo a temática de gênero, as mulheres se destacam por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas” (GOHN, 2013, p. 75). Tal característica será acentuada na terceira onda.

A terceira onda feminista acontece entre os anos 1980 e 1990, sendo movida pelos crescentes debates na área acadêmica, inclusive com a criação e/ou fortalecimento de núcleos de estudos juntos a universidades. No Brasil, em 1981, se estabelece os primeiros núcleos de estudos sobre a mulher, uma na Universidade Federal do Ceará e outro na Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nesse momento é que se complexificam as discussões sobre gênero trazendo reflexões internas ao movimento feminista e mudanças nos processos de institucionalização do movimento. Discussões sobre a sexualidade e a corporalidade também ganham cada vez mais espaço, ressaltando nomes como Judith Butler e Donna Haraway. Essa onda também ensaia as novas formas de organização das mulheres. Foi nessas circunstâncias que o feminismo “pluralizou-se a partir da expansão dos espaços de articulação da política feminista; a partir do aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo” (MATOS, 2014, p. 6). A pluralidade que emerge no movimento feminista se consolida em diferentes correntes.

Também nesse período que emerge nos EUA o conceito de interseccionalidade, que é intensificado pelas discussões iniciadas durante a segunda onda e pelo avanço das questões raciais, vai ganhar força a partir da elaboração da jurista Kimberlé Crenshaw. Nesse ponto, se articula cada vez mais o entendimento de que não é apenas o gênero que determina as identidades e condições sociais, mas que o sexismo, o racismo e as diferenças de classe fazem parte e sustentam um sistema de dominação. Veremos mais detalhes sobre os atravessamentos de opressões no subcapítulo 3.3.3. Outra questão a se destacar nesse contexto histórico é a realização da Conferência de Beijing, em 1995. Importante espaço de discussão e articulação dos direitos e reivindicações das mulheres (PINTO, 2003).

Nesse período de fluxos da terceira onda, Matos (2014) identifica um novo quadro político caracterizado por sua forte dissociação entre pensamento feminista e movimento. Ou seja, começa uma “profissionalização” do(s) movimento(s), com o surgimento e proliferação de ONGs voltadas para mulheres e com a formação de “redes” feministas. No Brasil, esses espaços

representam espaços de participação das mulheres e a institucionalização de causas. Muitas vezes com financiamento internacional, essa modalidade de organização não acontecia na política formal, sempre um espaço de difícil acesso, até mesmo nos dias de hoje. As ONGs marcam a história do movimento feminista no Brasil, trabalhando junto ao Estado e à sociedade, mostrando uma variedade de atuações, sendo mobilizadoras, prestadoras de assessorias especializadas ou de serviços (PINTO, 2003). Nesse momento, também ocorrem críticas de “feministas autônomas” frente à institucionalização do movimento, processo tido por muitas como uma traição, uma vez que muitas articulações, principalmente aquelas com instituições internacionais, representavam o fortalecimento do patriarcado neoliberal.

Para Alvarez, esse seria o “segundo momento” do movimento feminista brasileiro, que teria como característica o “descentramento e pluralização dos feminismos e do “*mainstreaming*” (fluxo ou transversalidade vertical) do gênero” (ALVAREZ, 2014, p. 17). Para a autora, conforme tece a história “oficial”, trata-se do período, em que o movimento feminista se institucionalizou, como vimos, e por vezes até foi diagnosticado como um movimento “desmobilizado”. Porém, mesmo com a “ONGização” se espalhando por diversas iniciativas, principalmente nos anos 90, outras organizações surgem e se estabelecem no campo feminista.

Mesmo que muitas vezes efêmeros e nem sempre politicamente visíveis, quando não propositalmente reprimidos no contexto neoliberal, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas, tanto “autônomas” – como os primeiros grupos Riot Grrls e agrupações feministas na cena anarco-punk (Marques, 2013; Zanetti e Souza, 2008), como autoorganizadas no interior dos movimentos da juventude, como o hip-hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnicoraciais, ou dos partidos –, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (Barbosa, 2013; Godinho, 1998; Magrini e Lago, 2013; Silva, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da “ONGização”. (ALVAREZ, 2014, p. 27).

Esses espaços também foram importantes para a disseminação e consolidação dos diversos feminismos e a popularização para diferentes camadas da sociedade, e assim, impulsionando e ampliando o campo feminista. Tais diferenças nos espaços de militância e as disputas dos discursos políticos, em parte acirradas pela expansão da agenda “Anti-Pobreza neoliberal”, fazem com que as diferenças e desigualdades, já existentes no campo feminista, se acentuem (ALVAREZ, 2014).

O “terceiro momento do feminismo brasileiro e latinoamericano, que acontece a partir do final dos anos 90, é entendido por Alvarez como “o *sidestreaming* dos feminismos plúrais e a multiplicação de campos feministas” (2014, p. 32). Mobilizações de rua surgem em resposta a

agenda neoliberal, na América Latina e no Brasil, e reforçam articulações auto-organizadas das mulheres que consolidam uma “complexa formação política” que ainda continua se movendo e se remodelando em interações dinâmicas.

Tais dinâmicas são percebidas nas intensas mobilizações feministas das últimas décadas, tanto na ocupação das ruas como na apropriação das TICs. Pode-se dizer que um marco desse momento de intensa articulação feminista ocorreu na virada para os anos 2000, com a Marcha Mundial das Mulheres, que mobilizou milhares de mulheres no mundo todo em uma campanha contra a desigualdade social e a violência (MATOS, 2014). Diversas manifestações e protestos seguiram ocorrendo nos anos seguintes, como veremos a partir do capítulo 4.

Esse novo momento de articulação dos feminismos, segundo Matos (2014), pode ser considerado a quarta onda feminista. Apesar de não haver unanimidade entre pesquisadoras da área sobre o advento de uma quarta onda, o fato é que tais articulações e mobilizações já mostram características próprias e se colocam como uma agenda também no campo científico. São mobilizações que se caracterizam, principalmente, pela intersecção entre diferentes movimentos e marcadores sociais, como classe, movimento LGBTQIA+, movimentos e comunidades étnico-raciais, bem como pelo intenso uso das novas tecnologias proporcionadas pela *internet* (MATOS, 2014).

Em consonância, Perez e Ricoldi (2018), que realizam um levantamento acerca do tema em trabalhos acadêmicos brasileiros, apontam características que aparecem com frequência nos estudos:

[...] o uso em massa de redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o —feminismo de hashtag); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismos em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes (SOLLE, 2015). (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 6).

Para as autoras, a quarta onda feminista no Brasil tem sido caracterizada, principalmente, pela “mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos” (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 5).

Como visto anteriormente, a *internet* criou um espaço sem fronteiras que facilitou a articulação em rede e a disseminação de informações, abrindo um campo fértil para a organização dos movimentos sociais. No campo feminista não seria diferente, o acesso e a ampliação das discussões sobre o feminismo nesse ciberespaço possibilitaram novas

articulações, fazendo surgir, ou fortalecer, frentes como o feminismo negro, transfeminismo, feminismo classista, feminismo lésbico e feminismo interseccional. Esse último, segundo Perez e Ricoldi (2018), despontando como uma das vertentes mais importantes. A *internet* também possibilitou a organização de mobilizações e protestos tanto virtuais como de rua (PEREZ; RICOLDI, 2018, 2019; ALVAREZ, 2014). Tal ativismo e mobilização vividos e organizados na *internet* vão ser atribuídos a um *ciberativismo*, no caso, o surgimento de um *tecnofeminismo* ou *ciberfeminismo* (NATANSOHN; ROVETTO, 2019). Exemplos dessas mobilizações serão vistos no subcapítulo 4.1. Nesse sentido, a comunicação se faz presente e torna-se importante meio de resistência, organização e disseminação das ideias feministas, assim como os diversos periódicos foram no passado.

Dentro deste contexto de articulações, se sobressai a organização por meio de coletivos, tidos como uma das características que também marca a quarta onda feminista, que se diferencia daquelas organizações formais e hierarquizadas tão marcantes nas dinâmicas da terceira onda (PEREZ; RICOLDI, 2018, 2019). As características dos coletivos organizados por mulheres se assemelham com aquelas vistas no subcapítulo 3.1 sobre essas organizações: horizontais, autônomas, distantes de instituições tradicionais.

Diante de todo esse histórico reflexões conceituais, podemos afirmar que, apesar das dificuldades, as mulheres mostram-se como referência em resistência e organização social, fortalecida pelos processos comunicacionais. Isto, seja olhando para o passado, seja atualmente, em diferentes formas de manifestações. Além disso,

dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres são o contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, embora elas sofram inúmeros constrangimentos no âmbito privado (GOHN, 2013, p. 77).

Toda a história dos movimentos feministas, que continuam vivos e em articulação, acarretou mudanças estruturais em nossa sociedade. O fato é que “os vários formatos de movimento feminista e de mulheres em distintos países, inclusive no Brasil, têm deixado um legado civilizatório inegável para as sociedades onde floresceram e se multiplicaram” (MATOS, 2008, p. 351).

Veremos a seguir três legados de articulação teórico-prático de diferentes frentes dos feminismos que dialogam de forma direta com o nosso estudo empírico: 3.3.2 Mulheres e violência, 3.3.3 Mulheres e Raça e 3.3.4 Mulheres e natureza<sup>39</sup>.

### *3.3.2 Mulheres e violência*

Um dos legados que o movimento feminista deixou e a respeito do qual luta para avançar cada vez mais, é o combate à violência contra a mulher. Se na segunda onda feminista, como vimos, um dos marcos foi o “pessoal é político”, a violência de gênero, muito agressiva no ambiente privado, consolida essa máxima, fazendo com que articulações fomentem o debate e o desenvolvimento de políticas públicas para combater todo tipo de violência contra as mulheres. Como salienta a pesquisadora Lourdes Maria Bandeira, “a correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das questões e das reivindicações do movimento feminista, com base em evidências empíricas contundentes” (2019, p. 294). Nesse sentido, a desconstrução das designações relacionadas ao sexo, feitas pelas feministas, também jogaram luz sob a problemática da violência contra a mulher, fazendo com que questões históricas e de socialização de homens e mulheres fossem pautadas como indicadores de tais agressões.

Para a pesquisadora Heleieth I. B. Saffioti (2001, p. 115), a violência de gênero está em um conceito amplo, abrangendo “vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”. Entretanto, essa realidade está inserida “no exercício da função patriarcal” em que os “homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”. Tal conduta está inserida na execução da dominação-exploração a partir da categoria social “homens”, em que sua capacidade de mando é auxiliada pela violência (SAFFIOTI, 2001).

Em termos gerais, os eventos de violência física e sexual contra as mulheres são os que mais chocam ou chamam a atenção da sociedade. Entretanto, há muitas outras agressões que se somam, fortalecem a trama de violências e caucionam a relação dominação-exploração, sejam psicológicas patrimonial, moral e tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de

---

<sup>39</sup> Os subcapítulos *Mulheres e violência*, *Mulheres e raça* e *Mulheres e natureza* se justificam pela necessidade de aproximação e compreensão das frentes de atuação dos coletivos em que realizamos a pesquisa empírica. Os três coletivos, a saber *Casa de Referência Mulheres Mirabal*, *Nimba* e *Pandora*, se mobilizam, respectivamente, em torno dessas temáticas



trabalho e público. Pode-se relacionar todas elas à estrutura de relações de poder e ao histórico de violação e dominação dos corpos femininos. Nesse aspecto, é possível dizer, conforme Bandeira, que na expressão “violência de gênero” está implícito que as ações/atos de violência ocorrem em “contextos e espaços relacionais” e em “cenários sociais históricos não uniformes” (2019, p. 295).

Saffioti vai chamar atenção para a diferenciação entre a violência contra mulher e a violência doméstica. A autora evidencia que a primeira envolve “não apenas aquela cujos perpetradores são parentes ou conhecidos vivendo sem nenhuma relação estabelecida com a vítima”, sendo mais abrangente que a violência doméstica (2002, p. 2). Esta segunda seria uma violência “confinada ao domicílio ou à família”, não necessariamente ocorrendo dentro das residências, mas podendo ser cometida por familiares da vítima, mesmo não tendo relação biológica (SAFFIOTI, 2002). Mesmo a violência doméstica sendo mais ampla e podendo incluir crianças, idosos e outros indivíduos, compreende-se que diante da lógica patriarcal a “categoria homens assegure, inclusive por meio de violência, sua supremacia” (SAFFIOTI, 2002, p. 4).

Dentro das buscas por definições desse fenômeno, que acomete milhares de mulheres, surgem, na perspectiva feminista, algumas explicações conceituais e metodológicas, como aponta Bandeira, autora que discorre de maneira resumida sobre algumas delas<sup>40</sup>:

a hegemonia do poder masculino, que permeia as relações entre homens e mulheres; a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero; a reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência; a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais; e, enfim, a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres. (BANDEIRA, 2019, p. 300).

Desde a década de 70, movimento feminista atuou fortemente nas denúncias contra violência sexual nos EUA. No Brasil, a violência contra mulher se tornou categoria de estudo, área de pesquisa e uma das principais pautas do movimento feminista. No final do período ditatorial do país, os movimentos feministas começaram a agir pela visibilidade no combate à violência contra as mulheres, lutando por segurança e justiça (PITANGUY, 2019).

O assassinato de mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros começou a ser pauta de mobilizações feministas e ganhar visibilidade midiática também a partir da década de 1970.

---

<sup>40</sup> Há muitas outras abordagens e classificações acerca do tema. Uma obra importante sobre a temática apontada por Bandeira é a *Bibliografia de estudos de gênero e violência sexual contra a mulher: 1984-2003*.

No Brasil, um dos casos emblemáticos foi o assassinato de Ângela Diniz por Raul Fernando Street, conhecido como Doca Street, com quem tinha um relacionamento. Em um primeiro momento, o assassino foi condenado com dois anos de prisão, pois se beneficiou com a tese de “legítima defesa da honra”, uma vez que ocorreu uma traição na relação. O caso causou comoção e grande revolta na população. A organização do movimento feminista e protestos de rua, com a máxima “Quem ama não mata”, fizeram com que o criminoso fosse novamente julgado e, então, condenado a 15 anos de prisão por homicídio. Tal movimento e *slogan* permaneceu denunciando a violência e o homicídio de mulheres realizados pelos seus companheiros (PITANGUY, 2019).

O caso de Ângela Diniz é um marco e mostra a misoginia e a violência reinantes nas esferas privadas e públicas, a partir de uma estrutura machista que também se reflete no Estado, ao manter leis<sup>41</sup> que fortalecem a subordinação feminina.

Essa agenda do movimento ampliou o diálogo e a disputa de sentido com outros setores da sociedade, alcançando pesquisadores e pesquisadoras e organizações civis que se articularam para avançar e garantir segurança às mulheres. Dessa forma, o movimento feminista lutou para que a violência no âmbito do privado fosse reconhecida como problema político e de saúde pública. Tal organização contou com braços da sociedade civil, como ONGs e conselhos municipais, que de forma estratégica conseguiram garantir mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres (BANDEIRA, 2019).

Diversas iniciativas se destacam na história recente do país, como o SOS Corpo Recife, São Paulo, Campinas e Belo Horizonte, nas décadas de 1980. Essas organizações, em parceria com o poder público, politizavam o debate sobre o tema e reivindicavam ações do Estado (BANDEIRA, 2019). Com tais articulações entre sociedade civil e poder público, alguns avanços foram alcançados, como as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (Deam's), introduzidas em 1985. A criação dessas delegacias foi pioneira no Brasil e serviu como modelo para diversos outros países. A estrutura especializada em tal atendimento é um marco também no que se refere à consolidação de um “direito social coletivo”, uma vez que se entende que a violência e a agressão são realidades do cotidiano das mulheres. (BANDEIRA, 2019).

---

<sup>41</sup> Apesar dos avanços, as reivindicações e o desenvolvimento de políticas públicas andam em ritmos muito distantes. O caso da Ângela Diniz ocorreu em 1976, sendo que a Lei de Femicídio, nº 13.104, que criminaliza o assassinato de mulheres cometido em razão do gênero, foi homologada em 2015.

A mobilização da sociedade civil também se fez presente na consolidação da Lei nº 11.340/2006, amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. O anteprojeto da Lei foi elaborado por um Consórcio constituído de ONGs feministas, pesquisadoras e ativistas, protagonistas do processo legislativo até a sua sanção. Maria da Penha Maia Fernandes foi uma farmacêutica brasileira vítima de duas tentativas de homicídio, cometidas por seu então companheiro, em sua própria casa, em Fortaleza (Ceará), em 1983. Depois de 15 anos da sentença, o réu ainda permanecia em liberdade, valendo-se de sucessivos recursos processuais<sup>42</sup>. Apenas em 2006 a Lei Maria da Penha foi sancionada. Tal exemplo demonstra a importância que teve e tem o chamado *advocacy*<sup>43</sup> feminista no processo de afirmação de direitos das mulheres (PITANGUY, 2019, p. 81). Outro elemento importante que surge a partir da articulação das mulheres em defesa de suas próprias vidas e do empoderamento legal é o surgimento, em 1993, das Promotoras Legais Populares que são lideranças comunitárias capacitadas em noções básicas de Direito, direitos humanos das mulheres, dentre outras temáticas.

O caminho até políticas públicas que atuem diretamente na garantia dos direitos das mulheres é traçado por diversos esforços que incluem os estudos sobre a violência de gênero. O tema se constitui em um campo “teórico-metodológico fundado com base nas reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional” (BANDEIRA, 2019, p. 293). A violência de gênero tornou-se uma categoria analítica associada a campos teóricos e políticos específicos. Porém, dada a complexidade desse fenômeno, não há como limitá-lo a um sistema de classificação ou de codificação com fronteiras nítidas.

Alguns estudos feministas apontam o patriarcado e a dominação masculina como pilares da violência contra a mulher, mas outro elemento se soma para a manutenção da violência de gênero na sociedade: para outras estudiosas, há que considerar a “lógica familista”, em que a

---

<sup>42</sup> Em 1998, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/Brasil) denunciaram o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O Brasil não respondeu a diversos pedidos da CIDH sobre a admissibilidade ou o mérito da petição, apesar das solicitações em 1998, 1999 e 2000. A CIDH reconheceu que o Estado brasileiro foi negligente e omissivo em relação à violência doméstica contra as mulheres e fez uma série de recomendações, entre as quais: julgamento do agressor de Maria da Penha; pagamento de indenização material e simbólica à Maria da Penha; elaboração de uma lei específica sobre violência contra mulheres em conformidade com a Convenção de Belém do Pará; capacitação de funcionários da polícia e da justiça.

<sup>43</sup> Entendemos aqui como “ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo” (PITANGUY, 2019, p. 82).

questão da honra acaba encobrendo outras questões mais estruturais. Nesse aspecto, como aponta Bandeira,

a violência de gênero, gerada na intimidade amorosa, revela a existência do controle social sobre os corpos, a sexualidade e as mentes femininas, evidenciando, ao mesmo tempo, a inserção diferenciada de homens e mulheres na estrutura familiar e social, assim como a manutenção das estruturas de poder e dominação disseminadas na ordem patriarcal. (BANDEIRA, 2019, p. 303).

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social que persiste e se mostra multiforme com diversas facetas; inclusive, como podemos ver em casos relatados, vinda do próprio Estado, que ora tarda ao tomar providências na garantia da cidadania plena das mulheres, ora falha ao reproduzir a estrutura opressiva do patriarcado e consolidar os “papéis de gênero”. Como exemplo, podemos citar o caso do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), lançado em 1984, que previa em suas especialidades o atendimento focado na ginecologia e na obstetrícia, marcando os corpos das mulheres como reprodutores, sem romper com a lógica de determinismo biológico. Foi em 1996 que se implementaram estratégias de orientação e atendimento voltadas à violência contra as mulheres, isso devido à articulação do movimento feminista, de organizações e especialistas. Porém, somente em 2013 foi sancionada a Lei nº12.845, tornando obrigatório o atendimento pelo SUS de vítimas de violência sexual. Nesse sentido, a partir da teoria sociológica clássica também é possível perceber que as “definições de violência se associam ao controle social e ao papel do Estado”. Pois é o Estado que controla e detém o “monopólio legítimo da violência para aplacar desordens sociais e ameaças à propriedade” (BANDEIRA, 2019, p. 294).

O advento da internet, como vimos, auxiliou nas dinâmicas feministas, mas também se tonou mais um campo de atuação do sexismo e a violência de gênero. Não bastasse aquelas já existentes, novas formas de agressão às mulheres surgem no âmbito digital, como a pornografia infantil, a divulgação não consentida de imagens, o *revenge porn*<sup>44</sup>(pornografia de vingança) e a vigilância na rede (VALENTE; NERI, 2019). Exemplos que mostram a necessidade da permanência e fortalecimento dos direitos das mulheres e do combate à violência patriarcal.

Toda essa estrutura, privada e pública, que consolida a opressão sobre as mulheres, é atravessada por diferentes elementos sociais, como visto em outros momentos de nosso

---

<sup>44</sup> “No Brasil, foi a partir de 2013 que o termo ganhou a esfera pública. Duas adolescentes, em dois extremos do país, suicidaram-se num intervalo de dez dias, depois de terem sido expostas na *internet*”. (NERIS, 2019, p. 17).

trabalho. Nesse ponto, questões como classe e raça são agravantes no que se refere às violências que atingem as mulheres, como veremos.

### 3.3.3 *Mulheres e raça*

Ao falarmos da categoria mulher é necessário sublinhar que não há uma universalização de tal termo. Como relatado anteriormente, a terceira onda feminista se consolidou por colocar na luz pautas identitárias e de diversidade, introduzindo complexidade nas discussões teóricas e nas práticas políticas do movimento. Tal processo diz respeito, em parte, às mulheres que estiveram, de certa forma, excluídas das mobilizações e reivindicações iniciais (e posteriores, até certo ponto). Nesse sentido, conforme Sueli Carneiro é possível afirmar que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferente, “que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres” (CARNEIRO, 2019, p. 313). Com efeito, se de um lado mulheres brancas e de classe média/elite buscavam o direito ao voto ou ao trabalho fora de casa, de outro, as mulheres negras há muito tempo já trabalhavam ou eram escravizadas, e tiveram seus direitos civis reconhecidos muito mais tarde.

Nas diversas formas de organização das mulheres, conforme as diferentes realidades sociais e raciais, somam-se termos que refletem o ponto de vista e a realidade das mulheres negras. Nesse sentido, destacam-se termos como feminismo negro e *mulherismo africana*. Os debates acerca de tais conceitos, segundo Patrícia Hill Collins (2017, p. 17), demonstram “o desafio básico de acolher a diversidade das mulheres negras”. De certa forma, esse debate também denuncia e “interrompe o falso universal desse termo [feminismo] para mulheres brancas e negras” (COLLINS, 2017, p. 17-18).

Em uma visão crítica do feminismo branco e até mesmo do feminismo negro, termos como *mulherismo africana*, proposto por Clenora Hudson-Weems, aponta e denuncia uma hierarquização de opressões, na qual o “racismo é a tecnologia principal” (AKOTIRENE, 2019, p. 56). Ou seja, no *mulherismo africana* há o entendimento de que a violência sobre a população negra passa primeiramente pela questão racial, devendo ser uma prioridade nas discussões, pautas e reivindicações, que assim transitariam primeiramente pela questão da raça, depois da classe e só então de gênero.

[...] o pensamento mulherista não equipara estruturas interdependentes cruzadas por eixos do racismo, patriarcalismo, sexismo para explicar a vulnerabilidade das

mulheres negras, nem articula estruturas e posicionalidades interracializadas para enxergar outros setores; o trânsito é único, neste caso, promovido pelo padrão branco judaico-cristão, mentor do colonialismo e imperialismo, um bloco monolítico na sua concepção. (AKOTIRENE, 2019, p. 55).

Tal perspectiva nos mostra as distintas formas analíticas de perceber e entender a organização das mulheres, sobretudo a complexa estrutura social por trás das desigualdades. Nesse trabalho, limitamo-nos a expô-la, sem aprofundá-la, entendendo que a amplitude da temática necessita de mais tempo de pesquisa e de exposição.

Por outro lado, para hooks, o movimento feminista no Ocidente supôs que resistir à dominação patriarcal era uma “ação feminista com maior legitimidade do que resistir ao racismo e a outras formas de dominação” (HOOKS, 2018, p. 168). Para essa autora:

O feminismo, como luta de libertação, deve existir à parte e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas. Devemos entender que a dominação patriarcal partilha uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão grupal, que não há esperança de que possa ser erradicada enquanto esses sistemas permanecerem intactos. (HOOKS, 2018 p. 171).

O sistema patriarcal mantém a estrutura opressora em diversos níveis, nos quais as esferas sexo, raça e classe funcionam como sistemas interligados de dominação. O cruzamento dessas relações é o que a jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw denominou de *interseccionalidade* no final dos anos 80 (HIRATA, 2014). Para a pesquisadora brasileira Carla Akotirene, “tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor focado nos homens negros” (2019, p. 14). Antes mesmo de Crenshaw definir o termo interseccionalidade para essas opressões cruzadas, nomes como bell hooks e Ângela Davis, nos EUA, e Lélia Gonzalez, no Brasil, apontavam para tais questões.

Tendo essas relações em mente, em termos gerais, Carneiro nos indica que

a unidade na luta das mulheres nas sociedades não depende apenas de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela história de hegemonia masculina, mas exige também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. (CARNEIRO, 2019, p. 315).

Nesse aspecto, as questões territoriais e históricas de cada país e continente são relevantes para entendimentos e análises das camadas existentes nos sistemas de opressão. Quando falamos de racismo e da opressão das mulheres negras no Brasil, é diferente de falarmos sobre os EUA. O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, que durou 300 anos de muita exploração, injustiça e violência. Junta-se a isso o histórico violento da

colonização contra os povos originários e forma-se assim uma identidade nacional racista e preconceituosa.

A partir desse olhar de “dentro”, Gonzalez tece críticas ao desenvolvimento histórico-cultural do Brasil e ao apagamento da história dos povos originários e da diáspora<sup>45</sup>. Ela lança mão do termo América Africana ou Améfrica Ladina, por entender que a América Latina é muito mais ameríndia e amefricana do que americana e hispânica. Propõe identificar e valorizar os povos originários e africanos que constituem as culturais dessa região. Ainda, considera o termo amefricanidade, pois com sua lógica ultrapassaria limites de caráter territorial, linguístico e ideológico.

Essas proposições locais também lembram e valorizam as organizações dos povos negros durante a época escravista, que desenvolveram alternativas de resistência como os quilombos. Algumas mulheres se destacaram no combate à escravidão e na defesa da vida de suas comunidades, como Dandara dos Palmares, Tereza de Banguela, Zeferina e Acotirene, entre outros nomes relevantes de lideranças femininas, bem antes da chegada do movimento feminista no país. Um marco na resistência negra contra a opressão escravagista também foi protagonizado por uma mulher, em 1770, quando a escrava Esperança Garcia denunciou, por meio de uma carta ao presidente da sua província, onde hoje é o Estado do Piauí, as atrocidades e atos desumanos que eram cometidos contra ela e seu filho na fazenda onde era explorada. Ela é considerada a primeira advogada do Brasil.

Esses exemplos servem para lembrar-nos que as atuais discussões sobre o racismo institucional/estrutural no Brasil vêm de longa data e possuem raízes profundas. Dessa forma, se faz necessário pensarmos o movimento feminista também como espaço de resistência do movimento negro. Como afirma Carneiro, é preciso enegrecer o movimento feminista:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre mulheres brancas e negras. (CARNEIRO, 2019, p. 316).

---

<sup>45</sup> Referente à diáspora africana, ou diáspora negra, que abrange o fenômeno sociocultural e histórico que ocorreu em países além do continente africano, devido à emigração forçada, principalmente no período escravagista mercantil.

Enegrecer o feminismo é desenvolver estratégias práticas antirracistas, ocupar espaços importantes na organização da sociedade. Ao longo dos anos, a articulação do movimento feminista também foi realizada em espaços estratégicos como encontros internacionais e conferências mundiais de relevantes instituições, incluindo e ampliando os debates sobre as questões raciais, antirracistas e de respeito à diversidade em âmbito mundial, principalmente a partir da década de 1990<sup>46</sup>. Essas articulações mostram a relevância do desenvolvimento e fortalecimento das redes entre os vários setores da sociedade, incluindo a potência da articulação da sociedade civil, seja ela nos macros ou micros espaços, na atualidade ou no passado.

Enegrecer o feminismo é entender as diferenças existentes entre as mulheres e encarar os desafios para impulsionar as lutas sem deixar de acreditar

na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumindo pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destino. (CARNEIRO, 2019, p. 320).

### 3.3.4 *Mulheres e natureza*

Iniciamos esse capítulo de discussão teórica abarcando questões relacionadas aos sistemas vivos, das redes que compõem nossas vidas e dos sistemas sociais dentro de uma perspectiva sistêmica das estruturas da sociedade. Essa percepção holística, que nos acompanhou até aqui, volta a pulsar, uma vez que trataremos da natureza, situando-nos como parte dela. Nessa perspectiva, o ecofeminismo, como teoria crítica, filosófica e de interpretação do mundo, integra o arcabouço crítico ao desenvolvimento dos sistemas capitalista e patriarcal que se consolidaram a partir da exploração e da opressão da natureza e das mulheres (BELTRÁN, 2019). Ao mesmo tempo, o ecofeminismo

desenvolve uma proposta de transformação social que busca a integralidade das mudanças a partir do reconhecimento das interdependências entre seres humanos e com a natureza, ou seja, baseados na ideia de que todas e todos precisam de cuidados e atenção para sobreviver. Mais do que isso, necessitamos de um cuidado de qualidade para viver uma “vida que mereça ser vivida”, assim como a natureza requer cuidado e respeito a seus limites e ciclos vitais. (BELTRÁN, 2019, p. 113).

---

<sup>46</sup> Foi assim na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (1994), na Conferência Internacional de Direitos Humanos de Viena (1993), nas quais os direitos das mulheres foram reconhecidos como Direitos Humanos, e ainda na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a ECO 92 (1992).



O ecofeminismo se apresenta com importante valor para as alternativas sistêmicas, à medida que permite um diálogo entre propostas diferentes “emanadas das lutas sociais e da teoria política do século XX” (BELTRÁN, 2019, p. 113). As discussões acerca do ecofeminismo se desenvolveram nos anos 1970 e reuniram teorias e práticas políticas do movimento ecologista e do feminismo. Foi a ativista feminista francesa Françoise d’Eaubonne quem relacionou a ecologia e o feminismo e cunhou, em 1974, o termo “ecofeminismo”. Para D’Eaubonne, a expressão “surgiu como resposta ao fato de que a humanidade estava na bifurcação entre o feminismo e a morte, devido à devastação dos bens naturais” e, dessa forma, no seu entendimento “apenas o feminismo seria capaz de assegurar a defesa da vida no planeta diante do fenômeno do crescimento sustentável” (BELTRÁN, 2019, p. 118). Assim, no ecofeminismo há o encontro de duas correntes de “pensamento e militância” que contestaram e contestam as estruturas econômicas e culturais da sociedade, contestam “a relação de domínio do ser humano sobre a natureza e a relação de poder desigual e violenta do patriarcado, do homem sobre a mulher”. (BELTRÁN, 2019, p. 113).

O ecofeminismo reúne conceitos e ações em uma visão crítica ao modelo social, cultural e econômico do sistema capitalista e patriarcal. Entende que a dominação e a exploração da natureza “têm marchado de mãos dadas com a das mulheres” (CAPRA, 1997, p. 13). A partir desse entendimento,

O caminho apontado pelo ecofeminismo busca colocar as bases materiais do cuidado e da sustentabilidade da vida, e denunciar os elos do sistema de dominação capitalista: a invisibilização, a desvalorização, o menosprezo, a exploração, a desapropriação e a apropriação do saber, do conhecimento, do trabalho e de todas as atividades – realizadas em sua maioria por mulheres – sem as quais a sobrevivência humana, a produção e a reprodução da cultura e da sociedade seriam impossíveis. (BELTRÁN, 2019, p. 114).

Em termos gerais, o ecofeminismo busca resgatar valores e sentidos dos bens naturais, da vida e daquilo que o pensamento hegemônico patriarcal colocou em posição de subalternidade, como a natureza e as mulheres (HERRERO, 2013).

A bem da verdade, associação - de certa forma, a resistência - entre mulheres e natureza é antiga. Em 1972, a antropóloga Sherry Ortner publicou um artigo importante na temática, que procurou revelar “evidências empíricas, no imaginário das diferentes culturas humanas, da existência de uma associação constante da figura da mulher à da natureza” (PULEO, 2019, p. 164), trazendo elementos para a teoria ecofeminista. Segundo a filósofa Alícia Puleo (2019, p.

164), Ortner “buscava dar uma explicação à origem da subordinação universal das mulheres e a encontrava no fato de que estas realizavam funções e ocupavam espaços de mediação entre natureza e cultura”. Outro trabalho importante do ecofeminismo é o da bióloga Rachel Carson. Na obra *Primavera Silenciosa*, de 1962, ela denunciou o uso de pesticidas durante a Segunda Guerra Mundial e antecipou a grande ameaça que os agrotóxicos viriam a ser contra a vida humana e a natureza. Para Carson “a atitude do ser humano para com a natureza é de fundamental importância, simplesmente porque adquirimos o poder funesto de alterá-la e destruí-la. Mas o ser humano é parte da natureza e sua guerra contra ela é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo” (CARSON, 2010 apud BELTRÁN, 2019, p. 116).

Na História, há diversos movimentos protagonizados por mulheres em defesa do meio ambiente, consolidando a associação mulher-natureza. Exemplo dessa aproximação, no Sul global, é o movimento Chipko, do Himalaia, na década de 1970, que surge em resposta aos movimentos políticos agroflorestais e ao desmatamento da região. Mulheres locais resistiram pacificamente abraçadas em árvores, como haviam feito há 200 anos suas ancestrais lideradas por Amtira Devi, mulher que perdeu a vida defendendo a floresta (BELTRÁN, 2019). Também vale aludir às mulheres indígenas que se dedicaram e dedicam ao cuidado e proteção das florestas e dos bens naturais, fontes de sustento dos seus povos, mas dentro de uma relação respeitosa de interdependência. Essas associações, entre tantas outras possíveis, denunciam a agressividade com que a dominação se apresenta às mulheres e à natureza,

Assim como vemos diversas correntes teórico-filosóficas no feminismo, o ecofeminismo se pluraliza, incorporando diferentes visões de mundo. A antropóloga Yayo Herrero (2013) atribui o desenvolvimento do ecofeminismo a duas grandes tendências. A corrente essencialista associa “a mulher à natureza e conclui que a defesa da natureza é inerente à identidade de gênero”. Base dessa proposta, Petra Kelly “avalia que as mulheres têm uma capacidade inata de interpelar o sistema por sua capacidade de dar à luz”. Já a corrente construtivista considera que “a relação mulher-natureza se sustenta na construção social que passa pela atribuição de papéis que dão origem à divisão sexual do trabalho, à distribuição do poder e à propriedade nas sociedades patriarcais”. Seriam essas relações que aproximariam as mulheres do ecofeminismo (BELTRÁN, 2019, p. 121).

Outras posições irão surgir no movimento ecofeminista, como a ecologia profunda<sup>47</sup>, colocando em suas práticas o valor a todos os seres vivos concebendo os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 1997). Inclui-se nessa perspectiva o “especismo”, que entrará nas “intersecções centrais de gênero abordadas pelo ecofeminismo, junto ao sexismo, racismo, classismo e outras formas de opressão por razão de orientação sexual ou deficiência” (PULEO, 2019, p. 165). Em suma, a não exploração de outras espécies se configura nessas correntes como tema e prática central.

A partir de todas essas variantes, é possível compreender que

o ecofeminismo é uma proposta em evolução que se nutre de movimentos dinâmicos e propositivos, que vão prefigurando um projeto político de transformação social que se alimenta das lutas, das experiências e dos aportes teóricos dos movimentos feministas, dos movimentos sociais, das mulheres, das ativistas, acadêmicas e filósofas de diferentes vertentes. (BELTRÁN, 2019, p. 115).

Chegamos ao fim desse capítulo, no qual foram apresentados algumas discussões, reflexões e marcos teóricos. Propusemos visões sobre diversas temáticas, passando por movimentos sociais, organização da sociedade civil, comunicação e suas potências organizacionais e comunitárias, além de gênero e feminismos. Essas linhas se entrelaçam e costuram uma rede que se conecta e nos auxilia a compreender as dinâmicas socioculturais e esse sistema vivo ao qual pertencemos.

No capítulo a seguir teceremos acerca de nossa pesquisa empírica sobre coletivos de mulheres.

---

<sup>47</sup> A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida. Arne Naess cunhou o termo com base em uma perspectiva ecológica mais ampla: a partir de nossos relacionamentos mútuos, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte.

## 4. COLETIVOS DE MULHERES

A partir desse capítulo, mergulharemos no estudo empírico. Primeiramente, o contexto sobre uma sociedade mobilizada, a organização das mulheres e sua presença na mídia. A seguir, apresentaremos um levantamento dos coletivos de mulheres em Porto Alegre (RS). Na sequência, trataremos de cada um dos três coletivos selecionados, contemplando seus histórico, suas características e os processos comunicacionais, no âmbito de seus produtos e das narrativas das mulheres envolvidas nas dinâmicas da comunicação. Os dados apresentados neste capítulo serão discutidos em diálogo com as pesquisas antecedentes no capítulo 5.

### 4.1 Sociedade mobilizada, organização das mulheres e sua presença na mídia

No Brasil, nos últimos dez anos importantes acontecimentos sacudiram o cenário político, econômico e social. Muitos deles impulsionaram e fortaleceram a participação cidadã e as mobilizações populares, fazendo com que outras formas de organização da sociedade civil surgissem, como os coletivos. O (re)surgimento desse tipo de expressão da sociedade se dá a partir de uma complexa teia de mobilizações da organização cidadã, influenciadas ou não por movimentos sociais, imbuídas da crítica, ou descrença quanto às instituições tradicionais, apostando na descentralização das estruturas organizativas e no uso das TICs. Esse último ponto também sendo um importante meio para “a criação de um novo padrão organizacional articulado através da polinização cruzada, da consulta mútua e da retroalimentação” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 39), padrão que também favoreceu o acesso aos movimentos de minorias sociais, como a comunidade LGBTQIA+ e o movimento negro.

Em 2011, os brasileiros e brasileiras elegeram a primeira mulher para o cargo de presidente da república, mostrando sinais de avanços em termos de representatividade. No mesmo ano, a *Marcha das Vadias (Slut Walk)* tomou conta das ruas de Toronto, no Canadá, depois de casos de abuso sexual ocorridos na *Universidade York*<sup>48</sup>. O movimento expandiu-se para outros países, tendo edições no Brasil, ainda em 2011. Para Hollanda e Maria Bogado,

é fundamental pensar na experimentação de nova maneira de organizar a coletividade e compartilhar ideias e afetos. Nesse sentido, a *Marcha das Vadias* é um exemplo-chave da experiência do protesto, que comporta suas próprias formas de expressão e tem no corpo um elemento central. (HOLLANDA, BOGADO, 2018, p. 27).

---

<sup>48</sup> A mobilização foi impulsionada pela declaração de um policial que aconselhou as estudantes a não se vestirem como vadias para não serem vítimas de estupro (HOLLANDA; BOGADO, 2018).

Nesse aspecto, o corpo toma um papel importante para mobilizações recentes, em especial de mulheres; é ele que toma as ruas performatizando rebeldia, mesmo dispondo dos espaços digitais como ferramenta de organização. Para Verónica Gago, essa seria uma das expressões do *corpo-território*, uma forma de denunciar a espoliação sobre as mulheres e os espaços que lhes pertencem.

Nessa perspectiva, os corpos, não só de mulheres, ocuparam as ruas do Brasil em 2013, marcando as *Jornadas de Junho*, importantes mobilizações<sup>49</sup> da recente democracia do país. A série de manifestações que ocorreram em diversas cidades brasileiras, inicialmente motivadas pelo movimento contra o aumento da passagem do transporte público, pulverizou-se em diversas pautas e levantes. As *Jornadas de Junho* levaram milhares às ruas durante dias seguidos, tendo as redes sociais como importante fator de organização e a falta de figuras de liderança como característica de uma “nova geração política” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 23). Perez e Ricoldi indicam também que

[...] as Jornadas de Junho de 2013 marcam o início de um novo ciclo de protestos feito também por coletivos que têm dentre suas principais pautas o feminismo, associado à luta antirracista, classista e em favor de mais direitos para a população LGBT. (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 17).

Essa nova movimentação no campo feminista pode ser observada mais intensamente nos últimos anos em diversas manifestações, com características que incluem principalmente “a presença dos meios de comunicação digitais; a adoção de diversas clivagens sociais atreladas ao gênero na luta feminista, ou a disseminação da ideia de um feminismo interseccional e a organização em forma de coletivos” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 8). Essas movimentações sociais não estão dissociadas do contexto político e sociocultural; pelo contrário, fazem parte e, de certa forma, se retroalimentam, formando novas paisagens.

Sendo assim, em 2015, a *Primavera das Mulheres*, ou *Primavera Feminista*, marcou o ano com uma sequência de protestos no país. As manifestações eram contra o Projeto de Lei 5.069/2013, que definia restrições ao aborto legal em caso de estupro e cuidados médicos, direito já previsto em lei (HOLLANDA; BOGADO, 2018). Os protestos também denunciaram o assédio e a violência sexual no Brasil. Campanhas virtuais somaram-se ao cenário e

---

<sup>49</sup> O Brasil viveu diversas mobilizações nos anos seguintes, alimentando o processo de polarização política que se acirrou no país.

intensificaram o movimento, como o *#primeiroassédio*<sup>50</sup>, que mobilizou mulheres a falarem sobre o primeiro assédio sofrido em suas vidas. A *hashtag* foi iniciada pelo coletivo *Think Olga*, que também foi protagonista da campanha contra a importunação sexual *Chega de Fiu Fiu*, em 2013. Outras *hashtag* que circularam nas redes sociais na internet foram a *#MeuAmigoSecreto*, criada pela página virtual feminista *Não Me Kahlo*, que denunciava o abuso sexual sofrido por pessoas do círculo íntimo das mulheres, e a *#AgoraÉQueSãoElas*, propondo que os homens cedessem seus espaços para serem ocupados por mulheres durante uma semana, para que as vozes femininas fossem ouvidas. Além de todas essas mobilizações, ainda em 2015, foi sancionada a Lei do Femicídio no Brasil, importante passo contra o assassinato de mulheres. No mesmo ano, na Argentina, eclodiu o movimento *Ni una a menos*, que levou milhares de mulheres para as ruas contra a violência, o feminicídio e a legalização do aborto (GAGO, 2020). O movimento espalhou-se por outros países do mundo e repetiu-se nos anos seguintes, ganhando força e visibilidade.

No ano seguinte, no Brasil, um forte movimento de estudantes secundaristas ocupou escolas em diversas cidades do país, ação que ficou conhecida como *Primavera Secundarista*. O protagonismo das mulheres e meninas voltou a aparecer. Segundo Hollanda e Bogado, “o convívio nas ocupações permitiu que as meninas se articulassem com mais força e levantassem outras pautas” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 32), mostrando resquícios das ações dos anos anteriores e da organização em rede.

Em 2017, novas articulações foram realizadas nas redes sociais na *internet*, como o *#MeToo* que repercutiu no *Twitter* ao revelar, inicialmente, os casos de assédio sexual sofrido por artistas de Hollywood e, logo depois, incentivar mulheres do mundo todo a denunciarem publicamente seus assediadores (O QUE A..., 2018). Nesse mesmo ano, ocorreu a importante *Marcha das Mulheres*, reunindo mais de um milhão de pessoas em diversas cidades do mundo - como Washington, Nova York, Londres e Sydney - contra a política do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (MARCHA DAS..., 2017). No mesmo ano, *feminismo* foi eleita a palavra do ano pelo dicionário da editora *Merriam-Webster's*, dos Estados Unidos. No Brasil, um levantamento do jornal *O Estado de São Paulo*, em 2018, apontou que a palavra feminismo bateu recorde de interesse nas buscas do *Google* no país. Esses elementos indicam não apenas um interesse, ou uma curiosidade sobre os significados que o feminismo carrega, mas sinalizam

---

<sup>50</sup> Mobilizado a partir de comentários machistas e pedófilos manifestados na internet sobre uma participante de 12 anos em um reality show infantil no Brasil.

um reconhecimento da sociedade quanto ao movimento de mulheres que agitou o país e o mundo nos últimos anos. Em consonância ao movimento, a socióloga Graciela Rodríguez, no prefácio do livro *A Potência Feminista – ou o desejo de transformar tudo*, afirma que

O feminismo cresce de maneira irrefutável. Anos de luta e conquistas vêm florescendo em mobilizações desencadeadas pelos corpos e pelas experiências cotidianas de mulheres que tomam as ruas e os territórios em atos de rebeldia. Foi justamente essa rebeldia que massificou as lutas feministas e a globalizou, produzindo novos mundos a partir da vivência de milhões de mulheres – assim, no plural, negras, indígenas, lésbicas, travestis, trans... (RODRÍGUEZ, 2020).

No Brasil, as mulheres também se mobilizaram em relação à política nacional. Nas últimas eleições presidenciais do país, em 2018, o movimento de mulheres ganhou destaque dentro e fora do espaço digital. O grupo *Mulheres Unidas contra Bolsonaro*, organizado por meio do *Facebook*, mobilizou milhares de pessoas contra a possível vitória do presidente Jair Bolsonaro, visto como uma ameaça aos direitos individuais e um retrocesso aos direitos humanos (OLIVEIRA, J., 2018). Ainda no Brasil, vale lembrar também a *Marcha das Mulheres Negras* que ocorreu pela primeira vez em 2015, e da 1ª *Marcha das Mulheres Indígenas*, de 2019, reunindo em Brasília milhares de mulheres indígenas que reivindicavam seus territórios e denunciavam o machismo (ZAREMBA, 2019). Também em 2019, o protesto performático *Un violador en tu camino*, do coletivo feminista chileno *Lastesis*, ganhou o mundo, sendo reproduzido em espaços públicos por mulheres, em diversos países (PERFORMANCE..., 2019).

Todas essas ações e fluxos de participação evidenciam uma (re)organização, em especial das mulheres; seja na própria articulação de protestos, muitas vezes realizadas por coletivos autônomos, seja no surgimento de outras organizações coletivas com pautas plurais, para além das manifestações e protestos mencionados. Exemplos dessa forma de auto-organização, com suas pluralidades temáticas, podem ser conferidos no *Mapa de Coletivos de Mulheres* (MAMU), já mencionado na introdução deste trabalho.

A amplitude de escopo desse mapa permitiu que a plataforma condensasse uma miríade de propostas de coletivos feministas, com pautas que incluem a discussão sobre direitos humanos, a luta contra o preconceito racial e LGBTQ+, passando por movimentos que defendem o parto humanizado, até grupos de feminismo esotérico. (JUSTUS; ROMANCINI; CASTILHO, 2019, p. 2).

No passado, como vimos no capítulo 3, as formas mais tradicionais, como ONGs, eram uma possibilidade de atuar em causas de interesse público ou ajudar em causas humanitárias através da filantropia; atualmente, é possível dar igual importância ao crescente número de

organizações alternativas, ou menos formais, como os coletivos, que se estruturam orgânica e, em certo nível, espontaneamente por meio da auto-organização, buscando autonomia através da cooperação. Podemos perceber também que a diversidade de temas abordados pelos coletivos registrados conflui com as características identificadas nos movimentos e levantes dos últimos anos.

Não há dúvida de que essas “novas formas de mobilização da sociedade civil conhecidas como coletivos vêm pautando discussões sobre gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores sociais das diferenças, especialmente nas universidades e redes sociais” (PEREZ; FILHO, 2017, p. 257); dessa forma, vêm também politizando o cotidiano.

Como nosso trabalho versa sobre movimentos e coletivos formados por mulheres, cabe detalharmos como o cenário dos últimos anos também propiciou a articulação e o fortalecimento dessas organizações.

Diante deste contexto de sociedade mobilizada e a organização das mulheres, a mídia<sup>51</sup> vem pautando a questão dos coletivos no Brasil. Dessa forma, em 2015, foram encontradas sete notícias, todas no jornal *Folha de S. Paulo*, que dão relevo aos movimentos feministas, à confluência das manifestações de rua e espaços digitais, e à formação de coletivos, em boa medida já vistos anteriormente: *Protestos de mulheres contra Cunha param centro de São Paulo e Rio* (12, nov.); *Virada feminista na zona norte de SP terá shows, oficinas, cinema e teatro* (3, jul.); *No Dia da Mulher, blogueiras discutem questões do novo feminismo* (8, mar.); e *Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP* (11, nov.).

Em 2016, três notícias (veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*) abordaram intervenções e manifestações protagonizadas por mulheres: *Placas de 'meu corpo é área restrita' dão o tom do bloco Mulheres Rodadas* (10, fev.); *Protesto contra violência a mulheres tem tumulto e gritos de 'Fora, Temer'* (29, maio) e *Mulheres usam lambe-lambes para combater e denunciar abusos em SP* (29, maio). Podemos perceber que a temática da violência contra mulher aparece fortemente, inclusive trazendo elementos de denúncia durante o carnaval. Esse fato se repetirá em anos seguintes. Em 2016, duas notícias (portal G1) apontam para outra pauta que está ligada à comunicação: *Coletivo de jornalistas realiza projeto 'Repórter da Quebrada'* (7, jul.); e *Coletivo de quadrinhos de Campos, RJ, lança livro de tirinhas na Bienal* (8, ago.). Além desses movimentos, a temática do racismo também é noticiada em 2016 (revista *Carta Capital*) cuja

---

<sup>51</sup> Como relatado no capítulo 2, percurso metodológico, nosso levantamento foi realizado em três veículos nacionais: jornal *Folha de S. Paulo*; revista *Carta Capital* e portal de notícias G1.



pauta é o movimento de coletivos negros que ressaltam a importância da reserva de vagas por meio das cotas raciais: *Ódio na universidade* (8, jul.).

A questão racial reaparece em 2017 em duas notícias (revista *Carta Capital*): *Em São Paulo, a Marcha das Mulheres Negras avança* (1º, jun.); *Negros estão mais empoderados na internet, mas acesso ainda é desigual* (21, nov.). A pauta da violência contra as mulheres volta a aparecer em três notícias (duas no jornal *Folha de S. Paulo* e uma na revista *Carta Capital*): *Polícia reclassifica como feminicídio mortes no Ano-Novo em Campinas* (18, dez.); *Marchinha antiassédio diz que farra é delícia, mas na marra é caso de polícia* (13, fev.); e *O feminicídio e a luta contra o machismo na agenda política* (12, jan.). Destacamos que os coletivos aparecem como fontes ou autores das ações. Além desses materiais, no mesmo ano, a *Carta Capital* noticiou a greve internacional das mulheres, organizada por diversos coletivos e movimentos: *No 8 de março, mulheres preparam greve global* (8, mar.).

Em 2018, a organização das mulheres em torno de diferentes temáticas foi pauta de quatro notícias (portal G1 e *Carta Capital*): *Coletivo de mulheres coloca placas contra o assédio e abuso sexual em praias do Litoral Norte de Maceió* (13, mar.); *Fórum de Criação do Coletivo de Mulheres Empreendedoras é realizado em Itatiaia, RJ* (20, fev.); *Coletivo de mulheres recebe mais de 100 casos de assédio no campus Saúde da UFMG* (28, ago.); e *Não existe comunicação mais forte que a negra, feminista e periférica* (28, ago.). No mesmo ano, também apareceram duas notícias vinculadas à transexualidade (*Folha de S. Paulo*) e uma ao racismo (*Carta Capital*): *De trans a donas de casa, mulheres expiam em grupos dor da violência* (29, abril); *Movimento de travestis e transsexuais ataca ator que faz trans em peça* (11, jan.); e *Dane-se o racismo: coletivos lutam contra o preconceito nos estádios* (14, jul.).

Em 2019, questões relacionadas ao assédio no carnaval voltaram a ser assunto em duas notícias (*Carta Capital* e portal *G1*) sobre coletivos de mulheres: *'Não é não': o Carnaval é a chance de mostrar que aprendemos algo* (1, mar.); e *Coletivos de mulheres de combate ao assédio prevê distribuição de mil tatuagens no carnaval: 'Não é não'* (16, fev.).

A pauta da representatividade da mulher em diferentes espaços surgiu em três notícias (*Carta Capital* e *Folha de S. Paulo*): *Como garantir o acesso das mulheres à Política* (17, set.); *Machismo na tecnologia impulsiona iniciativas de mulheres a programar* (16, nov.); e *Mundo da arquitetura esconde mulheres, diz historiadora* (31, ago.). Todas elas tendo coletivos organizados como protagonistas. A temática do racismo foi apresentada por uma notícia que

divulga a ação de coletivos de profissionais negros (Carta Capital): *Combate ao racismo ganha força com coletivos de profissionais liberais negros* (20, dez.).

Em 2020, ao todo, foram encontradas 13 notícias que falam direta ou indiretamente de coletivos, sendo que nove se referem à organização ou às questões das mulheres. Destes textos, quatro pautam diretamente ações realizadas por coletivos de mulheres feministas (G1, Folha de S. Paulo e Carta Capital): *Coletivo promove primeiro fórum sobre protagonismo das mulheres sobreviventes da violência* (20, out.), *Coletivos femininos levam máscaras a comunidades indígenas e negras na Bahia* (15, jun.) e *Coletivos lançam campanha para amparar mulheres que possuem direito ao aborto legal* (28, set.). Também percebemos a organização de protestos, como nos casos das notícias (Folha de S. Paulo): *Manifestações do Dia da Mulher ganham tom de resposta a ato pró-Bolsonaro* (7, mar.) e *Em protestos pelo país, mulheres repudiam Bolsonaro e violência de gênero* (8, mar.). A causa do antirracismo ressurgiu em dois textos que pautam os coletivos (Folha de S. Paulo e Carta Capital): *Com diferenças políticas, movimento negro no Brasil luta contra apagamento histórico* (5, set.) e *Para promover uma educação antirracista, professoras negras se unem em coletivos* (8, maio).

Além de todas essas notícias, quando incluído o termo “coletivos de mulheres” no site de busca *Google* surgem diferentes formas de como essas iniciativas têm sido abordadas. Entre os dez primeiros resultados da busca, quatro itens corresponderam a materiais sobre o *Mapa de Coletivos de Mulheres*, dois desses materiais sendo artigos científicos. Outros dois resultados da busca correspondem a artigos científicos, revelando o papel da academia em compreender essas organizações e de registrá-las de alguma forma; e duas notícias que diziam respeito a coletivos que se destacam em áreas diferentes: *7 coletivos de mulheres que têm mudado o mercado de trabalho* (JULIO, 2020) e *Três coletivos feministas que representam a luta da mulher negra* (TRÊS COLETIVOS..., 2019). Ainda, a busca direcionou para o site da organização *Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*.






Podemos visualizar nesse cenário a multiplicidade de temas relacionados aos coletivos e perceber uma tendência de crescimento na quantidade de material encontrado referente a coletivos, uma vez que um terço das matérias corresponde ao ano 2020, embora as buscas tenham sido feitas até o mês de outubro. Além disso, a frequência com que alguns temas aparecem indica a presença de ações focalizadas, principalmente quando se trata de violência de gênero, a questão do assédio e a luta antirracista, nos dando pistas de anseios da sociedade organizada e da articulação das mulheres.

A partir dessa breve aproximação com a presença do tema na mídia, e da observação do contexto dos últimos anos do campo social, nos aproximamos de nosso objeto empírico: os coletivos de mulheres em Porto Alegre<sup>52</sup>.


#### 4.2 Coletivos de mulheres em Porto Alegre

A partir do levantamento realizado, identificamos 20 iniciativas identificadas como coletivos (Quadro 11), ainda que a palavra “coletivo” não constasse no nome das organizações.

Quadro 11 - Levantamento de coletivos de mulheres em Porto Alegre

Logo	Nome do coletivo	Tipo/forma de organização	Frente de atuação (autodescrição)	Canais de comunicação
	<i>Coletivo ecofeminista Pandora</i>	ONG	Por um veganismo político, popular e feminista	<i>Instagram Facebook Youtube Site Medium</i>
	<i>Coletivo Virgínia</i>	Coletivo	Coletivo de Porto Alegre - RS que desenvolve ações voltadas para a defesa dos direitos das mulheres.	<i>Instagram Facebook Medium</i>
	<i>Coletivo Tramas</i>	Coletivo	Um grupo de mulheres que aos poucos foram se integrando para compartilhar espaços e momentos de trabalho em comum, através da cooperação e colaboração mútua	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Coletivo Corpo Negra</i>	Coletivo	Coletivo de artistas negras do curso de Licenciatura em dança da UFRGS/ promover visibilidade negra através da dança	<i>Instagram WhatsApp Podcast (Spotify e Soundcloud)</i>
	<i>Coletivo Feminino Plural</i>	ONG	ONG que atua em defesa dos direitos de mulheres e meninas desde 1996	<i>Instagram Facebook Site</i>

<sup>52</sup> Vale ressaltar, que a cidade é conhecida por sua cultura de participação, seja por ser o berço do Fórum Social Mundial, seja pela criação e implementação do Orçamento Participativo, por exemplo. Sendo o Fórum Social Mundial um encontro anual internacional articulado por movimentos sociais, ONGs e comunidade civil, para discutir e lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e, sobretudo, contra as desigualdades sociais provocadas pela Globalização (PENA, 2020). Já o Orçamento Participativo é referência para o mundo e participação popular em, conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo (PORTO ALEGRE...).

	<i>Coletivo Nimba</i>	Coletivo	Potencializando arte, cultura e pensamento de mulheres pretas no RS	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Coletivo Voz Materna</i>	Coletivo	Coletivo de combate às violências contra mulheres e crianças, especialmente as perpetradas pelo Estado	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Casa Mulheres Mirabal</i>	Coletivo	Casa de acolhimento e abrigamento de mulheres	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Fundo das Mulheres POA</i>	Coletivo	Coletivo de mulheres de amparo e combate à fome e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade	<i>Instagram</i>
	<i>Coletivo de Mulheres da UFRGS</i>	Coletivo	Página do Coletivo de Mulheres da UFRGS. Espaço feminista aberto para quem quiser construí-lo, independentemente de vínculo com a Universidade.	<i>Facebook Blog (inativo)</i>
	<i>Coletivo Quilombelas</i>	Coletivo	Coletivo de Professoras Negras formado para criar dispositivos de intervenção nos espaços e tempos da escola através de discussões sobre negritude.	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Porto Alegre</i>	Coletivo	Coletivo feminista classista, dirige suas ações aos interesses das trabalhadoras em luta contra a exploração capitalista	<i>Facebook</i>
	<i>Coletivo Feminista As Outras Amélias</i>	Coletivo	Nós somos as outras... Amélias! Aquelas que têm a maior vaidade de serem mulheres que não se encaixam nos padrões e não fogem à luta!	<i>Facebook</i>
	<i>Coletivo Brecholentas - Vestimenta circular e ressignificada</i>	Coletivo	Roupas, sapatos e acessórios usados ou seminovos com precinhos camaradas. Sempre no Brick de Desapegos ou onde for convidada.	<i>Facebook Instagram</i>

				
	<i>Não Mexe Comigo</i>	Bloco de carnaval/ coletivo	Bloco de carnaval e coletivo feminista, bateria, harmonia, tocadoras de terror	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Coletivo Feminista Helen Keller</i>	Coletivo	Coletivo Feminista de Mulheres com Deficiência que pauta a intersecção entre gênero e deficiência na construção de uma agenda política	<i>Instagram Facebook Blog</i>
	<i>Coletivo INTERfeminista</i>	Coletivo	Coletivo para debater as questões de gênero na arquibancada e na vida: as mulheres que frequentam estádios e enfrentam toda sorte de preconceitos sexistas.	<i>Facebook</i>
	<i>Coletivo Elis Vive</i>	Coletivo	Coletivo de mulheres gremistas, feministas e antifascistas	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Coletivo Atiniké</i>	Coletivo	Grupo de estudos sobre o pensamento de mulheres negras	<i>Instagram Facebook</i>
	<i>Fora da Asa</i>	ONG	Somos um projeto coletivo de ações educacionais plurais em busca de diferentes modos de existência e de outra humanidade possível	<i>Instagram Facebook Youtube Site Medium Twitter</i>

Fonte: elaborado pela autora

Diante desses dados, observamos o tipo/forma de organização, frentes de atuação e canais de comunicação.

As frentes de atuação dos coletivos são variadas, reiterando a diversidade revelada pela nossa contextualização e pelas notícias que coletamos. A palavra *feminista* aparece no nome ou na definição de oito coletivos: *Coletivo ecofeminista Pandora*, *Coletivo de Mulheres da*

*UFRGS, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Porto Alegre, Não Mexe Comigo, Coletivo Feminista As Outras Amélias, Coletivo Feminista Helen Keller, Coletivo INTERfeminista e Coletivo Elis Vive.*

Independentemente de ter a expressão “feminista” nos coletivos, todos eles apresentam diferentes frentes de atuação, assim como aqueles que não utilizam da mesma expressão. Assim, observando todos os vinte coletivos, quatro direcionam suas ações para a defesa de direitos e o combate à violência contra mulher; são eles: *Coletivo Virgínias, Coletivo Feminino Plural, Coletivo Voz Materna e Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal.*

Outros quatro coletivos aproximam suas pautas da educação, sendo o *Coletivo Quilombelas* composto por professoras negras, com objetivo de criar dispositivos de intervenção em escolas através de discussões sobre negritude; o *Coletivo de Mulheres da UFRGS*, que se coloca como um espaço feminista, apesar de ter o nome vinculado à Universidade é aberto à comunidade; o *Fora da Asa*, uma organização que mantém um espaço para ações educacionais de diferentes frentes; e o *Coletivo Atinúkê*, um grupo de mulheres negras que promove o estudo de pensadoras negras.

Três coletivos situam suas ações na área da cultura, artes e artesanatos: *Coletivo Tramas, Coletivo Corpo Negra, Coletivo Nimba e Não Mexe Comigo.* Dois coletivos são relacionados às torcidas femininas dos clubes de futebol da capital, *Internacional e Grêmio.* Já o *Coletivo Feminista Helen Keller* pauta a intersecção entre gênero e deficiência na construção de uma agenda política, enquanto o *Coletivo Ecofeminista Pandora* se dedica à pauta de um veganismo político, popular e feminista. O *Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro – Porto Alegre* tem foco nos interesses de trabalhadoras, engajando-se na luta anticapitalista. O *Coletivo Feminista As Outras Amélias* se descreve como “aquelas que têm a maior vaidade de serem mulheres que não se encaixam nos padrões e não fogem à luta”, não deixando claro o tipo de atuação. O coletivo *Brecholentas* - vestimenta circular e ressignificada, trata da organização de brechós de acessórios e roupas usadas. Por fim, chama atenção o coletivo *Fundo das Mulheres Poa*, estruturado durante a pandemia para auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade social. Podemos destacar ainda que apenas dois coletivos pautam explicitamente a questão racial. Também vale ressaltar que há coletivos que interseccionam temáticas/causas, para além das já relatadas, nesse ponto destacam-se quatro deles que focam seus trabalhos na luta das mulheres negras: o *Coletivo Corpo Negra*, o *Coletivo Quilombelas*, o *Coletivo Nimba* e o *Coletivo Atinúkê.*

Quanto aos processos de comunicação observa-se, nesse momento da coleta de dados (2020-2021) caracterizado pelo contexto da pandemia, que há o destaque para os canais de comunicação digitais, em especial as redes sociais digitais *Instagram* ou *Facebook*, ou ambos. Apenas dois coletivos possuem canal no *Youtube*: o *Fora da Asa* e o *Coletivo Ecofeminista Pandora*; por sua vez, o *Coletivo Corpo Negra* é o único que possui um *podcast* e o *Fora da Asa*, um perfil no *Twitter*. Três coletivos possuem site próprio: *Coletivo ecofeminista Pandora*, *Coletivo Feminino Plural* e *Fora da Asa*.

Diante dessa diversidade de coletivos de mulheres em Porto Alegre, selecionamos três para aprofundar a análise: *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*, *Coletivo Nimba* e *Coletivo Ecofeminista Pandora*. Essas organizações foram eleitas para o aprofundamento na pesquisa, a partir do critério apresentado nos procedimentos metodológicos, de serem representativos de questões sociais relevantes e se engajarem em diferentes causas, as quais correlacionam o enfrentamento de importantes problemas sendo eles: a violência contra as mulheres, questão racial e a luta antirracista e a causa ambiental vinculada às questões de gênero. Também é possível visualizar as pautas com maior representatividade no levantamento dos coletivos, que dizem respeito a violência de gênero e a questão racial. Por outro aspecto, também é levado em consideração a questão ambiental por entendermos sua relevância na realidade contemporânea. Tais frentes de atuação também, em especial a questão da violência contra mulheres e a racial, ganharam visibilidade nos últimos anos, como vimos no levantamento de notícias. Com relevância, a causa ambiental também tem ganhado novas formas de articulação denunciando a emergência que o assunto exige, além do que, como vimos no subcapítulo 3.3.4, as mulheres historicamente também fizeram frente às questões da natureza.

A seguir, descrevemos as informações disponíveis nos canais de comunicação desses coletivos (Quadro 12).

Quadro 12 - Informações sobre os coletivos selecionados de Porto Alegre

<b>Coletivos de Porto Alegre selecionados para o estudo</b>					
<b>Coletivo</b>	<b>Frente de atuação</b>	<b>Canais na internet</b>	<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>	<b>Endereço</b>
<i>Casa de mulher Referência da Mulheres Mirabal</i>	Casa de acolhimento e abrigamento de mulheres	<i>Instagram</i> <i>Facebook</i>	sim	sim	sim
<i>Coletivo Nimba</i>	Potencializando arte, cultura e pensamento de mulheres pretas no RS	<i>Instagram</i> <i>Facebook</i>	sim	-	-

<i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i>	Por um veganismo político, popular e feminista	<i>Instagram Facebook Youtube Medium Site</i>	-	-	-
--------------------------------------	--	---	---	---	---

Fonte: elaborado pela autora

A *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*<sup>53</sup> tem o objetivo de acolher mulheres que sofrem violência doméstica em Porto Alegre. Segundo o jornal *Correio do Povo*, além do acolhimento, a iniciativa oferece acompanhamento psicológico, jurídico e atendimento de saúde às vítimas. A *Casa*, que é uma iniciativa do *Movimento de Mulheres Olga Benário*, existe há quatro anos na cidade e originou-se de uma ocupação, em 2016. Os canais de comunicação encontrados na internet foram um perfil no *Instagram* e uma página no *Facebook*, além de disponibilizarem um e-mail e um número de telefone.

O *Coletivo Nimba* tem o objetivo de “potencializar arte, cultura e pensamento de mulheres pretas do RS”. O coletivo reúne artistas e comunicadoras da cena cultural de Porto Alegre. Os canais de comunicação encontrados na busca na *internet* foram um perfil no *Instagram* e uma página no *Facebook*.

O *Coletivo Ecofeminista Pandora* tem o objetivo de “democratizar a informação sobre gênero e sustentabilidade a fim de fortalecer a cidadania e reduzir as desigualdades”. A iniciativa direciona suas ações para a pauta do veganismo. Em sua página do *Facebook*, define-se como uma “organização feminista e vegana, envolvida na luta contra todos os tipos de opressão”. As ações do coletivo são voltadas para organização de eventos, como rodas de conversas, bate-papos *online* sobre as temáticas de gênero, veganismo e questões ambientais. A partir de busca pela internet, pode-se verificar que o coletivo utiliza como canais de comunicação um perfil no *Instagram*, uma página no *Facebook*, um canal do *Youtube* e um blog na plataforma *Medium*.

### 4.3 Comunicação em coletivos de mulheres

Neste subcapítulo, abordamos primeiramente em mais detalhes o nosso objeto empírico, aprofundando informações sobre os três coletivos de mulheres pesquisados. Descrevemos o histórico das iniciativas e suas características, ingressando a seguir nos processos comunicacionais de cada organização. As reflexões serão desenvolvidas com base em nossa

<sup>53</sup> Foi realizado um estudo empírico exploratório com a *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal* na fase de projeto da pesquisa, trabalho que foi submetido à banca de qualificação.



discussão teórica, reservando-se o próximo capítulo para interpretações acerca das características recorrentes e distintas dos coletivos.

#### 4.3.1 Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal<sup>54</sup>

Por causa do calor, meninas brincavam com água no pátio da extinta *Escola Estadual Benjamin Constant*, em Porto Alegre. A entrada estava fechada. “Tem gente no portão”, gritaram para que alguém o abrisse. Uma mulher saiu pela porta do prédio e abriu a grade com um controle. Na fachada das instalações, paredes pintadas com frases de resistência (Fotografia 1), uma flâmula de tecido com o nome da instituição, já gasto pelo tempo; um sofá velho e um banco de madeira serviam para acomodar pessoas na entrada (Fotografia 2). Foi ali, que Andressa Guedes, 26 anos, e Lilian de Oliveira Luciano, 37 anos, começaram a interlocução com essa pesquisa<sup>55</sup>.

Fotografia 1 - Pintura na parede da organização



Fonte: registrado pela autora

---

<sup>54</sup> Para designar a iniciativa, utilizaremos por vezes apenas os nomes *Casa Mulheres Mirabal*, *Casa* ou *Casa Mirabal*.

<sup>55</sup> A entrevista foi realizada presencialmente no dia 2 de dezembro de 2020; posteriormente, conversamos com outra integrante, via aplicativo de conversa *WhatsApp* por meio de mensagens de áudio. O uso dos nomes reais das entrevistadas foi autorizado e optamos por mantê-los como forma de valorizar e dar visibilidade ao trabalho realizado por elas. Tal postura é adotada por todas as entrevistadas dessa pesquisa.

Fotografia 2 – Frente do prédio ocupado pela organização



Fonte: registrado pela autora

A *Casa Mulheres Mirabal* é uma ocupação que existe há cinco anos e está no seu segundo endereço. Andressa faz parte da iniciativa desde o início, a convite de uma colega da faculdade de História, e estava presente no dia 25 de novembro de 2016, quando foi ocupado o primeiro prédio, na rua Duque de Caxias, área central, para dar início à criação de um espaço que abrigasse mulheres vítimas de violência doméstica na capital.

O nome e a data do surgimento da *Casa* são alusivos ao assassinato das irmãs Mirabal, na República Dominicana<sup>56</sup>. A ação direta foi organizada pelo *Movimento de Mulheres Olga Benário*<sup>57</sup>; através da ocupação, “buscou denunciar as poucas ações que existem no município de Porto Alegre para mulheres em situação de violência, e lutar por um espaço para elas” (PROJETO..., 2018, p. 7). Andressa, uma de nossas entrevistadas, explicou que está desde o início no projeto e, agora, também faz parte do *Movimento de Mulheres Olga Benário*.

A casa existe há quatro anos né, eu tô desde o início, eu não conhecia antes da ocupação o movimento Olga Benário, mas eu tinha uma colega na faculdade né, que ela fazia parte já. E daí, na época estavam acontecendo as ocupações das universidades né, aí ela me convidou para fazer parte de uma ocupação, que seria uma ocupação só

<sup>56</sup> O assassinato brutal das irmãs Minerva, Patrícia e María Teresa Mirabal, em 1960, pela ditadura, foi um marco na história da República Dominicana e, mais tarde, a data foi declarada pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, em homenagem às três irmãs conhecidas como “Las Mariposas” (ARROYO, 2017, documento eletrônico).

<sup>57</sup> O Movimento de Mulheres Olga Benário não possui site oficial. As informações coletadas e disponibilizadas aqui foram retiradas de redes sociais na internet. O Movimento surgiu “da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a opressão e a exploração da mulher na sociedade capitalista - patriarcal, racista e juntas lutar pela construção do socialismo”. Ele nasceu na “delegação brasileira à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, Venezuela, em março de 2011”. Em uma articulação com outros países, ocorreu em 2012 a Conferência de Mulheres das Américas, na cidade de São Bernardo (SP). Em maio de 2014, organizou-se o “1º Encontro Nacional do Movimento Olga Benário”.

de mulheres, sem muitos detalhes e tal, por questão de segurança e tal. Daí eu acabei topando, na madrugada do dia 25 de novembro de 2016 a gente ocupou aquele prédio na Duque, a gente ficou lá um ano e pouquinho, não chegou a completar dois anos. E aí foi assim, desde então eu continuei. Agora... primeiro como apoiadora da Mirabal né, na época da ocupação, mas agora eu já sou parte do movimento de mulheres Olga Benário, que é o que autogestiona a casa. (GUEDES, 2020, entrevista).

A *Casa de Mulheres Mirabal* foi inspirada na *Ocupação Tina Martins*, de Belo Horizonte (MG), também organizada pelo *Movimento de Mulheres Olga Benário*, e possui o mesmo objetivo de acolher e abrigar mulheres vítimas de violência doméstica. Segundo o documento sobre o projeto da *Casa de Mulheres Mirabal* (Anexo A), o objetivo geral da iniciativa é

proporcionar um espaço de referência para mulheres em situação de violência de gênero em Porto Alegre - RS, acompanhadas ou não de crianças que estejam sob sua guarda, prestando acolhimento e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência, de modo a fortalecer sua autoestima e possibilitar que essas mulheres se tornem protagonistas de seus próprios direitos, ampliando seu nível de entendimento sobre as relações de gênero. (PROJETO..., 2018, p. 14).

Somando-se a isso, a demanda das *Mulheres Mirabal* foi impulsionada a partir da necessidade, segundo Andressa, de “ter um espaço que fosse só voltado para mulheres”, que surgiu dentro da *Ocupação Lanceiros Negros*<sup>58</sup>, em Porto Alegre, organizada pelo *Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas* (MLB). Andressa explicou que

o MLB e o Olga são parceiros, eles, digamos, que são movimentos irmãos né... surgem do mesmo espaço assim né, então várias meninas... várias mulheres que fazem parte do Olga também fazem parte do MLB. Aí, senti a necessidade de ter um espaço que fosse só voltado para mulheres. (GUEDES, 2020, entrevista).

Andressa também apontou outros elementos que estimularam a criação da ocupação:

Foi bem na época que o Sartori extinguiu a secretaria das mulheres, então a gente estava num momento bem caótico. E a gente sabe que a demanda assim, para ter abrigo em Porto Alegre, é muito grande. Eu lembro que na época a gente chegou a conversar com a delegada Tatiane e ela falou que, por dia 50 casos, tipo a demanda era de 50 mulheres por dia que pediam abrigo, e só tem o viva Maria né, que tem só 11 vagas. (GUEDES, 2020, entrevista).

A *Casa* adota uma proposta metodológica em suas ações e serviços, que busca observar os fluxos das necessidades das mulheres que recorrem à organização e “desenvolver um procedimento específico para cada situação, desde o acolhimento até a avaliação, o acompanhamento e o desligamento” (PROJETO..., 2018, p. 17). Para tanto, a metodologia de

---

<sup>58</sup> A Ocupação Lanceiros Negros localizava-se no centro de Porto Alegre e abrigou cerca de 70 famílias, durante um ano e sete meses, quando sofreu violenta reintegração de posse, em 2017 (WEISSHEIMER, 2017).

trabalho proposta pela organização traça quatro eixos de ação: Emancipar, Rede, Acolhimento/autonomia e Abrigar. É possível ver as características de cada proposta no Quadro 13.

Quadro 13 - Eixos de ação da Casa de Referência Mulheres Mirabal

<b>Eixos de ação da Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal</b>	
1. Emancipar	Nosso primeiro eixo de ação é atuar em conjunto com a sociedade, movimentos, coletivos e grupos de mulheres por meio de rodas de conversa, cines, debates, aulões, oficinas, audiências públicas, seminários, dentre outros. A Casa como um difusor dos ideais feministas e do espírito de luta para seguir ampliando nossos direitos, cobrando a efetividade e qualidade dos serviços já existentes e transformando nossa sociedade.
2. Rede	Compor e fortalecer a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher do Rio Grande do Sul. Lutar por mais investimento e qualidade das políticas públicas para as pautas das mulheres. Informar e divulgar sobre os serviços existentes. Atuar, em conjunto com a Rede, mantendo um fluxo entre os serviços, possibilitando maior agilidade e efetividade nos casos.
3. Acolhimento/ autonomia	Proporcionar um ambiente acolhedor e acessível, onde as mulheres se sintam seguras, respeitadas e pertencentes. Biblioteca, brinquedoteca, espaços coletivos, conforto e privacidade. Acolher mulheres atípicas à Rede de Enfrentamento, cuja natureza da situação de violência seja: A. violências de qualquer natureza para além da doméstica; B. preconceito de gênero e sexualidade; C. fragilidade nos âmbitos financeiros; profissional, documental, entre outros; D. fora de risco iminente de morte; E. fora de situação de sofrimento mental. Prestação de serviços gratuitos para demandas específicas: Equipe Jurídica, Equipe de Psicólogos, Equipe de Assistentes sociais. Realização de atividades que promovam e/ou impulsionem a emancipação financeira das mulheres, como Feiras para expositoras femininas, oficinas e aulas para produção de produtos que possam gerar renda, parcerias com ongs/entidades/instituições de cursos profissionalizantes. Resgate à sensibilidade e respeito entre as mulheres, a coletividade, a autoestima, valorização do seu corpo, autocuidado com meditação, ioga, dança, parcerias com os serviços públicos de saúde, atividades lúdicas, culturais etc.
4. Abrigar	Abrigar, de forma emergencial, mulheres em situação de vulnerabilidade que não são atendidas pelos outros serviços da Rede de Enfrentamento de Porto Alegre e ou pelo Estado do Rio Grande do Sul, assim como os demais abrigos da região. Disponibilizar atendimento gratuito pelas equipes da Casa. Construir, em conjunto com a mulher, os caminhos a serem tomados, prazo de permanência e como efetivar os encaminhamentos. Acompanhamento periódico, pelas coordenadoras responsáveis, do processo de cada abrigada.

Fonte: organizado pela autora

A partir desses eixos, podemos ter uma visão geral da abrangência que a *Casa* procura ter em suas ações. Podemos notar uma visão sistêmica que inclui as questões que atingem as mulheres para além da violência doméstica, como a articulação em rede, a formação feminista e a emancipação financeira.

Sobre os eixos de acolhimento e abrigamento, a *Casa Mulheres Mirabal* mostra um serviço híbrido. Andressa detalhou que o “acolhimento é quando a mulher quer informações, saber a quais serviços recorrer”, seja em casos de agressão ou outros tipos de violências, ou ainda outras informações sobre seus direitos como, por exemplo, pensão para filhos e filhas. Há o encaminhamento também para serviços de psicologia. Para isto, a *Casa* tem uma parceria com a *Clínica Feminista* da UFRGS<sup>59</sup>, que realiza atendimentos gratuitos. Em alguns casos, para Andressa, acolher também é escutar, pois “às vezes é só o que elas precisam”, referindo-se a mulheres que procuram os serviços da organização, que já somam mais de 300. O abrigamento ocorre em casos mais graves, em que a mulher precisa de um lugar para ficar, morar por um tempo, muitas vezes com seus filhos e filhas. Atualmente, a *Casa* comporta oito mulheres, mas abriga cinco. Andressa contou que a demanda por abrigamento em Porto Alegre “é muito grande”. A Capital possui apenas uma casa deste tipo de abrigamento gerida pelo Estado - a *Casa Viva Maria*.

A *Casa Mulheres Mirabal* foi registrada como *Associação Beneficente e Cultural Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*, em 2017, e possui CNPJ desde 2018. Segundo o artigo primeiro do seu Estatuto Social, a instituição é registrada como

Art. 1º – A CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER MULHERES MIRABAL, fundada em 3 de abril de 2017, também designada pela denominação social, CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL, é uma associação beneficente e cultural, sem fins lucrativos, apartidária e não-confessional, com abrangência nacional e duração indeterminada. (PROJETO..., 2018, p. 43).

Apesar da formalização, a *Casa* ainda se mantém como uma ocupação, ou seja, não tem o espaço regularizado. Mesmo nesta situação, muitos serviços públicos encaminham vítimas à iniciativa, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Defensoria Pública, a Delegacia Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e, até mesmo, hospitais. Para Andressa, o Estado e Município

reconhecem que esse é um serviço essencial para a cidade de Porto Alegre e para o Estado do RS, porque a gente já acolheu mulheres de outros lugares também. Só que é isso né, eles conhecem, mas não investem em nós. “A gente não tá gastando nada, então tá ótimo gurias, continuem!”. Só que não é isso que a gente quer né, a gente quer profissionalizar as coordenadoras, a gente quer mais isso... queremos um segurança direto aqui, ter dinheiro para colocar câmera no portão, sei lá... (GUEDES, 2020, entrevista).

---

<sup>59</sup> Faz parte do projeto de extensão “Clínica feminista na perspectiva interseccional”, que agrega “organizações feministas e experiências acadêmicas de saúde mental unidas para enfrentar o sofrimento relacionado à violência de gênero” segundo a página do *Facebook* do projeto.

Tal situação mostra a necessidade de existirem serviços como este. Ao mesmo tempo, cria-se uma situação contraditória, uma vez que, por ser uma ocupação, a instituição já sofreu tentativas de reintegração de posse pelo Estado. Tal situação fica evidente na fala de Lilian, que explica que “chegavam com as mulheres na porta da Mirabal e deixavam [as mulheres], depois de dois dias, batiam na porta pedindo reintegração. Então o compromisso ficava todo em cima da gente.” No antigo endereço, no centro de Porto Alegre, segundo as entrevistadas, essa realidade de encaminhamentos de casos à *Casa* era ainda mais intensa; por ser uma área de mais fácil acesso, recebia mais demandas, como aponta Andressa:

a gente ficava antes no centro. Era mais central, então era mais fácil as pessoas acessarem, tanto é que acho que todo dia tinha alguém pedindo abrigo na Mirabal. Daí no centro geralmente ocorre mais coisas... sei lá, “encontrei essa mulher aqui e trouxe para vocês gurias” (GUEDES, 2020, entrevista).

Contudo, segundo as integrantes, a *Casa* começou a organizar essas procuras. Atualmente, as instituições precisam enviar um e-mail sobre os casos para saber da possibilidade de acolhimento e abrigo. Da mesma forma, quando chega alguém pedindo ajuda, é solicitado um relato da situação, pois a organização percebeu que não teria condições de atender todos os casos que aparecem, como explicou Andressa

a gente percebeu nesses quatro anos que a gente não tem estrutura para abrigar todas as mulheres, e nem abrigar todos os casos de violência doméstica. A gente não tem segurança na casa 24 horas, quem faz a nossa segurança como nós né; então, colocando um caso de risco eminente de morte, a gente colocaria ela e nós, as gurias, outras mulheres, em risco. Então, têm casos que a gente não abriga, quando a mulher é dependente também, a gente não tem estrutura para abrigar uma mulher assim, ou quando ela faz uso de medicamentos, sei lá, têm muitos transtornos psicológicos, a gente não consegue abrigar... [...] A gente só abriga hoje o que a gente tem perna e braços para abrigar. (GUEDES, 2020, entrevista).

Toda a organização da *Casa Mulheres Mirabal* é realizada de forma autogestionária por uma coordenação composta por sete voluntárias, também participantes do *Movimento de Mulheres Olga Benário*. A coordenação se divide nas tarefas da gestão, que contempla parte financeira, doações, acolhimento e outras atividades. As integrantes trabalham em regime de escala e se revezam no atendimento da *Casa*. A coordenação se reúne uma vez por semana para organizar as necessidades da iniciativa. Além dessa organização, a *Casa* conta com serviços parceiros de psicólogas e advogadas; no passado, também contou com psiquiatra e estagiários e estagiárias. Porém, com a pandemia, a situação mudou:

Geralmente assim, de tempos em tempos a gente faz reuniões para chamar novos voluntários profissionais para compor a rede, só que esse ano por causa da pandemia tudo parou né. Mas a gente já teve estagiários por exemplo de psico, estagiário de

serviço social também, só que daí agora parou tudo né, porque não dá. (GUEDES, 2020, entrevista).

Percebemos, até aqui, que os serviços prestados pela *Casa Mulheres Mirabal* são relevantes e tentam mitigar problemas sociais que deveriam ser resolvidos por meio de políticas públicas e investimentos do poder público.

O feminismo, como alicerce da *Casa*, se mostra a partir do próprio lema da organização: “é pela vida das mulheres”. Nesse sentido, o documento que revela detalhes sobre o projeto da iniciativa afirma que a justificativa de criação da *Casa* se dá pelos “dados de violência que as mulheres brasileiras sofrem”. Além disso, a desigualdade de gênero é mencionada diretamente, uma vez que “o atendimento (da *Casa*) deve pautar-se no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, que têm legitimado e perpetuado as desigualdades e a violência de gênero” (PROJETO..., 2018, p. 11). Além disso, a instituição entende que

a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos e se expressa de diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual entre outras. A violência contra as mulheres é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer uma abordagem interdisciplinar e intersetorial. As mulheres são sujeitos de direitos e protagonistas do processo de enfrentamento da violência em todos os equipamentos da rede. A violência contra as mulheres assenta-se nas desigualdades sociais (em especial, as de gênero) que estruturam a sociedade. (PROJETO..., 2018, p. 11).

Para dar luz a essas questões e romper com ciclos de violência, a *Casa Mulheres Mirabal* também se preocupa com a formação daquelas mulheres que acessam os serviços e da própria comunidade. Segundo Andressa, internamente são realizadas reuniões que pautam o feminismo, o histórico do *Movimento de Mulheres Olga Benário* e os significados por trás do próprio nome da instituição, trazendo a trajetória de luta e reivindicações das mulheres. Para Andressa, o propósito da *Casa* é

muito mais do que socar as mulheres aqui e ficar até elas arrumarem um emprego e saírem, a gente tem uma formação para elas também. Explicar por que elas sofrem agressão, por exemplo, e poder romper com o ciclo de violência doméstica [...]. É muito comum a mulher tá ali no ciclo e não conseguir sair, e a gente quer que ela saia. Por isso que a *Mirabal* é diferente, ela faz esse trabalho que é tirar desse ciclo da violência. O que adianta ela, sei lá, estava sofrendo violência com um cara, depois veio para cá e depois vai namorar outro que vai bater nela também; não adianta em nada. (GUEDES, 2020, entrevista).

Nessa perspectiva, Andressa afirma que para quebrar este ciclo “é com estudo” e que, nesse sentido, a *Casa* também desenvolve diversas ações a partir do eixo que trata sobre emancipar (Quadro 13).

Complementar a esse papel formativo, a partir do feminismo, a *Casa* também se preocupa com a emancipação financeira das mulheres abrigadas e desenvolve formas de geração de renda “para elas conseguirem se manter e voltarem para suas vidas”. Nessa perspectiva, são realizadas oficinas para ensinar novas habilidades e possibilitar algum ganho financeiro, como detalhado no eixo três de ação que trata sobre acolhimento e autonomia (Quadro 13). Entretanto, a *Casa* sofre com a instabilidade dos voluntários e voluntárias que se colocam à disposição, pois em alguns casos não dão continuidades aos trabalhos, como relata Lilian:

Normalmente, voluntários se oferecem para ensinar tal coisa, e a gente se organiza em cima daquilo pra ganhar uns pila. Mas aí, no meio do caminho o voluntário tem outras coisas pra fazer e deixa de dar aquela oficina. E aí, é legal, mas é uma coisa que fica assim “pra frente, pra trás, pra frente, pra trás”; aí, tu tens que vir tomar o papel daquele voluntário para seguir aquela oficina, para as mulheres continuarem seguindo o programa. (LUCIANO, 2020, entrevista).

Mesmo com essas dificuldades, as mulheres desenvolvem há um ano o projeto Quitutes Mirabal: por meio da produção de alimentos, como doces e salgados, conseguem gerar renda para as mulheres abrigadas e para a própria *Casa*.

Todas essas questões, que estruturam o coletivo, são permeadas pelo gênero, como aponta Júlia Foschiera dos Santos quando diz que

o movimento se alicerça nas questões de gênero a partir do momento que ele visualiza como motivação da organização das mulheres, enquanto coletivo, o combate ao fim da exploração das mulheres, assim como todo os nossos direitos. A questão de gênero ela é central. (SANTOS, 2021, entrevista).

Na visão do coletivo a opressão das mulheres está vinculada ao sistema capitalista, pois, para ela, visualizando o

que tem de social, cultural da origem dessa opressão é o que a gente tem de acúmulo de todo o sistema capitalista que se baseia nessa exploração inclusive, e que traz para o âmbito privado, por exemplo, situações de violência doméstica como a gente vê de todas essas mulheres que a gente faz o acolhimento. (SANTOS, 2021, entrevista).

Para Júlia a organização das mulheres nasce a partir da necessidade e resistência histórica:

[...] as ações e as iniciativas do movimento como um todo, desde o se formar enquanto coletivo, ele vem da necessidade histórica da organização das mulheres para romper essa realidade de opressão e exploração; e para construir uma luta, que vai ser desde reivindicatória por nossos direitos, pelos nossos acessos a direitos mínimos, a uma qualidade de vida, a igualdade nos espaços de trabalho, de acesso a moradia digna, acesso a viver uma vida sem violência. (SANTOS, 2021, entrevista).

O posicionamento sobre a reivindicação de direitos pelo movimento é amplo e de responsabilidade da sociedade, como o direito a creche, que na visão da organização é uma questão coletiva e não uma responsabilidade “jogada nas costas das mulheres”. Para além das



reivindicações pontuais, segundo Júlia o coletivo também vai colocar em “xeque” que as mudanças “não vão acontecer por completo, elas vão ser contraditórias e insustentáveis enquanto a gente estiver nesse sistema (capitalista)” (SANTOS, 2021, entrevista). Isso porque na visão da organização até mesmo o combate à violência explicita essa dualidade, uma vez que

a gente tem uma lei que foi construída a partir de uma denúncia do Estado brasileiro em relação à omissão sobre a violência que Maria de Penha sofreu, não só a omissão, mas inclusive de atuar contra. É uma lei que tem em teoria muito fundamentos e muita coisa que poderia ser mais efetiva no combate à violência se a gente tivesse vontade política, se a gente tivesse investimento, né. Um acúmulo que os movimentos sociais têm nesse debate sendo utilizado como ferramenta para construção dessas políticas. E isso não vai acontecer, porque a violência contra as mulheres é manter as mulheres em um condicionamento que é interessante para reprodução do capitalismo, para reprodução da força de trabalho. (SANTOS, 2021, entrevista).

Até aqui podemos perceber que as características de funcionamento e as ações da *Casa* são consolidadas ou complementadas pelas falas das entrevistadas; por conseguinte, é possível dizer que se trata de ações e valores presentes em sua rotina, em seu cotidiano, que são atravessadas e baseadas nas questões de gênero.

#### 4.3.2 Comunicação e Casa Mulheres Mirabal

Entrando especificamente no campo da comunicação, vamos descrever e analisar quais os processos de comunicação da *Casa*, isto é, o que ela comunica e quais são os seus fluxos comunicacionais. Além de ouvir e observar nossas interlocutoras, realizamos uma busca pela *internet* para verificar quais são as referências que surgem da *Casa Mulheres Mirabal*, descrevemos os conteúdos que encontramos e articulamos com as falas de nossas três entrevistadas. Por fim, no subcapítulo a seguir, articulamos os elementos encontrados com as dimensões da comunicação organizacional propostas por Baldissera (2009a, 2009b): organização comunicada, organização comunicante e organização falada.

Como vimos, a *Casa Mulheres Mirabal* é autogerida e as demandas são compartilhadas com as integrantes; com a área de comunicação não é diferente, como veremos. Tratando-se da comunicação interna da organização, é possível identificar as reuniões como processo e ferramenta comunicacional. Andressa explicou que “a coordenação, no caso, se reúne toda terça-feira de noite” e, devido à pandemia, algumas integrantes não estão podendo fazer “escala” na *Casa*, por serem do grupo de risco. Além disso, ocorre periodicamente uma reunião com as mulheres abrigadas.

A reunião com as mulheres da casa geralmente é de 15 em 15 dias, daí a gente faz uma assembleia com elas. Daí é para as coisas mais... tarefas, conflitos, coisas mais internas mesmo. Ou alguém tá oferecendo um curso, daí avisar e ver se elas estão interessadas em fazer, ou essas coisas assim. A gente tá montando um ateliê, futuramente, que é de costura... Então é “ah, quem vai participar?”, avisos, organização da casa... (GUEDES, 2020, entrevista).

A avaliação sobre a comunicação interna é positiva, segundo a entrevistada Lilian, que ressalta que “não tem problema”, mas aponta como dificuldade da organização interna a sobrecarga, já que “é muita coisa ao mesmo tempo”, questão que também interfere na comunicação com o público externo.

É um número de sete pessoas que... a gente se organiza assim “a Andressa vai cuidar dos acolhimentos”, eu saí do acolhimento, aí vou cuidar da parte externa, mas acontece tipo “que hoje eu não posso, tem como ir?”, aí a gente vai para não parar sabe?! Eu acho que o problema é esse, sabe. Agora de diálogo, conversa, situações, não tem problema... da comunicação interna, o problema é que é muita coisa ao mesmo tempo. Aí às vezes demora uma hora, duas horas para passar alguma informação. Mas eu acho engraçado, e é bom colocar isso, que vai o pessoal lá mandar mensagem lá no Instagram “ah, eu mandei mensagem para vocês ontem, mas não me responderam até agora”. Acontece...porque é isso, a gente tá fazendo muitas coisas. (LUCIANO, 2020, entrevista).

Sobre a comunicação com o público externo, foi possível identificar vários canais de comunicação, como a página no *Facebook*, o perfil no *Instagram*, um e-mail, telefone e número para *WhatsApp*, como vimos anteriormente na primeira busca pela *internet*. Entretanto, a partir das entrevistas outros elementos surgiram, como panfletos, falas em protestos e reuniões descentralizadas em bairros. Teceremos detalhes de cada um deles a seguir. Antes, descreveremos os resultados encontrados a partir da busca no site *Google* pelo termo *Casa Mulheres Mirabal*, entendendo que esse é um mecanismo muito utilizado quando se quer encontrar informações sobre organizações.

Os três primeiros resultados da busca, justamente, direcionam para a página do *Facebook* e o perfil no *Instagram* da instituição. Cinco resultados correspondem a notícias sobre a organização (Quadro 14) e um, direciona para a campanha de financiamento permanente do site *Apoia-se*.

Quadro 14 - Notícias sobre a *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal*

	<b>Título da notícia</b>	<b>Veículo</b>
1	Mulheres Mirabal: uma ocupação, um sonho	Revista PUCRS
2	Casa de Referência das Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada	Mídia Ninja

3	Casa Mulheres Mirabal tem luz cortada em meio à pandemia em Porto Alegre	Jornal do Comércio
4	Ocupação Mirabal: como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres	Portal Sul 21
5	Casa de apoio a mulheres tem eletricidade desligada sem aviso prévio em Porto Alegre	Jornal Correio do Povo

Fonte: elaborada pela autora

Sobre as notícias que aparecem, todas correspondem à *Casa*, sendo que duas matérias direcionam o texto para a sua própria história e características, contando brevemente seu histórico e mostrando os serviços e a forma de funcionamento. É o caso dos títulos *Mulheres Mirabal: uma ocupação, um sonho*, da *Revista PUCRS*, e *Ocupação Mirabal: Como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres*, do portal *Sul 21*. Os outros três textos são notícias que denunciam dois cortes de luz elétrica que a organização sofreu: um em 2019 e outro, em 2020. Tais notícias aparecem como uma espécie de denúncia ao ocorrido, como no título *Casa Mulheres Mirabal tem luz cortada em meio à pandemia em Porto Alegre*, do *Jornal do Comércio*. As notícias, de certa forma, acabam divulgando a *Casa* e auxiliando pessoas que necessitam dos serviços oferecidos a chegarem até ela.

Na segunda busca direcionada a notícias<sup>60</sup> referente à *Casa*, foram coletadas dez matérias que demonstram diferentes momentos da organização durante o período pesquisado, como podemos ver no Quadro 15.

---

<sup>60</sup> As coletas dos dados referentes a notícias e conteúdo das redes sociais dos coletivos, com o intuito de atualização das informações, foram realizadas em 05 de novembro de 2021.

Quadro 15 - Notícias sobre a *Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal* 2021

	<b>Título da notícia</b>	<b>Veículo</b>
1	Ocupação que abriga mulheres vítimas de violência doméstica está sem luz desde setembro na Capital	GZH
2	Um mês sem luz: Mirabal negocia acordo para religação da energia elétrica	Portal Sul 21
3	Defensoria Pública do RS se reúne com Prefeitura de Porto Alegre para solucionar impasse da Casa Mulheres Mirabal	Portal Camaquã
4	Mãos à horta: projeto-piloto para cultivo comunitário começa em abrigo da Capital	GZH
5	Defensoria Pública do RS realiza tratativas para resolver impasse da Casa Mulheres Mirabal	Portal Camaquã
6	Casa de acolhimento de mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada	Correio do Povo
7	Casa que acolhe mulheres vítimas de violência na Capital tem luz cortada	GZH
8	Audiência de conciliação entre casa de acolhimento a mulheres e prefeitura termina longe de acordo	GZH
9	Casa que atende mulheres vítimas de violência fica sem luz em Porto Alegre; prefeitura diz que ocupação é irregular	Portal G1
10	Ainda mais necessária na pandemia, Casa Mirabal enfrenta disputa interminável por regulamentação	Portal Sul 21

Fonte: elaborada pela autora

Como é possível ver pelos títulos das matérias, a *Casa* sofreu um corte de luz<sup>61</sup> em setembro de 2021, momento em que ainda se vivia a pandemia do novo Coronavírus. Também é possível perceber o impasse com questões de legalização do espaço, como nas matérias *Audiência de conciliação entre casa de acolhimento a mulheres e prefeitura termina longe de acordo*, da GZH, e *Ainda mais necessária na pandemia, Casa Mirabal enfrenta disputa interminável por regulamentação*, do Portal Sul 21. Apesar dessas situações desafiadoras para a continuação dos trabalhos da instituição, há o projeto de desenvolvimento de uma horta no local onde a *Casa* se situa, como vemos na matéria *Mãos à horta: projeto-piloto para cultivo comunitário começa em abrigo da Capital*, da GZH.

<sup>61</sup> A falta de pagamento da conta de luz está relacionada ao fato de que não se sabe exatamente de quem é a responsabilidade pelo consumo de energia nos últimos anos. Sobre o caso, a prefeitura de Porto Alegre se posicionou, até o momento da realização deste levantamento, por não arcar com mais despesas do espaço, por haver questões de regulamentação.

Outras formas do público externo conhecer a organização são os perfis nas redes sociais digitais. Constatamos que eles são utilizados pela instituição como canais de comunicação, o que é confirmado pelas integrantes entrevistadas. Andressa salienta que, no endereço antigo, no centro, a busca presencial por ajuda era muito grande, ao passo que, no espaço que ocupam atualmente, essa procura não acontece com tanta frequência. Nesse sentido, “o que acontece é elas pedirem no *Face*, ou no *Whats* da Mirabal, manda um e-mail, no *Instagram*” (GUEDES, 2020, entrevista).

É importante ressaltar que a *Casa* não possui responsáveis pela área de comunicação. Segundo Andressa, há uma integrante da coordenação responsável pela comunicação do *Movimento de Mulheres Olga Benário* estadual, que auxilia quando a *Casa* precisa de algo mais específico, como a criação de uma “arte” para publicar nas redes sociais da instituição. Mas, apesar disso, a comunicação externa da *Casa*, nos perfis das redes sociais, é realizada por todas, conforme as demandas que surgem, como Andressa esclareceu: “na verdade, a comunicação a gente vai se dividindo, quando tem que postar alguma coisa, sei lá, o próprio aniversário (da organização), tem que postar vídeo, postar texto, a gente se divide nas tarefas” (GUEDES, 2020, entrevista). Veremos a seguir quais são os principais elementos e articulações que aparecem nas redes sociais digitais utilizadas pela organização.

No *Facebook*, a página (Figura 2) se denomina *Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal*, e sua conta é identificada por @MulheresMirabal; exibe 14.175 curtidas<sup>62</sup> e 14.647 pessoas seguem a página.

---

<sup>62</sup> Todos os dados sobre as redes sociais do coletivo *Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal* correspondem a informações disponíveis e coletadas no dia 16 de novembro de 2020.

Figura 2 - Página da Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal no *Facebook*

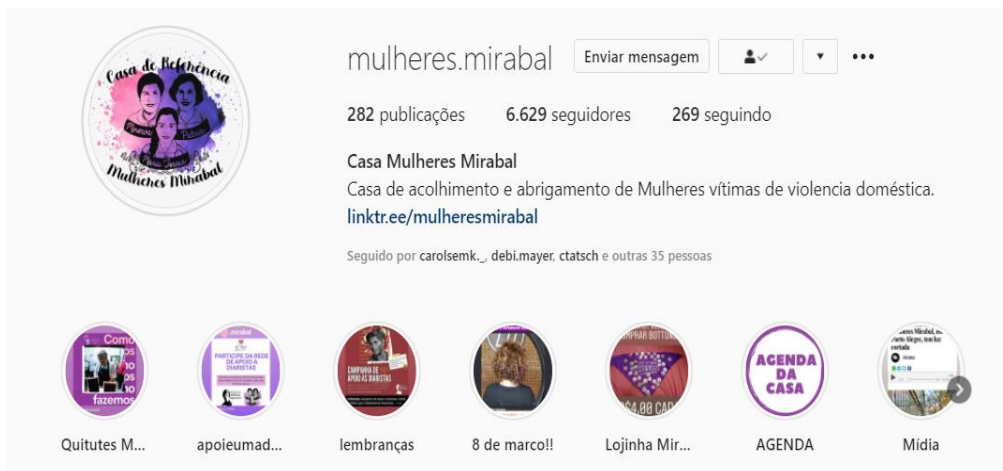


Fonte: *Facebook* (2020)

A foto de identificação da página é o logo da instituição. Em sua capa, há uma arte gráfica de uma campanha de apoio às diaristas, buscando doações para trabalhadoras domésticas e suas famílias, atingidas pela Covid-19. A seção “sobre” da página, segue a seguinte descrição “Ocupação do Mov. de Mulheres Olga Benário em Porto Alegre por uma casa de referência às mulheres em situações de risco e violência. Rua Souza Reis, 132.” Ainda sobre as informações disponibilizadas, estão o número de telefone e o endereço de e-mail. Na parte das publicações, existe um conteúdo “fixado” - que é quando a página elenca um conteúdo para ficar em destaque em seu topo - que divulga o financiamento coletivo recorrente para arrecadação de fundos para a *Casa*. A página foi criada no dia em que ocorreu a ocupação da primeira casa, em 25 de novembro de 2016, quando fizeram a primeira publicação anunciando o feito e solicitando apoio à iniciativa.

No perfil do *Instagram*, a instituição tem o nome de *Casa Mulheres Mirabal* (Figura 3), e seu nome de usuário é identificado como *mulheres.mirabal*. Em sua descrição, há a frase “Casa de acolhimento e abrigo de Mulheres vítimas de violência doméstica”. O perfil conta com 6.629 seguidores e seguidoras. A foto de identificação é o logo da organização. O perfil nesta rede social é mais recente: a primeira publicação data do dia 18 de março de 2018.

Figura 3 - Perfil no *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal*



Fonte: *Instagram* (2020)

O perfil também divulga um *link* na área de suas informações biográficas que leva para uma lista de compartilhamentos de outros cinco *links* em formato de botões (Figura 4) que direcionam para outras iniciativas. O primeiro botão leva para o perfil do *Instagram* do “Quitutes Mirabal”; como explicamos no capítulo anterior, trata-se de uma atividade para gerar renda às mulheres assistidas através da venda de salgados e doces feitos por elas. O segundo botão leva para a “Campanha de apoio a diaristas”, no site de financiamento coletivo *Apoia-se*. O terceiro botão leva para a campanha de financiamento coletivo recorrente para a gestão da *Casa*, também na plataforma *Apoia-se*. O quarto e o quinto itens direcionam para um evento já ocorrido.

Figura 4 - Links de divulgação a partir do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal*



Fonte: *Instagram* (2020)

Observando as informações disponibilizadas pelos canais, é possível afirmar que há diferença de conteúdos publicados em ambos, como o próprio nome da organização. Para além disso, é possível perceber que os dois canais focalizam seus conteúdos na divulgação das ações promovidas pela *Casa*, como eventos, arrecadação financeira e de doações, além da divulgação de protestos e datas importantes para a causa. No *Facebook*, nota-se a divulgação de notícias sobre assuntos relacionados à violência contra mulheres e o compartilhamento de *links* externos.

Tais características são confirmadas por Júlia, que auxilia na comunicação. Para ela, as “páginas” servem para divulgar o que a *Casa* faz; mas, mais do que isto, são instrumentos de “luta”. Além disso, ela afirma que “a página serve como um canal de comunicação mais direto com as pessoas e instituições”, também como um instrumento para “divulgar as ideias” propostas, tanto pelo *Movimento de Mulheres Olga Benário* quanto pela instituição.

As páginas servem para esse propósito, mas além disso para divulgar, um instrumento bastante importante para nós de luta, também a gente poder divulgar as ações, as ideias, então a gente costuma escrever na página alguns textos sobre os acontecimentos, sobre as coisas, e as notícias né, com foco grande na questão da violência contra mulher, mas não só. E divulgar bastante as ações que a gente faz, sejam elas as oficinas, as coisas que acontecem na Mirabal, sejam as necessidades, ou também alguma atividade que a gente faça de mobilização, como foi a situação da luz, que para além da gente falar da necessidade de apoio e tudo mais, a gente falou que foi feito a ação lá na prefeitura. Então, é mais ou menos por aí. A página serve tanto como um canal de comunicação mais direto com as pessoas e instituições, quanto também esse instrumento de divulgar as ideias, os acontecimentos. (SANTOS, 2020, entrevista).

Somando-se a essa posição, a entrevistada Lilian considera a página do *Facebook* “bastante política” e “informativa”, compartilhando conteúdos que não são exclusivamente sobre a *Casa*, mas que abarcam outras questões que atingem meninas e mulheres. Entretanto, Lilian também aponta para a dificuldade de não ter experiência nesse tipo de atividade.

Eu acho nossa página bastante política sabe?! Eu acho bastante informativa, a gente coloca bastante, muitas questões sobre datas, sobre mulheres, não só a casa de referência, mas a gente coloca muita consciência sabe. [...] São assuntos que não são abordados em outras páginas assim, e a gente sempre se coloca, muito importante uma nota do que que a gente pensa, como a gente se posiciona. E tudo isso é feito, a gente se reúne antes, vê quem pode fazer, e aquela pessoa lança, mas o problema é esse, eu tenho zero experiência nisso. (LUCIANO, 2020, entrevista).

A entrevistada Júlia também indica para o compartilhamento de temas mais abrangentes que se relacionam com as questões das mulheres:

Desde a respeito dos direitos das mulheres, como notícias em relação a isso, em relação as lutas das mulheres né, a questão da legalização do aborto, a questão da



desigualdade salarial, a questão do racismo em relação as mulheres negras, e acho também que a gente sempre tenta fortalecer as datas de luta. Enfim, acho que o que toca nas diversas pautas né, por exemplo a questão da maternidade, da violência obstétrica, a questão do acúmulo das funções que sobrecarregam as mulheres, do cuidado com as famílias, dos filhos, a gente também teve a campanha de diaristas esse ano que tentou alcançar as mulheres mãe/chefes de família que ficaram sem renda e aí a gente postou também para falar sobre isso, além da campanha e a divulgação da campanha. (SANTOS, 2020, entrevista).

Questionada sobre as origens dessas informações compartilhadas, Júlia explicou que “as fontes para isso são desde as notícias, os noticiários mais diversos, as páginas do movimento, mas principalmente o acúmulo do debate, tanto da coordenação da *Casa*, quanto nos espaços que o movimento constrói” (SANTOS, 2020, entrevista).

Podemos perceber convergências entre aquilo que encontramos nas redes sociais e as falas das coordenadoras da *Casa*. Percebemos também, em relação às redes sociais, diferenças nas interações do público com os conteúdos divulgados. Analisando as três<sup>63</sup> primeiras publicações do *Instagram* e do *Facebook*, pode-se notar que as interações no perfil do *Instagram* são mais numerosas (Quadro 16 e 17).

Quadro 16 - Descrição de publicação *Instagram Casa Mulheres Mirabal*

Descrição conteúdo publicado no <i>Instagram Casa Mulheres Mirabal</i>				
Nº	Data	Tipo de postagem	Interação	Comentários
1	09/11/2020	Divulgação de evento	49 curtidas	0
2	07/11/2020	Divulgação de protesto	45 curtidas	0
3	05/11/2020	Campanha trabalho e renda	1.066 curtidas	16

Fonte: elaborada pela autora

Quadro 17 - Descrição de publicação do *Facebook Casa Mulheres Mirabal*

Descrição conteúdo publicado na página do <i>Facebook Casa Mulheres Mirabal</i>					
Nº	Data	Tipo de postagem	Curtida	Compartilhamento	Comentários
1	10/11/2020	Divulgação de evento	18	0	0
2	07/11/2020	Divulgação de protesto	13	0	0
3	04/11/2020	Link externo temático ( <i>Youtube</i> )	14	2	0

Fonte: elaborada pela autora

Chama atenção a publicação de número três (Figura 5 e 6) no *Instagram* do coletivo, por ter atingido 1.066 curtidas e 16 comentários. A postagem trata da divulgação de serviços

<sup>63</sup> Tal coleta foi realizada no dia 16 de novembro de 2020.

oferecidos por mulheres desempregadas, atingidas pelo cenário da pandemia em 2020. A publicação fala sobre fortalecer a rede de mulheres a partir da contratação dos serviços de outras mulheres em situação de vulnerabilidade social. O texto, que acompanha dois *cards* em sequência, diz que “Devido à pandemia e ao aumento do desemprego, muitas mulheres nos procuram pedindo ajuda” e que, então, a organização resolveu reativar a “central de serviços e divulgar o trabalho dessas manas que estão sempre na batalha para ganhar o pão de cada dia”.

Figura 5 - Parte um da publicação do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal*



Fonte: *Instagram* (2020)

Figura 6 - Parte dois da publicação do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal*



Fonte: *Instagram* (2020)

Interessante observarmos que esta publicação aciona valores de solidariedade, pautados na ajuda mútua e como resultado de uma ação coletiva, uma vez que a iniciativa parte da *Casa* e busca auxiliar mulheres que não necessariamente estão abrigadas ou são atendidas pela *Casa*. Além disso, as palavras *irmã* e *mana* que aparecem na publicação direcionam o público, de certa forma, para uma criação de vínculo e aproximam outras mulheres da proposta do conteúdo publicado. Não somente estas expressões, mas o conteúdo da publicação em si, remete aos valores da sororidade entre as mulheres. Tais valores também representam um olhar sistêmico

sobre os problemas que atingem as mulheres, uma vez que a geração de renda e a autonomia financeira, além de suprirem as necessidades básicas da vida humana, também são condições que proporcionam a elas independência financeira; muitas vezes, é o que torna possível o rompimento de relacionamentos abusivos e violentos. Estes elementos reafirmam um dos objetivos da *Casa* e o eixo de ação que trata sobre *emancipar*, visto no capítulo anterior, e seu compromisso com as pautas feministas.

Na segunda coleta de dados<sup>64</sup>, com o intuito de atualizar os conteúdos divulgados pela *Casa*, foi possível perceber diferentes atuações no que é comunicado pela insituição (Quadro 18).

---

<sup>64</sup> Nesta segunda busca, realizamos a coleta somente no perfil do *Instagram* dos coletivos, por ser a rede social mantida mais atualizada por eles. No caso da *Casa Mirabal*, foram coletadas três postagens que tiveram mais interação entre janeiro e outubro de 2021.

Quadro 18 - Descrição de publicação *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal* 2021

Descrição do conteúdo publicado no <i>Instagram</i> - Casa Mulheres Mirabal 2021				
Nº	Data	Tipo de postagem	Interação	Comentários
1	08/03/2021	Vídeo de intervenção	1.226 visualizações	27
2	29/07/2021	Vídeo de campanha	1.659 visualizações	1
3	03/09/2021	Corte de luz	1.266 curtidas	27

Fonte: elaborada pela autora

A postagem de março de 2021 (Figura 7), referente a um vídeo, demonstra a articulação da organização frente a outras pautas mais amplas, já que o material mostra uma intervenção contra o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. O vídeo mostra a cena de uma faixa escrito “Fora Bolsonaro” sendo estendida em um viaduto de Porto Alegre. A postagem contava com 1.226 visualizações e 27 comentários.

Figura 7 - Publicação do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal* 2021



Fonte: *Instagram* (2021)

Na segunda publicação com mais alcance, o conteúdo é destinado à *Casa* e à campanha de “apadrinhamento”, que consiste na arrecadação de doações para a continuação dos serviços prestados pela organização. Tal publicação contava com 2.282 visualizações e 33 comentários.

Figura 8 - Publicação do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal* 2021



Fonte: *Instagram* (2021)

A terceira publicação com mais alcance, no segundo momento de coleta, foi destinada à divulgação do corte de luz que ocorreu em setembro de 2021. A publicação mostra uma chamada para a matéria feita por GZH sobre o ocorrido. Possui 1.266 curtidas e 27 comentários.

Figura 9 - Publicação do *Instagram* da *Casa Mulheres Mirabal* 2021



Fonte: *Instagram* (2021)

Em relação aos comentários do público (Quadro 19) que constam na publicação<sup>65</sup> número três, podemos observar seis comentários com o intuito de apoiar a iniciativa através da indicação do compartilhamento da publicação, aviso sobre interesse de contratar ou, ainda, através da marcação de outros perfis que estavam contratando serviços; quatro comentários elogiam a iniciativa, dois indicando interesse em mais informações, uma pessoa lamentando por não ter a prestadora de serviço que ela necessitava e outros três, com figuras (*emoji*), com ideias de força e aplauso. É possível identificar, a partir desses comentários, uma sensibilidade do público com a temática da publicação e um engajamento na divulgação da ação.

Quadro 19 - Comentários da publicação 3 do *Instagram Casa Mulheres Mirabal*

Comentários da publicação três do <i>Instagram Casa Mulheres Mirabal</i>	
Nº	Comentário
1	Compartilhado!!!
2	Que iniciativa incrível! Tem algo parecido no Rio de Janeiro?
3	Como faço para entrar em contato?
4	Muito bom! Vcs são demais, gurias!
5	Compartilhado gurias! 🙌❤️
6	(imagem de mãos fechadas erguidas)
7	Compartilhado 🙌📱
8	Iniciativa incrível e necessário 🙌🙌
9	Que bela iniciativa 🙌🙌🙌
10	🙌📱
11	Chamei no whats
12	Pena que não tem alguma costureira! Estava precisando
13	🙌🙌🙌
14	Oie, gurias! Temos interesse em contratar! Podem entrar em contato conosco por DM? ❤️
15	<a href="#">@poacomedyclub</a> estava com vagas abertas!
16	<a href="#">@modestavegana</a> vocês estavam com vagas abertas

Fonte: elaborado pela autora

Tais comentários vão ao encontro do que Andressa afirmou, quando foi questionada sobre as percepções do público externo da *Casa*. Para a entrevistada, elas recebem “mais elogios”,

apesar de ser uma ocupação, e a gente sabe que a sociedade em si vê as ocupações com uma forma negativa né, mas a gente é uma ocupação diferente, porque abriga mulheres vítimas de violência doméstica; então, é um serviço necessário. Então é um serviço que é reconhecido assim, o esforço que a gente faz é reconhecido pelas pessoas assim. (GUEDES, 2020, entrevista).

<sup>65</sup> Referente à primeira postagem descrita.

Outros meios acionados na comunicação externa da *Casa* são a entrega de panfletos, a participação e pronunciamentos em atos públicos ou protestos, as reuniões realizadas em outros bairros e comunidades para levar informações sobre a *Casa* e sobre a violência contra mulheres, e, por fim, a utilização do aplicativo *WhatsApp*.

Sobre as falas nos atos públicos, as integrantes admitem que é uma forma de comunicação. Lilian afirma que, após uma fala em público, “logo em seguida chamam num cantinho assim para saber como funciona, como pode se somar. Eu acho positivo” (LUCIANO, 2020, entrevista). Nesse sentido, as entrevistadas também confirmam a articulação com outros movimentos e ações externas à *Casa*, como ressaltou Andressa:

a gente tem o poio de outros movimentos, sim. [...] Eu lembro que 25 de julho do ano passado, que é o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, a gente fez um ato no centro, então a gente chamou outros movimentos que compraram. A gente também fez ali na Assembleia, falamos sobre a questão da violência doméstica, e daí foi denunciado na época questão do Viva Maria que ia mudar de secretaria né. Então, a gente consegue ter um bom relacionamento com eles... é bom o relacionamento. A gente só não conversa muito. Às vezes parece que é só em datas específicas, “Ah, 8 de março, vamos nos juntar? Vamos!”. “25 de novembro? Vamos!”. (GUEDES, 2020, entrevista).

Ainda sobre a questão presencial, as reuniões nos bairros se colocam, de certa forma, como uma extensão da organização, uma vez que as integrantes vão até as comunidades e realizam reuniões e debates que podem resultar na criação de “núcleos”, podendo servir como espaço de formação e atender pessoas de baixa renda. Um dos exemplos trazidos pelas entrevistadas é o núcleo de Alvorada, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, que já existe há um ano:

A gente tem o núcleo em Alvorada. Formar núcleos em bairros que a gente sabe que, infelizmente, o maior índice de mulheres que sofre violência domésticas são mulheres de classe mais baixa né, então ir aos bairros e falar sobre a Mirabal, então... às vezes uma reunião... em Alvorada começou com uma reunião, a gente tem um núcleo. (GUEDES, 2020, entrevista).

Essa necessidade é percebida pela própria *Casa*, que organiza esse tipo de atividade, como explica Andressa: “o movimento chega, a gente já fez no Sarandi também (bairro de Porto Alegre) uma roda de conversa, aí a gente leva as advogadas da casa... a gente organiza.” Para a entrevistada Lilian, muitas mulheres “têm dificuldade de entender que é uma demanda delas, elas não aceitam, às vezes. Conforme tu vais conversando, elas vão vendo ‘ah, eu sofro violência’”. Nesse sentido, quando questionadas se a forma presencial deixa as mulheres mais à vontade e encorajadas, Andressa afirma que “com certeza, sim”.

Outra ferramenta observada como canal de comunicação com o público externo, tanto com mulheres pedindo ajuda quanto com a rede de enfrentamento à violência, é o aplicativo

*WhatsApp*. Além do número da instituição, Júlia indica que os contatos individuais também são utilizados:

O que eu faço é ter meu contato individual, que eu faço um bocado dessa comunicação, tanto dessas mulheres que estão buscando por acolhimento, como buscando e recebendo contato de instituições, ou para questões de suporte que a gente precise, como acionar a rede para a questão do acolhimento, seja o que for das demandas do acolhimento em si, quando também nos procuram quando precisam de doações, quando a gente tem atividades, tem os grupos do Whats que a gente divulga as demandas, as atividades, as ideias. (SANTOS, 2020, entrevista).

Além desses canais, é possível observar que outras instituições fazem o papel de divulgar a *Casa* para o público externo, como é o caso da própria Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, como indica Lilian: “na maioria das vezes, a delegacia da mulher encaminha (a vítima), então ela faz essa divulgação da casa de certa forma. Mas também um número grande de boca em boca circula.”

#### 4.3.3 *Dimensões da Comunicação Organizacional da Casa Mirabal*

Tendo em vista os processos comunicacionais e seus meios detalhados até aqui, é possível identificar as dimensões da comunicação organizacional presentes a partir da proposta de Baldissera (2009a, 2009b), que distingue a organização comunicada da organização comunicante e da organização falada. Sem perder de vista que a comunicação organizacional se dá a partir da disputa de sentido entre e por meio das relações, e que a mesma se expande para além da própria organização.

A primeira dimensão, de organização comunicada, refere-se àquilo que a organização emite, divulga, comunica como fala autorizada. Nesta dimensão, podemos incluir as reuniões que ocorrem na *Casa*, mesmo direcionadas ao seu público interno, os canais nas redes sociais, os panfletos, as falas nos protestos e mobilizações. Em outro canal, o e-mail, o telefone e o *WhatsApp* são ferramentas que também se posicionam nessa dimensão, quando acionados pela organização.

Por meio desses processos e ferramentas, a *Casa* seleciona aquilo que quer comunicar, dando visibilidade ao que é relevante para a instituição, para o *Movimento Olga Benário* e para a causa que defendem. A causa, ou causas, aparece como algo “maior”. Apesar de não ter uma estratégia comunicacional definida, com um planejamento do que deve ser comunicado, é possível perceber que as temáticas vão além da violência contra as mulheres. As pautas divulgadas, comunicadas pela *Casa*, englobam assuntos relacionados à luta das mulheres como um todo, com uma posição feminista que defende desde a geração de trabalho e renda até a



legalização do aborto. Assim, a “fala” da organização vai no sentido de divulgação de ações, serviços e ideias alinhadas às suas características e ao movimento feminista.

Por certo, o que a *Casa* comunica, dentro de uma perspectiva feminista que combate as relações de opressão consolidadas pelo sistema patriarcal, tem tons diferentes conforme o lugar em que é comunicado. Ou seja, aquilo que é falado em uma reunião interna da *Casa*, a profundidade ou a informalidade que se tem nesse espaço, é diferente do que é comunicado para fora, a partir das redes sociais, por exemplo. Comunica-se também aquilo que está no âmbito do acontecimento e agendamento, sejam as ações imediatas de arrecadação de doações, sejam posicionamento frente a datas importantes ou acontecimentos externos que afetam o movimento.

Quando se posiciona a partir de seus valores e ideologia, a *Casa* coloca ao público, interno ou externo, sua posição frente aos assuntos que acometem a vida das mulheres em uma perspectiva que tem a violência de gênero como algo central, de forma ampla, pois considera todas as formas de violência. Ela também busca meios de encetar ações e consolidar a geração de trabalho e renda. Ela também comunica e divulga o que é feito, buscando, ora contratação dos serviços prestados por algumas das mulheres assistidas, ora vendendo o que é produzido por elas.

Na dimensão comunicada, a *Casa* se propõe a dar visibilidade à identidade de combate que se origina do próprio *Movimento Olga Benário*. Mais do que isso, as reuniões internas, as reuniões descentralizadas, as entregas de panfletos e as falas em protestos podem ser compreendidas como uma comunicação ao mesmo tempo combativa e formativa.

A segunda dimensão, de organização comunicante, diz respeito a processos estabelecidos a partir da interação desenvolvida entre sujeitos e sujeitas com a organização. A organização comunicante abrange, mas ao mesmo tempo transborda a “organização comunicada”, pois essa amplia-se e perde-se o controle do sentido da fala autorizada, uma vez que outros significados podem surgir a partir dos sujeitos e sujeitas que interagem com a organização. Assim, incluímos nesta dimensão os comentários feitos nas redes sociais da organização, as conversas realizadas em atos públicos e a relação com outras instituições, como a rede de enfrentamento à violência contra mulher e os movimentos sociais. Também podemos incluir as reuniões e encontros em núcleos, realizados nos bairros, uma vez que, apesar das integrantes organizarem, as falas e diálogos proferidos a partir desses encontros podem colocar-se nesta dimensão.

Nesta dimensão, o que a *Casa* comunica é “atualizado” a partir do que o público, os sujeitos e sujeitas afetados pela sua comunicação recebem, e como tais falas, que até então eram as “autorizadas”, se reorganizam e se ressignificam. Entretanto, os novos significados dados às falas autorizadas se diferenciam de acordo com o lugar, com os sujeitos e sujeitas afetados. Assim, comentários de redes sociais digitais, que são registrados e passíveis de serem interpretados, foram percebidos por nós como positivos em relação ao que a *Casa* comunica. Ou seja, aqueles que interagem nos perfis das redes sociais digitais da *Casa* se posicionam favoráveis à organização e, nesse sentido, não provocam rupturas ou desorganizam o que é autorizado, mesmo que possam movimentar outros sentidos.

Por outro lado, aquilo que reverbera no público que compõe as reuniões descentralizadas, as conversas nos atos públicos e nas instituições externas, foge a avaliações. Nesses casos, os significados construídos por esses públicos podem ser variados, podem despertar posições favoráveis, desfavoráveis ou até mesmo neutras. O que acontece é uma nova disputa de sentido em que a *Casa* se posiciona frente a esses públicos, que podem criar outros sentidos sem que a organização tenha conhecimento ou possa (re)agir. Tais relações podem se dar em diferentes níveis de envolvimento e afetação, como no caso de uma mulher que busca saber mais sobre os serviços prestados pela *Casa* em um ato público, ou uma pessoa que comenta alguma publicação do *Instagram*.

A terceira dimensão diz respeito à organização falada, que expõe conteúdos e falas sobre a organização sem que a iniciativa seja sua; é aquilo que se fala de fora para fora. Tal comunicação ocorre nas relações indiretas com a instituição, externamente. Por vezes, pode causar uma desorganização das falas planejadas e autorizadas pela organização. Incluímos nessa dimensão as notícias encontradas sobre a *Casa*. Analisando os títulos, vê-se que, por um lado, eles falam da *Casa Mulheres Mirabal* a partir do que ela realiza; de outro, de acontecimentos que ocorreram e a prejudicaram, podendo então se perceber uma espécie de cumplicidade com a organização. Por outro lado, não há como avaliar os sentidos que surgem no público a partir da comunicação que acontece diante dessas notícias, pois a dimensão falada não tem fronteira, o que se fala sobre a organização a partir desses circuitos externos permanece externo a ela. Se observadas algumas das notícias da segunda busca, em que se relata o corte de luz, é possível identificar que há tensões; por exemplo, entre a *Casa* e o poder público municipal de Porto Alegre. Nesses casos, pode-se despertar no público atingido sentimentos favoráveis e/ou desfavoráveis à *Casa* ou à prefeitura.

Outra observação cabível é o fato de que a *Casa* também divulga notícias que denunciam o que acontece com ela, como na Figura 9. Esse compartilhamento se constitui como uma espécie de denúncia, utilizando-se daquilo que é falado da organização.

Outro elemento a compor esta dimensão são as instituições que fazem parte da rede de enfrentamento à violência contra mulher e que possuem relações com a *Casa*, posto que muitas vezes acabam sendo divulgadoras do trabalho e direcionam mulheres para ela. Nesse aspecto, também podemos incluir a ação “boca em boca”, revelada por Lilian, que trata daquilo que é falado por pessoas que conhecem a organização. Nesse caso, toda essa comunicação que transcorre nos processos externos à organização se coloca como, por um lado, extensões da *Casa*, reforçando suas posições, já que ocorre a indicação dela; por outro, não temos como dimensionar os significados que podem surgir a partir dessas interações, naquilo que se pulveriza.

Apesar dos fluxos comunicacionais, dos canais de comunicação e das articulações das dimensões da comunicação organizacional observadas, as entrevistadas apontam dificuldades e problemas na área da comunicação com o público externo. Para Andressa, parte das adversidades com a comunicação externa decorre de uma “sociedade muito ansiosa” que espera respostas rápidas. Entretanto, como explicou a entrevistada, a *Casa* nem sempre consegue atender de maneira tão imediata. Andressa sugere que talvez a *Casa* possa publicar algo em suas redes, pedindo “paciência” ao público. Tal posição mostra um tensionamento entre parte do público da *Casa* e a organização que, de certa forma, não consegue responder à demanda externa, ao menos não da forma ágil que o tal público espera.

Por outro lado, Lilian, acredita que “a maior dificuldade é [...] a sociedade externa entender a seriedade do trabalho e entender como ele funciona”. Afirma que muitas pessoas acham que a organização recebe algum apoio financeiro fixo, mas não sabem que o trabalho da *Casa* “vem sendo construído há quatro anos em cima de muito esforço” (LUCIANO, 2020, entrevista). Para ela, o problema não se deve à falta de divulgação, mas sim a questões de “consciência”.

Para Lilian, a falta de consciência estaria ligada com a falta de empatia; para ela, falta as pessoas colocarem “o problema para si” e se disponibilizarem para ajudar. Essa posição vai ao encontro do histórico de voluntariados que a organização tem. Lilian aponta para a falta de comprometimento com a causa:

até hoje, passaram muitos, muitos, muitos voluntários e a ajuda foi muito boa, mas já foram criados vários núcleos de comunicação, núcleos de apoio assistencial na rua...

Só que é assim, “bah, agora vou começar a faculdade”, “agora, não sei o quê”, e aí a Mirabal fica em segunda instância, sabe?! (LUCIANO, 2020, entrevista).

Essa situação acaba sobrecarregando as coordenadoras, que precisam dar conta de toda a gestão e do relacionamento da organização:

Aí fica sempre a coordenação com aquele papel de obrigação de continuar construindo aquela atividade, de responder e-mail, de organizar a mulherada no bairro, de preparar uma oficina para jovens, de organizar alguma informação em relação a alguma agressão, a um estupro que aconteceu lá não sei onde. A gente tem que se organizar para ir para um ato, fazer um grito, de dizer que a gente não vai aceitar e tal. Às vezes o pessoal fica meio “E aí, o que a Mirabal tá arrumando?”, aí a gente se olha “nossa gente, a gente não conseguiu se organizar para nada”. É complicado sabe?! (LUCIANO, 2020, entrevista).

Outra dificuldade, apontada, pela entrevistada Andressa, é o próprio tema ou causa que a organização assumiu. Segundo Andressa, “não é todo mundo, qualquer pessoa, que consegue assegurar um turno numa casa assim [pois] desperta alguns gatilhos” e, neste sentido, acaba afastando pessoas que poderiam ajudar; por exemplo, na “escala” da *Casa*, que funciona como uma espécie de plantão da organização. Por fim, Andressa salienta que faltam “mais pessoas comprometidas com essa luta”. Além disso, segundo Andressa, algumas pessoas que querem ajudar acabam “romantizando” a causa da violência contra mulher e, em alguns casos, diminuindo a complexidade da pauta:

infelizmente é muito romantizado, então às vezes chegam muitas mulheres querendo dar escala, mas é isso, acha que vai sentar e tipo “ah, eu quero abraçar as mulheres que foram vítimas de violência doméstica”, “escutar suas histórias”, mas não é assim, é bem pesado. (GUEDES, 2020, entrevista).

Para melhoria e resolução dos problemas levantados, são apontados dois caminhos pelas entrevistadas: um é a profissionalização da coordenação da *Casa*, para que as gestoras não precisem se dividir tanto em outras tarefas. O outro, apontado como cenário “ideal”, é a organização ter um grupo responsável pela comunicação, que segundo Lilian contaria “com pessoas que soubessem fazer artes e manjassem das coisas”.

Podemos concluir, até aqui, que apesar dos esforços de divulgação, a importância da causa e o desenvolvimento de rede de apoio, com instituições, privadas e públicas, e com movimentos sociais, há lacunas comunicacionais apontadas indiretamente. Por exemplo, quando Lilian afirma que a maior dificuldade é a sociedade “entender a seriedade do trabalho e entender como ele funciona”, mesmo que, segundo ela, exista “bastante divulgação”. A falta de pessoas com conhecimentos específicos direcionados à área da comunicação e com tempo para se dedicar, também são elementos que incidem naquilo que a *Casa* quer comunicar e nos sentidos que

devem ser disputados na sociedade para que o trabalho da organização seja reconhecido e valorizado como algo necessário para assegurar a vida de mulheres, contribuindo para uma sociedade mais justa.

#### 4.3.4 Coletivo Nimba

O *Coletivo Nimba* nasceu do encontro da inquietação frente ao racismo que atravessa os corpos negros e a potência que a arte reúne em forma de resistência.

A partir de relatos sobre situações de racismo nas redes sociais digitais, Gabriela Vilanova<sup>66</sup> sentiu a necessidade de aproximar aquelas que vivenciavam as mesmas dores. Fortalecendo a sua trama com mais duas artistas de Porto Alegre, Camila Toledo e Raquel Leão, nasceu o desejo de organizar algo que valorizasse o trabalho das mulheres negras da cena artística da cidade e de estabelecer um espaço seguro para o compartilhamento de experiências e angústias dessas mulheres.

Assim, com a articulação já posta por artistas conhecidas, Gabriela criou um grupo no aplicativo *WhatsApp* que originou o coletivo.

Eu via que várias coisas aconteciam e as pessoas começavam a relatar (*no Facebook*), de várias maneiras se queixar. Aí eu disse “bah, gurias, quem sabe a gente faz um grupo no *WhatsApp* e começa a contar isso entre nós e aí a gente se acolhe, né?!”. Então, a gente resolveu se reunir, e uma convidou outra, e quando a gente viu tinha 50 pessoas em um grupo de *WhatsApp*. Mas antes de acontecer isso, nesse meio tempo, eu já estava em reunindo com a Camila Toledo [...]. Isso foi em 2018, lá por maio- julho a gente se reuniu e sabia que tínhamos que fazer alguma coisa, e não sabia o que era. Até que a gente fez o grupo (VILANOVA, 2021, entrevista).

A partir do grupo do *WhatsApp*, foi organizado o evento que deu início às atividades do coletivo: o sarau temático A Única Negra, em 2018. Ao todo, aconteceram cinco saraus presenciais; com a pandemia da Covid-19, foram realizados dois de maneira virtual. A cada evento, um tema relacionado à população negra era abordado em forma de música, poesia e conversa. Segundo a integrante entrevistada Camila Toledo, o movimento do grupo foi fluído, de forma que a ideia inicial “era criar um espetáculo com mulheres, aí foi para um sarau, a gente queria um nome, aí criamos um sarau e depois evoluiu para ser um coletivo de mulheres” (TOLEDO, 2021, entrevista). Inicialmente, o sarau era realizado quinzenalmente “tamanho era

---

<sup>66</sup> Foram realizadas três entrevistas via videoconferência pela plataforma *Google Meet*. Sendo uma com a integrante Gabriela Vilanova, dia 5 de agosto de 2021; com Camila Toledo, dia 10 de agosto de 2021; e com Silvia Abreu, dia 20 de agosto de 2021.

o desespero para falar” como pontuou a integrante Silvia Abreu (2021, entrevista), mais tarde ele se tornou mensal.

O nome do sarau, *A Única Negra*, tem origem na disparidade e invisibilidade encontrada por mulheres negras em diversos espaços, sejam profissionais ou não, como explica Camila:

esse nome surgiu porque é muito posto que só juntar mulheres negras não dava conta porque cada uma pensa de um jeito, é de um jeito, e essa complexidade as pessoas ainda não estão acostumadas, porque parte de que se tiver um monte de mulher preta junta a gente vai falar a mesma língua, cantar a mesma coisa, vai todo mundo fazer igual, então a gente começou a conversar daquilo e nos unia... É compartilhamento de sofrimento, de dor, de lugar... e uma coisa que acontece com todas, ou quase todas, é que tinha uma história para contar de que elas tinham sido a “única negra” de algum lugar. “Ah, eu estava na faculdade de engenharia, eu era a única”, “eu tava na escola de inglês, eu era a única”, “quando fui entrar no doutorado, eu era a única”, “quando eu entrei no serviço público, eu era única”, “quando comecei a cantar não sei o quê, eu era a única”, e aí a gente fez *A Única Negra* que é como se as únicas estivessem se reunido, a gente se encontrou depois de muito tempo, é como se a gente se encontrasse depois de tanto a estrutura ter feito a gente se sentir só. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Para Gabriela, o nome do sarau revela uma realidade vivida no país, que ainda mantém uma certa segregação.

A gente está falando o porquê a gente está ilhada nesses lugares, e esse que é o ponto, por que a gente não está em maioria nesses lugares? Se a gente vai pegar o censo do IBGE, somos muitas. Por que a gente não consegue acessar esses lugares? Por que as oportunidades não são dadas para todas? (VILANOVA, 2021, entrevista).

A integrante Gabriela, a única musicista negra da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), revela sua realidade para exemplificar a problemática trazida no nome do sarau.

Para te dar uma ideia, no lugar onde eu trabalho, as mulheres negras são, assim, só eu e as mulheres da limpeza. Então, por exemplo, se eu chego em um lugar para trabalhar se eu estou à paisana, se eu não estou arrumada, se eu não estou maquiada, a portaria me barra, tá entendendo? (VILANOVA, 2021, entrevista).

Para Camila, o nome que foi dado ao sarau reflete um dos objetivos do coletivo, que é colocar luz à problemática da invisibilidade das mulheres negras.

Essa é a proposição política, poxa, a única negra não é uma coisa legal. Não é legal chegar lá, eu sou representativa. Eu cheguei aqui e agora todo mundo vai chegar, o fato dela ser a única é um problema enorme. Então, a gente queria falar desse problema, então acho que os dois grandes objetivos do coletivo são esses: ganhar visibilidade dos trabalhos das pessoas e a visibilidade dessa questão que todas elas estão sofrendo. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

O nome do coletivo também carrega significados e história. Segundo Gabriela, o nome *Nimba* surgiu a partir de uma notícia em que um grupo de pesquisadores estavam estudando

sobre uma estátua que havia aparecido em um rio no interior do Estado. O artefato representava uma deusa da fertilidade produzida por afrodescendentes que viviam no Estado no século 18<sup>67</sup>.

Eles encontraram uma estátua de madeira, que era uma mulher com o corpo bem pujante, farto, com os seios bem caídos. E aí, essa estátua é da Nimba, e ela é da região da Guiné, então foi meio surpreendente “como essa estátua veio parar aqui?” E aí, o que se sabe dessa pesquisa é que essa Nimba foi feita aqui, aqui no Rio Grande do Sul. Foi parar lá na PUC, pesquisaram a idade da madeira o formato e tal, e depois se descobriu que a Nimba era cultuada pelos homens na Guiné. Eles têm um ritual de colheita e aí eles se vestem de mulher, como essa Nimba mostra abundância, que vai ter uma super colheita, porque é uma mulher que gera a vida, que tem aqueles seios caídos de tanto amamentar e tal. E aí eu falei para as gurias, quem sabe a gente coloca o nome de Nimba?! (VILANOVA, 2021, entrevista).

O nome também traduz a pluralidade do grupo que possui diversas profissionais, como afirma Camila: “pessoas que trabalhem e tenham algum envolvimento com a arte, então não necessariamente artistas, mas comunicadoras, produtora, artista, poetisa, escritoras, atrizes”.

Tratando-se da organização do coletivo, atualmente, as relações e deliberações são realizadas principalmente por meio do aplicativo *WhatsApp*. Eventualmente, ocorrem reuniões via videoconferência. Além do grupo principal, que segundo as entrevistadas possui cerca de 50 pessoas, há subgrupos mais executivos, como o da comunicação. Entretanto, não há uma coordenação estabelecida e nem funções definidas; as atividades são realizadas conforme a disponibilidade e vontade das integrantes. Segundo Gabriela,

tem pessoas que se mexem mais e outras que se mexem menos. Quem se mexe mais pergunta quem quer participar, quem quer ajudar a fazer, e aí as pessoas se acusam, é improvisado. [...] Mas a gente faz assim: “quem quer fazer o evento? Ah, eu quero!” então tu organiza, é contigo, junta teu grupo, vê quem quer, não é seccionado, a fulana faz isso, fulana faz aquilo [...] o que a gente decidiu que não teria uma pessoa para tal coisa e tal coisa. (VILANOVA, 2021, entrevista).

Ao mesmo tempo, como aponta Gabriela, as integrantes fazem “parte de muitos grupos, é uma galera ‘multi’, o nosso (grupo) é mais um no meio de tanta coisa” (VILANOVA, 2021, entrevista).

Diante desses processos de autorganização, ocorre uma busca por horizontalidade, que, conforme Camila, às vezes pode dificultar a realização de ações.

Acho inclusive que isso (*horizontalidade*) às vezes faz com que as coisas não aconteçam, porque a preocupação é tamanha que todo mundo seja contemplado com aquilo, e que hoje por exemplo tem um grupo de *WhatsApp* com quase 50 mulheres,

---

<sup>67</sup> A peça, encontrada no Rio Ijuí, em Santo Ângelo, na região das Missões, é a primeira do tipo encontrada no país e teve sua origem confirmada pelo coordenador do Núcleo de Estudos em Cultura Afro-brasileira e Indígena (Neabi) e do Grupo de Pesquisa sobre Arte Sacra Jesuítico-Guarani, Édison Hüttner. A escultura representa a deusa Nimba, considerada deusa da fertilidade, e foi produzida por afrodescendentes que viviam no Estado no século 18 (PUCRS, 2019, documento eletrônico).

e muitas que não são ativas, tem outras que não falam nada, outras que dividem seus projetos, e tem aquelas que efetivamente fazem movimentações para o grupo[...]. Mas eu acho que essa busca por horizontalidade ela existe, eu acho que vão ser raros os relatos de que, obviamente sempre vai ter, mas de alguém que se sentiu achatada em sua opinião... Até porque é um grupo de mulheres e aí com esse intensificador de ser negras, é um grupo que quando a pessoa entra e ela já se surpreende, “poxa, um grupo de mulheres artistas pretas”. Então, muito desses encontros vêm da necessidade de acolher a outra. Então acho que essa preocupação da Gabi, que é bem mais da Gabi mesmo, porque eu sou bem menos tolerante que a Gabi, é desse grupo também não ser desconfortável para ninguém. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Como visto, o grupo também se coloca como um lugar de acolhimento entre as mulheres. Tal posição é compartilhada entre as entrevistadas, que ao mesmo tempo identificam dificuldades por ser um grupo diverso, mas entendem que é um espaço de fortalecimento.

[...] acho que isso tá muito vivo dentro do grupo, é que a gente precisa se fortalecer para lidar com o meio que a gente vive, e nesse fortalecimento tem o acolhimento, e esse fortalecimento é a cura, é cantar, escrever, produzir obras de arte com a nossa temática. Então, tem gente da arte visual, gente da música, da composição, da literatura, tem gente que tá na justiça, tem gente que tá na área da saúde, tem vereadora. A gente está isso aí, nós vamos fazer nossa parte e se o nosso entorno se sensibilizar beleza. Mas a gente tem que estar forte por nós, é aquela história “nós por nós”, é isso. (VILANOVA, 2021, entrevista).

Ao encontro dessa opinião, Camila define a organização como um coletivo “político-poético” que realiza questões e provocações políticas por meio da “arte, da poesia, do teatro”. Ao mesmo tempo, a integrante acredita que não necessariamente a organização precisa estar produzindo algo concretamente, como eventos e ações externas para existir, pois haveria outros propósitos no conjunto das trocas entre as mulheres.

Mas ele (*o coletivo*) se transformou também em um grupo de compartilhamento de mulheres negras. Então eu acho que mesmo que ele não esteja produzindo artisticamente, ele está produzindo sentido para quem está naquele grupo ali. Então, mesmo nas épocas que o pessoal não está se movimentando para criar coisas, ele está sempre acontecendo ali, as pessoas estão falando sobre si, perguntando coisas, estão comentando coisas que acontecem no país. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Este espaço que o coletivo proporciona também é visto como um lugar de aprendizado, como demonstra a fala de Gabriela sobre questões raciais.

com 35 anos eu fui me dar conta de algumas coisas, porque a minha consciência racial era zero, muito zero. Tanto é que no *Nimba* eu comecei a entender várias coisas, coisas que aconteciam comigo e eu não entendia por quê. Eu sabia que “tá, me tratam diferente porque eu sou diferente, sou uma mulher negra”, então tá, eles vão me discriminar porque o racismo é estrutural e tal, mas eu não entendia as minúcias disso, do quanto isso é entranhado na nossa cultura. (VILANOVA, 2021, entrevista).



Em diálogo, também é exaltado o encontro geracional, em que mulheres mais velhas também se fazem presente no desenvolvimento dessas relações, o que Camila julga ser um diferencial do grupo e, também, motivo de “orgulho”.

Eu quero dizer assim, que o coletivo ele não é só o Nimba, ele é um lugar de encontro, um lugar de encontro de respeito, de respeito a quem está chegando, quem não quer mais ficar, de mulheres mais velhas... O que eu acho é que, sobretudo nesses coletivos de mulheres e tal, de movimento, eu acho que eu via muito pouco mulheres mais velhas, assim, que tinham pessoas mais velhas que faziam parte dos grupos, eu acho que isso é uma parte muito legal do Nimba, ele reverencia e respeita, elas estão lá! [...] Porque parece que a gente não se conecta com a geração mais velha, quando a gente fala de movimento social, e os mais velhos estão lá! (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Por outro lado, quando relatado sobre o fazer e produzir, há queixas sobre a falta de comprometimento com o coletivo, uma vez que o trabalho é voluntário. Segundo Camila, a própria identidade do grupo pode acarretar um sentido de não seriedade.

Mas eu acho que o grupo gera essa sensação de “nosso um grupo de artista negras” a última coisa que a pessoa pensa é que não tem objetividade e comprometimento. Tipo, “ah, aqui eu posso ser quem eu quiser, aqui ninguém vai cobrar nada”, mas se a gente quer fazer daquilo não só um coletivo de compartilhamento, mas também de produzir coisas aí pode gerar um ruído. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Em consonância, a integrante Silvia também ressaltou sobre o envolvimento de parte do coletivo nas produções, fazendo com que apenas algumas se envolvam diretamente.

Temos dificuldade de produzir. Como tu sabe, os grupos são grandes, mas na hora de produzir, de trabalhar é 3, 4, 5 no máximo, que pegam mesmo. Mas a gente até tem mais gente no grupo, temos umas 10, 15 que trabalham pelo grupo, só que elas se alternam. Às vezes umas vem mais outras vem menos, a gente vai se alternando. A gente nunca deixa peteca cair, só que é difícil pra todo mundo. (ABREU, 2021, entrevista).

Em contrapartida, segundo Gabriela, há uma vontade de formalização do grupo para ter uma forma de participar de editais e viabilizar economicamente as atividades propostas. Essa questão surge quando ela é questionada sobre o ideal para o coletivo.

A gente tem uma vontade de ter um CNPJ, ser uma ONG, por exemplo. Algo assim, que a gente pudesse participar de editais, para ser remunerado, porque o trabalho é voluntário, esse é o problema, a gente não tem retorno financeiro.... Isso limita muito, a gente está no corre, está todo mundo sempre muito correndo, porque tem que conseguir grana, ou o diploma. (VILANOVA, 2021, entrevista).

Tratando-se da questão de gênero, especificamente, Camila afirma que “o coletivo é um coletivo de mulheres, então a questão de gênero é bem central”. Nesse caso, “se trata de um coletivo de mulheres negras da arte, então já partimos do princípio de que a gente tem um

recorte de gênero na constituição do coletivo, então é importantíssimo esse recorte” (TOLEDO, 2021, entrevista).

Além disso, o coletivo *Nimba* possui interseccionalidades que perpassam a sua criação e atuação, compreendendo as especificidades das mulheres negras na sociedade brasileira e as camadas opressivas que se constituem em um Estado alicerçado no racismo estrutural. Nesse ponto, o *Nimba* coloca “um recorte específico”, que segundo a integrante Camila se expressa na numa pauta

direcionada às necessidades e ao lugar da mulher negra na sociedade, sobretudo na sociedade gaúcha, e em Porto Alegre. A gente fala desse recorte que é da arte também, são profissionais artistas, e então, a gente fala de gênero sempre voltado para esse núcleo dentro do gênero. Então, a gente entende que a pauta de gênero, quando a gente fala da pauta LGBT, da pauta de mulheres, da pauta de masculinidades, a gente não entra nessas searas, a gente fica dentro da pauta feminina, e dentro da pauta feminina negra, racializada. É esse o primeiro ponto. (TOLEDO, 2021, entrevista).

Para a integrante Gabriela, não apenas há o cruzamento de linhas opressoras que estruturam essa interseccionalidade como a questão racial se sobrepõe à questão de gênero:

nós temos uma questão que é interseccional, a gente não descola gênero e raça. Gênero e raça estão totalmente interligados apesar de que a nossa luta é sempre de raça primeiro, a gente sabe que homens negros estão muito mais vulneráveis do que mulheres brancas. [...] Então, a nossa luta é sempre racial primeiro e depois de gênero, mas ela é interligada, porque quando ela é interseccional, ela é ligada. Porque a gente passa por todas as vulnerabilidades, e tem a terceira que ela é econômica ainda, é raça gênero e classe. (VILANOVA, 2021, entrevista).

Nesse sentido, Camila salienta que a proposta do coletivo é “provocar as pessoas sobre o lugar da mulher negra”, dentro de uma realidade do Rio Grande do Sul em que “a população negra é menor do que a média do país”, mas que mesmo assim “tem uma população negra extremamente periférica” (TOLEDO, 2021, entrevista). Dessa forma, as ações do coletivo se colocam para esse lugar comum em que as mulheres negras se encontram quando, de alguma forma, ascendem na sociedade. Portanto, segundo Camila, as ações do coletivo propõem esse olhar para “que lugar a mulher negra está ocupando e qual deveria ocupar”. A partir das ações, o coletivo exterioriza as inquietações internas. Porém, mesmo que não ocorram atividades para fora do coletivo, ele cumpre um papel de lugar seguro para o fortalecimento pessoal e profissional das participantes, como é possível perceber na fala de Camila e visto foi em outros posicionamentos:

E como o coletivo não tá muito ativo nas suas atividades, sobretudo por conta da pandemia, o que fica dele é que nós temos um grupo de trocas de mensagens que ele é bem movimentado. Então, além das participantes poderem divulgar seus trabalhos, ali a gente mantém a discussão, assim, quase como um observatório de negritude,

antirracista. E sobre a experiência de mulheres negras no país, o que acontece é que a gente comenta ali, e isso é muito fortalecedor, então as nossas ações acabam que muito voltadas para isso. (TOLEDO, 2021, entrevista).

Reunimos até aqui informações que costuram a história, posicionamento e organização do coletivo Nimba. Veremos agora como a comunicação aparece em suas atividades, especificamente.

#### 4.3.5 Comunicação e Coletivo Nimba

Seguindo o fluxo estabelecido no subcapítulo anterior, entramos aqui no campo da comunicação, descrevendo e analisando os processos e fluxos de comunicação do coletivo *Nimba*. Dessa forma, além da relação com as interlocutoras, realizamos uma busca<sup>68</sup> pelo nome do coletivo na *internet*, verificando as referências que surgem sobre a organização, descrevemos os conteúdos encontrados buscando a articulação com as falas das três integrantes entrevistadas. Posteriormente, articulamos tais informações com as dimensões da comunicação organizacional.

O coletivo *Nimba*, como vimos, não possui um fluxo contínuo de produção e sua articulação é majoritariamente realizada pelo meio digital. Assim, sobre a comunicação realizada para o público interno da organização, é possível identificar como principal meio o aplicativo *WhatsApp*. Ocorre uma divisão em dois grupos principais, em que um integra todas as mulheres que fazem parte do coletivo *Nimba* e outro, que as entrevistadas chamaram de grupo de produção, composto por cerca de dez integrantes.

Há também um grupo específico de comunicação, que seria uma espécie de grupo de trabalho, entretanto não há uma responsável direta pela área. Segundo Gabriela, já foram realizadas videoconferências, mas não há periodicidade de reuniões, que são realizadas somente quando havia demandas.

Sendo a comunicação com as integrantes realizadas apenas via *WhatsApp*, os ruídos comunicacionais, ou seja, os problemas de comunicação entre as integrantes, são frequentes como apontados pelas entrevistadas.

São alguns grupos do *WhatsApp*, tem um que tem todas, tem outro que é de produção, tem o grupo de comunicação, mas é basicamente pelo *WhatsApp* mesmo. [...] E assim,

---

<sup>68</sup> A primeira busca foi realizada no dia 3 de agosto de 2021, a segunda busca em 5 de novembro de 2021 e nenhuma nova atualização foi constatada, seja tratando-se de notícias ou de postagens nas redes sociais do coletivo.

sobre a comunicação, como qualquer comunicação que é feita pelo *whats* ela é cheia de ruído. Se fossem encontros presenciais, seria muito melhor, se a gente estivesse mais próxima. Mas acho que a pandemia dificulta isso, antes já era difícil quando a gente tinha a oportunidade de estar presente, então agora, tem bastante ruído assim. (TOLEDO, 2021, entrevistada).

Camila também entende que se acontecem ruídos que podem gerar mal-entendidos, de certa forma, há uma idealização de um espaço que não necessariamente vai ser sempre de afeto.

Eu acho que acontecem mal-entendidos. Como a gente centraliza a nossa comunicação através dos aplicativos, assim, e a pessoa não sabe como recebe, ou daqui a pouco uma é mais objetiva e outra está precisando de um acolhimento, aí isso eu acho que é o motivo desses ruídos... mas teve, teve gente que se estressou... Mas por isso que a gente fala de acolhimento, que parece que tu vai entrar em um lugar cor de rosa de mulheres negras que se amam e isso é um problema social de pensar que todas as mulheres negras são iguais e elas tem que se amar, é um pacto de respeito, não um pacto de amor. (TOLEDO, 2021, entrevista).

Como visto, mesmo com eventuais problemas de “ruídos” o coletivo ganha um caráter de lugar seguro para trocas internas das integrantes. Na consonância com a fala de Camila, Gabriela também ressalta que o coletivo “precisa ir para um lugar de acolhimento e de autocuidado” criando uma espécie de “autoproteção” (VILANOVA, 2021, entrevista). A partir dessa visão interna, o coletivo também se coloca como um espaço de divulgação dos trabalhos realizados pelas integrantes.

Sobre a comunicação realizada para público externo, a partir da primeira busca na *internet*, identificamos canais de comunicação como uma página no *Facebook*, um perfil no *Instagram* e um e-mail. A seguir, detalhamos a utilização de cada um deles, mas antes, descreveremos os resultados encontrados na busca realizado no buscador *Google* pelo nome do coletivo.

Foram encontrados nove resultados que direcionaram para produtos midiáticos da instituição, sendo dois direcionados a redes sociais da organização, *Facebook* e *Instagram*, como já mencionado; cinco direcionaram para notícias (Quadro 20), em veículos sobre o coletivo, um para uma nota que o coletivo assinou sobre o assassinato de uma mulher em Porto Alegre, e outro ainda direciona para um site de eventos.

Quadro 20 - Notícias sobre o *Coletivo Nimba*

	<b>Título da notícia</b>	<b>Veículo</b>
1	Coletivo Nimba debate a condição da mulher negra em Lives no mês de outubro	Jornal Já
2	Coletivo Nimba realiza homenagem a Malu Viana no Sarau A Única Negra	Matinal Jornalismo
3	Arquivo coletivo Nimba	Matinal Jornalismo
4	A voz de mulheres negras em debate pelo Coletivo Nimba	Correio do Povo
5	Coletivo Nimba faz homenagem à Malu Viana em edição especial do sarau "A Única Negra"	Brasil de Fato RS

Fonte: elaborado pela autora

Sobre as notícias (Quadro 20), todas referem-se às atividades realizadas pelo coletivo, havendo um *link* que direciona para um arquivo de matérias sobre ações da organização. Duas das notícias que aparecem versam sobre uma homenagem do coletivo a uma ex-integrante que faleceu em 2021, outras duas falam de atividades específicas como *A voz de mulheres negras em debate pelo Coletivo Nimba*, do jornal Correio do Povo, e *Coletivo Nimba debate a condição da mulher negra em Lives no mês de outubro*, do Jornal Já. Sobre as redes sociais na *internet*, como visto na busca anteriormente realizada, o *Coletivo Nimba* possui uma página no *Facebook* e um perfil no *Instagram*.

A quantidade de notícias com o objetivo de divulgação das atividades do coletivo pode ser relacionada ao fato de que a organização possui uma integrante que realiza o trabalho de assessora de imprensa. Nesse sentido, como salienta a integrante Silvia “a comunicação é tratada em uma perspectiva profissional, mesmo sendo um trabalho voluntário” e que pode se “dizer que tem uma assessora de imprensa no coletivo Nimba” (ABREU, 2021, entrevista).

Por outro lado, não há exclusivas pela comunicação realizadas nas redes sociais do coletivo, mesmo havendo um grupo de trabalho específico para isso. Mas, como demonstra Camila, as tarefas se acumulam e acabam não permitindo focar em apenas uma demanda.

Eu contribuo com a comunicação, eu estava no GT, falei para fazermos a *lives* ano assado, fiquei fazendo as produções, as artes das *lives*, organizar a agenda, entrar em contato com algumas pessoas, conduzir algumas atividades, ou mesmo não conduzindo estava junto. E esse grupo de comunicação, nós nos juntávamos para coisas bem práticas, quem vai fazer e tal. Sobretudo no *Instagram*. (TOLEDO, 2021, entrevista).

Mesmo assim, as redes sociais digitais se mostram importantes meios de divulgação ao coletivo, como veremos.

No *Facebook*, a página (Figura 10) se denomina *Coletivo Nimba*, e sua conta é identificada por @coletivonimba; exibe 539 curtidas<sup>69</sup> e 569 pessoas seguem a página.

Figura 10 - Página do *Coletivo Nimba* no *Facebook*



Fonte: *Facebook* (2021)

A foto de identificação da página é o logo da instituição. Na imagem da capa da página, há uma imagem do logo ao centro onde está escrito “arte e cultura de mulheres pretas”. Na seção “sobre” da página, aparece a descrição “Coletivo NIMBA, potencializando arte, cultura e pensamento de mulheres pretas do RS!” Ainda sobre as informações disponibilizadas, conta somente com um endereço de e-mail: nimbacoletivo@gmail.com. A identificação da página aparece como “site de sociedade e cultura”. Na parte das publicações, percebemos que os conteúdos publicados são, em sua maioria, compartilhamentos de outros perfis, mas promovem atividades realizadas pelo ou com o coletivo.

No perfil do *Instagram*, a instituição tem o nome de *Coletivo Nimba* (Figura 11), e seu nome de usuário é identificado como coletivonimba. Em sua descrição, há a frase “Coletivo NIMBA: potencializando arte, cultura e pensamento de mulheres pretas do RS.” O perfil conta com 750 seguidores e seguidoras. A imagem de identificação do perfil é o logo da organização. A primeira publicação data de dois de abril de 2020. É possível perceber, a partir das publicações, que o perfil é utilizado para divulgar as atividades do coletivo, especialmente os saraus, e para a realização da série de entrevistas “Bate-papo Nimba”.

<sup>69</sup> Dados disponíveis e coletadas no dia 3 de agosto de 2021.

Figura 11 - Perfil no *Instagram* da *Coletivo Nimba*



Fonte: Instagram (2021)

Analisando as três primeiras publicações do *Instagram* do coletivo, nota-se um padrão nos conteúdos (Quadro 21).

Quadro 21 - Descrição de publicação *Instagram Coletivo Nimba*

Nº	Data	Tipo de postagem	Curtida	Comentários
1	28/07/2021	Divulgação de sarau	15	0
2	29/07/2021	Divulgação de sarau	33	1
3	06/05/2021	Vídeo do sarau	55 (visualizações)	4

Fonte: elaborado pela autora

Já a página do *Facebook* não é tão atualizada e não acompanha as publicações do *Instagram*. Também é perceptível que o engajamento do público, a partir das curtidas e compartilhamentos, é bem menor, sendo inexistente em alguns casos (Quadro 22).

Quadro 22 - Descrição de publicação do *Facebook* do *Coletivo Nimba*

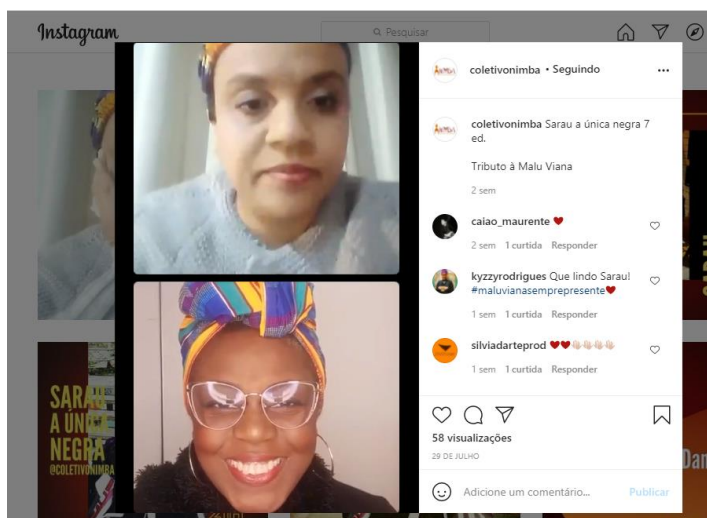
Descrição conteúdo publicado na página do <i>Facebook Coletivo Nimba</i>					
Nº	Data	Tipo de postagem	Curtida	Compartilhamento	Comentários
1	12/06/2021	Compartilhamento de post	2	0	0
2	12/06/2020	Nota de falecimento de integrante	2	1	1
3	08/03/2020	Compartilhamento	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora

Além disso, ocorre a falta de compartilhamento de conteúdo do *Instagram* para o *Facebook* gerando um descompasso dos assuntos entre as redes sociais do coletivo, mesmo que a criação “foi meio junto”, como informou a Gabriela.

Dentre as publicações com maior engajamento no *Instagram*, está a publicação de uma edição, em vídeo, do sarau “A Única Negra” (Figuras 12).

Figura 12 - Publicação em vídeo do *Instagram* do *Coletivo Nimba*



Fonte: *Instagram* (2021).

Tal publicação focaliza o sarau em forma de uma *live*<sup>70</sup>, realizada com artistas convidados para comemorar “o julho das pretas e reverenciar a flordoguetto Malu Viana”, falecida em 2021. Como ressaltado anteriormente, o sarau “A Única Negra” revela a invisibilidade e solidão da mulher negra em diversos espaços da sociedade. Tanto os saraus presenciais que ocorriam antes do período da pandemia, como os que ocorreram virtualmente, foram identificados como espaços de trocas de informação e formação, por trazerem temáticas pertinentes e contemporâneas que revelam a realidade de integrantes do grupo. Para a integrante Silvia, que é assessora de imprensa e ajuda no grupo de comunicação do coletivo, o sarau ajuda a perceber inquietudes comuns às mulheres negras.

A gente sabe que quando a gente chega nesse lugar de poder, digamos assim, é um lugar que geralmente a gente é única, eu era a única da redação do correio do povo, eu era a única na rádio Unisinos, eu era única no Jornal NH, uma das poucas na Zero Hora, enfim, nos jornais que eu passei eu era sempre a única. E assim como a Gabi, assim como a Camila se sentiam, e como todas as mulheres que estão no grupo se sentem, são as únicas... porque realmente são as primeiras a ascender a um lugar diferente do que suas mães ocuparam na sociedade, que era quase sempre de

<sup>70</sup> Durante o período da pandemia da Covid-19 transmissões ao vivo por meio de plataformas como o *Instagram* e o *Youtube* ficaram bastante populares e receberam o nome de “lives”.



empregada doméstica, ou de funções subalternas, não que não sejam funções dignas, mas achamos que podemos ocupar todos os espaços, e queremos ocupá-los. (ABREU, 2021, entrevista).

Quando observados, os comentários desta publicação (Quadro 23) podem ser vistos como positivos e de apoio, como o que tece elogio e os de figuras (*emoji*) de aplausos e corações.

Quadro 23 - Comentários da publicação 1 do *Instagram Coletivo Nimba*

Comentários da publicação um do <i>Instagram Coletivo Nimba</i>	
Nº	Comentário
1	♥
2	Que lindo Sarau! #maluvianasemprepresente ♥
3	♥♥♥👏👏👏
4	👏👏👏♥♥♥

Fonte: elaborado pela autora

Também vale ressaltar que os saraus presenciais foram apontados como encontros com “sucesso de público”, como revela Silvia, que trabalhou na divulgação dos eventos junto aos veículos de comunicação.

[...] foram encontros incríveis, maravilhosos, e cada encontro a gente destacava uma das nossas, falávamos da nossa produção, nossa trajetória para outras mulheres. Eram encontros que lotavam, ia muita gente! [...] O primeiro lotou, eu fiz a divulgação para imprensa, e teve as redes, e lotou. Foi um sucesso! Sempre foi um sucesso de público. (ABREU, 2021, entrevista).

Ainda sobre o público externo, Gabriela admite que não há uma estratégia de atingir determinado público:

Na verdade, a gente não é homogênea, a gente não tem uma ideia única de quem a gente vai atingir, mas a gente sabe que vai atingir geral. Na verdade, eu acho que rola muito mais das nossas e dos nossos frequentarem os eventos por sentirem aquele espaço de acolhimento; por outro lado esse espaço é um espaço muito desconfortável, porque imagina, tu vais sair para tomar uma cerveja, ver um show e aí tu vais reviver gatilhos e coisas ruins que tu viveu, entendeu. Então vamos fazer um show com música legais, bacanas e alegres e não vamos ficar mexendo em feridas, às vezes a gente mexe, e às vezes a gente não mexe. Assim como em pessoas brancas que vão para, por que alguém ali vai se apresentar... E vão por curiosidade, mas eu acho que no começo a gente tinha uma preocupação de atingir geral, de atingir a sociedade, mostrar “gente nós estamos aqui e nós somos as mulheres negras e tal”, mas acho que isso aí, eu sinto “quer assistir? Vem!”. A gente não está aqui para mudar a cabeça de ninguém, tipo, quer te informar? quer saber o que a gente vive? Ok, pode vir, mas a gente não tá para mudar a cabeça de ninguém. (VILANOVA, 2021, entrevista).

Importante ressaltar que mesmo diante de uma pandemia o coletivo criou um produto para continuar agindo, como relata a integrante Silvia.

Com a pandemia a gente ficou bem perplexa sem sabe o que fazer, e mesmo assim a gente se reuniu e realizou algumas edições do nosso sarau. Nós temos então dois produtos que a gente lançou, o sarau “A Única Negra” e o “Bate-papo Nimba”, que foi durante a pandemia. (ABREU, 2021, entrevista).

A série de entrevistas “Bate-papo Nimba”, realizado via *Instagram*, segundo as entrevistadas, se consolidou como um registro de importantes biografias de artistas e profissionais negras do Estado, como ressaltado por Silvia:

Foi uma série de encontros com mulheres potentes, foi um negócio muito bacana, bem planejado e que durou quase um ano. A gente focalizava em mulheres importantes para serem entrevistadas. E todas essas entrevistas estão gravadas, o que faz dessa série um documento importante sobre a trajetória e a vida de mulheres negras dentro de um contexto de uma estrutura racista que a gente vive. (ABREU, 2021, entrevista).

Ainda sobre a comunicação realizada para o público externo, para Silvia há um reconhecimento inclusive nacional do coletivo, vinculado ao processo de comunicação com veículos realizado pela profissional.

E a gente começou a ganhar espaço nos jornais. Hoje o coletivo é um coletivo reconhecido, nacionalmente inclusive. A gente já foi citado em comunicações nacionais. Graças a essa difusão e à articulação das redes sociais, também. [...]. Então, o sucesso do coletivo *Nimba*, essa visibilidade se deve a um trabalho profissional, feito de forma voluntaria por uma profissional, mas seguindo todos os cânones da profissão de jornalista (ABREU, 2021, entrevista).

Para a integrante, a comunicação é fundamental para ser mostrado e dar significado ao que é produzido.

A comunicação, eu sempre digo para as pessoas, que ao lado do produto cultural vai a comunicação. Ela não vai atrás, nem em cima nem embaixo, vai ao lado. A comunicação é tão importante quanto o fazer artístico. O fazer artístico é uma necessidade do artista [...] mas ele precisa mostrar isso. Porque o fechamento do ciclo da criação se dá quando tu apresenta, quando tu proporciona a fluência, ela faz parte do ato da criação, tu cria e tu quer mostrar. A comunicação com suas diversas ferramentas entra como elemento fundamental, o vetor fundamental para que o produto chegue no público e comunique, e faça algum sentido para ele, para que esse público devolva esse sentido para o artista e faça o trabalho dele valer a pena. Por isso a comunicação é fundamental, ela é estrutural em qualquer ramo da sociedade humana. [...] Ela é fundamental para a existência humana. Se a gente não se comunicasse, a gente teria morrido. (ABREU, 2021, entrevista).

Podemos refletir até aqui que mesmo não havendo fluxos determinados e estratégias específicas dos processos comunicacionais do coletivo há uma valorização da comunicação entendida como fundamental para a manutenção do coletivo e sua divulgação. Tal importância aparece também nas relações internas que, mesmo a organização não produzindo, se mantém uma estrutura interna de trocas e fortalecimento.

#### 4.3.6 Dimensões da Comunicação Organizacional no Coletivo Nimba

A partir de todo esses processos comunicacionais e dos canais que são utilizadas pelo coletivo, identificamos as dimensões da comunicação organizacional presentes, seguindo Baldissera (2009a, 2009b), como fizemos anteriormente.

A respeito da primeira dimensão, referente à organização comunicada, podemos incluir as chamadas de videoconferência (mesmo não havendo periodicidade), os grupos no *WhatsApp*, os canais nas redes sociais digitais e os saraus. Também é possível incluir a relação com veículos de comunicação, já que há uma assessora de imprensa profissional que participa do coletivo; nesse caso, inclui aquilo que a casa comunica, não a notícia propriamente dita. Os processos comunicacionais que perpassam esses canais demonstram, principalmente, a divulgação do que o coletivo faz, mas também revelam conteúdos de assuntos importantes para sociedade, criando um papel formativo.

Fica evidente que nesta dimensão os grupos de *WhatsApp* são espaços do público interno, das participantes do coletivo. O grupo de todas as integrantes não é composto de “falas autorizadas”, de divulgação do coletivo, uma vez que é permeado por tudo o que as integrantes compartilham, relacionado ao coletivo, ou não. O que também pode se mostrar potencializador, uma vez que cada integrante pode divulgar seu trabalho individual ou projetos externos de que participa, mostrando-se um espaço democrático e de fortalecimento de vínculos. Embora, também haja conflitos nesses grupos, como registrado anteriormente, pois há disputas de opiniões e, às vezes, “ruídos” na comunicação, podendo levar a desentendimentos, o grupo é entendido como um lugar seguro, de acolhimento, apoio mútuo e fortalecimento pessoal e profissional das integrantes, inclusive levando as questões do racismo que sofrem rotineiramente.

Ainda nessa dimensão, podemos perceber que a fala autorizada, o que a organização divulga sobre ela, aparece no perfil das redes sociais do coletivo de forma bem específica, uma vez que divulga os eventos e saraus organizados pelo coletivo, não havendo publicações de outros conteúdos. Com o olhar ao público externo, é possível perceber que as falas e as apresentações nos saraus são postas aqui como falas autorizadas que disputam sentidos com o público presente, uma vez que expõem o posicionamento do coletivo e sua causa desde o nome, “A Única Negra”, até aquilo que é apresentado artisticamente.

Diante da segunda dimensão, da organização comunicante, percebemos os comentários feitos nas redes sociais do coletivo, a relação com o público dos saraus e as entrevistas

realizadas nas *lives* que mencionamos. Nesses processos de comunicação, constatamos que há interações positivas do público, seja pelos comentários nas redes sociais digitais, seja na resposta do público nos saraus; mesmo não havendo estratégias ou público definido, as participantes afirmam ter uma boa recepção, tendo em alguns casos “sucesso de público”.

Outro processo comunicacional visto dentro da dimensão comunicante são as entrevistas *online* (*lives*) realizadas durante o período da pandemia, como o “Bate-papo Nimba”, que podem ser entendidas como um importante processo de criação de vínculos e de fortalecimento da causa, promovido ora pela conversa estabelecida com a entrevista, ora pela temática trazida pelas convidadas que perpassa as questões de raça, além das interações com o público a partir de comentários e compartilhamentos. Tais entrevistas também assumem uma característica documental, uma vez que registram histórias e trajetórias de importantes mulheres negras na cena artística do Estado.

Diante da terceira dimensão, que diz respeito à organização falada, percebemos o público que acompanha os saraus e as notícias que encontramos. Mesmo que o público dos saraus crie uma relação momentânea, há uma afetação a partir do que ele recebe nesse espaço, dessa forma podendo comunicar a partir disso, se expandindo e gerando novos significados. Evidentemente, não há como mensurar a afetação causada no público a partir dessas interações nos saraus; entretanto, a partir das falas das integrantes a essas reações, existem situações muito específicas em que se nota uma relação comunicacional potente, uma vez que há relatos de choro de pessoas na plateia. As falas das integrantes também apontam para o “desconforto” que os temas abordados nos saraus podem causar, uma vez que tratam sobre racismo estrutural e questões relacionadas às vidas das mulheres negras. As notícias encontradas, e que se colocam nessa dimensão, aparecem como divulgadoras das ações do coletivo, não demonstrando tensionamentos, mas buscando mostrar o que o coletivo promove.

A partir desses fluxos e sentidos comunicacionais, percebemos que a comunicação do coletivo Nimba é realizada, principalmente, em volta daquilo que ele produz, ou seja, apresentações artísticas, sejam presenciais ou *online*, demonstrando um posicionamento de divulgação. Entretanto, os processos de comunicação também se posicionam, por vezes, com conteúdo de formação, uma vez que leva informações e discussões relevantes ao público, da mesma forma, acabam mobilizando o público, mesmo não tendo tal intenção ou estratégia para isso. Por outro lado, também se estabelece, pelos fluxos comunicacionais interno, um “lugar”

importante para o fortalecimento das participantes que compartilham entre si muito além de seus trabalhos.

#### 4.3.7 Coletivo Ecofeminista Pandora

Neste momento, as linhas escritas são destinadas à descrição do *Coletivo Ecofeminista Pandora* e, na sequência, sobre a comunicação do coletivo.

Foi a partir de um piquenique, depois de uma aula de yoga no parque, que Pâmela Stocker e Pâmela Bonzan<sup>71</sup> se conheceram, viraram amigas e, mais tarde, colocariam no mundo o *Coletivo Ecofeminista Pandora*, que tem como principal objetivo democratizar a informação sobre gênero e veganismo. Mais precisamente, foi por meio de um brigadeiro vegano que se deu a união dessas duas mulheres que cultivavam o gosto pela culinária e o estilo de vida do veganismo. Inicialmente, o coletivo *Pandora*<sup>72</sup> nasceu da vontade das duas Pâmelas de cozinhar, fazer renda extra e promover discussões sobre o veganismo através de rodas de conversas e jantares promovidos por elas.

[...] a Pandora começou comigo e com a Pâ, cozinhando, fazendo comida. Aí, depois desse fazer comida, virou rodas de conversa para discutir veganismo no Fora da Asa, que é um espaço educacional. Então, a gente fazia roda de conversa, a primeira foi no dia 20 de setembro em 2018. Falando sobre a política sexual da carne, e o quanto a tradição, o gauchismo e essa cultura muito centrada no homem e no consumo de carne estava relacionada ao machismo, ao especismo e todas essas coisas. E aí, a gente fazia uma janta, discutia, trazia algum convidado para falar sobre um tema e no final tinha uma janta vegana. A gente fazia esses eventos, a Pandora começou assim. (STOCKER, 2021, entrevista).

Mas, como em todo o resto do mundo, a pandemia da Covid-19 fez com que os planos e ações do *Pandora* se modificassem. Com as ações sanitárias, as integrantes pararam de fazer comida e realizar os encontros, que aconteceram por cerca de um ano no espaço educacional *Fora da Asa*, na cidade de Porto Alegre, que também integra o levantamento de nosso trabalho. Por outro lado, também foi por causa da pandemia que o coletivo surgiu e ganhou vida e força no meio digital, através dos perfis no *Instagram* e *Facebook* que já tinham sido criados.

E aí quando entra a pandemia a gente transforma a Pandora em um coletivo virtual e é isso que acontece, porque tudo virou virtual. [...] Então, a gente transformou a Pandora no início da pandemia. A partir de maio de 2020, que Pandora virou um coletivo, embora ela tenha esse histórico anterior das rodas de conversa, de quase um ano. A gente fez mais de um ano de roda de conversa antes de virar coletivo. Na

---

<sup>71</sup> As entrevistas com essas integrantes foram realizadas nos dias 10 e 16 de junho de 2021, via videoconferência do *Google Meet*.

<sup>72</sup> Para a realização de uma leitura mais fluída, abordaremos o Coletivo Ecofeminista Pandora por nomes como coletivo Pandora ou somente Pandora.

verdade, ela já era, só não estava nomeado “coletivo”, mas que a gente começou a levar a sério o *Instagram*, produção de conteúdo, foi a partir de maio de 2020. (STOCKER, 2021, entrevista).

Segundo Pâmela S., com todas as mudanças que a pandemia trouxe, para ela “fazer comida já não fazia mais sentido”, uma vez que para a integrante o ato de comer um alimento vegano não era suficiente para atingir uma mudança real nas práticas do indivíduo. Ao encontro disso, Pâmela B. também ressalta a necessidade de ir além e investir na divulgação da informação sobre o veganismo.

Mas, muito pela inquietação da Pâmela S., de comunicadora, jornalista, a gente discutia muito a importância do veganismo, da dificuldade de as pessoas entenderem, de elitizarem o veganismo, de não reconhecer o veganismo como algo popular. (BONZAN, 2021, entrevista).

Nesse sentido, a preocupação da dupla passou a ser democratizar a informação a respeito do veganismo, mas também sobre gênero e as questões ambientais, e como essas temáticas se interseccionam e vão ao encontro do ecofeminismo.

Então, toda conversa que a gente tinha nesse âmbito, a gente tinha de divulgar, a gente queria elevar para outro nível, que era democratizar. Então, o entorno da Pandora é democratizar a informação sobre o veganismo, sobre gênero e meio ambiente (BONZAN, 2021, entrevista).

É importante ressaltar que a proposta de organizar uma iniciativa coletiva já tinha sido realizada anteriormente pelas duas Pâmelas, por meio de um grupo chamado *Caliandras*. A proposta, que reuniu cerca de dez mulheres, era de constituir e formalizar uma ONG que pudesse trabalhar com as temáticas do ecofeminismo; entretanto, por divergências ideológicas e nível de engajamento, principalmente sobre o veganismo, a ideia não vingou.

Para Pâmela B., a dificuldade também estava no próprio formato, pois “é muito difícil, quando a gente pensa em coletivo... é muito complexo ter um coletivo”, e, também, na discussão e clareza sobre a temática, “como a ideia era um coletivo ecofeminista e aí a gente começou a discutir o ecofeminismo, e nem todo mundo conhece o conceito” (BONZAN, 2021, entrevista).

Além disso, as experiências anteriores da integrante Pâmela S. influenciaram a formação dessas iniciativas coletivas, tanto o *Caliandras* como o *Pandora*. Ela já havia participado, entre 2014 e 2015, do coletivo *Gemis – Gênero, Mídia e Sexualidade*, que atuava sobre questões que envolviam gênero, mídia e sexualidade, e tiveram um projeto que permitiu viagens para realizar oficinas em diversas escolas do Estado.

Essa experiência no Gemis foi muito importante para mim, porque eu estava fazendo uma caminhada teórica do doutorado, que é uma coisa, e eu estudo gênero; então, essa prática da militância e do ativismo foi muito importante para mim, de alguma forma ela estava me preenchendo. Porque não era só o acadêmico ali, me parecia. E então quando eu comecei a atuar no coletivo eu senti que essas duas coisas se entrelaçaram. Eu consegui construir o conhecimento da forma que eu acredito. E que vai fazer sentido no mundo, que de alguma forma vai servir para alguma coisa. Então, essa prática acabou estando sempre paralela com a construção do conhecimento científico durante o doutorado. (STOCKER, 2021, entrevista).

Depois dessa experiência, Pâmela S. também participou do grupo de estudo *Aquenda*, que reunia estudantes do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS que tinham suas pesquisas focadas nas questões de gênero. Apesar de não ser denominado como um coletivo, Pâmela S. ressalta que o *Aquenda* possuía características que poderiam ser vinculadas a esse tipo de organização.

Segundo Pâmela S., no final de seu doutorado começou a sentir uma inquietação por um espaço que reunisse não somente as questões de gênero que ela até então trabalhava, mas também que pudesse abranger a intersecção com a temática ambiental e o veganismo.

Já havia uma preocupação com o meio ambiente, mas surgiu essa nova identidade, esse novo posicionamento político. Porque, para mim, o veganismo é um posicionamento político, é um posicionamento ideológico. Ele não está desgrudado da minha identidade, ele não é só uma dieta, né?! E eu saquei, em algum momento no final do meu doutorado, que o gênero, o feminismo tinham tudo a ver com o veganismo e o meio ambiente. Mas é algo bem difícil, é algo muito novo ainda né. (STOCKER, 2021, entrevista).

Para ela, a aproximação do veganismo do feminismo além de ressignificar o seu posicionamento político, fomentou a vontade de criar um espaço que contemplasse essas duas questões.

E aí eu sentia muita vontade de voltar para um coletivo, mas ao mesmo tempo os coletivos de mulheres que eu conhecia e sabia que estava em atuação, eles não contemplavam esse lado, essa nova forma de ver o mundo digamos assim, essa lente que eu coloquei que ficou dissociável do meu feminismo, o meu feminismo é o ecofeminismo. Não consigo mais participar de um coletivo de mulheres que vai fazer um churrasco no final de semana, eu não consigo mais [...]. Então, surgiu essa necessidade de um outro coletivo. Então se não existe, a gente cria! (STOCKER, 2021, entrevista).

Nesse sentido, Pâmela S. afirma que o *Coletivo Ecofeminista Pandora* é criado “de uma perspectiva bem comunicacional”, pois busca divulgar informações sobre a visão ecofeminista e o veganismo. Segundo ela, são temas conectados que mostram como o sistema que oprime as mulheres é o mesmo que oprime a natureza.

Eu comecei a ler sobre o veganismo, e comecei a ver o impacto ambiental, na água, todas essas coisas e ficava “cara, como essa informação não chegou até mim até hoje?” “Como a gente continua produzindo informações de senso comum como se

fossem verdades universais e ninguém quebra isso?” Sabe?! Ninguém chega e diz “olha, talvez não seja bem assim”, “olha, talvez vocês estejam olhando para isso de uma maneira equivocada”. E esse ímpeto, a primeira ânsia, foi nesse sentido de “cara, as pessoas precisam saber disso!”. Então, o intuito da Pandora foi esse: “olha, a informação está aqui”, o que tu vais fazer com essa informação, eu não sei, mas eu quero que tu saibas. Saiba que existe uma conexão entre o consumo de carne e a masculinidade tóxica, existe uma conexão entre a opressão que as mulheres sofrem e a que a natureza sofre e os animais. Existem poucas pessoas que estão falando sobre isso. Então, eu quero espalhar para o máximo de pessoas possíveis. Então, a Pandora surge com o viés comunicacional e educacional ao mesmo tempo. (STOCKER, 2021, entrevista).

Tal proposta aproximou Cristine Kaufmann<sup>73</sup>, a terceira integrante a compor o Coletivo, que conhecia Pâmela S. da Pós-graduação, atuava com a temática ambiental e agregou o seu conhecimento nessa área.

A questão de gênero e da mulher, como visto, é central nas discussões do coletivo. De acordo com Cristine:

inclusive mesmo que seja um coletivo de mulheres veganas, a gente sempre acaba focando mais nas questões de gênero porque a gente sabe que elas são mais amplas, ou elas atingem mais pessoas, porque o veganismo ainda é uma luta menos acessível, digamos assim, principalmente as camadas mais de base, mulheres negras, não brancas e tal. Então, essa questão é central nos ideais e ações do coletivo, mas a gente não segue uma vertente radical, digamos assim. Eu sei que esse termo é delicado, mas a gente não limita nossas ações só a mulheres, a gente também trabalha com as questões do não binarismo, da transexualidade, são questões importantes para nós, as questões de raça... Todas elas atravessam as nossas discussões. Mesmo assim, nos cursos que a gente oferece, nas atividades a gente não limita só a mulheres. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Mesmo tentando ampliar as ações para outros públicos, Cristine afirma que “na imensa maioria das vezes, 99% do nosso público é feminino”. Para a integrante isso se reflete na composição dos movimentos sociais e na organização da sociedade civil, para ela “muito formadas por mulheres”, enquanto “os homens ainda estão muito aquém dessas reflexões, dessas discussões, dessa prática, dessa luta” (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Sobre a forma de organização do coletivo, alguns locais na *internet* informam que o coletivo é uma ONG, a exemplo do site da Pandora: “Em 2020, após o compartilhamento do conhecimento entre nós três, decidimos criar uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Coletivo Ecofeminista Pandora”. Contudo, não há uma formalização, mas sim alguns movimentos para isso acontecer, como explica Pâmela S.:

É algo que a gente queria, fazer. Antes da pandemia, a gente chegou a falar com advogada e com outras pessoas que têm uma ONG formalizada. Fizemos uma

---

<sup>73</sup> A entrevista com a integrante Cristine foi realizada dia 14 de junho de 2021, via videoconferência no *Google Meet*.



pesquisa para saber que papelada precisava, e acabou não finalizando os processos. [...] Rolou esse momento de discussão e decisão de fazer isso, mas esbarramos nessa questão financeira mesmo, e acabamos engavetando isso, por enquanto. Esperar a gente se estabilizar, criar uma identidade mais forte para daí fazer isso. (STOCKER, 2021, entrevista).

Tal formalização, segundo as integrantes entrevistadas, seria um processo para garantir a monetização dos trabalhos e serviço que o coletivo faz e gostaria de fazer, como consultorias e formações. Com a transformação em ONG, as integrantes acreditam que a organização poderia participar de editais e captar recursos, viabilizando economicamente suas atividades.

Para nós tem um objetivo bem claro, que é conseguir participar de editais, nessa ideia de conseguir monetizar o trabalho. [...] Os editais em que a grana é mais substancial são para ONGs, então para nós tem esse viés, de conseguir participar de editais maiores (STOCKER, 2021, entrevista).

Ao mesmo tempo, segundo Cristine, a informalidade, em certo nível, facilita o trabalho que o coletivo desenvolve, no sentido de não gerar tanta demanda, como uma instituição mais burocrática poderia ter.

A gente não desistiu dessas ideias, mas nós percebemos que para formalizar, para transformar em uma ONG, exigiria uma grana e uma dedicação que a gente não poderia dar, porque a nossa fonte de renda é outra. E sempre trabalhando muito, todas nós. Então, a gente pensou que a informalidade era de certa forma mais tranquila para tocar o coletivo agora, porque a ONG exige mais pessoas, toda uma burocracia e um ritual, e eu também ficava com medo de assim, “bah será que a gente vai dar conta?” Porque assim, a gente quer fazer muitas coisas, mas a gente foi percebendo também que a gente ainda está aprendendo o que a gente consegue o que a gente não consegue fazer com os braços que a gente tem. Então, hoje eu vejo que uma ONG seria muito útil e muito importante em termos de editais, e até de dar uma seriedade sabe. [...] Então a ONG seria fundamental nesse momento que a gente puder se dedicar mais, como um trabalho, já é um trabalho, mas um trabalho que renda, que a gente possa abrir mão de outras coisas. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Mesmo sem tal formalização, o coletivo tem definida a sua missão, sua visão e seus valores. A missão do *Coletivo Pandora* é “democratizar a informação sobre gênero e sustentabilidade, a fim de fortalecer a cidadania e reduzir as desigualdades”; a visão consiste em “causar transformações individuais e coletivas por meio da educação, a fim de construir uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável”. Já os valores apontados pelo coletivo são a “ética e comunicação sensível ao cuidado; empatia; respeito às diferenças e combate aos diferentes “ismos” de opressão: machismo, racismo, classismo e especismo; democracia: direitos humanos e cidadania; responsabilidade ética e socioambiental”.

Atualmente, o coletivo possui cinco integrantes, sendo uma delas portadora de deficiência física e componente de outro coletivo, o *Helen Keller*, também incluído em nosso levantamento.

Nesse aspecto, Pâmela B. aponta para a busca da instituição em ser mais diversa, como o convite à nova integrante que “é bissexual e mulher com deficiência”. A temática da diversidade também é apontada por Cristine, que ressalta a necessidade do coletivo ser mais interseccional e que abarque principalmente as relações raciais.

Uma coisa que a gente sempre fala, e eu percebo bastante, em relação aos coletivos de mulheres, mesmo que a gente faça todo um esforço para ser o mais interseccional possível, a gente percebe o quanto é difícil sair dessa bolha branca, cisgênera, mas principalmente branca. A gente percebe isso, como a gente tem dificuldade de acessar determinados públicos, determinadas pessoas, como a rede se organiza em um tipo de *apartheid*. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

As integrantes também revelam a necessidade de ter mais pessoas para compartilhar as demandas de trabalho. Ao mesmo tempo, há um questionamento interno sobre a abertura da organização a novas integrantes ou para o trabalho voluntário. O coletivo já teve experiência com voluntariado, mas segundo Pâmela S. são relações muito cíclicas para poder inclusive organizar o fluxo de tarefas e ações existentes.

Uma ânsia do coletivo, e vejo vir com uma certa frequência, e pelo que vi no *Gemis* e no *Aquenda*, as pessoas são cíclicas, ficam ali, uma, duas, três pessoas fixas e o resto some, volta, enfim, não tem muito como tu ter essa segurança e flexibilidade de fluxo de trabalho de tipo “ah, só tu vai fazer isso agora”, aí a pessoa “ah, minha mãe tá no hospital e tenho que cuidar dela”, ou “meu cachorro tá doente”, sei lá, muitas coisas podem acontecer na vida de alguém. (STOCKER, 2021, entrevista).

A organização do coletivo ocorre em uma tentativa de não hierarquizar a estrutura. Assim, não há definição de cargos e as deliberações ocorrem em uma reunião semanal.

[...] a ideia é que seja o mais horizontal possível dentro do que a gente acredita da construção ecofeminista. Não existe cargo, a ideia é que seja horizontal, que seja tudo decidido da maneira mais democrática possível; então, por isso todo mundo é integrante do coletivo, quando a gente manda um e-mail, ou se apresenta. Não existe, presidenta, coordenadora, não existe esse tipo de divisão, todo mundo é integrante do coletivo. (STOCKER, 2021, entrevista).

Entretanto, esse tipo de organização também depende da disponibilidade e dedicação de cada integrante, que nesse caso nem sempre ocorre com o mesmo nível de comprometimento e envolvimento.

[...] a gente compreende também que é muito cíclico, é muito cíclico o tempo de dedicação do coletivo. Então, tem momentos em que eu estou me dedicando mais, que eu dou conta de mais tarefas, tem momentos em que outras meninas vão se dedicar mais. (STOCKER, 2021, entrevista).

Por outro lado, Pâmela B. indica a dificuldade de manter a horizontalidade da organização, uma vez que, no seu entendimento, é necessário ter alguém que “cobre” direcionamentos e

prazos. Mesmo assim, esses dispositivos organizacionais, como a horizontalidade e a participação, são vistos como uma busca do grupo, algo como um ideal que pode ser atingido e que reflete o posicionamento das integrantes.

A gente sempre brinca que o coletivo é nossa microbolha rosa onde a gente tenta experimentar um novo mundo possível, uma nova forma de organização do mundo, que a gente considera ser possível. É isso, “vamos colocar a economia solidária em prática pelo menos aqui”, “vamos tentar fazer as coisas mais horizontais, pelo menos aqui”. E aí a gente vai aprendendo nessa caminhada, não é um a coisa dada, não é uma coisa fácil, mas está no horizonte da Pandora... está no horizonte da Pandora essa horizontalidade, está no horizonte da Pandora a economia solidária... que é, eu acho que mais importante, saber onde a gente quer chegar! (STOCKER, 2021, entrevista).

Outra questão ressaltada pelo grupo como elemento fundamental para o coletivo é a amizade e o vínculo entre as integrantes. Fatores que auxiliam também a formação de rede entre mulheres, visto por elas como estrutura fundamental para o fortalecimento das relações e a criação de espaços seguros a que o coletivo se propõe.

No mais, é maravilhoso fazer parte de um coletivo, a gente entende que o mais importante para as mulheres é formar rede, é isso, essa é uma das questões que a gente sempre percebe, da força que gera aproximando mulheres, que a nossa sociedade é uma sociedade que separa, que coloca as mulheres em ringues, e a gente percebe a força da rede. É uma coisa que a gente percebe, que a gente gosta, e que eu valorizo muito, foi uma das grandes descobertas do feminismo, a importância de fazer parte de rede de mulheres que se apoiam, que aprendem juntas, que podem contar umas com as outras. Acho que seria diferente com um (coletivo) misto, porque acaba gerando um espaço de segurança, de fala. A gente não nega a presença de homens, inclusive no curso agora tem um, mas tem situações que são mulheres justamente por ser um espaço de segurança, para poder falar, se abrir, confiar. E é realmente muito poderoso, em termos de transformação, que as mulheres possam estar mais juntas, nessa luta digamos assim... O coletivo vale por conta disso, de a gente poder estar juntas, pensando coisas, aprendendo, produzindo. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Como veremos, essa construção de rede se realiza a partir de ações do coletivo, mas principalmente por meio da comunicação. Vejamos então quais são as dinâmicas e os canais de comunicação do coletivo.

#### *4.3.8 Comunicação e Coletivo Ecofeminista Pandora*

Como nos casos anteriores, vamos descrever e analisar os processos de comunicação do *Coletivo Pandora*. Vamos descrever e analisar quais os processos de comunicação do coletivo, os canais de comunicação possíveis de identificar e quais os seus fluxos comunicacionais, tanto com o público interno, quanto com o externo. Buscaremos articular esses aspectos com as informações das três interlocutoras e dos dados da organização. No subcapítulo a seguir articulamos os elementos encontrados com as dimensões da comunicação organizacional.

Como vimos, o coletivo Pandora se organiza, principalmente, a partir de vínculos de amizade o que pode facilitar processos comunicacionais, como no caso daquela que ocorre internamente, como veremos. Todas as integrantes apontaram não ter dificuldade nessa esfera e sublinharam ser uma comunicação “boa”. Basicamente, é possível identificar as reuniões semanais e o aplicativo *WhatsApp* como meios de comunicação entre as integrantes. Interessante notar que a questão dos vínculos e da amizade foi ressaltada como elemento importante para a boa prática na comunicação, assim como para a preservação do cuidado e do afeto entre as integrantes.

Acho que tem algo muito legal, e que marca a nossa comunicação, é que nós somos amigas! E tudo isso surge a partir de uma amizade e afinidades de ideias [...]. Então, também vem desses laços que a gente vai criando ao longo do percurso. Então tem muito essa coisa do cuidado. Então... a primeira coisa que a gente faz na reunião é “e aí, como vocês estão? O que está acontecendo?” [...] tem todo um momento inicial de reunião que é isso de “como vocês estão”, e depois a gente entra na esfera de trabalho mesmo, do coletivo, da divisão de tarefa e do mais material mesmo. Eu considero muito importante esse espaço de troca e de acolhimento, principalmente nesse cenário que a gente está vivendo, muito angustiada, a gente está muito sozinha... a gente não está vivendo no nosso normal ainda. No coletivo, a gente está muito preocupada em cuidar, cuidar dos outros. (STOCKER, 2021, entrevista).

Verifica-se que essas relações são de certo modo fortalecidas pela comunicação, colocam-se como um importante elo no desenvolvimento de redes de cuidado e de espaços seguros entre as integrantes:

Então a ideia da nossa comunicação interna é manter essa rede forte primeiro, esse vínculo afetivo forte primeiro, para que daí as coisas aconteçam. E é algo que o neoliberalismo faz a gente esquecer, que é a quela coisa, está tão ali no fluxo do tipo “temos tal e tal coisa para fazer, quem vai fazer” e “pá, pá, pá”. (STOCKER, 2021, entrevista).

De outra parte, esses elementos também são vistos como desafios, como pontua Pâmela S. ao indicar que também há dificuldade nesse tipo de conduta e de escolha da organização:

Eu não quero romantizar a questão da rede afetiva sabe, é difícil. Não é uma coisa “ah, olha só que lindo! Nós somos todas amigas, não temos problemas”, vamos dar as mãos se o Coletivo vai acontecer, não é assim que funciona. (STOCKER, 2021, entrevista).

Entretanto, se sobressai a opinião de que o coletivo constitui um espaço seguro, mesmo virtual, para falar e aprender sobre as temáticas em que ele se envolve.

Às vezes eu paro para pensar “por quê?”, mas é por uma questão ideológica, que outro momento da minha vida eu estaria conversando e falando sobre isso se não dentro da Pandora?! [...] É um trabalho de base para as pessoas entenderem, para gente ele [o

veganismo] não é só alimentação, e se não é na Pandora, onde eu iria falar disso?! (BONZAN, 2021, entrevista)

Nesse aspecto, os processos internos do coletivo, tendo a comunicação como motor fundamental das suas práticas, auxiliam no fortalecimento de vínculos, fundamental para a manutenção de uma organização.

Frente a comunicação realizada para público externo, encontramos, a partir da primeira busca na *internet* pelo site *Google*, oito resultados vinculados ao nome do coletivo. Sete deles são diretamente vinculados aos canais da organização, como suas redes sociais e site; apenas um resultado corresponde a um veículo (Quadro 24). Nesse caso, não se trata de uma notícia<sup>74</sup>, mas sim de um manifesto assinado pelo coletivo e outras iniciativas de mulheres, sobre um episódio de violência política de gênero sofrido pela política Manuela D'Ávila durante as eleições municipais de Porto Alegre, em 2019, fato que demonstra uma amplitude de atuação do Pandora

Quadro 24 - Quadro de notícia sobre o *Coletivo Pandora*

	<b>Título</b>	<b>Veículo</b>
<b>1</b>	Manifesto aberto em solidariedade à Manuela D'Ávila e pelo fim da violência política contra as mulheres	Sul 21

Fonte: elaborado pela autora

Sobre os *links* correspondentes às redes sociais, aparecem uma página no *Facebook*, um perfil no *Instagram*, um canal no *Youtube*, um site com o domínio *Pandora Ecofeminista* e um perfil no site *Medium*, dedicado a blogs. A existência de todos esses canais foi confirmada pelas integrantes nas entrevistas. A seguir, veremos com detalhes cada um desses canais e produtos, bem como as ponderações das integrantes do coletivo a seu respeito.

No *Facebook*, a página (Figura 13) se denomina *Coletivo Ecofeminista Pandora*, e sua conta é identificada por @pandoraeco; exibe 591 curtidas<sup>75</sup> e 606 pessoas seguem a página.

<sup>74</sup> Novas buscas foram realizadas em 5 de novembro de 2021, mas nenhuma outra notícia foi encontrada.

<sup>75</sup> Todos os dados sobre as redes sociais do *Coletivo Ecofeminista Pandora* correspondem a informações disponíveis e coletadas no dia 5 de junho de 2021.

Figura 13 - Página do *Coletivo Pandora* no *Facebook*



Fonte: *Facebook*, 2021.

A foto de identificação da página é o logo da instituição e a imagem da capa da página contém uma ilustração de um punho erguido segurando uma planta. A imagem transmite, de alguma forma, um sinal de resistência. Na seção “sobre” da página, encontra-se a seguinte descrição: “Organização feminista e vegana, envolvida na luta contra todos os tipos de opressão.” Não aparecem informações sobre canais de comunicação como e-mail ou telefone, mas há o endereço do perfil do *Instagram* do coletivo. A identificação da página aparece como “ONG”, embora, como explicado anteriormente, a organização não se tenha formalizado como tal. Na seção das publicações, é possível perceber que há um certo padrão de cores e estilo nos *cards* publicados. Os conteúdos, em sua maioria, são produzidos pelo próprio coletivo. No entanto, a última postagem data de seis de janeiro de 2021, deixando transparecer certa desatualização, comparativamente ao que é compartilhado no *Instagram* do coletivo, como veremos.

No perfil do *Instagram*, a organização denomina-se *Coletivo ecofeminista Pandora* (Figura 14) e seu nome de usuário é identificado como *pandoraecofeminsita*. Em sua descrição, exibe a frase “Por um veganismo político, popular e feminista!”, além da identificação dos perfis das idealizadoras, com quem conversamos para compreender mais sobre o coletivo e seus processos comunicacionais. No perfil também há a definição de que elas, as integrantes, são “alinhadas @uniaoveganadeativismo<sup>76</sup>”.

<sup>76</sup> “A União Vegana de Ativismo – UVA foi fundada em outubro de 2018 a partir da necessidade da afirmação do veganismo como um movimento social, em defesa da consideração moral de todos os animais, humanos e não-humanos. Acreditamos que o veganismo deve se articular a outras lutas por justiça social e ser disseminado de uma forma acessível e popular” (UNIÃO VEGANA DE ATIVISMO, 2019).

O perfil conta com 3.044 seguidores e seguidoras. A imagem de identificação é o logo da organização, sendo perceptível que esse perfil é mais atualizado do que a página do *Facebook*, com publicações mais recentes. Essa atualização e o foco nesse canal foram confirmados pelas entrevistadas.

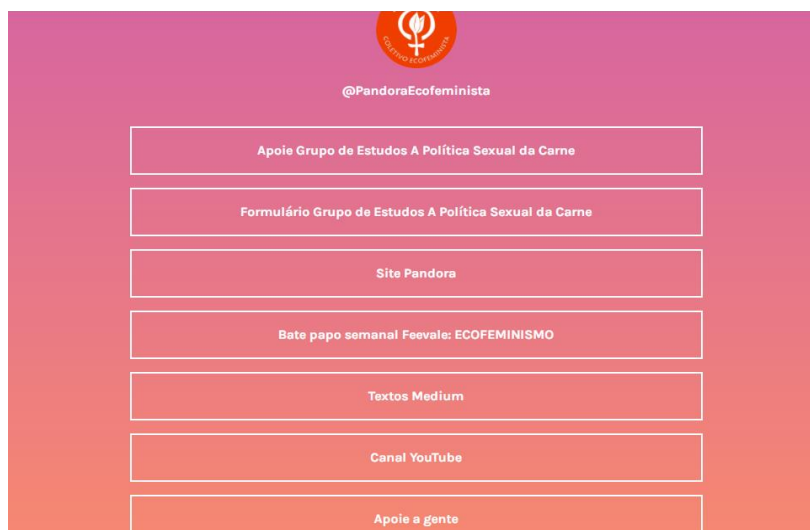
Figura 14 - Perfil do *Coletivo Ecofeminista Pandora* no *Instagram*



Fonte: *Instagram*, 2021.

O perfil também divulga um *link* que leva para uma lista de compartilhamentos de outros sete *links* em formato de botões (Figura 15). O primeiro botão “Apoie Grupo de Estudo A Política Sexual da Carne” leva para a página inicial do site de financiamento coletivo *Apoia-se*. O segundo botão leva para o formulário do “Grupo de Estudo A Política Sexual da Carne”. O terceiro botão leva para o site da organização. O quarto *link* direciona para um evento já ocorrido, o quinto para a página do *Medium* do coletivo, o sexto para o canal no *Youtube* e o sétimo, para a campanha permanente de arrecadação financeira no site *Apoia-se*.

Figura 15 - Links de divulgação a partir do *Instagram* do *Coletivo Pandora*



Fonte: *Instagram*, 2021.

Analisando as três primeiras publicações do *Instagram*, diante das atualizações mais recentes, pode-se notar uma diversidade de conteúdos (Quadro 25).

Quadro 25 - Descrição de publicação *Instagram* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*

Nº	Data	Tipo de postagem	Curtida	Comentários
1	28/05/2021	Conteúdo sobre ecofeminismo	107	11
2	08/05/2021	Divulgação de evento ( <i>Live</i> )	69	4
3	06/05/2021	Referente aos Dias das Mães	169	5

Fonte: elaborado pela autora

A página do *Facebook* não é seguidamente atualizada e não acompanha as publicações do *Instagram*. Percebe-se que o engajamento do público, a partir das curtidas e compartilhamentos, é menor (Quadro 26).

Quadro 26 - Descrição de publicação do *Facebook* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*

Descrição conteúdo publicado na página do <i>Facebook</i> <i>Coletivo Ecofeminista Pandora</i>					
Nº	Data	Tipo de postagem	Curtidas	Compartilhamento	Comentários
1	06/01/2021	Informativa	3	1	0
2	27/11/2020	<i>Link</i> externo para <i>Youtube</i> do <i>Coletivo</i>	4	2	0
3	20/11/2020	Posicionamento caso de racismo	2	0	0

Fonte: elaborado pela autora

Essa diferença é justificada por Pâmela S., ao dizer que o foco do coletivo de fato é direcionado para o *Instagram*, dado que o público da organização está mais concentrado nessa



rede social digital. Por conseguinte, a falta de compartilhamento constante do conteúdo do *Instagram* para o *Facebook* gera descompassos:

O carro chefe é o *Instagram*, foi onde começou. A gente nunca patrocinou, então o número de seguidores é orgânico, porque nunca patrocinamos *post* nem nada. Então, eu acho que pela pouca dedicação que a gente consegue dar, tem bastante gente. A gente gostaria de postar muito mais, mas a gente não dá conta. [...] (a página no *Facebook*) está parada. No início eu estava conseguindo direcionar direto do *Instagram* para lá. E a gente percebeu que lá tem pouquíssima interação, nosso público está no *Instagram*, o *Facebook* não estava gerando engajamento. (STOCKER, 2021, entrevista).

Dentre as publicações com mais engajamento, encontra-se uma do *Instagram* sobre uma série de autoras ecofeministas. A postagem exibe várias imagens sobre a professora e filósofa argentina Alicia Puleo (Figuras 16).

Figura 16 - Parte um da publicação do *Instagram* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*



Fonte: *Instagram* (2021).

A publicação é destinada à obra dessa autora, indicando livros e fazendo algumas reflexões sobre a relação entre a luta das mulheres e as questões ambientais, assinalando ideias que estão à base do ecofeminismo (Figura 17).

Figura 17 - Parte seis da publicação do *Instagram* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*



Fonte: *Instagram* (2021).

A partir dessa publicação, é possível enquadrar o conteúdo como informativo e educativo, uma vez que se dedica a divulgar pensamentos do ecofeminismo, em consonância com os objetivos do coletivo, divulgar e democratizar esse tipo de assunto.

É válido mencionar que não há uma responsável direta pelos processos de comunicação. Tarefas como a criação de conteúdos e a organização dos materiais divulgados são divididas entre as integrantes, embora algumas fiquem com mais responsabilidade do que outras.

A gente tem algumas divisões de tarefa que são mais tácitas, mas formalmente todo mundo faz tudo. Por exemplo, se a gente vai fazer uma *Live*, a gente decide quem vai mediar, quem vai fazer isso e aquilo, mas tem algumas coisas que ficaram mais tácitas; por exemplo, a Pâmela S. sempre faz as artes dos *cards*, já tem um padrão. Eu e a Pâmela S. a gente faz mais conteúdo, conteúdo mais teórico para fazer os *cards*... a gente está até se organizando agora para fazer parcerias com outras mulheres, porque a gente não está dando conta de produzir conteúdo no ritmo que o *Instagram* pede. A Pâmela Bolzan, ela produz menos conteúdo, aí ela entende mais das dinâmicas das redes, então ela faz mais publicações específicas e dentro de um determinado tema. Então, por afinidade, nós três, como nos conhecemos bastante, e conversamos bastante, e por ser um grupo pequeno, a gente já sabe mais ou menos o que cada uma tem para fazer. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Quando observados os comentários desta publicação (Quadro 27), percebemos que há marcação de outros usuários do *Instagram*, uma prática comum para indicar o conteúdo a outras pessoas, correspondendo assim a uma certa divulgação vinda do público. Os outros comentários também podem ser vistos como positivos, pois referem-se a elogios e figuras (*emoji*) relacionadas a significados favoráveis, como corações e palmas.

Quadro 27 - Comentários da publicação 1 do *Instagram* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*

<b>Comentários da publicação um do <i>Instagram</i> Coletivo Ecofeminista Pandora</b>	
<b>Nº</b>	<b>Comentário</b>
1	♥♥♥♥
2	Amei a Alicia
3	👏👏👏👏
4	Ahh, que maravilhosa ♥
5	Marcação de perfil
6	Marcação de perfil
7	Marcação de perfil

Fonte: elaborado pela autora

Na segunda coleta realizada, percebemos maior interação nos conteúdos, como pode ser visto no Quadro 28.

Quadro 28 - Descrição de publicação do *Instagram* do *Coletivo Ecofeminista Pandora*

<b>Conteúdo publicado no <i>Instagram</i> do Coletivo Ecofeminista Pandora - 2021</b>				
<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo de postagem</b>	<b>Interações</b>	<b>Comentários</b>
1	19/07/2021	Vídeo sobre consumo de carne	407 visualizações	3
2	20/09/2021	Conteúdo sobre consumo de carne	321 curtidas	14

Fonte: elaborada pela autora

Um dos conteúdos com maior interação se refere a um vídeo sobre o “paradoxo da carne” (Figura 18), no qual se expõem questões relacionadas ao consumo de carne. O vídeo faz parte de uma série que propõe assuntos relacionados ao veganismo. O vídeo possui 407 visualizações e três comentários.

Figura 18 - Conteúdo em vídeo do *Instagram do Coletivo Ecofeminista Pandora*



Fonte: *Instagram* (2021)

O outro conteúdo com maior interação é composto por um card e texto sobre “simbologias da carne” (Figura 19), com elementos sobre o consumo de carne, as festividades do dia 20 de setembro (Dia do Gaúcho) e a cultura patriarcal branca. O conteúdo possui 321 curtidas e 14 comentários.

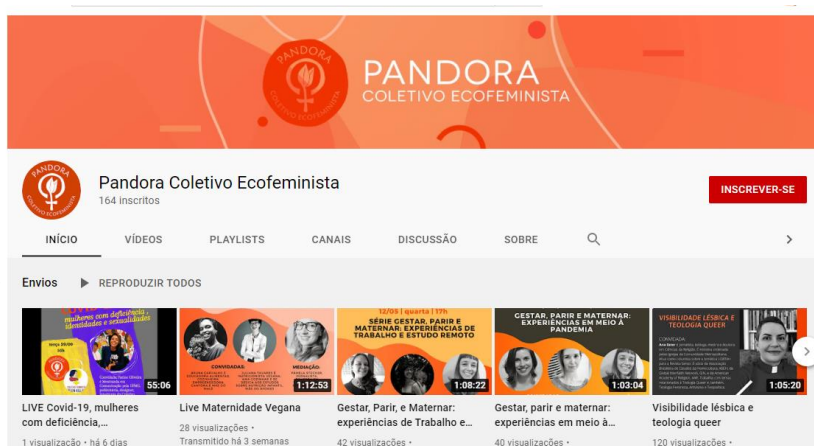
Figura 19 - Conteúdo do *Instagram do Coletivo Ecofeminista Pandora*



Fonte: *Instagram* (2021)

Ainda sobre os canais de comunicação em redes sociais, encontramos o canal do coletivo no *Youtube* (Figura 20). O canal, que leva o nome da organização, possui 164 inscritos e 12 vídeos em sua lista de reprodução.

Figura 20 - Canal do Youtube do Coletivo Ecofeminista Pandora

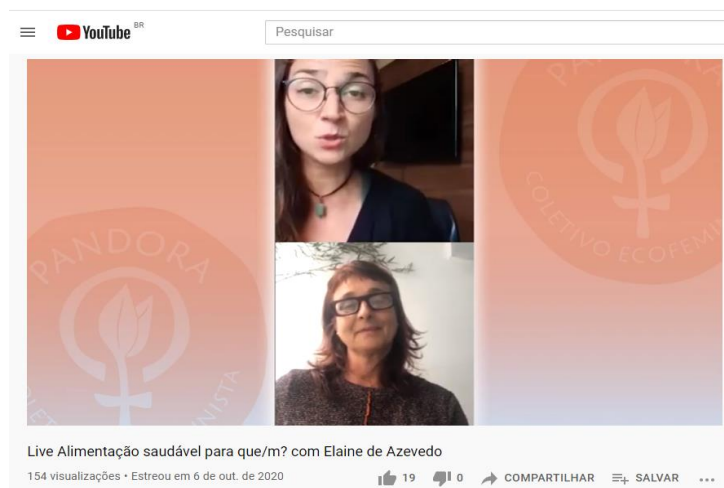


Fonte: Youtube (2021).

Os vídeos são reproduções de debates e entrevistas *online*, promovidos pelo coletivo no *Instagram*, como relata Pâmela S. ao dizer que “a gente desistiu de fazer *live* pelo *Instagram*, porque aí fica ali, mais bonitinho. Nossa ideia não é que a galera olhe a *live* ao vivo, mas que fique ali para olharem depois”.

O vídeo com mais audiência possui 154 visualizações. Discorre sobre alimentação saudável, com a professora Elaine de Azevedo (Figura 21).

Figura 21 - Vídeo com mais visualizações no canal do *Coletivo Ecofeminista Pandora*



Fonte: Youtube (2021).

Além desses canais em sites de redes sociais, o coletivo mantém um blog no *Medium* e tem um site. O *blog* no *Medium* (Figura 22) surgiu antes do site da organização e, como explica Pâmela S., é utilizado para a publicação de textos mais complexos, que excedem o espaço de publicação no *Instagram*.

A gente tem o *Medium* onde postamos os textos mais consistentes, porque o *Instagram* tem uma limitação de caracteres. Então, geralmente, quando eu faço um texto que não dá no *Instagram*, vai para o *Medium*. Aí a gente coloca o *link* na bio (do *Instagram*). (STOCKER, 2021, entrevista).

Figura 22 - Página inicial no *Medium* do *Coletivo Pandora*



Fonte: *Medium* (2021).

Nesse espaço, o último texto publicado data de 19 de setembro de 2020 (Figura 23) e trata das relações de gênero e a cultura gauchesca, fazendo alusão à data comemorativa de 20 de setembro. Podemos novamente constatar uma defasagem na atualização frente aos outros canais já mencionados, havendo contudo maior complexidade e detalhamento na forma de abordar o assunto.

Figura 23 - Última publicação no *Medium* do *Coletivo Pandora*



Fonte: *Medium* (2021).

Já o site do coletivo (Figura 24) foi elaborado a partir de uma iniciativa de estudantes de graduação de Comunicação da PUC-RS, quando realizaram serviços de comunicação para uma organização do terceiro setor, no âmbito de uma disciplina do Curso.

Figura 24 - Página inicial do site do *Coletivo Pandora*



Fonte: site Coletivo Ecofeminista Pandora (2021).

Interessante ressaltar que o site está no ar desde dezembro de 2020, mas, conforme a fala de Pâmela S., o coletivo “nem divulgou o site ainda”. Segundo ela, o site não está completo e com o conteúdo necessário para sua divulgação. Nesse ponto, verifica-se uma preocupação com o “momento ideal” para o aproveitamento desse canal, indicando algum grau de exigência sobre aquilo que é comunicado e, por outro lado, uma situação de sobrecarga de trabalho:

Porque eles (estudantes) fizeram o site e lançaram os textos muito rasos e eu não queria lançar o site assim, queira ter tempo de entrar ali, mudar os textos e fazer tudo direitinho. Só que a vida nos engole, o dia tinha que ter 50 horas para dar conta de tudo, então é isso. (STOCKER, 2021, entrevista).

Esse depoimento vai ao encontro da avaliação de Pâmela B., quando diz que “é muito trabalho mental, muito, muito, e muita pouca coisa materializada, de conteúdo - a gente tem um site pronto e a gente não conseguiu sentar e olhar”.

A dificuldade de produzir conteúdo é frisada por todas as integrantes entrevistadas, que acentuam o excesso de tarefas e a administração de atividades fora do coletivo como fatores que impedem uma maior dedicação:

[...] a dificuldade maior é a mão de obra, temos muitas ideias, mas não temos como colocar em prática. Não conseguimos nem o básico, que é tipo manter uma frequência de publicação no feed e nos stories (do *Instagram*). Para mim esse é o básico e a gente não dá conta, do jeito que eu gostaria, nem do básico. (STOCKER, 2021, entrevista).

Ao mesmo tempo, há um entendimento de que existe uma limitação própria dos mecanismos de engajamento - pelo menos das redes sociais digitais - que impede a disseminação dos conteúdos, uma vez que publicar com frequência é um fator relevante para

isso. Segundo Cristine, há uma dificuldade em acompanhar os fluxos inerentes a tais mecanismos:

Eu acho que a gente, que é um coletivo, tem uma questão algorítmica, que eu diria, como a gente é um coletivo pequeno o nosso acesso é limitado nesse sentido. A gente tem dificuldade de acompanhar as exigências das dinâmicas das redes, os algoritmos. Mas, assim, a gente tem uma rede qualitativa que eu considero muito forte, ela é pequena, mas eu considero que a gente cria laços muito importantes; então, a nossa comunicação está longe de ser massiva. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Próxima a esse tipo de observação, também se coloca a vontade de fazer e de comunicar para além das redes sociais digitais e do trabalho *online*, como indica Cristine:

Essa coisa das redes aí, não era nenhum objetivo, acabou sendo por conta da pandemia. Eu e a Pâmela (Stocker) em nossas conversas sobre comunicação, em nossos devaneios, nossos sonhos, era criar grupos, formar pessoas, dentro do ecofeminismo, dentro de uma perspectiva da comunicação voltada para o diálogo, para a escuta, que a gente entende que isso é o que mais falta nos movimentos sociais, essa capacidade de ouvir. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Entretanto, como afirmado também pela integrante Cristine, o coletivo cria uma comunicação qualitativa, no sentido de aproximar pessoas interessadas nos assuntos e desenvolver vínculos permanentes com a organização e as pautas anunciadas por ela. Nessa perspectiva, se sobressaem outras formas de comunicação que surgem a partir das ações que o coletivo faz, como os grupos de estudos e eventos:

Tem *Lives* que têm poucas pessoas assistindo, mas a gente desenvolve atividades que criam laços mais fortes, eu diria. Nos grupos de estudos que a gente fez, sempre grupos pequenos, a gente continua mantendo contato. Agora, o grupo de estudos para a leitura do livro “A política sexual da carne”, então, a gente vai estreitando laços com algumas pessoas e elas permanecem. Agora, a gente está chamado algumas dessas mulheres para produzir conteúdo conosco. A Teia Ecofeminista foi outro projeto muito bacana, foi pequeno em termos de quantidade, mas nós criamos laços com pessoas de diversos lugares do Brasil. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Assim, é possível perceber que os grupos de estudos e os eventos apontados pelas participantes são formas importantes de criação de vínculos e de processos de comunicação e disseminação sobre o ecofeminismo.

Então, a gente tem os grupos de estudos, tivemos dois grupos, ano passado, de introdução ao ecofeminismo. Em um, tentávamos trazer textos, vídeos, podcasts para ampliar a percepção das pessoas sobre essas temáticas. (STOCKER, 2021, entrevista).

Por outro lado, permanece o desejo do grupo de realizar atividades presenciais, de criar espaços de interação.



Nosso sonho como coletivo, quando a pandemia acabar, e se a gente, não tiver cada uma em um canto, porque tem também nossos desejos pessoais, é que falamos muito sobre formações, sabe. Formações orientadas pelo diálogo, a gente compartilha muito a ideia de uma comunicação mais dialógica, próxima, de mais escuta, umas pitadas de Paulo Freire aí. (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Apesar de todos os esforços vistos anteriormente, na intenção de divulgar e democratizar a informação acerca dos assuntos abordados pela organização, nota-se um direcionamento dos conteúdos a um determinado público, com uma linguagem formal e, em certa medida, acadêmica, como indica Pâmela B., ao questionar o próprio entendimento de “democratizar a informação”:

Essa ideia sobre democratizar a informação para mim é diferente, porque se eu pego um conteúdo e dou para minha mãe ler, ela não vai entender. Então, democratizar a informação também tem público. A gente está democratizando para quem?! A gente começou a construir, e nosso público na real é um público acadêmico, não é qualquer público, não é para sei lá, para a moça que trabalha comigo como garçõete, não é... a gente, na verdade, tá trazendo e democratizando informação de uma forma que não é acadêmica, mas também não é uma linguagem popular. Então tem isso, temos que focar em um público também, porque senão fica muito perdido. Então o foco é um público acadêmico, que quer entrar na graduação, que está na graduação, doutorando, mestrando... os nossos grupos de estudos, a gente tem formulários, no geral, o público que procura é mestrando, doutorando, graduandos. (BONZAN, 2021, entrevista).

À luz desse posicionamento e concordando com a crítica às limitações impostas pelas redes sociais digitais, Pâmela B. acrescenta que as estruturas do meio digital impõem barreiras. Por isso, ela destaca a importância de o coletivo estar em diversas plataformas:

Sobre democratizar a informação, só que o *Instagram* não democratiza né, se tu for fazer uma pesquisa no *Google*, por exemplo, vai aparecer o *Instagram*, mas se forem coisas mais específicas, não vão aparecer os conteúdos que estão nos cards. Por isso também do site, que realmente vai aparecer, e o canal do *Youtube* também, nossa ideia é estar em todas essas mídias, a gente quer ter um podcast, por exemplo. Falei para as gurias que a gente poderia ter conteúdo no *TikTok* porque ele bomba muito agora. Mas para isso precisamos de braços, porque o conteúdo é o mesmo, o que muda é a plataforma. (BONZAN, 2021, entrevista).

#### 4.3.9 Dimensões da Comunicação Organizacional no Coletivo Ecofeminista Pandora

Considerando os processos comunicacionais e as ferramentas detalhadas até aqui, partimos para identificar as dimensões da comunicação organizacional presentes, segundo o enfoque de Baldissera (2009a; 2009b), no qual se distingue a organização comunicada da organização comunicante e da organização falada.

No tocante à primeira dimensão, de organização comunicada, podemos incluir as reuniões que ocorrem semanalmente no coletivo, os perfis nas redes sociais digitais, o site, as falas em eventos e em grupos de estudo, além do grupo de *WhatsApp*. Como foi pontuado pelas participantes, a comunicação realizada internamente não enfrenta barreiras comunicacionais, evidenciando uma certa harmonia do grupo, seja nas reuniões ou no grupo do *WhatsApp*, vistos como espaços seguros e de acolhimento das integrantes.

Entretanto, pode haver cobranças ou sobrecarga de integrantes na produção do que é comunicado para fora, principalmente nos perfis de redes sociais digitais, já que exigem mais tempo de dedicação. Um ponto relevante nesse aspecto é o fato de o site não ser atualizado, apesar de estar pronto há quase um ano. Constata-se, como vimos, uma cobrança interna em função de um ideal quanto ao que deve ser divulgado. Outro elemento que causa ruptura dentro dessa dimensão é a relação com novas integrantes; algumas falas apontam certo desconforto, principalmente com atrasos na entrega de tarefas.

Tanto as falas em eventos, como nos grupos de estudo, partem de uma fala autorizada e disputam sentido a partir das temáticas que o coletivo propõe, seja o ecofeminismo ou o veganismo, no intuito de democratizar informações sobre esses assuntos. Nesse caso, se por um lado não há como mensurar a afetação do público em um evento a partir das falas do coletivo, por outro lado, como mostrado anteriormente, nos grupos de estudos cria-se um espaço seguro em que as pessoas se sentem confortáveis para expor suas questões e aflições sobre as temáticas propostas ou sobre situações pessoais, em alguns casos. Tais acontecimentos se interseccionam com a dimensão comunicante.

No que respeita a esta segunda dimensão, além das falas nos grupos de estudos podemos considerar os comentários feitos nas redes sociais do coletivo e nos eventos *online*, como as *lives*, além do relacionamento com outras entidades, como a *União Vegana de Ativismo*. Apesar de inexistir uma estratégia claramente traçada sobre o público a atingir, os conteúdos feitos pelo coletivo são formais, possuem certo requinte e características acadêmicas. Esse fato talvez se afaste do propósito do grupo, justamente a democratização de informações sobre as temáticas em tela. Dessa forma, podem ocorrer tensionamentos entre o público que a organização quer atingir e aquele que de fato ela atinge, ou aquele que fica à margem, sem ser atingido. Porém, de maneira geral, mantém-se um fluxo de comunicação com o intuito de formar, de levar conhecimento sobre as pautas e causas a um maior número de pessoas.

No tocante à terceira dimensão, da organização falada, podemos perceber a comunicação proveniente de entidades parceiras e da rede de instituições veganas em que o coletivo está inserido, além dos comentários e afetações possíveis do público geral. A propósito, vale ressaltar que a notícia encontrada na busca sobre esse coletivo não se enquadra nessa dimensão, pois trata-se de um manifesto que partiu do coletivo.

Nesse capítulo, vimos, primeiramente, a contextualização de mobilizações contemporâneas e a articulação das mulheres nesse contexto e como a mídia pautou, principalmente, as iniciativas coletivas diante desta realidade. A partir disso, mostramos o resultado do levantamento de coletivos em Porto Alegre, que contabilizou 20 iniciativas de diferentes frentes de atuação. Em seguida, aprofundamos nossa pesquisa a partir da coleta de dados e observação dos três coletivos revelando suas trajetórias e as características comunicacionais de cada um deles, sob o prisma da comunicação organizacional. O capítulo a seguir será dedicado ao aprofundamento dessas análises, por meio da identificação de regularidades e diferenças, principalmente comunicacionais, entre os coletivos.

## 5 REGULARIDADES E DIFERENÇAS EM COLETIVOS DE MULHERES

Este capítulo tem como finalidade examinar as regularidades e diferenças existentes entre os três coletivos, do ponto de vista das questões propostas pela pesquisa. Inicialmente, será considerado o histórico dos coletivos e suas articulações com movimentos sociais, para então adentrarmos aspectos da sua organização e posteriormente suas dinâmicas comunicacionais. Questões de gênero e aquelas ligadas ao feminismo também serão contempladas. A discussão desses assuntos, ademais, terá como propósito estabelecer relações com enfoques e obras constantes em nossa revisão bibliográfica, mencionados principalmente no capítulo 3.

### 5.1 Histórico dos coletivos e articulação com movimentos sociais

Diante do histórico dos coletivos estudados e da forma como se constituíram, é possível afirmar que são organizações recentes, sendo a *Casa Mirabal* a mais antiga, com cinco anos de atuação, e os coletivos *Nimba* e *Pandora* tendo três anos. Isso nos aproxima do apontado por Marques e Marx (2020) com respeito ao contexto “estratégico-relacional situado” que vincula esse fenômeno organizativo aos acontecimentos sociais contemporâneos. Nesse caso, podemos associar os coletivos de mulheres ao cenário recente de mobilizações, protestos e, especificamente, da (re)organização e fortalecimento do movimento feminista e suas várias expressões situadas em uma quarta onda feminista (MATOS, 2014; PEREZ; RICOLDI, 2018, 2019). Também são organizações que expressão características atribuídas diretamente à quarta onda feminista como aponta Perez e Ricoldi: mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos (PEREZ; RICOLDI, 2018, p. 5).

Além disso, a diversidade temática encontrada - não somente nos três coletivos analisados, mas também em nosso levantamento dos coletivos em Porto Alegre - reflete a pluralidade que os movimentos identitários veem alcançando nos últimos anos. Tal diversidade também é apontada por autores e autoras como sendo algo constante nos coletivos, que se revelam como espaços de coexistência plural em que pode se interseccionar diferentes frentes de atuação (MARQUES; MARX, 2020, GAIGER, 2020; PEREZ; SOUZA, 2017). Também refletem as condições favoráveis que a *internet* permitiu à criação de redes e ao fortalecimento de iniciativas que surgiram no campo de mobilização social, em especial o feminista (MATOS, 2014; PEREZ; RICOLDI, 2018, 2019).

Entretanto, a forma como os três coletivos pesquisados foram constituídos e seus focos de atuação são distintos. Porém, em certo grau todos denunciam problemas sociais e estruturais de

nossas sociedades vinculados à dominação patriarcal e ao capitalismo: a violência de gênero, o racismo e a exploração ambiental. A *Casa Mirabal* surge de uma ação direta realizada por um movimento já organizado e atuante - o *Movimento Nacional de Mulheres Olga Benário*. A frente de atuação da *Casa* é, principalmente, o abrigo e o acolhimento de vítimas de violência doméstica. Já o coletivo *Nimba* originou-se da proposta de fortalecer profissionais negras da cena artística de Porto Alegre. A necessidade surgiu do acompanhamento de situações de racismo e preconceito, principalmente, nas redes sociais digitais. Por sua vez, o coletivo *Pandora* provém da iniciativa de duas amigas de promover o veganismo a partir da culinária, ao lado de eventos que também destacavam uma articulação desse tema com o ecofeminismo.

Sendo assim, verificam-se algumas regularidades entre as trajetórias dos coletivos. *Nimba* e *Pandora* são ambos motivados por inquietações e proposições pessoais de suas integrantes, mesmo em temas de amplitude social. Eles nascem da vivência individual de suas integrantes: de um lado, sob a ótica do racismo estrutural, revelada pelo *Nimba*; de outro, o coletivo *Pandora* surge do desejo de suas criadoras em dar visibilidade a temas que correlacionam o veganismo e o ecofeminismo. Nesse aspecto, se coloca com maior intensidade o sentido trazido por Gaiger (2020) ao relacionar essas organizações à uma “auto-organização da vida comum” que é tecida por laços de reciprocidade, contrapondo o que, de certa forma, se espera de uma sociedade de mercado. Já a *Casa Mirabal* podemos dizer que nasce de uma necessidade social, ou seja, as organizadoras não são elas mesmas necessariamente vítimas da violência doméstica, mas compreendem a demanda existente na sociedade. O processo como a *Casa* é constituída também reflete o trabalho realizado pelo *Movimento de Mulheres Olga Benário*. Há regularidades também na forma de atuação dos coletivos *Nimba* e *Pandora*, que concentram suas atividades no ambiente digital; entretanto, vale ressaltar que a pandemia fez com que as organizações se adaptassem a uma realidade de isolamento social e de uso intenso da *internet*. Por outro lado, a *Mirabal* atua também no espaço físico, sua causa justifica uma forma de prestação de “serviço público”, vale dizer que de responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, as peculiaridades quanto à frente de atuação de cada coletivo e quanto à sua forma de atuação são nítidas, mesmo se as questões das mulheres e de gênero sejam centrais, como voltaremos a detalhar. Entretanto, apesar das diferenças de origem de cada coletivo, dada a sociedade civil como um espaço de disputa pela hegemonia e organização da cultura (GOHN, 2005), é perceptível nos três coletivos uma busca pela mudança do *status quo* a partir do entendimento e do atendimento a demandas urgentes de grupos sociais, em boa medida sendo parte deles as integrantes dos coletivos. Desse modo, se mostram como exemplos de

organização da sociedade civil que buscam de várias maneiras o direito à cidadania e à justiça, além da defesa de valores sociais (KUNSCH, 2007). Vistas assim, são organizações que se colocam como meio, com diferentes interações e ações, para resolver necessidades sociais (URIBE, 2007), constituindo-se em sua atuação como sistemas complexos que ganham vida nas dinâmicas das suas relações (KUNSCH, 2017; SCROFERNEKER; AMORIM; OLIVEIRA, R., 2016; CAPRA, 2002).

Quanto aos vínculos diretos com movimentos sociais organizados os coletivos demonstram, em menor e maior grau, diferenças nas aproximações, interferências e articulações. É notável que a *Casa Mirabal* possui uma articulação direta, já que surge por iniciativa de um movimento de mulheres organizado, podendo ser vista como uma estratégia organizativa. Também há vínculos com outros movimentos a partir de suas integrantes, como é o caso de Lilian, que já pertenceu ao MLB, um movimento que luta por moradia em espaços urbanos: segundo Andressa, o MLB é considerado um movimento “irmão” da instituição. Há também apoio de outros movimentos quando ocorrem atos públicos, por exemplo. O coletivo *Nimba* não possui vínculo direto com algum movimento social organizado, mas há integrantes que já fizeram parte de outras iniciativas. Da mesma forma, o coletivo *Pandora* não mantém ligação direta com movimentos sociais, embora uma de suas integrantes tenha participado ativamente de outras iniciativas e a organização seja vinculado à *União Vegana de Ativismo*.

Assim, observando todos os coletivos, ocorrem regularidades quanto ao engajamento de integrantes a outras instituições ou movimentos, o que demonstra o caráter de fortalecimento em redes. Entretanto, há diferença quanto aos vínculos diretos com movimentos sociais, como no caso da *Mirabal*, que dispõe de uma “estrutura” externa de atuação e apoio, podendo em contrapartida, certos casos, assumir uma hierarquização em suas atividades, decorrente do que o movimento externo considera prioritário. A presença de um movimento social organizado também se coloca na forma de apresentação da frente de atuação e nos conteúdos divulgados: segundo uma das integrantes, isso vem de um “acúmulo” de discussões das integrantes e do próprio movimento.

Nos demais casos, mesmo inexistindo um movimento social como origem ou pano de fundo, as discussões dos grupos e a forma como são apresentadas suas causas deixam transparecer um acúmulo que resulta de movimentos sociais. São exemplos o movimento feminista negro, no caso do *Nimba*, e o ecofeminismo, no caso do *Pandora*. Tais acúmulos podem ser interpretados, conforme Henriques (2005), como um “ganho epistêmico”: graças às

trocas dos sujeitos e sujeitas nesses espaços de ativismo, criam-se e se fortalecem “redes de aprendizagem” em que circulam informações de qualidade crescente, alimentando e orientando as condutas das/os ativistas, num processo de retroalimentação. Aqui, a comunicação começa aparecer como fio que costura as diversas interações.

As características dos movimentos sociais apontadas por Gohn (2013), como ações coletivas em que a população se organiza e expressa suas demandas, mobilizando ideias, valores e gerando aprendizado, confluem com o que estamos vendo nos coletivos estudados. Podemos também considerar os coletivos como “espaços diferenciados” que concebem o que “significa viver em sociedade” (MÉNDEZ, 2016). Os coletivos em estudo ainda se colocam ao lado do entendimento dos novos movimentos sociais, que centram suas ações e organizações nas pautas identitárias, como, por exemplo, raça e gênero (GOHN, 2013) e atribuem grande valor à autonomia (MÉNDEZ, 2016). Entretanto, se todos os coletivos almejam uma certa “reforma social”, esse aspecto se intensifica no caso do *Movimento de Mulheres Olga Benário*, cujo desiderato é a “construção do socialismo”; ou seja, posiciona-se não somente como uma resposta às opressões do sistema que nos rege, mas em favor de uma alternativa ao próprio sistema. Não se trata somente de uma reforma social, mas da luta por uma mudança sistêmica.

## 5.2 Organização

A forma de organização de cada coletivo também permite identificar recorrências e singularidades. A *Casa Mirabal* é o único coletivo formalizado entre os três, ao ter sido registrado como uma associação, possuindo um CNPJ. Possui uma coordenação de sete participantes, as quais também integram o *Movimento de Mulheres Olga Benário*. A coordenação se reúne periodicamente para a gestão do coletivo; reúne-se também, regularmente, com as mulheres abrigadas e acolhidas da *Casa*, para conhecer suas demandas e planejar ações. Há uma divisão de grupos na dinâmica da organização. As entrevistadas consideram a *Casa* autogestionária, não havendo cargos, mas divisão de responsabilidades. Com tais definições em suas dinâmicas organizativas, mesmo sendo “formalizada”, a *Casa Mirabal* mantém características atribuídas aos coletivos, ressaltando que a formalização não deve ser um quesito para a legitimação ou deslegitimação da ação e organização coletiva.

Por sua vez, o coletivo *Nimba* não possui uma forma de organização definida, as reuniões ocorrem quando necessário e muitas deliberações são feitas por meio de grupos do *WhatsApp*. No período da pesquisa de campo, suas ações estavam centradas na realização do sarau “A Única Negra”. Com a pandemia do Covid-19, as atividades passaram a ser *online*, incluindo

edições do sarau e a série de entrevistas “Bate-papo Nimba”. Não se percebeu uma continuidade de ações, sejam *online* ou presenciais; não há cargos definidos e as decisões são tomadas participativamente e embora uma liderança do grupo visivelmente se destaque, de modo geral, o grupo busca a horizontalidade. Já no coletivo *Pandora*, ocorrem reuniões *online* toda semana, contando com a participação das três principais integrantes<sup>77</sup>; não há divisão de cargos e se valoriza a horizontalidade, mesmo com a proeminência de uma liderança. Há, portanto, similaridades entre o *Pandora* e a *Casa Mirabal* no tocante às reuniões periódicas, enquanto no *Nimba* as reuniões e deliberações ficam vinculadas às demandas, resguardando-se espaços de discussão via *WhatsApp*.

Os três coletivos se organizam de modo horizontal, senão como algo já concretizado, como algo a ser alcançado e/ou qualificado. Da mesma forma, a autogestão dos coletivos se configura por meio das divisões de tarefas e responsabilidades sem distinção de cargos ou setorização. Mesmo havendo grupos específicos de atuação, procura-se manter uma interação constante por meio de reuniões, ferramentas digitais e conversas cotidianas. Suas práticas também apontam para uma forma de gestão democrática, com espaços para as integrantes opinarem e discutirem. Evidentemente, que não se trata de espaços sem conflitos ou disputas de discursos internos, mas as práticas democráticas se mostram valorosas no desenvolvimento das relações humanas que tecem a organização.

A autogestão, enquanto estrutura organizativa dos três coletivos, se coloca como um processo de valorização democrática: almeja-se a participação das integrantes e a manutenção de um espaço não hierárquico, mesmo com a figura velada de expoentes na liderança ou diferenças de participação entre as integrantes. Além do mais, a ausência de uma estrutura hierárquica dificulta a criação de um ambiente em que se propague a disputa de poder ou de cargos; dessa forma, abrem-se espaços para decisões coletivas, para o desenvolvimento e o fortalecimento de vínculos, mesmo havendo discordância nos posicionamentos. Essas características são apontadas por grande parte dos estudos sobre os coletivos, com destaque a cooperação, ao trabalho colaborativo, à coletivização de ideias e projetos e à não hierarquização (MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; FILHO, 2017; VISONÁ, 2020).

Tanto o coletivo *Nimba* quanto o *Pandora* almejam a formalização por meio de registro como ONG, a fim de participarem de editais que viabilizem financeiramente as suas atividades. Tal aspiração configura um traço importante observado no histórico de organizações da

---

<sup>77</sup> No momento da coleta de dados, o coletivo estava iniciando a inclusão de mais duas pessoas.



sociedade civil no Brasil e na forma de articulação do movimento feminista durante a terceira onda, na década de 1990 (ALVAREZ, 2014; PINTO, 2003). Essas articulações como ONGs deram fôlego a um modelo “privado de interesse público”, no qual organizações buscavam, no setor privado ou público, suporte e financiamento para seus projetos e ações (CAMARGO, 2017). Portanto, no passado, a multiplicação das ONGs e o crescimento desta estratégia deram lugar ao que ficou conhecido como “ONGização” das organizações civis e, em alguns casos, à transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil (ALVAREZ, 2014; GOHN, 2005). Nesse aspecto, os três coletivos analisados demonstram autonomia em suas atividades, não obstante os relacionamentos cooperativos ou conflituais que se estabelecem com agentes externos ou com o poder público, como é o caso da *Casa Mirabal*. Assim, a formalização dos coletivos não é consensual e pode assumir diversos sentidos, a depender dos casos em análise (PEREZ; FILHO, 2017).

Além dos aspectos já discutidos, como o modelo de autogestão, os coletivos em estudo carregam o associativismo, a solidariedade e a sororidade como elementos pulsantes de sua dinâmica interna e suas práticas.

Tais princípios e características se interseccionam e misturam, tramando laços sem que seja preciso definir onde um começa e outro termina. Com essa ressalva, podemos fazer algumas observações sobre a presença do associativismo, compreendido como “forma de ação solidária” (CHANIAL; LAVILLE, 2005). Na *Casa Mirabal* ele se traduz muito além da forma jurídica de uma associação; transborda no cotidiano de acolhimento, no ato de ouvir e prestar os primeiros encaminhamentos para auxiliar mulheres que necessitam escapar de realidades violentas; ou, ainda, no fato de as mulheres envolvidas na gestão da *Casa* serem voluntárias. Da mesma forma, o associativismo é percebido nos coletivos *Nimba* e no *Pandora* por meio das ações solidárias que movem o trabalho das integrantes. Esses coletivos são exemplos de um tipo de organização que se estrutura e se move, sobretudo, por laços de solidariedade.

Podemos então voltar ao conceito de sororidade, lembrando que constitui uma espécie de solidariedade entre mulheres (LEAL, 2019). A sororidade, enquanto decisão ética e como resposta política se coloca na *Casa Mirabal* desde o *Movimento de Mulheres Olga Benário* até as dinâmicas rotineiras da organização. A sororidade pode ser percebida nos laços entre as mulheres, na gestão da *Casa* ou entre aquelas que necessitam de ajuda. Esses laços fortalecem o sentimento que leva as sujeitas a agirem coletivamente. De forma distinta, a sororidade é vivenciada nos coletivos *Nimba* e *Pandora*; no *Nimba*, entre as integrantes, seja pelo apoio aos

trabalhos individuais, seja por ajudas diante de necessidades específicas; no *Pandora* a sororidade é percebida com maior intensidade entre as integrantes que sublinham a importância de serem amigas, ou nos vínculos criados nos grupos de estudos.

### 5.3 Dinâmicas comunicacionais

Sendo as organizações sistemas vivos que acontecem a partir das interações geradas pela comunicação, formando redes que se alimentam, se fortalecem e criam significados, a partir da observação dos processos comunicacionais dos coletivos, traçamos suas características também buscando regularidades e diferenças frente as agentes, públicos, canais de comunicação, significações e dimensões da comunicação organizacional.

Para dar um passo mais, observando as dinâmicas comunicacionais da *Casa Mirabal* podemos perceber agentes internas que não possuem formação ou experiência na área da Comunicação. Elas se dividem nas tarefas e se ajudam conforme suas disponibilidades, inclusive diante da comunicação realizada para fora da *Casa*. Como vimos no cap. anterior, há uma integrante vinculada à Área de Comunicação do *Movimento Olga Benário*, atuando como um “reforço” nessa área e criando um vínculo com o que *Movimento* quer comunicar. Já o *Nimba* possui entre suas integrantes profissionais da Área da Comunicação, com pelo menos duas jornalistas que integram o núcleo executivo. Uma delas atua como assessora de imprensa, outra, auxilia na organização das redes sociais. Outras integrantes também contribuem, sem disporem de formação profissional específica. No caso do coletivo *Pandora*, agentes internas possuem formação e atuação na Área da Comunicação, sendo uma das integrantes jornalista e outra relações públicas, ambas com doutorado. Apesar disso, outra integrante que não é da área contribui igualmente nos processos comunicacionais, como na criação de conteúdo para redes sociais digitais. Mesmo contando com profissionais no quadro de integrantes, Cristine (2021, entrevista) afirma que a organização dos processos de comunicação “não é nada profissional, no sentido que deve ter um método melhor para isso, mas é na base da conversa”. Apesar de tal afirmação, o coletivo é o que demonstra ter padronização dos conteúdos publicados em seus canais, seguindo, por exemplo, as mesmas cores e *design* nos materiais criados, também é o coletivo que mais aprofunda os temas abordados, publicando textos com reflexões e referências.

Diante dessas observações, há regularidades entre os coletivos *Pandora* e *Nimba*, uma vez que possuem integrantes com formação ou atuação profissional em Comunicação, diferentemente do caso da *Casa Mirabal*. Percebe-se, então, que o fato de a *Casa Mirabal* não contar com profissionais não determina ou limita as ações comunicacionais da organização,

principalmente nas redes sociais digitais, uma vez observado que a *Mirabal* é o coletivo que tem os perfis mais ativos em termos de quantidade e regularidade de conteúdo, por exemplo. Uma diferença encontrada no coletivo *Nimba* é dispor de uma assessora de imprensa entre as integrantes, o que facilita o contato com veículos de comunicação e a divulgação das ações do coletivo em outras mídias, como vimos a partir das notícias encontradas. Por outro lado, também percebemos um número considerável de notícias acerca da *Casa Mirabal*, mesmo não contando com tal profissional, que giram em torno do seu próprio histórico e dos acontecimentos que atingem a organização. Tal visibilidade mostra, por um lado a importância da sua frente de atuação, que se traduz por esse espaço midiático, e, por outro, a utilização de recursos de apelo midiático como a participação em manifestações ou a criação de campanhas e denúncias do que ocorre com o coletivo, assim, buscando demonstrar a “força” da organização (SILVA, S., 2018).

Apesar das diferenças das integrantes dos três coletivos serem da Área da Comunicação ou não, todas as interlocutoras afirmaram que as tarefas são divididas e que todas acabam realizando diferentes demandas. Nota-se, então, que ocorre a participação ativa das interlocutoras que se tornam protagonistas dos processos comunicacionais, apropriando-se de meios de comunicação buscando finalidade coletiva em prol de interesses populares e de suas comunidades, traços que se põem sob o prisma da comunicação comunitária (PERUZZO, 2007).

A articulação realizada pelos processos internos dos coletivos é variada e ocorre com diferentes públicos internos. Na *Casa Mirabal* podemos perceber que há pelo menos dois públicos internos, um composto pela coordenação da *Casa*, que representa o núcleo central do coletivo, e outro, pelas mulheres que são abrigadas no local. Com isso, há uma organização da comunicação interna entre a coordenação da casa e com as abrigadas, que assim acabam, de certa forma, integrando a organização. Essa comunicação se faz no dia a dia, a partir de conversas e do convívio, mas ela se dá também por meio de reuniões periódicas e grupos de *WhatsApp*. Apesar das entrevistadas afirmarem não haver problemas substanciais gerados pela comunicação interna, dita como “boa”, há uma queixa recorrente quanto à sobrecarga e à falta de tempo para dar conta das demandas.

No coletivo *Nimba* visualizamos o público interno se organizando em três frentes: uma, por meio do grupo de *WhatsApp* que reúne todas as integrantes; outra pelo grupo mais executivo, que se restringe a dez integrantes e outra pelo grupo de comunicação. Assim, o grupo

maior se coloca como “o coletivo”, em que há trocas, discussões, divulgação de trabalhos e fortalecimento de vínculos, constituindo assim o coletivo, mesmo não havendo produção e ações externas. Nesse aspecto, a comunicação realizada internamente fortalece as integrantes, consolidando um espaço de acolhimento e ajuda mútua. Dessa forma, a partir da diversidade existente no grupo, busca-se sensibilizar o público externo, mas em primeiro plano está a consolidação dos vínculos internos e a valorização das histórias ali existentes.

Quanto ao público interno do coletivo *Pandora*, observamos um vínculo forte entre as integrantes que compõem uma espécie de núcleo de três pessoas. A comunicação interna é baseada na amizade que as três integrantes possuem, como aponta Pâmela S.: “tem algo muito legal e que marca a nossa comunicação - é que nós somos amigas”. À vista disso, se afirma um espaço de “cuidado” em que a primeira coisa nas reuniões é a preocupação de umas com as outras, como vimos. O coletivo utiliza o *WhatsApp* como meio de comunicação e organização. Por ser um coletivo pequeno, não há divisão em grupos temáticos, mas um grupo concentra as três integrantes mais antigas.

No conjunto dos coletivos, conclui-se que as regularidades na comunicação realizada com o público interno giram em torno de aspectos positivos, embora um dos coletivos tenha mencionado “ruídos”. Observando todos os coletivos também se percebe uma regularidade na percepção do espaço do coletivo como sendo seguro, acolhedor, um lugar que promove trocas entre as integrantes, mesmo de forma virtual. Uma diferença frente ao público interno, que ressoa na própria estruturação dos coletivos, se coloca no fato do *Pandora* mensurar os laços de amizade entre as integrantes como um diferencial que o consolida como coletivo. Tal posição se mostra como uma certa resposta ao neoliberalismo. Segundo os depoimentos, a importância desses vínculos é algo que este sistema faz “esquecer”.

A partir desse olhar ao que se movimenta internamente pelos processos de comunicação, percebe-se a relevância das conversas cotidianas, da trivialidade, daquilo que é conversado, trocado entre as integrantes dos coletivos, seja presencialmente, seja mediado por aplicativos. Podemos relacionar esse bom convívio, ou a ausência de conflitos significativos, não apenas ao fato de que os coletivos sejam constituídos por mulheres, mas também às conversas cotidianas que dão lugar ao desenvolvimento da confiança e da qualificação do conhecimento. Nessas trocas é tecido o que alimenta os vínculos e a identidade do grupo, para dentro do coletivo e no tocante àquilo que se espera transmitir para “fora”. Dessa forma, a trivialização amplia-se para “a ação coletiva” (HENRIQUES, 2012) e se mostra externamente a partir do que os coletivos

comunicam e realizam, a partir de um processo interno de trocas. As conversas internas e cotidianas não apenas fortalecem os vínculos e redes de sociabilidade, como também consolidam e aprimoram as informações sobre os temas que envolvem os coletivos, as ideologias que carregam, as realidades que as atingem, fazendo transbordar os interesses individuais para a construção coletiva, desenvolvendo a participação política e propiciando a criação de referências (MARQUES, MARTINO; 2017). De certa forma, compreendendo que há uma retroalimentação desse organismo vivo que é a organização, aquilo que é conversado entre as integrantes reflete-se no que a organização comunica. Por isso, a importância desse olhar sobre o cotidiano. A comunicação se coloca como um elemento vinculante.

Frente ao público externo, podemos identificar na *Casa Mirabal* ao menos seis tipos: a rede de combate à violência doméstica formada por diversas instituições; as vítimas de violência doméstica que buscam a *Casa*, nesse caso se subdividindo entre aquelas que procuram acolhimento e aquelas que buscam abrigo; mulheres que participam das reuniões descentralizadas nos bairros; o público que apoia financeiramente; os voluntários (mesmo não havendo nenhum além da coordenação, no momento da pesquisa); e o público em geral, que acompanha as redes sociais, por exemplo. Sobre o acesso à *Casa* pelas vítimas de violência, é possível perceber que o fato de anteriormente a instituição se situar em local mais central na cidade gerava mais procura presencial, o que mudou com a troca de endereço, fazendo com que as buscas pela *Casa* por meio das redes sociais aumentassem. Nesse sentido, também se coloca a importância das reuniões nos bairros, pois levam informações sobre a temática, tendo em vista que muitas mulheres não têm acesso às mesmas por outros meios.

No coletivo *Nimba* podemos identificar pelo menos dois marcadores relacionados ao público externo. Um deles se mostra nos saraus presenciais, ou seja, o público que participou das atividades presenciais realizadas pelo coletivo. O outro diz respeito a quem acompanha o coletivo nas redes sociais e nos eventos organizados de forma *online*. Apesar de o coletivo querer atingir “geral”, principalmente com os eventos presenciais, ocorre um direcionamento para um público próximo à causa da organização, externalizado como “os nossos”, ou seja, as pessoas frequentam os eventos e “sentem aquele espaço de acolhimento”. Entretanto, por outro lado também pode ser uma situação “desconfortável”, uma vez que trata de questões complexas e delicadas, como o racismo, que podem gerar até mesmo “gatilhos” ruins para a plateia, como dito. Mas há também uma certa despreocupação sobre qual público atingir, como apontou a integrante Gabriela: “a gente não está aqui para mudar a cabeça de ninguém, tipo, quer te informar, quer saber o que a gente vive, OK, pode vir, mas a gente não tá para mudar a cabeça

de ninguém” (VILANOVA, 2021, entrevistada). Interessante notarmos que há nesses processos de exteriorização um “botar para fora” os lugares comuns das integrantes do coletivo.

Quanto ao público externo do coletivo *Pandora*, podemos identificar pelo menos três segmentos: o público das redes sociais digitais, o grupo de estudos em que ocorrem dinâmicas de aproximação e criação de vínculos e, por fim, aquele dos eventos, como a Teia Ecofeminista realizada virtualmente e os encontros que ocorriam presencialmente. As relações e interações com cada um deles são diferentes. Sobre o retorno do público externo tem-se, principalmente, o que surge a partir do evento da Teia Ecofeminista e de quando há conteúdos que geram engajamento nas redes sociais digitais, pois há um aumento de seguidores, entre outros; ou ainda quando algumas das integrantes participam de algum evento, no qual podem divulgar o coletivo. Entretanto, há uma crítica interna sobre como as informações são divulgadas pelo coletivo, pois, segundo Pâmela B., os conteúdos ainda são formais e podem “não alcançar todo o mundo”. Dessa forma, o coletivo fica sujeito a distanciar-se do seu próprio objetivo, de “democratização da informação” sobre as temáticas em que está implicado. Há, por outro lado, uma preocupação com a diversidade do que é produzido e com o acesso do público. Nesse ponto, o coletivo buscou integrar mulheres que rompam com o padrão de mulheres heterossexuais e cisgênero, que ajudassem na “acessibilidade, tipo nos *posts*, e nos ajudar a acessar mais gente fora da nossa bolha” (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Olhando diretamente para os canais de comunicação, constata-se que o *Facebook* e o *Instagram* na *Casa Mirabal* são os principais meios de divulgação, sendo compartilhadas por eles as atividades, ações e denúncias, além de outros conteúdos que dialogam com os princípios do coletivo e do *Movimento*. A *Casa* também utiliza e-mail e *WhatsApp* como canais de comunicação externa por onde recebem, por exemplo, relatos de casos de violência.

Observando os canais de comunicação utilizados pelo *Nimba* para atingir o público externo, nota-se que o principal deles é o perfil no *Instagram*, embora se utilize também o *Facebook*. Nesse ponto, há descompasso entre aquilo que é publicado no *Facebook* e no *Instagram*. O coletivo utiliza seus perfis majoritariamente para divulgar suas atividades, lembrando que o início dos conteúdos no *Instagram* tem ligação com o período de isolamento social no Brasil, decorrente da pandemia da Covid-19. O primeiro produto divulgado foi uma *live* do “Bate-papo Nimba”. Esse produto destaca-se por abarcar, registrar e divulgar informações importantes acerca das temáticas que interessam à organização.

No caso do *Pandora*, nota-se que o principal meio para atingir o público externo é o *Instagram*, considerado “carro chefe” da organização. O *Pandora* é o coletivo que possui mais canais de comunicação, como página no *Facebook*, canal no *Youtube*, site e blog, o que remete ao objetivo do coletivo de democratizar a informação sobre suas pautas. Entretanto, somente o fato de ter diferentes canais não garante a manutenção de um fluxo contínuo de conteúdos, pois também há descompassos na atualização dos conteúdos de um canal a outro.

No conjunto dos coletivos, há regularidades no uso do *Facebook* e do *Instagram* como principais canais de comunicação com o público externo. Há recorrência inclusive nos problemas de desatualização entre eles e no uso mais frequente do *Instagram*. O *WhatsApp* se mostra importante canal externo para a *Mirabal*, que também se diferencia por ser o único que pontuou a participação e a fala em protestos como formas de comunicação com o público externo - nesse aspecto, também podemos destacar as reuniões descentralizadas. São diferenciais que tornam a sua comunicação mais mobilizadora, o que também pode ser visto em ações dos coletivos *Pandora* e *Nimba*, respectivamente por meio dos grupos de estudos e da realização de saraus.

Quanto à regularidade no uso das redes sociais digitais pelos coletivos, percebemos a característica já anunciada por diversos estudos antecedentes da Área de Comunicação, os quais indicam haver uma compreensão no uso das redes sociais na *internet* por sujeitos e sujeitas integrantes de organizações, ou movimentos sociais, principalmente nos últimos anos (ALBUQUERQUE, 2016; MÉNDEZ, 2016; SILVA, S., 2018; SOARES, 2016). Como vimos, as redes digitais tornaram-se um espaço importante para a organização social, a articulação de ativistas, o fortalecimento de redes sociais e a divulgação de suas causas. Tal característica também está diretamente associada às organizações feministas que surgem em forma de coletivos na quarta onda feminista (PEREZ; RICOLDI, 2019) e que utilizam este ciberespaço para fortalecer a construção de vínculos entre os sujeitos e sujeitas comunicantes, além de reforçar processos comunicacionais no exercício e na conquista da cidadania (SILVA, S., 2018; SOARES, 2016). Também se consolida como um espaço que “pulveriza” as ideias e ações feministas, contribuindo para novas agentes mobilizadoras cada vez mais jovens se engajarem nas causas pautadas pelos movimentos e organizações (SILVA, F.; OLIVEIRA, B., 2017).

Essa característica, intensamente observada nos coletivos estudados, reforça as tendências existentes, facultando que eles assumam novos e variados canais no “ciberespaço”, com isso desenvolvendo linguagens distintas para comunicar suas pautas e ações. Os coletivos

apropriam-se do espaço digital, criando suas narrativas e produzindo um espaço no qual possam compartilhar seus próprios discursos políticos que promovem suas causas, fortalecendo suas redes e influenciando outras pessoas e movimentos (ALBUQUERQUE, 2016; ANTOLINI, 2016; CASTELLS, 2016). Os coletivos conseguem, portanto, um nível de empoderamento e autonomia considerável, mesmo em um espaço que favorece o poder hegemônico. Podemos então compreender a apropriação desse espaço por coletivos como um “ponto de fuga” (ALBUQUERQUE, 2016) diante das estruturas de poder. Eles demonstram o contrapoder da sociedade, ao fazer uso desses símbolos e códigos culturais (CASTELLS, 2013). Portanto, os coletivos, ocupam esse ciberespaço demonstrando a possibilidade da construção coletiva do conhecimento e servindo, a partir de suas causas, ao interesse público, como indica Peruzzo (2012, p. 13) sobre a necessidade de conhecer os “meandros tecnológicos” e “domá-los”.

Sendo assim, a *internet*, e os meios que provêm dela, tornam-se importante “instrumento político” (CAPRA, 2002), em que pesem limitações como as regras algorítmicas, por exemplo. Entretanto, como aponta Silva S. (2018), essa ainda é uma realidade que permanece se desenvolvendo, evoluindo, e dessa maneira aciona esforços para compreendê-la.

O que é divulgado pelos três coletivos em seus perfis nas redes sociais digitais, por mais que haja diferença nos conteúdos e nos seus formatos, pode ser visto como composições qualificadas a partir dos acúmulos das vivências, tanto das integrantes como dos movimentos envolvidos. Além de fortalecer o reconhecimento entre grupos, organizações e movimentos, o que os coletivos comunicam busca a mobilização social, que ocorre justamente nos processos comunicativos (HENRIQUES, 2005; PERUZZO, 2007; SILVA, S., 2018). Tal mobilização acontece de diferentes formas, seja pelo engajamento em uma publicação, seja pela audiência em algum conteúdo realizado “ao vivo”, seja ainda pelo apoio a uma campanha de arrecadação. Ela busca o apoio direto ao que está sendo divulgado, mas também promove uma mobilização em relação à causa originária, aos significados presentes nas pautas que deram origem aos coletivos, seja a crítica ao patriarcado, ao capitalismo, o combate à violência, a luta antirracista ou ambiental.

Partindo das observações e entendimentos das dimensões da comunicação organizacional, que inclui os fluxos vistos até aqui, é possível apontarmos algumas semelhanças. Como regularidades, tem-se a diversidade dos assuntos e sua ampliação para outras temáticas. Por conseguinte, ocorrem disputas de sentido a partir das “falas autorizadas” das organizações, mas também das integrantes que se comunicam em nome delas, seja quando se pronunciam em



eventos (presenciais ou *online*) ou em protestos, como no caso da *Mirabal*; em apresentações artísticas, no caso do *Nimba*, e em grupos de estudos, no caso do *Pandora*. Nesses meios percebemos, a partir das falas das entrevistadas e do material coletado, que há lógicas comunicacionais de divulgação e, também, de mobilização.

Nesse sentido, há similitudes entre os conteúdos veiculados pela *Casa Mirabal* e pelo *Pandora*: ambos demonstram uma amplitude nos assuntos propostos, não limitando suas falas a suas causas, em sentido estrito. De forma diferente, o coletivo *Nimba* leva sua pauta principal - a questão racial - por meio de suas atividades, divulgadas pelos seus canais. Entretanto, há um direcionamento dos coletivos para gerar significados que disputem padrões hegemônicos de pensamento, dentro de uma cultura patriarcal. Nesse aspecto, também se tem uma postura formativa, de propagação de informação de suas causas e geração de conhecimento, seja o combate à violência contra a mulher, a questão racial ou o ecofeminismo.

É visível a intenção formativa nos três coletivos de uma comunicação feita de dentro para fora, de uma comunicação que se desenvolve contribuindo para reflexões contrahegemônicas. Nesse sentido, e a partir de alguns detalhes já reportados sobre as dinâmicas comunicacionais, nos aproximamos também da comunicação comunitária, que também se apresenta a partir do caráter formativo, educacional. Na perspectiva de Paiva (2017), como visto, a comunicação comunitária tem como propósito a educação crítica. Nos casos em estudo, tal educação se dá pelos processos participativos dos coletivos, que criam espaços de decisão desenvolvendo o senso crítico, a formação das participantes, bem como em decorrência daquilo que os coletivos produzem. Tal especificidade se evidencia em falas como a da interlocutora Gabriela ao afirmar que “no *Nimba* eu comecei a entender várias coisas” e que “os *feedbacks* internos (do coletivo) são muito nesse sentido ‘eu aprendi isso e isso’, ‘eu aprendi muitas coisas’” (VILANOVA, 2021, entrevista). Ocorre, portanto, processos formativos nas trocas internas, como nas relações externas.

A comunicação comunitária também se coloca na relação dos coletivos com os meios de comunicação, uma vez que os coletivos utilizam, em maior ou menor grau, meios e processos de comunicação a serviço de interesses públicos e populares. A comunicação comunitária surge de grupos subalternos, em nosso caso especificamente de mulheres; parte de cidadãos “comuns” que protagonizam suas ações de maneira comunitária e possuem dinâmicas de mobilização social em favor da transformação da sociedade (PERUZZO, 2007, 2012; PAIVA, 2017). As características da comunicação comunitária se fundem com as próprias especificidades dos

coletivos, uma vez que também considera a participação, a horizontalidade, a coletividade, a gestão partilhada e o pertencimento como princípios fundamentais (PERUZZO, 2007)<sup>78</sup>.

As observações feitas sobre a dimensão comunicante demonstram uma interação com públicos distintos, diante dos quais os coletivos também “acontecem” e se ressignificam. Dado o entrelaçamento entre a dimensão comunicada e a dimensão comunicante, as relações criadas entre as integrantes e o público externo dos coletivos são consolidadas, de maneira geral, a partir de trocas comunicacionais que fortalecem o sistema da organização. Ditas trocas são vistas nos comentários das redes sociais dos coletivos; nas interações realizadas em grupos externos, como os grupos de estudos do coletivo *Pandora* e as reuniões descentralizadas da *Mirabal*; na interação com o público em eventos, como os saraus do *Nimba*; nas falas em protestos da *Mirabal* ou em falas de integrantes do *Pandora*, em eventos. Também há um fortalecimento das organizações no desenvolvimento de redes, sejam elas mais estruturantes, a partir da articulação com outras instituições, sejam mais informais. Nesse sentido, a comunicação cumpre seu papel de “manutenção de estruturas mobilizadoras horizontais” criando uma “coesão entre os agentes mobilizados” (HENRIQUES, 2012). De outra parte, também ocorre um desacomodar mais intenso diante de relações conflituosas, como é o caso da *Casa Mirabal* nas situações de disputa com o poder público ou frente a situações de reintegração de posse ou de corte de luz da sede da organização.

Todas essas dinâmicas relacionais também constituem os coletivos, podendo ser interpretadas, em nosso entendimento do que Baldissera (2009a, 2009b) aponta, a partir de dois tipos: uma que fortalece aquilo que é comunicado, e portanto não necessitando de uma (re)organização da organização, e outra que desorganiza, desautoriza, e em certo nível conflitua, a “ordem” dos coletivos, podendo ser desde aqueles/aquelas que não concordam com as causas defendidas por cada um deles, até mesmo os órgãos públicos que deslegitimam os serviços prestados, como no caso da *Mirabal*.

Quanto à dimensão falada, não há como mensurar o alcance de sua relação, já que inexistente uma fronteira para a reverberação do que é proferido das organizações. Mas é possível perceber que as articulações da dimensão falada se estabelecem fortemente nas relações em rede, com instituições parceiras, nos casos da *Casa Mirabal* e do coletivo *Pandora*; no “boca a boca”, no caso da *Mirabal*; com o público presente, nos saraus e eventos do *Nimba*. As notícias que

---

<sup>78</sup> Vale lembrar que tratamos aqui de comunitário para além de uma proposta local/material, pois transbordamos fronteiras e entendemos o comunitário como uma ideia de pertencimento que fortalece vínculos identitários.

emergiram em nossas buscas também ocupam lugares que dão visibilidade ao que os coletivos comunicam, não obstante as diferentes concepções de acordo com o veículo em questão. Todos esses processos comunicacionais dão visibilidade às organizações e buscam dar foco às suas causas. Geram diversos sentidos e afetações em quem é atingido, estabelecem também significados independentes dos próprios coletivos, inclusive negativos.

No que se refere à busca pelo ideal de comunicação para cada grupo, há regularidades em dois coletivos: *Mirabal* e *Pandora*. Eles apontaram para a necessidade de terem pessoas da área de Comunicação atuando, mas partem de necessidades diferentes. A *Casa Mirabal* sublinhou a vontade de ter um grupo de comunicação, ou até mesmo a profissionalização das integrantes. Já no *Pandora*, as integrantes apontam para a necessidade de ter uma profissional de *design* gráfico. Para o coletivo *Nimba*, o ideal seria o comprometimento de integrantes com as tarefas assumidas. Mesmo sem a situação “ideal” nos processos comunicacionais, os coletivos revelam um protagonismo de suas integrantes ao realizarem diferentes tarefas, com ou sem formação na área, e evidenciam autonomia de decisão - características que mais uma vez os aproximam do âmbito da comunicação comunitária (PERUZZO, 2007).

Entretanto, esse protagonismo e autonomia também acarretam consequências frente às demandas e aos desafios de manutenção das organizações. Como as integrantes não têm os coletivos como principal atividade, pois sua atuação é voluntária, quando questionadas sobre as dificuldades que enfrentam, todas sublinham, principalmente, a sobrecarga. Ou seja, as maiores dificuldades giram em torno da relação entre as tarefas que as integrantes possuem fora dos coletivos e as tarefas que precisam realizar nas organizações, na esfera comunicacional ou outra.

Outro ponto é o comprometimento em relação às atividades do coletivo. Nesse aspecto, por possuir demandas presenciais e envolver ações mais complexas, a *Casa Mirabal* tem dificuldades em arcar com a organização e suas demandas. Outro fator que dificulta a adesão de novos e novas ajudantes, como vimos, é a causa que o coletivo carrega, já que se trata de violência doméstica, que por vezes pode ser “romantizada” ou, ao contrário, provocar desconforto em pessoas que queiram contribuir. Nesse sentido, mesmo o coletivo afirmando que a “comunicação é boa”, há o fator apontado por uma das integrantes, ao dizer que a “sociedade externa” não entende a “seriedade do trabalho”.

O coletivo *Nimba*, além da sobrecarga, apresenta a dificuldade de algumas integrantes assumirem e executarem tarefas. Como atenuante, há o entendimento de que as atividades, ou os momentos de mais “ação”, são cíclicos, e o fato de que o coletivo acaba tendo o seu propósito

efetivado a partir do grupo em que ocorre trocas entre as integrantes. O coletivo *Pandora*, além da problemática da sobrecarga fora da organização, aponta a carência de competências específicas para produzir conteúdo de forma mais ágil, como a produção de vídeos. Mesmo assim, deseja-se incluir o coletivo em outras plataformas e elaborar conteúdos em outros formatos, como o podcast. Nesse ponto, a integrante Pâmela S. afirma que “a dificuldade maior é a mão de obra, temos muitas ideias, mas não temos como colocar em prática”.

É interessante lembrarmos que os coletivos são organizações criadas sem fins lucrativos e de forma autônoma, por mulheres motivadas por suas convicções. As demandas existentes não estão vinculadas a metas ou cobranças de “cima para baixo”, como em organizações convencionais. Isso nos induz a ponderar diante da autocobrança existente em razão do acúmulo de tarefas ou da própria criação das demandas. Tal conflito se conecta diretamente às questões de gênero.

### **5.3 Articulação feminista**

Frente às questões de gênero que permeiam a estrutura da sociedade e, conseqüentemente, a organização das mulheres, os três coletivos possuem atravessamentos que os consolidam como articulações de diferentes frentes do feminismo, mesmo havendo conflitos teóricos-filosóficos diante do posicionamento acerca do *mulherismo africana*, que disserta sobre a hierarquização de opressões, como é o caso do *Nimba*. Os coletivos situam a questão de gênero como central em suas constituições e atuações, como explicita Júlia, da *Casa Mirabal*, ao afirmar que a motivação da organização é “o fim da exploração das mulheres” (SANTOS, 2021, entrevista); Camila, do coletivo *Nimba*, ao dizer que “o coletivo é um coletivo de mulheres, então, a questão de gênero é bem central” (TOLEDO, 2021, entrevista); Cristine, do *Pandora*, compartilhando o mesmo pensamento, ao declarar que “as questões de gênero e da mulher, elas são centrais” nas discussões do coletivo (KAUFMANN, 2021, entrevista).

Entretanto, existem algumas particularidades e diferenças na perspectiva dos feminismos e na forma como as questões de gênero aparecem nos coletivos. Tal diversidade nas frentes de atuação dos coletivos pesquisados se mostram como uma das características relacionadas à nova onda de mobilização feminista ocorrida nos últimos anos, que revela uma interseccionalidade e difusão de “distintas correntes horizontais de feminismos” (MATOS, 2014), além da própria articulação em forma de coletivos (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Diante dos detalhes de cada frente de atuação, a *Casa Mirabal*, tendo como eixo a violência de gênero, posiciona-se criticamente diante do sistema capitalista, vendo-o como mantenedor

da opressão das mulheres, como um sistema de acumulação de riqueza às custas também da exploração das mulheres. Essa lógica finda levando a exploração social para o âmbito privado, em “situações de violência doméstica”, como visto nos atendimentos às mulheres que chegam na *Casa* (SANTOS, 2021, entrevista). Em paralelo a esse posicionamento e à luta no cumprimento de sua missão, o coletivo entende que as mudanças sistêmicas e políticas “não vão acontecer por completo”. Segundo a integrante Júlia (2021, entrevista), “elas vão ser contraditórias e insustentáveis” enquanto permanecer o sistema capitalista. A propósito, alguns aspectos sublinhados por Bandeira (2019) e Saffioti (2001, 2002) acerca da violência de gênero são de certa forma denunciados pela *Casa*, tais como a relação hegemônica do poder masculino sobre as mulheres, a hierarquia de gênero colocando as mulheres em um lugar subalterno, a reprodução dos papéis de gênero construídos socialmente, a invisibilização e naturalização da violência nas relações familiares e as diferenças aceitas socialmente quanto aos comportamentos de homens e mulheres.

Além do mais, a *Casa Mirabal* endossa a contribuição histórica propiciada pela articulação entre a sociedade civil e o movimento feminista no combate à violência contra as mulheres, fazendo eco à máxima estabelecida na segunda onda do feminismo: “o pessoal é político”. Fica patente que ações como a do coletivo ainda são necessárias. A *Casa* expõe a “necessidade histórica da organização das mulheres para romper” as suas opressões e explorações (SANTOS, 2021, entrevista). Por outro lado, se historicamente o movimento feminista, articulado com organizações sociais, garantiu que a violência no espaço privado fosse considerada problema político e de saúde, criando estratégias junto ao Estado, no caso da *Casa Mirabal* o que se percebe é o próprio Estado atuando de forma violenta em desfavor da causa. Isso porque a crítica tecida pelo coletivo à estrutura do sistema também se estende ao próprio Estado, que falha em não avançar na garantia dos direitos das mulheres ou dificulta o seu acesso, como visto na própria forma como foi elaborada a Lei Maria da Penha e tantos outros casos de políticas públicas, conquistadas graças à mobilização popular (BANDEIRA, 2019). No caso da *Casa Mirabal*, a violência do Estado também se apresenta nos conflitos existentes com a própria organização, seja nos episódios de reintegração de posse, seja na passividade dos órgãos públicos frente aos cortes de luz ocorridos na sede da organização. A *Casa* atua na resolução de um fenômeno social, mesmo não tendo garantias de apoio institucional.

Como vimos também, a *Casa Mirabal* não atua somente no combate à violência doméstica, mas propõe ações mais ampla que contribuem com a emancipação feminina, a exemplo do trabalho com os Quitutes Mirabal e da realização de atividades formativas. Compreende-se a

necessidade de garantir direitos básicos, “qualidade de vida, igualdade nos espaços de trabalho, acesso à moradia digna, acesso a viver uma vida sem violência” em todos os seus aspectos (SANTOS, 2021, entrevista).

Em confluência com o “viver uma vida sem violência”, o coletivo *Nimba* tem como base a inconformidade com as desigualdades geradas pelo racismo. O coletivo reflete um cruzamento de identidades e de sistemas de dominação demonstrando a interseccionalidade (HIRATA, 2014; AKOTIRENE, 2019) existente entre questões de gênero, raça e, também, classe. De fato, apesar do coletivo se posicionar primordialmente sobre as pautas das mulheres negras, há um posicionamento racial que se sobrepõe, colocando em discussão a vulnerabilidade da população negra como um todo. Dado que os homens negros “estão muito mais vulneráveis do que mulheres brancas”, como afirmou Gabriela, a luta do coletivo “é sempre racial primeiro e, depois, de gênero”, sem deixar de interligar-se às demais vulnerabilidades. Tal posicionamento nos remete ao desafio histórico de perceber a diversidade existente entre as mulheres negras e, em certa medida, nos leva a questionar o “universalismo” às vezes adotado pelo feminismo (COLLINS, 2017).

O posicionamento do coletivo *Nimba* frente à hierarquização de opressões nos remete ao *mulherismo africana* (AKOTIRENE, 2019) e a reconhecer que a violência contra a população negra ocorre de maneira estrutural em primeiro lugar, independentemente do gênero. Tal posição se expressa quando um dos temas do sarau “A Única Negra” é o “genocídio da população negra”, ou por meio dos assuntos debatidos na série “Bate-papo Nimba”, que abordou temas como a importância da preservação da história da arte negra brasileira ou o afroempreendedorismo, entre tantos assuntos que englobaram a situação da população negra como um todo, sem necessariamente ter o foco no gênero. Por outro lado, é perceptível, a partir dos produtos e das falas das interlocutoras, a centralidade das questões vivenciadas pelas mulheres negras.

Portanto, de um lado o coletivo denuncia, por meio de suas produções, a solidão da mulher negra ao ocupar espaços majoritariamente preenchidos por pessoas brancas; de outro lado, denuncia o racismo estrutural que prevalece em todos os espaços da sociedade. Nesse sentido, lembrando Carneiro (2019), a unidade da luta das mulheres depende da superação da desigualdade gerada pela hegemonia masculina, mas juntamente com isso é preciso a superação do racismo e de outras “ideologias complementares” desse sistema. As produções do coletivo são uma forma de registrar e denunciar realidades determinadas pelo racismo e pela misoginia.

Tais produções funcionam como estratégias antirracistas de resistência das mulheres negras, mas também como formas de enegrecer o feminismo, possibilitando o desenvolvimento de um novo modelo civilizatório (CARNEIRO, 2019).

Outra característica peculiar do coletivo *Nimba* é a diversidade etária das integrantes. O fato representa um desafio para as discussões travadas sobre gênero, mas expande o repertório do movimento de mulheres negras de Porto Alegre, já que no coletivo se encontram pessoas “da velha guarda que já estava pensando em movimentos de mulheres negras lá em 88, na época do MNU<sup>79</sup>” (TOLEDO, 2021, entrevista). A presença dessas mulheres provoca um sentimento de “respeito” e “validação” frente ao coletivo, enquanto por sua vez o coletivo as reverencia e respeita, entre outros motivos por que foram e são importantes para a cena artística da cidade e para a abertura de espaços. O coletivo se constitui assim como um “lugar” de encontro. Como destacou Gabriela, ele foi idealizado muito tempo depois que a estrutura social fez as mulheres se sentirem sós.

O coletivo *Pandora*, também se aproximando da ideia de “viver uma vida sem violência” e estendendo-a para todas as espécies, inclui em sua pauta feminista o veganismo, num enfoque que engloba o gênero e o meio ambiente. A singularidade desse coletivo é invocar o ecofeminismo animalista como base de posicionamentos e práticas. A seu ver, as opressões que as mulheres sofrem são resultados da mesma opressão e exploração infligidas à natureza, ambas causadas pelos sistemas patriarcal e capitalista que as colocam – mulheres e natureza - em uma posição de subalternidade, na condição de objetos e não de sujeitas (HERRERO, 2013).

O coletivo inclui trata das questões de gênero de forma mais ampla, tentando englobar outros marcadores sociais, como o não-binarismo, a transexualidade, sendo ainda notáveis os conteúdos produzidos sobre as questões raciais. Neste ponto, há uma autocrítica quanto à necessidade de o coletivo ser mais interseccional e contar com a participação e contribuição de mulheres não-brancas.<sup>80</sup> Esses fatos nos remetem à terceira onda feminista, por ter visto de modo mais complexo as questões referentes ao gênero e ter colocado à tona diversas “identidades do feminismo” (MATOS, 2014). A intersecção entre as opressões pode ser vista também na crítica ao especismo que o coletivo propõe, somando-se a outras formas de opressão como o sexismo, o machismo, o racismo e o classismo (PULEO, 2019). Esses aspectos permeiam as discussões do coletivo e suas produções, tornando-as diversas e plurais no intento

---

<sup>79</sup> Movimento Negro Unificado.

<sup>80</sup> O coletivo tampouco limita suas atividades e ações às mulheres, mas “idealiza que homens participem” (KAUFMANN, 2021, entrevista).

de informar e contestar as estruturas da sociedade, tanto econômicas como culturais, além da relação de domínio homem-natureza e homem-mulher (BELTRÁN, 2019).

Em questões de gênero, portanto, todos os coletivos fazem uma crítica à estrutura da sociedade que se mantém a partir de papéis designados ao homem e à mulher. Sob esse prisma, todos eles buscam contribuir para uma mudança sociocultural, fortalecendo o movimento feminista contribuindo para um “legado civilizatório” (MATOS, 2008). Já a crítica ao capitalismo aparece associada ao gênero de forma mais direta nos coletivos *Pandora* e *Casa Mirabal*, enquanto as questões de classe também aparecem com ênfase nas falas das integrantes do coletivo *Nimba*. Tudo isto, sem esquecermos que os três coletivos se situam em um espaço urbano, em um compartilhar de território, que favorece conexões, mas ao mesmo tempo provoca desafios e tensionamentos em função do que a cidade vive e das marcas que imprime às vivências de seus habitantes, incluindo as integrantes dos coletivos.

Vimos neste capítulo as principais regularidades e diferenças encontradas nos três coletivos pesquisados correspondendo à articulação com movimentos sociais, aos processos organizativos, às dinâmicas comunicacionais e à articulação feminista que ocorre nessas organizações.

A seguir encontramos nossas considerações finais.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas linhas chegam ao final como num emaranhado. Ao longo do trabalho, conectamos procedimentos metodológicos, reflexões teóricas, autores e autoras, realidades e vidas que pulsam em um fazer coletivo atravessado pela comunicação. Costuramos ideias e propostas em que se encontraram acúmulos do passado, contextos atuais e possibilidades futuras.

Os acúmulos do passado, que se mostram a partir da história, mas também se expressam nas pesquisas antecedentes, nos indicaram caminhos a seguir em nossa pesquisa. Em um primeiro momento, foram articulados trabalhos acerca dos vínculos sociais e da cidadania (ANTOLINI, 2016, MARQUES; MARTINO, 2017; VISONÁ, 2020), das redes digitais e do seu uso pelos coletivos (ALBUQUERQUE, 2016; MÉNDEZ, 2016; SOARES, 2016; S. SILVA, 2018), da comunicação organizacional (SCROFERNEKER, AMORIM; OLIVEIRA, R., 2016; CAMARGO, 2017), de questões relacionadas ao gênero, aos feminismos e a organizações das mulheres (JESUS, 2019; JUSTUS; ROMANCINI e CASTILHO, 2019; SILVA, F.; OLIVEIRA, B., 2017; LEAL, 2019; SILVA, A., 2017; TOMAZETTI, 2019). Muitos outros autores e autoras se juntaram no desenvolvimento de discussões teóricas e de reflexões chaves para a investigação, auxiliando no entendimento do contexto histórico e dos fenômenos contemporâneos.

Ao longo da História, os humanos criaram diferentes formas de organização, a sociedade civil desenvolveu diferentes estratégias de se organizar diante de demandas, problemas e desejos compartilhados. Os movimentos sociais, como uma dessas possibilidades, se reinventaram e articularam variadas formas de resistência e luta, inclusive, em alguns casos, via institucionalização. Em diferentes momentos, foram se movimentando conforme a sociedade caminhava, acumulando diferentes “bandeiras” e abrindo espaço para diversos marcadores e identidades sociais, assim contribuindo para o próprio entendimento desses marcadores, em um processo de realimentação. O movimento feminista, com sua pluralidade, em compasso com a organização das mulheres, mostrou no decorrer da História a potência da articulação feminina, não obstante o leque de teorias e práticas com que enfrentou realidades tão adversas. Estrategicamente, as feministas foram ocupando lugares e desenvolvendo ideias e propostas, mesmo que não partilhando de uma unidade, na busca de um mundo mais equânime, seja na academia, em reuniões de bairros, em conselhos municipais, na política, na mídia ou em tantos outros espaços.

A diversidade dos movimentos também se apresenta em novos formatos de ação coletiva que foram se consolidando nos últimos anos. Os coletivos, em particular, ganharam espaço em um contexto de problematização e de mudanças sociopolíticas e culturais, se colocando, inclusive, como uma das características da nova onda do movimento feminista. Como vimos a partir de diferentes exemplos, os coletivos mostram-se como modelos de organização horizontal, associativa e participativa (MARQUES; MARX, 2020; SOARES, 2016; PEREZ; RICOLDI, 2019). Entretanto, não estão livres das disputas internas de poder, compreendendo-se que fazem parte de um cotidiano que comunica, que se relaciona e que disputa sentidos, tanto dentro como fora da organização. Seus formatos organizativos são diversos. Longe de serem homogêneos, carregam diferentes estruturas e dinâmicas. Mas é nesses “lugares não-lugares” que brotam possibilidades concretas de encontro dos sonhos de cidadãs e cidadãos comuns, por uma vida melhor.

A articulação dos coletivos vincula-se ao contexto em que estão inseridos, sendo fomentada principalmente em cenários de movimentações e mobilizações sociais (MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; FILHO, 2017; PEREZ; RICOLDI, 2019; PEREZ; SOUZA, 2017). Dessa forma, é pertinente incluir os coletivos na contracorrente do capitalismo neoliberal, uma vez que esse sistema estimula as práticas individualistas e tais organizações (re)surgem e se posicionam no fortalecimento dos vínculos cooperativos (VALIENGO; OLIVEIRA, M., 2020). Vínculos que podem ser estreitados pelas realidades comuns que cercam as mulheres, seja pelas violências e opressões sofridas, seja pelo desejo de viver uma vida que mereça ser vivida. Em nosso estudo, com efeito, os coletivos sublinharam a importância de serem espaços de fortalecimento de vínculos, proporcionando um lugar seguro de acolhimento e troca para as mulheres. Além do seu caráter ativista, os coletivos de mulheres são costurados por linhas de cuidado e partilha. A importância da comunicação se dá, primordialmente, desde o fortalecimento desses laços.

A partir da bagagem conceitual que logramos assimilar, mergulhamos no campo e nos dispusemos a conhecer nosso objeto empiricamente, por meio de dados documentais, observação e de palavras faladas, por meio do diálogo com interlocutoras. Vejamos em síntese como se deu a efetivação de cada dos nossos objetivos.

Diante do objetivo específico de (a) reunir subsídios teóricos e metodológicos de pesquisas antecedentes para investigar, no contexto dos movimentos sociais, os coletivos, em especial de mulheres, bem como sua comunicação, observamos que há um entrelaçamento histórico entre movimentos sociais, ações coletivas e processos de organização da sociedade civil. No passado

recente, essa organização ocorreu de forma mais intensa por meio das ONGs e de outras iniciativas, como fóruns e conselhos. As mobilizações contemporâneas propiciaram e estimularam o surgimento de novas formas de organização civil, entre elas os coletivos. O movimento das mulheres, que retomou a seu modo mobilizações e protestos, marcou a quarta onda feminista, que por sua vez incorpora pautas antigas, mas se reinventa. Isso, a partir do uso das TICs e, mais intensamente, da inclusão de temas antes deixados à margem, como as questões raciais. Desse modo, também surgem diversos coletivos protagonizados por mulheres que propõem, além de ações coletivas como mobilizações na internet, soluções concretas para problemas que enfrentam. A organização das mulheres em coletivos ecoa o histórico de articulação e protagonismo das mulheres no campo feminista e em outros movimentos sociais.

Destacam-se em números as pesquisas sobre o uso das TICs e as mobilizações realizadas no meio digital, evidenciando que essas tecnologias e a estrutura em rede facilitaram e fortaleceram os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil. Entretanto, ainda são incipientes as investigações em comunicação que se dedicaram a compreender os coletivos e suas dinâmicas comunicacionais. Em termos metodológicos, incorporamos à pesquisa aqueles procedimentos de estudos precedentes que julgamos frutíferos para nosso trabalho.

Diante do objetivo específico (b) concernente ao levantamento, em Porto Alegre, de coletivos de mulheres atuantes entre 2020 e 2021, identificando tipos de iniciativa e frentes de atuação a partir de buscas na *internet* e indicações das entrevistadas, foi possível levantar um número considerável de iniciativas<sup>81</sup>. Ao todo, os coletivos de mulheres atuantes em Porto Alegre identificados foram 20. Os tipos de iniciativa mais recorrentes se reconhecem como coletivos, enquanto um número menor se identifica como ONG. As frentes de atuação desses coletivos, em ordem decrescente de recorrência, são: combate à violência contra mulher; questões raciais; direitos das mulheres de maneira mais ampla; cultura e artes; temas relacionados às torcidas femininas de futebol; defesa de direitos das mulheres com deficiência; veganismo; lutas classistas anticapitalistas; organização de brechós; apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social, durante a pandemia da Covid-19.

O nosso levantamento demonstrou uma diversidade de frentes de atuação, a qual de certa forma também aponta para características que o movimento feminista assumiu nos últimos anos. Foi igualmente possível identificar que o termo coletivo é associado a outras formas de

---

<sup>81</sup> Importante pontuar que a opção, em partes condição imposta pela pandemia, de pesquisar os coletivos por meio da *internet* pode não ter abarcado a totalidade das organizações existentes, deixando de lado iniciativas que poderiam ser incluídas no estudo.

organização, como as ONGs e associações. Assim, vale ressaltar, que mesmo as organizações que não possuem o termo “coletivo” em seus nomes podem ser consideradas um, por tratam-se de iniciativas que carregam características vinculadas ao que a literatura empreende aos coletivos. Nesse aspecto, vale mencionar que nem sempre o processo de formalização dos coletivos vai inviabilizar seus trabalhos ou diminuir sua autenticidade. Toda essa diversidade se concatena às características próprias da quarta onda feminista (MATTOS, 2014; PEREZ; RICOLDI, 2018, 2019).

Esse cenário também remete ao histórico da própria cidade de Porto Alegre. Segundo Albuquerque (2020, p. 289), trata-se de “um contexto de um grande número de movimentos sociais, organizações não governamentais e agrupamentos sociopolíticos e culturais diversos”, que se tornou no passado referência de participação popular por iniciativas já vistas nesse trabalho. Ao mesmo tempo, o cenário atual nos lança frente a uma realidade de retrocessos conservadores vivenciados nos últimos anos no Brasil.

Diante do objetivo específico (c) relativo à escolha de três coletivos de mulheres para aprofundar a análise, contemplando histórico, associação com movimentos sociais, frentes de atuação e dimensões da comunicação organizacional, isto a partir de produtos midiáticos e narrativas de participantes sobre os processos de comunicação, selecionamos organizações com pautas distintas que evidenciam questões sociais importantes. Como vimos detalhadamente ao longo de todo o capítulo 4, foram elas: a *Casa de Referência da Mulher*, *Mulheres Mirabal*, o *Coletivo Nimba* e o *Coletivo ecofeminista Pandora*. A partir dos produtos midiáticos de comunicação, a que tivemos acesso, das observações e das entrevistas realizadas com as integrantes, foi possível conhecer os meios de comunicação utilizados pelos coletivos, os processos comunicacionais e a forma como são acionados. Desse modo, também identificamos os processos de comunicação relacionados ao âmbito da comunicação organizacional e suas dimensões (BALDISSERA, 2009a, 2009b, 2009c).

Finalmente, diante do objetivo geral de identificar as regularidades e distinções da comunicação em coletivos, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres, assunto detalhado no capítulo 5, de maneira geral, a comunicação nos coletivos, apesar de ser realizada de diversas formas e não possuir processos bem definidos, se estrutura a partir dos vínculos entre as integrantes, a partir da divisão de tarefas, uma vez que não há responsáveis diretas pela área, mesmo quando existe grupos de trabalho específicos; se consolida externamente em processos de divulgação das ações e frentes

de atuação; busca a mobilização em prol de suas causas e promove a formação feminista, bem como a de outros temas que atravessam cada coletivo. A partir das narrativas das entrevistadas, também observamos que o excesso de demandas e, em alguns casos, a falta de conhecimento sobre a produção na comunicação, são impeditivos para que se tenha uma comunicação mais eficiente com o público externo, o que por vezes pode dificultar a divulgação da frente de atuação, e conseqüentemente a mobilização em prol da instituição.

Ainda, ficou evidente que as redes sociais digitais são vitais aos coletivos, processo intensificado pela pandemia que iniciou em 2020. As TICs ganharam ainda mais relevância neste período que limitou e/ou impediu as outras formas de comunicação e ação dos coletivos. Portanto, os principais processos de comunicação dos coletivos se estabeleceram por canais de comunicação em ambiente virtual, por meio do perfil do *Instagram*, no caso da comunicação externa, ou do aplicativo de conversação *WhatsApp*, empregado principalmente na comunicação interna. Interessante observarmos que, apesar das apropriações das redes sociais digitais e da disputa de narrativas, nesses espaços nem sempre se consegue atingir ou mobilizar a população. Por vezes, por se tratar de meios que exigem produção constante, o que não é algo possível pelos coletivos, como também pela determinância exercida pelos algoritmos que barram ou diminuem o alcance dos conteúdos, conforme os interesses de monetização das empresas responsáveis. Por outro lado, outras formas de comunicar existem e se diferenciam entre um e outro coletivo, destacando-se as reuniões descentralizadas e a participação em atos públicos, no caso da *Casa Mirabal*; a organização de saraus, no caso do coletivo *Nimba* e a organização de grupos de estudos do coletivo *Pandora*, entre outras dinâmicas eficientes. Entretanto, se destaca aquela realizada internamente que possibilita a criação de um local seguro de compartilhamento de vivências e reflexão, criando conexões entre as participantes e fortalecendo suas redes. Outras redes importantes são as desenvolvidas com outras organizações, ao lado daquelas que surgem das conexões internas entre as mulheres, de forma mais intensa ou com menor participação. Todas essas redes são estruturadas e alimentadas por uma comunicação que forma vínculos, cria organizações e fortalece os sistemas sociais, ao mesmo tempo que os modifica, fato que nos aproxima do processo da *autopoiese*.

Nesses termos, conseguimos compreender os fluxos comunicacionais das organizações protagonizadas por mulheres, seus sentidos e possibilidades. Chegamos, então, à resposta do problema central de nossa investigação, atinente à relevância da comunicação na formação e no funcionamento dos coletivos de mulheres. Podemos concluir que a comunicação faz parte da criação, da produção e das táticas de luta dos coletivos. Ela viabiliza a organização, a

divulgação, a mobilização das frentes de atuação e a formação feminista, uma vez que abarca diferentes temáticas específicas de cada coletivo, tendo ao fundo a criação de vínculos. Vejamos cada uma delas. A comunicação no processo de organização se coloca como elemento fundamental, seja nas trocas entre as integrantes e no alinhamento de como e o que a organização quer comunicar, seja gerando diferentes significados e (re)acomodações a partir das trocas externas com os distintos públicos e suas redes, em síntese, ela estrutura o próprio coletivo. No tocante a divulgação, principalmente sobre as ações dos coletivos, a comunicação mostra-se de forma diversificada ocorrendo por distintos meios, mas com forte dependência daquela realizada pelas TICs; o processo de divulgação vai depender das frentes de atuação de cada coletivo e seus objetivos, que podem ser a divulgação de algum evento ou de um conteúdo mais aprofundado que tensione significados hegemônicos. Ao que se refere a mobilização, os processos de comunicação se estruturam, em parte, a partir dos acúmulos qualificados, tanto das integrantes quanto dos movimentos que costuram as bases ideológicas das frentes de atuação dos coletivos; as dinâmicas comunicacionais de mobilização almejam a transformação social por meio do engajamento às pautas dos coletivos, sejam a crítica ao patriarcado, o capitalismo, o combate à violência ou as lutas antirracista e ambiental. Por fim, a comunicação viabiliza a formação feminista por meio das trocas nos espaços que os coletivos formam, presencial ou virtualmente, repetindo, de certa forma, a estratégia do movimento feminista que se articulava em grupos de conscientização no passado. Assim, a comunicação e o diálogo se colocam novamente como pontos centrais nos encontros das mulheres, uma vez que possibilitam a troca de experiências, a reflexão de seus cotidianos, o desenvolvimento do senso crítico frente às opressões e consolida a ação coletiva. Evidentemente que tal processo formativo não se “limita” as questões das mulheres e na discussão sobre o patriarcado, mas é interseccionado pelas temáticas e propostas de atuação de cada coletivo, qualificando e diversificando o que pode ser entendido como forma de resistência e instrumento político. Assim, o feminismo que rompeu com a supremacia masculina nos espaços do desenvolvimento do saber científico, com a inclusão das questões de gênero e problematizando os papéis sociais, se desenvolve a partir dos coletivos de mulheres, pois esses também questionam as estruturas patriarcais. Os coletivos de mulheres criam resistências que comunicam diferentes possibilidades de romper com as opressões que atingem suas vidas, seja a violência, o racismo ou aquelas que se vinculam a natureza.

Por tanto, são cidadãs comuns que se mobilizam e se organizam também por meio da comunicação, que se coloca a serviço de interesses populares, de suas comunidades e buscam,

de diferentes formas, a transformação social (PERUZZO, 2007). A comunicação nos coletivos de mulheres contribui para a garantia da cidadania, para uma reconfiguração da nossa História e para a construção de outros futuros possíveis, quem sabe mais solidários e cooperativos. No fim, trata-se de um resgate da essência humana.

Nossa pesquisa contribui com o campo da Comunicação ao aprofundar questões relativas a organizações por vezes esquecidas pelo meio acadêmico, seja nas investigações, seja em disciplinas ou projetos de extensão. Também contribui indiretamente para a consolidação dos coletivos como forma de organização, por valorizar as falas daquelas que os constroem e a eles se dedicam incansavelmente. Acreditamos ter contribuído para a compreensão do processo de formação dos coletivos, bem como das motivações vinculantes que os animam e da força feminina que se repete ao longo da História. Nosso trabalho também oferece um registro de iniciativas que contribuem para uma sociedade mais justa, por vezes marginalizadas, inclusive pelo poder público. Nesse sentido, desejamos que tais organizações um dia possam receber o reconhecimento merecido; senão por políticas públicas que, oxalá, garantam suas atividades, pela maior respeito e valorização pela população.

Sabendo que as organizações e os sistemas sociais são vivos, nossa pesquisa não pretendeu encerrar questionamentos e definir objetivamente pontos de chegada. Pelo contrário, acreditamos que muitas possibilidades de investigação podem partir dos coletivos, da organização das mulheres e de seus processos comunicacionais. Utilizamos parte das lentes da comunicação organizacional, da comunicação comunitária e, brevemente, da comunicação cotidiana. Outros aprofundamentos são possíveis, inclusive com outras lentes. Quem sabe, olhar para as motivações que carregam aquelas e aqueles que integram os coletivos? Quais as aproximações do fazer coletivo com a educomunicação? Quais os afetos envolvidos? E como seria investigar a relação com as formas de estratégias comunicacionais? Quem sabe...

Falando em questionamentos, muitas dúvidas pairaram durante o trajeto da investigação. Além dos desafios comuns às práticas de pesquisa, como mudanças de rota ou a frustração diante de negativas do campo, nossa caminhada enfrentou uma pandemia, fato que não deve ser ignorado, mas colocado como parte da pesquisa. A falta de encontros presenciais, de discussões “olho no olho”, e a dificuldade de acesso à literatura por causa das bibliotecas fechadas, entre outros desafios, inclusive o medo, foram doses amargas que engolimos e digerimos para seguir, talvez não como pretendíamos, mas como foi possível. E o possível aqui

edificou uma bagagem gratificante de discussões teóricas, de aprendizagens metodológicas e - talvez o mais importante - de vínculos e relações.

Dessa forma, outro desdobramento desta pesquisa, no âmbito da extensão universitária, que constitui uma contrapartida aos coletivos que tiveram a disponibilidade de contribuir com este trabalho, consiste no curso de comunicação para organizações da sociedade civil, a ser realizado de forma remota no período de 28 a 30 de março de 2022, dirigido às iniciativas protagonizadas por mulheres. Acreditamos que assim podemos contribuir, minimamente, com o fortalecimento da autonomia dessas organizações e o desenvolvimento de boas práticas na comunicação.

Nossas palavras escritas chegam ao final, lembrando o que a Júlia, da *Casa Mirabal*, disse sobre a luta das mulheres serem reivindicações por “qualidade de vida”; lembrando o que Cristine, do *Pandora*, afirmou sobre o poder de transformação dos coletivos, ao possibilitarem que “as mulheres possam estar mais juntas”; lembrando também o que a Silvia, do *Nimba*, nos lembrou sobre a lógica que nos aproxima, vinda da filosofia Ubuntu: “eu sou porque tu és”. Lembrando ainda que “tudo está conectado”, como repetia a Joelma lá no interior de um Brasil com tantos recônditos, esperamos que o fazer coletivo nos revele um novo mundo possível. Afinal, também somos essa rede.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marina Zoppas de. **Entre as redes sociais digitais e as ruas: processos comunicacionais dos coletivos Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuista.org.br/handle/UNISINOS/7312?show=full>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. *In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- ANTOLINI, Marialina Côgo. **A comunicação dos movimentos sociais como meio de empoderamento para a cidadania**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://comunicacaosocial.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/POSCOM/detalhes-da-tese?id=9658>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019. Disponível: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_%28Feminismos\\_Plurais%29\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acessado em: 03 de fev. 2022.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Paulo, v.6, n.10/11, p. 115-120, 2009a. disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- BALDISSERA, Rudimar. **Comunicação, organizações e comunidade: disputas e interdependências no (re)tecer as culturas**. *In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2009b, São Paulo. Anais...[...]*. Disponível em: [http://www.abrapcorp.org.br/anais2009/pdf/GT2\\_Rudimar.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2009/pdf/GT2_Rudimar.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
- BALDISSERA, Rudimar. **A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional**. *In: KUNSCH, Margarida (org.). Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos, v.1. São Paulo: Saraiva, 2009c, p.135-164.*
- BALDISSERA, Rudimar; ROSSATO, Jean Felipe. Comunicação Organizacional: Manifestações Dos Públicos Em Ambientes Digitais E Interferências Na Gestão Hoteleira. **Revista Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul – v. 15, n. 30, jul- dez. 2016, p. 132-152. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/4734/2851>. Acesso em: 12 nov. 2020.

- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional, tecnologias e vigilância: entre a realização e o sofrimento. **Revista E-compós**, v. 12, n. 2, mai/ago. p. 1-15, 2014.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de Gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões**. *In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BELTRÁN, Elizabet Peredo. **Ecofeminismo**. *In: SÓLON, Pablo. (Org.) Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.
- BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys, études féministes/ estudos feministas**. 2011. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- CAMARGO, Camila Acosta. **A Comunicação Como Instrumento De Transformação Social Em Organizações Da Sociedade Civil**. *In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. Anais... [...]. p 1- 15*. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0599-1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- CAPRA, Fritjof. **Conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- CAPRA, Fritjof. **Teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- CASTILHOS, Letícia de. **Dimensões da comunicação organizacional: emoção, afeto e afetividade nos vídeos institucionais da Panvel e do Zaffari**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8920>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zaha, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- CATTANI, Antonio David. et al. (Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510018.pdf>. Acesso em 23 abri. De 2021.

DUARTE, Jorge.; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-82.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **MATRIZES**: revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 61-76, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/122541>. Acesso em: 5 nov. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio G. A Reciprocidade e os coletivos de auto-organização da vida comum: uma resposta ao capitalismo de crise. *Otra Economía*, vol. 13, n. 24: 3-24, jul-dez, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio G. **A descoberta dos vínculos sociais, os fundamentos da solidariedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em 15/10/2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes. 2013. E-book.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. Coleção questões da nossa época, v.123. 120p.

GOHN, Maria da Glória; PENTEADO; MARQUES, Marcelo de Souza. Coletivos em cena: experiências práticas e campo de análise. **Revista Simbiótica**, Vitória, v.7, n.3, jul.- dez. 2020

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitados. **Em Tese**: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, nº 1 (2), jan-jul, 2004, p. 75-91. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Anais...[...] – Uerj – 5 a 9 de set. de 2005.

HENRIQUES, Márcio Simeone. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. Revista Açãomidiática. Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura Universidade Federal do Paraná Programa de Pós Graduação em Comunicação. Vol 2. Nº 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/29000/19281>. Acesso em: 22 jul. 2021.

HERRERO, Yayo. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de Economía Crítica**, nº16, 2013. Disponível em: [https://www.avlaflor.org/wp-content/uploads/2016/12/09\\_YayoHerrero.pdf](https://www.avlaflor.org/wp-content/uploads/2016/12/09_YayoHerrero.pdf). Acesso em: 03 fev. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo**, vol.26 no.1, São Paulo, jan.- jun., 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005). Acesso em: 22 abril 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista, arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

JACKS, Nilda. A., TOALDO, Mariângela M., OIKAWA, Erika. Práticas Culturais e Ciberculturais: para pensar a relação com as tecnologias. **E-Compós**, v. 19, n. 1, abril 2016. Disponível em: [e-compos.org.br/e-compos/article/view/1180](http://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1180). Acesso em: 04 fev. 2022.

JESUS, Mariana Batista de. **A Cidade Delas - Coletivo das Mina e as marcas narrativas de uma territorialidade das mulheres na cidade de Vitória**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades). Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13688\\_Disserta%E7%E3o\\_Final\\_Mariana-Bastista.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13688_Disserta%E7%E3o_Final_Mariana-Bastista.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

JUSTUS, Paulo; ROMANCINI, Richard; CASTILHO, Fernanda. **Um prisma, muitas faces: mapa de coletivos de mulheres, suas propostas e formas comunicativas**. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. Anais... [...]. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_6FGN3IKPKM23KD5I4QDF\\_28\\_7315\\_20\\_02\\_2019\\_08\\_30\\_20.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_6FGN3IKPKM23KD5I4QDF_28_7315_20_02_2019_08_30_20.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação organizacional: aportes teóricos e metodológicos**. In: Comunicação organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas. MARQUES, Ângela... [et al.] (orgs). Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. 2 vol. 249p.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Sociedade civil, multidadania e comunicação social**. In. Relações Pública comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldermar Luiz (orgs.). Summus: São Paulo, 2007.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LEAL, Tatiane. **A invenção da sororidade: sentimentos morais, feminismo e mídia**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

[http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=20](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=20). Acesso em: 11 fev. 2021

LIMA, Fabia. **Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional**. In: Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações, OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza N. (Orgs). São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vasallo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro Sá. **A politização das conversas cotidianas e suas relações com processos deliberativos**. In: E-Compós, v. 20, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1324>. Acesso em: 9 fev. 2021.

MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. **Revista Simbiótica**, Vitória, v.7, n.3, jul.- dez. 2020

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para a ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio-ago. 2008.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política, Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 9 nov. 2020.

MATOS, Marlise. **Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político**. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS. Anais... [...], Caxambu, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico?path=38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MÉNDEZ, Héctor René Mena. **Informação e coletivos culturais mediáticos: redes contemporâneas de ação social na América Latina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22092016-144954/pt-br.php>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MORÁS, Nicole Sberse. **Comunicação organizacional de museus de Porto Alegre/ RS, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196375>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MOREIRA, Sonia V. **Análise documental como método e como técnica**. In: Método e Técnica de Pesquisa em Comunicação, DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). São Paulo: Atlas S.A, 2005, p. 269-279

NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Fiorencia (orgs.). **Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2019. E-book.

PAIVA, Raquel. O desafio de refundar a comunicação comunitária: Raquel Paiva indica as potencialidades e faz um balanço do campo de estudos que consolidou no Brasil. [Entrevista cedida a] Raquel Bertol. **Revista Mídia e Cotidiano**, vol. 11, nº 1, abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9822/6952>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Fórum Social Mundial**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>. Acesso em: 08 de fev. 2021.

PEREZ, Olivia C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, n. 3, pp. 577-596, 2019.

PEREZ, Olivia Cristina, FILHO, Alberto Luís Araújo Silva. **Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil**. *Latitude*, Vol. 11, nº 1, pp. 255-294, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/2812>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. In: o X Congresso Latino-americano de Ciência Política, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos**. In: 42º Encontro Anual da ANPOCS. Anais...[...] Caxambu, 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt08-27/11177-a-quarta-onda-do-feminismo-reflexoes-sobre-movimentos-feministas-contemporaneos/file>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEREZ, Olivia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. **Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos**. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS. Anais... [...], Caxambu, 2017. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/10696-velhos-novos-ou-novissimos-movimentos-sociais-as-pautas-e-praticas-dos-coletivos/file>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/lumina/article/view/20989/11364>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Aproximação entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. In. BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (org.). Comunicação para a cidadania: temas e aportes teóricos metodológicos. São Paulo, 2010.

PERUZZO, Cicilia Krohling **A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultura**. In: XXI Encontro anual da compôs, 2012. Anais...[...], Juiz de Fora, MG, 2012.

PIEDRAS, Elisa Reinhardt. **Fluxo publicitário: anúncios, produtores e receptores**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PINTO; Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PORTO ALEGRE prefeitura municipal. Orçamento Participativo. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p\\_secao=86#:~:text=O%20Or%C3%A7amento%20Participativo%20de%20Porto,ser%C3%A3o%20executados%20pela%20administr%C3%A7%C3%A3o%20municipal](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgl/default.php?p_secao=86#:~:text=O%20Or%C3%A7amento%20Participativo%20de%20Porto,ser%C3%A3o%20executados%20pela%20administr%C3%A7%C3%A3o%20municipal). Acesso em: 10 fev. 2021.

PROJETO de interesse público e social: Casa de Referência da Mulher Mulheres Mirabal. Porto Alegre, 2018, p. 1 – 50.

PULEO, Alícia H. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. *Revista Em Construção.*, nº 5, pgs. 163 – 173. 2019. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/332204350\\_Perspectivas\\_ecofeministas\\_da\\_ciencia\\_e\\_do\\_conhecimento\\_a\\_critica\\_ao\\_vies\\_andro-antropocentrico/fulltext/5d1e3f9592851cf4406603d8/Perspectivas-ecofeministas-da-ciencia-e-do-conhecimento-a-critica-ao-vies-andro-antropocentrico.pdf](https://www.researchgate.net/publication/332204350_Perspectivas_ecofeministas_da_ciencia_e_do_conhecimento_a_critica_ao_vies_andro-antropocentrico/fulltext/5d1e3f9592851cf4406603d8/Perspectivas-ecofeministas-da-ciencia-e-do-conhecimento-a-critica-ao-vies-andro-antropocentrico.pdf) . Acesso em: 03 fev. 2022

ROSSATO, Jean Felipe. **Comunicação organizacional: a dimensão da “organização falada” e as implicações na gestão hoteleira**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 2002. Disponível em: <https://marxists.info/portugues/saffioti/ano/mes/91.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. *Inclusão Social*, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80459>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidiane Ramirez de; OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Diálogo e vínculo – contribuições para a lugarização de perspectivas complexas nas organizações. *Revista Famecos*, v. 23, n. 3, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/24447/14598>. Acesso em: 9 fev. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Rangel P. **Comunicação e Gênero: as narrativas dos movimentos feministas contemporâneos**. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?dissertacao=19](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?dissertacao=19). Acesso em: 11 fev. 2021

SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da; OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de. **Feminismo nas mídias sociais e nas ruas: questões a partir de um coletivo de Aracaju/SE**. *In:*

Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women's Worlds Congress. Anais...[...], Florianópolis, 2017. Disponível em:  
[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477984\\_ARQUIVO\\_Feminismonasmidiassociaisenasruas-FazendoGenero2017completo.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477984_ARQUIVO_Feminismonasmidiassociaisenasruas-FazendoGenero2017completo.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Comunicação digital, ação coletiva e engajamento político: impactos e tendências para as organizações civis do século XXI. **Revista Comunicação Midiática**, v. 13, n. 3, p. 24-38, set -dez.2018. Disponível em:  
<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/423/375>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOARES, Thais Costa Cardoso. **Os movimentos sociocomunicativos de ativistas engajadas na luta contra o câncer de mama no Brasil**. Dissertação (Mestrado em comunicação) - Escola da Indústria Criativa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2016. Disponível em:  
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5389?show=full>. Acesso em: 20 jun. 2020.

STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa bibliográfica**. In: J. Duarte & A. Barros (Orgs.), Método e Técnica de pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas S.A., 2005.

TOMAZETTI, Tainan Paul. **Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193542>. Acesso em: 27 jun. 2020.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação**. In: Método e Técnica de Pesquisa em Comunicação, DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). São Paulo: Atlas S.A, 2005, p. 98 – 109.

URIBE, Pablo Múnera. **La idea de organización: una concepción ampliada para una acción efectiva**. Medellín. Comunicación, 2007.

VISONÁ, Paula Cristina. **Coletivos criativos como ambientes de identificação de tendências para a construção de cenários de futuro**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7610>. Acesso em: 24 jun. 2020.

VALIENGO, Caio Becsi; OLIVEIRA, Marília Jahnel de. Coletivos e o ciclo de protestos dos anos 2010: reflexões sobre horizontalidade e as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Simbiótica**, Vitória, v.7, n.3, jul-dez, 2020.

VALENTE, Mariana; NERIS, Natália. Para falar de violência de gênero na internet: uma proposta teórica e metodológica. In.: NATANSOHN, Graciela; ROVETTO, Fiorencia (org.). Internet e feminismos: olhares sobre violências sexistas desde a América Latina. Salvador: EDUFBA, 2019. E-book.



## Notícias

#METOO: a hashtag que expõe a magnitude mundial do assédio sexual. **BBC**, 17 out. 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41652306> . Acesso em: 11 fev. 2021.

ARROYO, Lorena. A tragédia das irmãs Mirabal: o assassinato que deu origem ao dia mundial da não-violência contra a mulher. **BBC** 25 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42125587/>

ARRUDA, Jéssica. *Black Lives Matter*: entenda movimento por trás da hashtag que mobiliza atos. **UOL**, 03 jun 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ASTROLABIO, Laura. Como garantir o acesso das mulheres à Política. **Carta Capital**, 17 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/como-garantir-o-acesso-das-mulheres-a-politica/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BOLDRINI, Angela. 'Virada feminista' na zona norte de SP terá shows, oficinas, cinema e teatro. **Folha de S. Paulo**, 3 de jul. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/07/1651090-virada-feminista-na-zona-norte-de-sp-tera-shows-oficinas-cinema-e-teatro.shtml>

BORGES, Pedro. Não existe comunicação mais forte que a negra, feminista e periférica. **Carta Capital**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/nao-existe-comunicacao-mais-forte-que-a-negra-feminista-e-periferica/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BOTTALLO, Ana. Coletivos femininos levam máscaras a comunidades indígenas e negras na Bahia. **Folha de S. Paulo**, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/coletivos-femininos-levam-mascaras-a-comunidades-indigenas-e-negras-na-bahia.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CANCIAN, Natália; AMORA, Dimmi. Protesto contra violência a mulheres tem tumulto e gritos de 'Fora, Temer'. **Folha de S. Paulo**, 29 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776092-protesto-contra-violencia-a-mulheres-tem-tumulto-e-gritos-de-fora-temer.shtml>

CANOFRE, Fernand Mulheres ocupam prédio no centro de Porto Alegre por mais vagas em abrigo e assistência. **Sul21**, 25 nov. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2016/11/mulheres-ocupam-predio-no-centro-de-porto-alegre-por-mais-vagas-em-abrigo-e-assistencia/>. Acessado em: 15 nov. 2020.

CANOFRE, Fernanda. Ocupação Mirabal: Como funciona uma ocupação de mulheres para mulheres. **Sul 21**, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/ocupacao-mirabal-como-funciona-uma-ocupacao-de-mulheres-para-mulheres/>.

CASA DE REFERÊNCIA das Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada. **Mídia Ninja** 12 nov 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/casa-de-referencia-das-mulheres-mirabal-em-porto-alegre-tem-luz-cortada/>

CASA que atende mulheres vítimas de violência fica sem luz em Porto Alegre; prefeitura diz que ocupação é irregular. **G1**. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/09/casa-que-atende-mulheres-vitimas-de-violencia-fica-sem-luz-em-porto-alegre-prefeitura-diz-que-ocupacao-e-irregular.ghtml>. Acesso em 09 set. 2021.

COLETIVO DE jornalistas realiza projeto 'Repórter da Quebrada'. **G1**, 07 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/07/coletivo-de-jornalistas-realiza-projeto-reporter-da-quebrada.html>.

COLETIVO PROMOVE primeiro fórum sobre protagonismo das mulheres sobreviventes da violência. **G1**, 29 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2020/10/29/coletivo-promove-primeiro-forum-sobre-protagonismo-das-mulheres-sobreviventes-da-violencia.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

COLETIVOS LANÇAM campanha para amparar mulheres que possuem direito ao aborto legal. **Carta Capital**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/coletivos-lancam-campanha-para-amparar-mulheres-que-possuem-direito-ao-aborto-legal/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

COLLUCCI, Claudia; GRAGNANI, Juliana. Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP. **Folha de s. Paulo**, 01 nov.2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701071-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml#:~:text=O%20movimento%20feminista%20chegou%20%C3%A0s,veto%20a%20shorts%20nos%20col%C3%A9gios.>

Correio do Povo. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/casa-de-acolhimento-de-mulheres-mirabal-em-porto-alegre-tem-luz-cortada-1.683519>. Acesso em 01 set. 2021.

COSTA, Waldson. Coletivo de mulheres coloca placas contra o assédio e abuso sexual em praias do Litoral Norte de Maceió. **G1**, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/coletivo-de-mulheres-coloca-placas-contr-o-assedio-e-abuso-sexual-em-praias-do-litoral-norte-de-maceio.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DEFENSORIA Pública do RS realiza tratativas para resolver impasse da Casa Mulheres Mirabal. Portal Camaquã. Disponível em <https://www.portaldecamaqua.com.br/noticias/37093/defensoria-publica-do-rs-realiza-tratativas-para-resolver-impasse-da-casa-mulheres-mirabal.html>. Acesso em 14 out. 2021.

DIAS, Guilherme Soares. Combate ao racismo ganha força com coletivos de profissionais liberais negros. **Carta Capital**, 20 dez 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/guia-negro/combate-ao-racismo-ganha-forca-com-coletivos-de-profissionais-liberais-negros/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

DIAS, Isabela. Placas de ‘meu corpo é área restrita’ dão o tom do bloco Mulheres Rodadas. **Folha de S. Paulo**, 10 fev. 2016. Disponível em: <https://alalao.blogfolha.uol.com.br/2016/02/10/placas-de-meu-corpo-e-area-restrita-dao-o-tom-do-bloco-mulheres-rodadas/>

DIP, Andrea. Argentina: do “Nenhuma a Menos” à legalização do aborto. **Pública**, 10 jul. de 2018. Disponível em <https://apublica.org/2018/07/argentina-do-nenhuma-a-menos-a-legalizacao-do-aborto/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

EM SÃO PAULO, a Marcha das Mulheres Negras avança. **Carta Capital**, 01 jun. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-sao-paulo-a-marcha-das-mulheres-negras-avanca/>

FARIA, Nalu. O feminicídio e a luta contra o machismo na agenda política. **Folha de S. Paulo**, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/o-femicidio-e-a-luta-contra-o-machismo-na-agenda-politica/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

FERNÁNDEZ, Brenda. Casa de acolhimento de mulheres Mirabal, em Porto Alegre, tem luz cortada

FONSECA, Caue. Audiência de conciliação entre casa de acolhimento a mulheres e prefeitura termina longe de acordo. ZH. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/audiencia-de-conciliacao-entre-casa-de-acolhimento-a-mulheres-e-prefeitura-termina-longo-de-acordo-cktao3hgs0006013bxce9oxod.html>. Acesso em 07set. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 16 abr. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acessado em: 22 fev. 2021.

FÓRUM DE CRIAÇÃO do Coletivo de Mulheres Empreendedoras é realizado em Itatiaia, RJ. **G1**, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/forum-de-criacao-do-coletivo-de-mulheres-empendedoras-e-realizado-em-itatiaia-rj.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

FREITAS, Stella. Coletivo de quadrinhos de Campos, RJ, lança livro de tirinhas na Bienal. **G1**, 08 ago. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2016/08/coletivo-de-quadrinhos-de-campos-rj-lanca-livro-de-tirinhas-na-bienal.html>

GOMES, Luís. Defensoria Pública do RS se reúne com Prefeitura de Porto Alegre para solucionar impasse da Casa Mulheres Mirabal. Portal Camaquã. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/um-mes-sem-luz-mirabal-negocia-acordo-para-religacao-da-energia-eletrica/>. Acesso em 30 out. 2021.

GREVE GLOBAL pelo clima leva milhares de manifestantes às ruas contra mudanças climáticas. **Portal G1**, 20 set 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/20/manifestantes-protestam-em-greve-global-pelo-clima-nesta-sexta.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HUBLER, Jéssica. Casa de apoio a mulheres tem eletricidade desligada sem aviso prévio em Porto Alegre. **Correio do Povo**, 11 nov. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%3%ADcias/geral/casa-de-apoio-a-mulheres-tem-eletricidade-desligada-sem-aviso-pr%3%A9vio-em-porto-alegre-1.379613/>.

JANAINA GARCIA. Polícia reclassifica como feminicídio mortes no Ano-Novo em Campinas. **Folha de S. Paulo**, 18 dez. 2017.

JULIO, Karina Balan. 7 coletivos de mulheres que têm mudado o mercado de trabalho. **Meio e Mensagem**, 6 de mar. 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2020/03/06/7-coletivos-de-mulheres-que-estao-mudando-o-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 11 fev. 2021.

LEANDRO RODRIGUES. Casa que acolhe mulheres vítimas de violência na Capital tem luz cortada. ZH. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/casa-que-acolhe-mulheres-vitimas-de-violencia-na-capital-tem-luz-cortada-ckt3o29wb00fi013bxe6vicy3.html>. Acesso em 02 set. 2021.

LEMOS, Amanda. Machismo na tecnologia impulsiona iniciativas de mulheres a programar. **Folha de S. Paulo**, 16 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/machismo-na-tecnologia-impulsiona-iniciativas-de-mulheres-a-programar.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

LEMOS, Mariana. A força do feminismo negro. **Revista Trip**, 18 nov. de 2015. Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/marcha-das-mulheres-negras>

LOEBLEIN, Gisele. Mãos à horta: projeto-piloto para cultivo comunitário começa em abrigo da Capital Iniciativa do Comitê Gaúcho de Combate à Fome na Casa de Referência Mulheres Mirabal servirá como modelo. ZH. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/gisele-loeblein/noticia/2021/10/maos-a-horta-projeto-piloto-para-cultivo-comunitario-comeca-em-abrigo-da-capital-ckuzy08o80037017feaaxgxt8.html>. Acesso em 21 out. 2021.

MARCHA DAS MULHERES reuniu mais de dois milhões contra Trump. **G1**, jan. de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/marcha-das-mulheres-reuniu-mais-de-dois-milhoes-contr-trump.ghtml>

MARQUES, Andressa. Ainda mais necessária na pandemia, Casa Mirabal enfrenta disputa interminável por regulamentação. Sul 21. Disponível em <https://sul21.com.br/geral-1/2021/04/ainda-mais-necessaria-na-pandemia-casa-mirabal-enfrenta-disputa-interminavel-por-regulamentacao/>. Acesso em 8 abril 2021.

MENA, Fernanda. Marchinha antiassédio diz que farra é delícia, mas na marra é caso de polícia. **Folha de S. Paulo**, 13 fev. 2017.

MENA, Fernanda; MOREIRA, Matheus; CAMAZANO, Priscila. Com diferenças políticas, movimento negro no Brasil luta contra apagamento histórico. **Folha de S. Paulo**, 5 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/09/com-diferencas-politicas-movimento-negro-no-brasil-luta-contr-apagamento-historico.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MIELKE, Ana Claudia. Negros estão mais empoderados na internet, mas acesso ainda é desigual. **Carta Capital**, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/negros-estao-mais-empoderados-na-internet-mas-acesso-ainda-e-desigual/>.

MIRANDA, Teresa; BELMONTE, Lauriane. Mulheres Mirabal: uma ocupação um sonho. **PUCRS**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/mulheres-mirabal-uma-ocupacao-um-sonho/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

NETO, Alberi. Ocupação que abriga mulheres vítimas de violência doméstica está sem luz desde setembro na Capital. **GZH**. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/10/ocupacao-que-abriga-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-esta-sem-luz-desde-setembro-na-capital-ckuzyp2u2003t019moupcrroa.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

NO 8 DE MARÇO, mulheres preparam greve global. **Carta Capital**, 08 mar. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-8-de-marco-mulheres-preparam-greve-global/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

NO DIA DA MULHER, blogueiras discutem questões do novo feminismo. **Folha de S. Paulo**, 8 mar. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/03/1599861-no-dia-da-mulher-blogueiras-discutem-questoes-do-novo-feminismo.shtml?origin=folha>.

ÓDIO NA universidade. **Carta Capital**, 08 jul. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-universidade-como-palco-do-odio/>

OLIVEIRA, Joana. Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes. **El País**, 12 sep. 2018. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048\\_321164.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048_321164.html)

OXFAM BRASIL. Tempo de Cuidar. 2019. <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acessado em: 22 fev. 2021.

PASSOS, Úrsula. Retrato do movimento feminista na era da dispersão. **Folha de S. Paulo**, 08 mar. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/03/1598741-retrato-do-movimento-feminista-na-era-da-dispersao.shtml>.

PIMENTEL, Thais. Coletivo de mulheres recebe mais de 100 casos de assédio no campus Saúde da UFMG. **G1**, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/08/28/coletivo-de-mulheres-recebe-mais-de-100-casos-de-assedio-no-campus-saude-da-ufmg.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PRESSE, France. Desigualdade de gênero no trabalho só acabará daqui a 257 anos, aponta Fórum Econômico Mundial. **G1**, 17 dez. 019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/12/17/desigualdade-de-genero-no-trabalho-so-acabara-daqui-a-257-anos-aponta-forum-economico-mundial.ghtml>.

PRIMAVERA feminista no Brasil. **El País**, 15 nov. de 2015. Disponível: em [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html). Acesso em: 11 fev. 2021.

PROTESTO 'um esturador em seu caminho' é reproduzido da América Latina à Europa. **Huffpost Brasil** dez. de 2019. Disponível em [https://www.huffpostbrasil.com/entry/protesto-feminista-latesis-chile\\_br\\_5de5612be4b0d50f32a706be](https://www.huffpostbrasil.com/entry/protesto-feminista-latesis-chile_br_5de5612be4b0d50f32a706be). Acesso em 10 nov. 2020.

QUILOMBELAS: encontro da representatividade afro com educação. **Luneta**, 30 maio 2018. Disponível em: <https://lunetas.com.br/quilombelas/> Acessado em: 25 nov. 2020.

RAQUEL, Martha. Quem são as pessoas que não têm acesso à internet no Brasil? Uma a cada cinco pessoas não tem internet própria e compartilha rede do vizinho. **Brasil de Fato**, 10 de agos. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ROCHA, Joyce. Casa Mulheres Mirabal tem luz cortada em meio à pandemia em Porto Alegre. **Jornal do Comércio** 17 set. 2020. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/geral/2020/09/757100-casa-mulheres-mirabal-tem-luz-cortada-em-meio-a-pandemia-em-porto-alegre.html/](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2020/09/757100-casa-mulheres-mirabal-tem-luz-cortada-em-meio-a-pandemia-em-porto-alegre.html/).

RS TEM tem alta de 225% no número de feminicídios em agosto, aponta SSP; veja indicadores. **Portal G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/10/rs-tem-alta-de-225percent-no-numero-de-feminicidios-em-agosto-aponta-ssp-veja-indicadores.ghtml>. Acessado em 21 jan. de 2022.

RUBINO, Silvana. Mundo da arquitetura esconde mulheres, diz historiadora. **Folha de S. Paulo**, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/08/mundo-da-arquitetura-esconde-mulheres-diz-historiadora.shtml#:~:text=Ao%20longo%20do%20s%C3%A9culo%20,modelo%20renascentista%20de%20ateli%C3%AA%20ou>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SETA, Isabel; AZEVEDO, Victoria. Mulheres usam lambe-lambes para combater e denunciar abusos em SP. **Folha de S. Paulo**, 29 maio 2016.

SORAGGI, Bruno B.; ZAREMBA, Júlia; ALECRIM, Michel. Em protestos pelo país, mulheres repudiam Bolsonaro e violência de gênero. **Folha de S. Paulo**, 08 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sob-chuva-mulheres-protestam-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Sul 21. Um mês sem luz: Mirabal negocia acordo para religação da energia elétrica. Disponível em <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/10/um-mes-sem-luz-mirabal-negocia-acordo-para-religacao-da-energia-eletrica/>. Acesso em 6 out 2021.

TAVARES, Joelmir. Manifestações do Dia da Mulher ganham tom de resposta a ato pró-Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 7 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/manifestacoes-do-dia-da-mulher-ganham-tom-de-resposta-a-ato-pro-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

TOKARNIA, Mariana. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. Agência Brasil. 29 de abri. de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 1 abr. 2021.

TOLENTINO, Luana. Para promover uma educação antirracista, professoras negras se unem em coletivos. **Carta Capital**, 08 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/para-promover-uma-educacao-antirracista-professoras-negras-se-unem-em-coletivos/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

TRÊS COLETIVOS feministas que representam a luta da mulher negra. **Fundação telefônica Vivo**, 25 jul. 2019. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/tres-coletivos-feministas-que-representam-a-luta-da-mulher-negra/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

WEISSHEIMER, Marcos. Lanceiros Negros: Brigada faz operação de guerra para ‘garantir funcionamento habitual da cidade’. **Sul 21**, 15 jun. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2017/06/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ZAREMBA, Júlia. Em 1ª marcha, mulheres indígenas protestam contra governo Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 13 ago. de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-1a-marcha-mulheres-indigenas-protestam-contra-governo-bolsonaro.shtml>



## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título da Pesquisa:** A COMUNICAÇÃO EM COLETIVOS DE MULHERES: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO FEMINISTA

**Nome da Pesquisadora Responsável:** Sabrina Stielert Teixeira

**Nome professora orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Elisa Reinhardt Piedras

**Tema da pesquisa:** A pesquisa faz parte da dissertação de mestrado da discente Sabrina Stielert Teixeira realizada no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como tema as dinâmicas comunicacionais em coletivos de mulheres de Porto Alegre – RS/Brasil.

**Objetivo:** Refletir sobre as regularidades e distinções da comunicação em coletivos de mulheres, bem como suas especificidades decorrentes de se tratar de iniciativas protagonizadas por mulheres.

**Envolvimento na pesquisa:** ao participar desta pesquisa você autoriza o uso das informações fornecidas a partir de entrevista realizada pela pesquisadora. Em qualquer momento até a publicação desta pesquisa você pode desistir da participação dela.

**Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo poderão ser utilizadas durante a pesquisa, sendo, ao final, parte da dissertação de mestrado. Você autoriza o uso do seu nome na pesquisa? ( ) Sim ( ) Não, prefiro que ele seja omitido.

**Benefícios:** esperamos que este estudo traga resultados relevantes sobre os processos de comunicação nos coletivos protagonizados por mulheres.

**Contatos:** por meio do e-mail da pesquisadora [sabrina.stielert@gmail.com](mailto:sabrina.stielert@gmail.com)

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa/aula.

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/RG: \_\_\_\_\_

Assinatura da entrevistada

Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, Porto Alegre – RS.



**APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE NOTÍCIAS SOBRE COLETIVOS, ENTRE 2015 E 2020**

**Período de coleta:** novembro de 2020

<b>Veículo</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
Folha de São Paulo		
	Vitórias judiciais e novas leis dão força a mães de jovens mortos pela polícia no Rio	2020
	Com diferenças políticas, movimento negro no Brasil luta contra apagamento histórico	2020
	Pragmatismo é uma das marcas de mulher na política, diz estudo	2020
	Coletivos femininos levam máscaras a comunidades indígenas e negras na Bahia	2020
	Atos contra e a favor de Bolsonaro se repetirão em SP, e Paulista terá rodízio	2020
	Em protestos pelo país, mulheres repudiam Bolsonaro e violência de gênero	2020
	Manifestações do Dia da Mulher ganham tom de resposta a ato pró-Bolsonaro	2020
	Mulheres organizam 'calcinhaço' em única Assembleia do país sem deputada	2020
	Assédio, estrutura precária e insegurança afastam mulheres de estádios	2020
	Machismo na tecnologia impulsiona iniciativas de mulheres a programar	2019
	Mundo da arquitetura esconde mulheres, diz historiadora	2019
	De trans a donas de casa, mulheres expiam em grupo dor da violência	2018
	Jovens que viram mães e avós bordarem dão novo estilo às artes manuais	2018
	Movimento de travestis e transexuais ataca ator que faz trans em peça	2018
	Você vê uma menina, nós vemos o futuro	2018
	Polícia reclassifica como feminicídio mortes no Ano-Novo em Campinas	2017
	Marchinha antiassédio diz que farra é delícia, mas na marra é caso de polícia	2017
	Placas de 'meu corpo é área restrita' dão o tom do bloco Mulheres Rodadas	2016
	Protesto contra violência a mulheres tem tumulto e gritos de 'Fora, Temer'	2016
	Coletivos da periferia fazem manifesto em repúdio a Doria e secretário	2016
	Mulheres usam lambe-lambes para combater e denunciar abusos em SP	2016
	A revolução chega via Wi-Fi	2015
	Protestos de mulheres contra Cunha param centro de São Paulo e Rio	2015
	Quinta tem manifestação de mulheres contra Eduardo Cunha na Paulista	2015
	Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP	2015
	'Virada feminista' na zona norte de SP terá shows, oficinas, cinema e teatro	2015
	Retrato do movimento feminista na era da dispersão	2015
	No Dia da Mulher, blogueiras discutem questões do novo feminismo	2015
Carta Capital		
	Coletivos lançam campanha para amparar mulheres que possuem direito ao aborto legal	2020
	Para promover uma educação antirracista, professoras negras se unem em coletivos	2020
	Combate ao racismo ganha força com coletivos de profissionais liberais negros	2019
	Como garantir o acesso das mulheres à Política	2019
	Dane-se o racismo: coletivos lutam contra o preconceito nos estádios	2018
	Em São Paulo, a Marcha das Mulheres Negras avança	2017
	No 8 de março, mulheres preparam greve global	2017
	Em cenário de pandemia, é preciso ainda mais falar sobre prostituição	2020

	Como a classe média vai começar a 'revolução' em quarentena	2020
	"Eu moro na rua, mas ainda sonho". A vulnerabilidade das pessoas trans que vivem nas ruas de SP	2020
	Manifesto por uma espiritualidade livre de preconceito e da LGBTfobia	2020
	EaD durante a pandemia expõe desigualdades no acesso à internet	2020
	Em meio à pandemia, PM realiza reintegração de posse no interior de SP	2020
	Coronavírus escancara realidade escravista de diaristas e domésticas	2020
	Ato do 8M na Avenida Paulista tem críticas a Bolsonaro	2020
	A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez em 2020	2020
	Os desafios para as escolas garantirem os direitos dos estudantes trans	2020
	A liberdade sempre foi uma luta constante na América Latina	2020
	Mídia negra: discursos e ações em permanente luta contra o racismo	2019
	Jornalistas evangélicos atuam para reformar a informação	2019
	Liberdade não tem preço	2019
	"O Estado prende, mata e deixa morrer"	2019
	Um povo preto, uma fé baseada em resistências	2019
	Cancela Bolsonaro!	2019
	"Não é não": o Carnaval é a chance de mostrar que aprendemos algo	2019
	Não existe comunicação mais forte que a negra, feminista e periférica	2018
	Negros estão mais empoderados na internet, mas acesso ainda é desigual	2017
	O feminicídio e a luta contra o machismo na agenda política	2017
	Ódio na universidade	2016
Portal G1		
	Coletivo promove primeiro fórum sobre protagonismo das mulheres sobreviventes da violência	2020
	Coletivo feminino do interior de SP se apresenta em festival internacional de teatro através de streaming	2020
	Coletivo de mulheres oferece atividades culturais durante o mês de março em Jaú	2020
	Fórum de Criação do Coletivo de Mulheres Empreendedoras é realizado em Itatiaia, RJ	2018
	Coletivo de mulheres recebe mais de 100 casos de assédio no campus Saúde da UFMG	2018
	Coletivo de mulheres de combate ao assédio prevê distribuição de 30 mil tatuagens no carnaval: 'Não é não'	2019
	Coletivo de mulheres coloca placas contra o assédio e abuso sexual em praias do Litoral Norte de Maceió	2018
	Baiana se junta a coletivo de mulheres negras viajantes e troca experiências e dicas : 'Levamos informação a outras pretas'	2019
	Coletivo baiano de mulheres negras realiza encontro virtual com lideranças de diferentes países do mundo	2020
	Coletivo de jornalistas realiza projeto 'Repórter da Quebrada'	2016
	Coletivo da Unicamp apresenta espetáculo gratuito sobre violência contra mulheres	2019
	Coletivo de quadrinhos de Campos, RJ, lança livro de tirinhas na Bienal	2016
	Coletivo de cientistas negros faz live sobre representatividade midiática da mulher negra; confira	2020

## APÊNDICE C – Movimento de Mulheres Olga Benário

O Movimento de Mulheres Olga Benário não possui site oficial, as informações coletadas e disponibilizadas aqui foram retiradas de redes sociais na internet.

Na página do Movimento no *Facebook*, tem a seguinte descrição “Movimento de Mulheres Olga Benário surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a opressão e a exploração da mulher na sociedade capitalista - patriarcal, racista e juntas lutar pela construção do socialismo.”

Ainda possui o histórico do Movimento que diz que ele surgiu na “delegação brasileira à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, Venezuela, em março de 2011. Eram então 21 representantes de onze estados: Pará, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, e São Paulo.” O texto detalha ainda que o papel desta delegação “foi fundamental dentro da articulação da América Latina, assumindo, entre outros países, a responsabilidade de organizador da Conferência de Mulheres das Américas, que foi realizada em maio de 2012, na cidade de São Bernardo - SP, com lideranças femininas do Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile, Argentina e Uruguai, além de delegações de vários estados brasileiros. Em maio de 2014, realizamos o 1º Encontro Nacional do Movimento Olga Benário.”

Na rede “Prosas”, que tem o objetivo de conectar patrocinadores a iniciativas sociais, o Movimento se definiu como:

“Somos um movimento social chamado Movimento de Mulheres Olga Benário. Atuamos em todo o Brasil construindo ações de combate a violência contra as mulheres. Na cidade de Porto Alegre, desde novembro de 2015 construímos uma casa de acolhimento para mulheres em situação de violência, onde abrigamos mães, crianças, jovens e mulheres trans.”

